

Universidade Federal Fluminense – UFF

Instituto de História

Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

Mestrado em História

CAIO DE BARROS MARTINS COSTA

***Ser Inglês, Pertencer a um Passado: Um estudo dos usos do passado e a construção da imagem de Henrique V - Inglaterra, século XV.***

Niterói

2018

CAIO DE BARROS MARTINS COSTA

***Ser Inglês, Pertencer a um Passado: Um estudo dos usos do passado e a construção da imagem de Henrique V – Inglaterra, século XV.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Baixa Idade Média, Cultura e Sociedade.

Orientador: Professora Dra. Vânia Leite Fróes.

Niterói

2018

## Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

C837s Costa, Caio de Barros Martins  
Ser inglês, pertencer a um passado: um estudo dos usos do  
passado e a construção da imagem de Henrique V - Inglaterra,  
século XV. / Caio de Barros Martins Costa ; Vânia Leite  
Frões, orientadora. Niterói, 2018.  
218 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2018.

1. Idade Média. 2. Inglaterra. 3. Cultura Política. 4.  
Poder. 5. Produção intelectual. I. Título II. Frões, Vânia  
Leite, orientadora. III. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de História.

CDD -

CAIO DE BARROS MARTINS COSTA

***Ser Inglês, Pertencer a um Passado: Um estudo dos usos do passado e a construção da imagem de Henrique V – Inglaterra, século XV.***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Baixa Idade Média, Cultura e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Vânia Leite Fróes. (Orientador)

Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Raquel Alvitos Pereira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

---

Renata Rodrigues Vereza

Universidade Federal Fluminense - UFF

Niterói

2018

*Ao meu avô, Eduardo dos Santos Martins.  
Aquele que sempre acreditou na minha inteligência.*

## AGRADECIMENTOS

Devo, é claro, agradecer primeiro a Deus, quem esteve sempre ao meu lado, me instruindo e possibilitando a elaboração desta pesquisa. Foram diversos os momentos de incertezas, dos caminhos a serem seguidos, as vezes de desânimo, cansaço, mas sempre foi Deus quem me deu forças para seguir em frente, por isso a ele não só agradeço, mas também dedico esta Dissertação. Não poderia deixar de agradecer também aos meus pais Luciana e Wagner por não só investirem sempre em meus estudos, buscando para mim o melhor em questão de qualidade, mas além disso também o apoio, carinho e amor que sei que poderei sempre contar.

À Professora Vânia Leite Fróes, grande mestra e orientadora. Me lembro quando eu ainda estava na graduação e soube do seu papel na construção de uma historiografia medieval brasileira, fiquei encantado. Tive no Mestrado a grande possibilidade de ser orientado por ela, agradeço por aceitar o desafio da orientação, além do exemplo e o ensino da importância do ofício do historiador. Devo também, de fato, agradecer pelos “puxões de orelha”, o controle das minhas “viagens” e “paixões” com relação ao tema da pesquisa, mas sempre acreditando no meu potencial e pela paciência durante a leitura da Dissertação.

Agradeço ao CNPq pelo auxílio financeiro à esta pesquisa.

Às Professoras Dra. Raquel Alvitos Pereira e Dra. Renata Rodrigues Vereza pelas sugestões e contribuições no Exame de Qualificação, de fundamental importância para o prosseguimento da pesquisa. Agradeço também por aceitarem gentilmente o convite para a participação na banca de defesa da Dissertação, acredito mais uma vez que suas arguições irão contribuir para o prosseguimento dos meus caminhos acadêmicos.

Aos colegas do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, pelos diversos debates, encontros e contribuições à pesquisa. Agradeço, em especial, ao colega Vinícius Freitas, brasileiro de alma francesa, com quem partilhei debates, conversas (principalmente em inglês), sobre nosso amor por viagens e pela Europa, inclusive discussões se Londres ou Paris, qual seria a melhor cidade. Devo ainda agradecer aos colegas do *LEPEM – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística*, grupo do qual faço parte desde a época da Graduação, pois as discussões lá realizadas auxiliaram muito no enriquecimento da pesquisa. Agradeço, especialmente ao Professor

Dr. Marcelo Santiago Berriel (meu orientador da Graduação) e aos colegas *viking* Fábio Lopes e ao *gospodin* Leandro César, com quem obtive diversos debates.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF e seus funcionários, pela excelência no ensino e pesquisa, que me proporcionou grande enriquecimento intelectual.

A todos os amigos que me acompanham desde a época do Ensino Médio até a Graduação em História.

## RESUMO

Estudo dos usos do passado na construção simbólica do Reino de Inglaterra, observando a relação intrínseca entre a construção da identidade inglesa e o desenvolvimento do poder régio. Para tanto, analisamos a figura de Henrique V de Lancaster (1413-1422), e como o passado bíblico, hagiográfico e histórico foram utilizados na produção da *imagem régia*. Percebemos que o processo de evolução e transformação do pensamento político medieval, que envolve a centralização política, as lutas por legitimação e a produção simbólica do *Reino*, contribuem para a relação entre identidade, reino e poder régio. A produção cronística do século XV coloca a imagem dos reis como protagonistas das narrativas. O *Rei* torna-se um aglutinador e unificador das identidades do *Reino*, assim como das especificidades regionais e culturais. O passado torna-se um dos meios privilegiados para produção e consolidação de tal imagem sobre os *Reis e o Reino*. Utilizamos fontes que ligam a história do reino inglês ao passado bíblico, romano e da Cristandade, mas principalmente, a história dos reis ingleses e suas ações. Como fontes principais o *The Regiment of Princes* de Thomas Hoccleve, *Chronicon Adae de Usk* de Adam de Usk, *The Chronica Maiora* de Thomas Walsingham, *The Book of Illustrious Henries* e *The Chronicles of England*, ambas de John Capgrave.

**PALAVRAS CHAVE:** Poder régio; Pensamento político inglês; Usos do Passado; Henrique V.



**ABSTRACT**

Study about the uses of the past in the symbolic construction of the Kingdom of England, noting the intrinsic relationship between the construction of English identity and the development of royal power. To do so, we analyse the figure of Henry V of Lancaster (1413-1422), and how the biblical, hagiographic and historical past were used in the production of the royal image. We perceive that the process of evolution and transformation of medieval political thought, which involves political centralization, struggles for legitimation and the symbolic production of the Kingdom, contribute to the relationship between identity, kingdom and royal power. The chronicle production of the 15<sup>th</sup> century puts the image of the kings as the protagonist of the narratives. The King becomes an agglutinator and unifier of the identities of the *Kingdom*, as well as of the regional and cultural specificities. The past becomes one of the privileged means for the production and consolidation of such an image over the *Kings* and the *Kingdom*. We use sources that link the history of the English kingdom to the Biblical, Roman and Christianity past, but most importantly, the history of the English kings and their actions. As main sources are *The Regiment of Princes* by Thomas Hoccleve, *Chronicon Adae Usk* by Adam of Usk, *The Chronica Maiora* by Thomas Walsingham, *The Book of Illustrious Henries* and *The Chronicles of England*, both by John Capgrave.

**KEYWORDS:** Regal power; English political thought; Uses of the past; Henry V.

## RESUMÉ

Étude sur les usages du passé dans la construction symbolique du Royaume d'Angleterre, notant la relation intrinsèque entre la construction de l'identité anglaise et le développement du pouvoir royal. Pour ce faire, nous analysons la figure de Henry V de Lancaster (1413-1422), et comment le passé biblique, hagiographique et historique a été utilisé dans la production de l'image royale. Nous percevons que le processus d'évolution et de transformation de la pensée politique médiévale, qui implique la centralisation politique, les luttes pour la légitimation et la production symbolique du Royaume, contribuent à la relation entre l'identité, le royaume et le pouvoir royal. La production chronique du quinzième siècle place l'image des rois comme protagoniste des récits. Le Roi devient un agglutinant et unificateur des identités du Royaume, ainsi que des spécificités régionales et culturelles. Le passé devient l'un des moyens privilégiés pour la production et la consolidation d'une telle image sur les rois et le royaume. Nous utilisons des sources qui relient l'histoire du royaume anglais au passé biblique, romain et christianisme, mais surtout, l'histoire des rois anglais et leurs actions. Les principales sources sont *The Regiment of Princes* par Thomas Hoccleve, *Chronicon Adae de Usk* par Adam of Usk, *The Chronica Maiora* par Thomas Walsingham, *The Book of Illustrious Henries* et *The Chronicles of England*, tous deux par John Capgrave.

**MOTS CLÉS:** Puissance régaliennne; Pensée politique anglaise; Utilisations du passé Henri V.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I – O REINO DOS INGLESES.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – O Reino de Deus e o Reino dos Ingleses do final da Idade Média.....</b>	<b>12</b>
1.1. Pensando a Inglaterra de Henrique V .....	13
1.2. O pensamento político à época de Henrique V .....	27
1.3. Imaginário do <i>Reino</i> e realeza sagrada .....	35
1.4. As narrativas cronísticas do século XV .....	51
<b>Capítulo 2 – Ser inglês, Pertencer a um Passado .....</b>	<b>61</b>
2.1. <i>The Chronicles of England</i> – passado e memória .....	63
2.2. A herança bíblica.....	78
2.3. O passado da Cristandade.....	86
2.4. As narrativas sobre os reis ingleses.....	91
<b>PARTE II – HENRIQUE V, REI DOS INGLESES .....</b>	<b>103</b>
<b>Capítulo 3 – O passado como forma de educar um rei.....</b>	<b>104</b>
3.1. Henrique, Príncipe de Gales – O aprendizado de um rei.....	107
3.2. O papel do passado na pedagogia régia.....	117
3.3. Thomas Hoccleve e o <i>The Regiment of Princes</i> .....	128
<b>Capítulo 4 – Henrique V – Passado, Presente e Futuro .....</b>	<b>137</b>
4.1. As narrativas bíblicas.....	139
4.2. A memória de Agincourt.....	150
4.3. Os santos.....	164
4.4. A imagem de Henrique V e a imagem do <i>Reino inglês</i> .....	170
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXO I – CRONOLOGIA.....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXO II – MAPAS .....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO III – TABELA INFORMATIVA DAS FONTES .....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO IV – EXTRATO DAS FONTES .....</b>	<b>197</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapas</b>	<b>Título</b>	<b>Localização</b>	<b>Página</b>
Mapa 1	Glyndwr's Revolt 1400–05	The Map Archive <a href="https://www.themaparchive.com/glyndwrs-revolt-140005.html">https://www.themaparchive.com/glyndwrs-revolt-140005.html</a>	113
Mapa 2	Caminho de Henrique V da Inglaterra para suas campanhas na França	<a href="http://cliouseye.sfasu.edu/MainArticles/HenryV%20%28Bauer%29.htm">http://cliouseye.sfasu.edu/MainArticles/HenryV%20%28Bauer%29.htm</a>	158
Mapa 3	Norte francês e sul inglês, caminho de ida para a França e retorno à Inglaterra	<a href="https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg">https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg</a>	163

**LISTA DE TABELAS**

<b>Mapas</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
Tabela I	Virtudes régias na literatura pedagógica inglesa e a imagem de Henrique V	120
Tabela II	Principais narrativas bíblicas em torno de Henrique V	141

## LISTA DE ABREVIACOES

<b>BJ</b>	Bíblia de Jerusalém.
<b>AEC</b>	<i>An English Chronicle of the Reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI – Written before the Year of 1471.</i>
<b>Fol.</b>	Flio.
<b>S/p</b>	Sem página.
<b>The Book of.</b>	<i>The Book of Illustrious Henries.</i>

# INTRODUÇÃO

---

---

Um autor desconhecido pela historiografia do início do século XV, escreve para seu rei um poema que lhe possa servir como um exemplo das virtudes divinas, na manutenção da coroa e combate as iniquidades que acometiam o reino através de revoltas e conspirações, tanto por parte do povo, quanto da nobreza. Ao iniciar sua narrativa, pede que o rei se regozije em Deus e renove sempre sua fé, mantendo a alegria e protegendo a lei de Deus. Pede também que no dia santo de sua coroação, o dia de Páscoa, que toda a tristeza cesse e que as ações dos tolos sejam impedidas. Este mesmo poeta se questiona qual é a função da coroa material, objeto cercado de pedras e flores. Responde que as pedras representam as riquezas do reino e sua força. Riquezas essas, que foram conquistadas através das guerras com reinos inimigos, do qual os ingleses derrotaram com seu poder. As insígnias da coroa também representam os lordes, os comuns e os clérigos. O rei deveria, portanto, ter atenção com as florestas, os campos, vales e os servos de “menor posição”, pois eles também são parte da coroa. Deus dá, assim, autoridade aos reis para governar na terra, os homens agiriam na escuridão, mas Deus que veria sob a luz não permitiria que as más ações humanas ficassem escondidas de sua justiça. O poeta encerra quase todos os seus parágrafos pedindo a Deus para salvar o rei e manter a coroa. E termina suas explanações rezando para que o Senhor nunca deixe a discórdia atingir o reino.

O poema acima brevemente apresentado, cujo autor é desconhecido, se intitula *God save the king and keep the crown*<sup>1</sup>, e nos mostra uma das principais representações simbólicas em torno da figura do rei em relação ao seu reino. Todo o reino, pelos grupos

---

<sup>1</sup> *God save the king and keep the crown*. Editado por: George W. Tuma, Professor Emeritus of English, e Dinah Hazell, Independent Scholar Hosted by the English Department, San Francisco State University. Disponível em: [https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/king.html#\\_end5](https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/king.html#_end5). Acesso em setembro de 2017.

A edição na qual utilizamos aqui, segundo os próprios editores, aparece em duas principais versões *God Save King Henry V, Historical Poems of the XIVth and XVth Centuries*, ed. Rossell Hope Robbins (New York: Columbia UP, 1959) e *God Save the King and Keep the Crown!, Twenty-Six Political and Other Poems from the Oxford MSS Digby 102 and Douce 322*, ed. J. Kail, EETS (OS 124) (London: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co., Limited, 1904). Ambas serviram de base para a versão aqui utilizada.



sociais, pelas características geográficas e por suas virtudes, é na verdade apresentado pela imagem do rei que aglutina sob si as tradições, as leis e os costumes. O rei para quem o poeta dedica sua escrita é Henrique V, cuja coroação – cercada de simbolismos – ocorreu num domingo de Páscoa no ano de 1413. Através das explanações do poema, podemos enxergar pontos de nossa hipótese, a construção do *ser inglês*, ou seja, ser súdito de um rei que aglutina o próprio *Reino*.

Visto como um rei de inúmeras virtudes, defensor da fé e da lei, grande guerreiro protetor e guia de seu reino, Henrique V governou o reino inglês entre os anos de 1413 e 1422. Antes de ser rei, já tinha adquirido experiência política e guerreira como Príncipe de Gales no combate às revoltas na região e também como líder do conselho régio durante o reinado de seu pai, Henrique IV. O contexto histórico de Henrique V nos é revelado como um período privilegiado para construção da imagem régia. A monarquia enfrentava desafios para manutenção da centralização e autoridade real, principalmente após o momento da usurpação de Henrique IV de Lancaster em 1399. O reinado de Henrique V foi marcado por transformações na estrutura administrativa do reino, no qual o mesmo procurou diminuir a dependência da monarquia em relação à aristocracia e também no combate militar contra a heresia instituída por John Wyclif, o lollardismo, que no início do século XV ganhou diversos simpatizantes e ameaçavam não só a autoridade da Igreja, mas também a ordem política. A Batalha de Agincourt no ano de 1415, que alguns pesquisadores consideram uma virada em meio à Guerra dos Cem Anos, ocorre sob liderança de Henrique V, que marcou, pelo menos momentaneamente, a legitimação da nova dinastia ao trono.

A imagem edificada sob Henrique V nos é revelada através de uma extensão imensa, em crônicas, poemas, canções e contos, na literatura pedagógica e também nas biografias sobre o rei. Analisar a produção de memória deste soberano, que até os dias atuais é considerado por muitos como um “grande monarca”, é um imenso desafio ao historiador. Sua imagem foi construída durante e após o seu reinado (inclusive no contexto de Guerra das Rosas), o que torna importante também para o historiador se desprender do senso comum, traçar, analisar e também buscar elementos de sua imagem que se afaste dos “lugares comuns” da narrativa sobre o rei.

A produção de memória sobre Henrique V possui íntima relação com o processo de construção da identidade inglesa, que fundamenta uma memória acerca da Inglaterra, através dos *usos do passado*, em que a narrativa dos reis possui grande importância. Vale

salientar que não existia apenas uma única identidade na Inglaterra. Tal fenômeno nos é revelado através dos costumes da comunidade, pela língua, pela individualidade de cada região do reino, mas também pela relação com o poder régio. Formula-se no século XV, nos escritos da época uma noção de “ser inglês”, em que cada indivíduo da comunidade é delineado por suas características – por vezes estereótipos – construindo sobre os ingleses uma imagem de povo eleito e sacralização da monarquia e do reino.

Utilizamos aqui o conceito de “passado” discutido por um conjunto de historiadores na obra *Using the past in the early middle ages*.<sup>2</sup> O passado na perspectiva destes pesquisadores deve ser entendido como um instrumento que poderia ser remodelado a partir das necessidades do presente. Para tanto é importante compreender o próprio sentido da narrativa e como ela era elaborada no medievo. O passado nas fontes inglesas do século XV nos é apresentado através dos mitos e lendas, dos usos da narrativa bíblica, os discursos hagiográficos, como também pela associação da história do reino inglês e de Henrique V com outros personagens da Cristandade. A imagem de Henrique V foi construída e reproduzida contemporaneamente ao seu reinado, fosse em crônicas, biografias e poemas, utilizando desses instrumentos do passado. Ao mesmo tempo após sua morte em 1422, momento em que a Inglaterra ainda presenciava a Guerra dos Cem Anos e mais tarde a Guerra das Rosas, sua figura foi um instrumento para construir um ideal de monarquia e exemplo para outros reis. Soma-se a isto a própria importância da imagem régia para instrumentalizar o que era o próprio povo inglês. Portanto, Henrique V é na narrativa passado, presente e futuro.

À vista disto, analisar a imagem construída sobre Henrique V no século XV é compreender como num contexto de transformações políticas, guerras e revoltas, embates pela centralização do poder, se produziu a importância da figura do rei. Na narrativa sobre o rei supracitado vemos um conjunto de lendas, como sua possível transformação após a unção com o óleo de Thomas Becket, história que possui relação com a narrativa do rei Saul na bíblia. Além disso as ações do rei são comparadas com as ações dos santos cristãos, seus discursos, fossem no parlamento ou antes de uma guerra são expressões de sua devoção, mas também pretende apresentar um respeito do monarca para com seu povo. Os próprios cronistas da época afirmavam que os atos de Henrique V, prudência, devoção e exercício da justiça deveriam servir de exemplo a ser seguido por todos os

---

<sup>2</sup> HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

homens e mulheres do reino. Portanto, estudar a imagem de Henrique V é muito mais que estudar o rei em si, mas sim perceber nos rituais, símbolos do poder, representações e na escrita a relação entre a narrativa e a política do período. É também perceber como os intelectuais da época elaboraram uma noção de pertencer a comunidade e suas formas de agir.

Para tanto, a fim de compreender o estudo da produção da imagem de Henrique V e também da construção da identidade inglesa, temos como *corpus textual* crônicas, biografias, literatura pedagógica e também poemas do século XV, importantes para assimilar também os conceitos de memória, identidade e imagem régia na Inglaterra da Baixa Idade Média. Temos como obra privilegiada a *Cronicon Adae de Usk*,<sup>3</sup> escrita pelo padre galês homônimo que escreve seu trabalho narrando o fim do reinado de Eduardo III até Henrique V. Usk teria presenciado as intempéries políticas do século XV, como também possuía contato direto com pessoas importantes da aristocracia galesa e com o então Arcebispo de Canterbury, Thomas Arundel. Analisamos também a obra de Thomas Walsingham intitulada *The Chronica Maiora*,<sup>4</sup> cuja narrativa também se concentra entre os anos de Eduardo III e Henrique V, e também é vista por muitos historiadores como uma fonte indispensável para a análise da política inglesa no início do século XV. Por fim, damos destaque ao *The Book of Illustrious Henries*<sup>5</sup> e *The Chronicles of England*,<sup>6</sup> ambas produzidas por John Capgrave após a morte de Henrique V e que nos permite compreender o alcance da produção de memória do rei em épocas futuras. Vale ressaltar que também utilizamos um conjunto de obras, como poemas, muitos, acredita-se, solicitados pelo rei, e que em sua grande maioria compreendem-se também como literatura pedagógica.

Tivemos por objetivo, através das crônicas, fazer um mapeamento das pretensões dos discursos sobre Henrique V como um *rei virtuosíssimo*, rastreando os mecanismos de construção da imagem régia (os rituais e a relação entre as imagens do rei e as ações régias) e como isto foi importante para os escritores como um mecanismo no

---

<sup>3</sup> USK, Adam. *Chronicon Adae de Usk*. A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.

<sup>4</sup> WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido do latim por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

<sup>5</sup> CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*, Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

<sup>6</sup> CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

processo de construção da identidade inglesa no final da Idade Média. Há também de se pensar a relação entre tais mecanismos simbólicos com os próprios atos de Henrique V.

A construção da identidade inglesa no final da Idade Média, utilizando a imagem de Henrique V como um dos parâmetros para tal questão, nos mostra como o *ser inglês* era na verdade uma representação que pretendia estabelecer relações de inclusão e exclusão, através das características não só étnicas dos ingleses, mas também pelo uso da língua vernácula (presente também na estruturação de muitas narrativas) e também na exaltação das características marciais do povo inglês, formulando também uma noção de povo eleito e seus reis como guias enviados por Deus para um futuro de glória. Por esta razão, devemos ressaltar que Henrique V não era o único rei cuja imagem virtuosa fora produzida na narrativa. Ele divide, na verdade, um espaço de igual importância para reis como Eduardo o confessor; William o conquistador, Henrique III, Eduardo III; entre outros reis ingleses. Analisar a imagem de Henrique V, que emoldura virtudes também de proteção e justiça nas crônicas nos permite, através de um personagem, empreender profundamente as formas de produção da imagem régia e do discurso legitimador lancastriano num contexto de transformações políticas, sociais e também culturais na Inglaterra do final da Idade Média.

Esta Dissertação está dividida em duas partes, contendo no total quatro capítulos. Na primeira parte pretendeu-se apresentar ao leitor as bases teóricas e metodológicas para análise do tema de pesquisa que foi proposto. Visou apresentar o contexto inglês no século XV, os mecanismos de entendimento do pensamento político nesta época e como a imagem dos reis ingleses, através da narrativa, foi importante para a construção da imagem dos próprios ingleses.

No capítulo um, mostramos quem foi Henrique V através de uma percepção das fontes inglesas do século XV e os principais elementos de contexto que nos servem como suporte para análise dos discursos cronísticos da época para a construção da imagem régia. Tem-se inicialmente como foco principal apresentar ao leitor as principais ações de Henrique V como rei, e os principais eventos políticos que marcaram seu reinado, como o lollardismo e a Guerra dos Cem Anos. Apresentamos também um debate sobre o fato da imagem do rei supracitado ter sido produzida em épocas posteriores à sua morte, diga-se, durante a Guerra das Rosas. Apresenta-se também um debate acerca do pensamento político à época de Henrique V, dialogando com as principais vertentes da historiografia sobre a questão da centralização política e o processo de construção do Estado. Busca-se

também perceber como o *Reino* desenvolveu mecanismos de representação simbólica, através da constituição de um ideal de povo e sacralização da monarquia. Por último, este capítulo almeja mostrar ao leitor detalhadamente nossas fontes principais de pesquisa: as crônicas; podendo assim ter um suporte para analisa-las de modo a empreender a questão da imagem régia.

No capítulo dois iniciamos uma análise das fontes a fim de entender como a identidade inglesa foi constituída através do discurso cronístico e suas relações com o poder régio. Percebe-se neste capítulo a importância dos usos do passado como um instrumento não só legitimador de ideias e ideais, mas também como um elemento que também estruturava e presentificava a narrativa. Apresentamos as principais bases teóricas para analisar os conceitos de memória, tempo, passado e identidade para o estudo do poder régio. Nota-se na escrita cronística do século XV a formulação de ideias tais como os ingleses ligados a um passado mítico, que engloba tradições antigas, como as narrativas bíblicas, o passado da Cristandade e a própria história do reino inglês, com destaque uma história dos reis. Tais elementos narrativos pretendem afirmar que o passado tinha forte ação sobre os acontecimentos do presente.

Direcionamo-nos para a parte dois desta dissertação, em que analisamos com maior atenção a produção simbólica sobre Henrique V e que atuou na construção da imagem régia. Visamos através das fontes perceber como a imagem do rei supracitado foi constituída utilizando elementos do passado, mas também como o próprio rei tornou-se um personagem cuja narrativa influenciava na imagem da monarquia e do povo inglês, mesmo em épocas posteriores.

Através do terceiro capítulo percebemos a importância da literatura pedagógica no processo de sacralização da monarquia inglesa e também da própria imagem de Henrique V, e como estas narrativas também utilizam elementos do passado e representam uma identidade inglesa. Buscamos inicialmente apresentar brevemente ao leitor sobre a atuação de Henrique V como Príncipe de Gales, pois, foi neste momento que o mesmo ganha experiência política, participando do conselho régio, no combate às revoltas, para assim compreender uma fonte importante do início do século XV, o *The Regiment of Princes*, escrito por Thomas Hoccleve, um funcionário da corte e também poeta do período. Para isso, foi importante apresentar as principais características desta fonte e sua inclusão em meio a questões contextuais da época (como a crise econômica no final do reinado de Henrique IV e também a expansão de revoltas e do lollardismo) e

como o próprio autor elaborou tal texto. Vale ressaltar que também utilizamos um conjunto de poemas produzidos no reinado de Henrique V, como o antes citado *God save the king and keep the crown* e também a obra intitulada *The crowned king*, sendo esta segunda, acredita-se, talvez encomendada pelo rei, cuja narrativa nos mostra principalmente algumas lendas em torno do dia em que o monarca se prepara para a Batalha de Agincourt em 1415.

Enfim, o quarto capítulo faz um mapeamento da construção da imagem de Henrique V, através das narrativas tanto bíblicas, hagiográficas a memória sobre a ação do rei em batalhas, como Agincourt em 1415 e também a relação entre a imagem do rei e a imagem do reino inglês. Percebe-se na construção da imagem régia uma rede *intertextual* que inclui diversas tradições para assim formular uma figura ideal de Henrique V. Seja pelas comparações do mesmo com personagens bíblicos ou também aos próprios atos de Cristo, como também a relação entre eventos históricos da época com passagens e tradições bíblicas. Ao mesmo tempo discursos hagiográficos estão presentes em toda a narrativa de Henrique V, não só pela exemplificação pelos atos de devoção do rei para com Deus e os santos, mas também, pelo que seria a ação direta dos mesmos nos eventos políticos. Fato que torna também a própria escrita cronística numa escrita do sagrado. Analisamos a produção de memória sobre a Batalha de Agincourt tentando perceber como tal evento tornou-se estruturante nas fontes sobre o rei, inclusive em suas biografias e poemas. Agincourt representou em seu tempo uma possibilidade, não distante, de conquista do reino francês pelos ingleses. E, mesmo em épocas posteriores, após o fim da Guerra dos Cem Anos, o discurso sobre a batalha manteve-se vivo na produção literária inglesa, questão que podemos perceber no final do século XVI quando William Shakespeare escreve a peça *Henry V*, cujo roteiro engloba a campanha do rei para a França.

Tendo em vista o grande número de informações fornecidas ao leitor ao longo da dissertação, assim como a própria complexidade cronológica, representada pelos diversos eventos e acontecimentos que de alguma forma influenciaram a construção da imagem de Henrique V, como ainda os autores com quem trabalhamos, foram adicionados anexos para facilitar a compreensão. No anexo I o leitor encontrará uma cronologia que apresenta desde informações sobre datas acerca dos cronistas e outros autores que utilizamos neste trabalho, e eventos em torno do reinado de Henrique V e o contexto inglês no século XV. No anexo II, tendo em consideração que muitos não

possuem conhecimento geográficos com relação a Inglaterra e ao País de Gales, adicionamos mapas que possam, assim, facilitar os caminhos do leitor para com a pesquisa. No anexo III, encontra-se informações técnicas acerca das principais crônicas analisadas nesta pesquisa, com base nas informações apresentadas no quarto tópico do capítulo 1. Por último traz-se um extrato das fontes analisadas, contendo sua versão original e uma tradução livre.

Esta dissertação apoia-se sob duas hipóteses principais. Acreditamos que as fontes cronísticas do século XV produzem uma identidade pautada na noção de *ser inglês*, cuja imagem dos reis – que utiliza narrativas do passado – tornou-se uma unificadora das diversas identidades do reino. Pensamos ainda que a imagem de Henrique V foi produzida utilizando tais narrativas do passado, ao mesmo tempo ela foi afirmada e/ou remodelada posteriormente ao reinado de Henrique, seguindo as necessidades do presente, em um momento de afirmação do poder régio.

Devemos salientar que Henrique V é um monarca já bem estudado pela historiografia britânica. Todavia, boa parte dos estudos – mas não todos – fazem uma análise da sua imagem com base apenas em suas ações econômicas e administrativas, como também por seus atos em guerra. O fato do rei ser até hoje uma figura especial na memória coletiva dos ingleses nos mostra um processo de construção de identidade cuja imagem régia é um elemento de importante representação. Portanto, este trabalho busca contribuir com os estudos sobre a relação entre a política, a centralização do poder régio e a construção da identidade no reino inglês no final da Idade Média. Sintetizamos mais uma vez que o estudo de Henrique V não o torna a única figura que auxiliou na construção dos discursos de pertencimento na Inglaterra, ele ocupa um espaço de importância com outras figuras históricas inglesas e também personagens da Cristandade. Também se salienta que a identidade ligada ao poder régio não era a única possível de se perceber nos escritos ingleses na época, pois havia, aliás, um conjunto complexo de circuitos pelos quais o fenômeno da identidade poderia ser constituído. Esta pesquisa não pretende de forma alguma esgotar as interpretações sobre o assunto. As inferências aqui obtidas são resultado de um grupo não muito extenso de fontes do século XV que nos dão base para a compreensão do poder régio.

Tratando-se de uma dissertação, e considerando também o curto tempo de elaboração da mesma, de apenas dois anos, sabemos que há lacunas nas nossas interpretações. As representações em torno de Henrique V e da sociedade inglesa são

complexas, possuindo, assim, diversas formas de analisar e interpretar. O próprio leque de teorias para compreender as formas de utilização do passado por parte dos cronistas e tratadistas da época oferece também problemas complicados que não foi nossa intenção solucionar. Os resultados desse trabalho não são estáticos, podem num futuro serem questionados, tanto por mim, quanto por outro historiador. O objetivo desta pesquisa foi, sobretudo, abrir espaço no Brasil, mesmo que modestamente, para um estudo do poder régio, suas representações simbólicas e relações de identidade no medievo inglês na Baixa Idade Média. Alguns pontos de nossa pesquisa são possíveis de serem perceptíveis em outras monarquias, no entanto, a historiografia sobre a Inglaterra ainda avança em tais estudos.

Por fim, acredita-se ser importante apresentar minha trajetória acadêmica e que influenciou na elaboração desta pesquisa. Um interesse pela história e inclusive aspectos da história medieval e moderna surgiram ainda antes da graduação. Na mesma, realizada no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lá tive contato com eventos que contavam com historiadores internacionais e também disciplinas optativas com discussões sobre o medievo. Com o avanço da graduação, tive a oportunidade de trabalhar como estudante pesquisador no *LEPEM-Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística*, sob a orientação do Professor Dr. Marcelo Santiago Berriel. Este trabalho me fez entrar em contato, sobretudo, com uma historiografia que se dedica ao estudo das representações sagradas nas monarquias medievais, fato que impulsionou minha pesquisa monográfica sobre a construção da sacralidade régia e a imagem de Henrique V.

Os resultados obtidos durante a graduação despertaram um interesse pela continuidade dos estudos acerca do poder régio inglês, e principalmente sua relação com a construção da identidade inglesa, num mestrado. Ao qual devo destacar um interesse por fazer parte do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, onde tive contato com uma historiografia atualizada sobre o tema e também pude observar o leque de possibilidades de estudo acerca do poder no medievo. Devo, é claro, destacar o papel do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, do qual agora faço parte e, os debates em torno das representações simbólicas, diálogos com a Professora Dra. Vânia Leite Fróes, em suas diversas facetas no medievo, acabaram por me incentivar cada vez mais no estudo das representações no período chamado de medieval. Esta pesquisa encontra seu berço no *LEPEM*, e seu amadurecimento no *Scriptorium*, ela é resultado de um conjunto de debates não só de orientação, mas também com colegas de laboratório,



participação em eventos, que enriqueceram, e muito, o entendimento e um compromisso com um estudo renovado da Idade Média.

## **PARTE I – O REINO DOS INGLESES**

# CAPÍTULO I

## *O REINO DE DEUS E O*

### *REINO DOS INGLESES NO FINAL DA IDADE MÉDIA*

---

---

O medievo, ao contrário do que opiniões e ideias generalizantes e distorcidas costumam acreditar, desenvolveu formas de observação e análise do mundo e da vida. Organizou e ressignificou o passado, presente e o futuro, baseado nas heranças das tradições vétero e neotestamentária, além do passado céltico-germânico e greco-romano. No que se refere a questão política, os dez séculos que habitualmente chamamos de Idade Média produziram múltiplos conceitos em torno das entidades institucional e simbólica do *Rei e Reino*. Há teóricos sociais que afirmam o nascimento do “Estado Moderno” no final da Idade Média.

Quando falamos de “ser inglês”, “imagem régia”, “identidade de reino”, ou seja, noções que se tornam presentes nas fontes inglesas do final da Idade Média, tocamos na questão do que é o *Reino*. Ele deve, portanto, ser concebido pela dimensão institucional – que envolve a administração político-econômica e as prerrogativas do poder régio e/ou senhorial – mas também, pela percepção do desenvolvimento das ideologias e o imaginário. A Igreja, imperadores e reis buscaram parâmetros e modelos a sua volta: o *Reino Celeste, Jerusalém e Roma* foram os principais arquétipos políticos. Assimilar a imagem de Henrique V na produção de memória inglesa do século XV, a relação entre o passado e a construção do presente e, como sua imagem se reproduz como um discurso do que é “ser inglês”, é perceber a porção simbólica da política, que inclui, neste estudo, a visão dos cronistas e tratadistas do período acerca do que é o reino inglês e seu povo.

O fim da Idade Média foi responsável por uma transformação na estrutura administrativa dos reinos, pontuada pela centralização política e as transformação e

confirmação de simbolismos em torno da realeza. A Inglaterra viu um processo de centralização relativamente precoce (se considerarmos os debates em torno da historiografia), no qual se associa o contexto de guerras e mudanças nos séculos XIII ao XV, que consagraram a produção de memória sobre o *Reino*. Faz-se mister analisarmos como os historiadores visualizam o processo de centralização administrativa, a evolução do pensamento político e o desenvolvimento simbólico que foi característico em todos os reinos do Ocidente europeu.

### **1.1. PENSANDO A INGLATERRA DO SÉCULO XV.**

Henrique V, rei de Inglaterra e França, lorde da Irlanda, pertencente a Casa Lancaster, governou entre os anos de 1413-1422. Vivenciou um contexto de desafios à autoridade régia, manutenção da ordem e soberania da Igreja. A Inglaterra no século XV, assim como o restante da Cristandade, passava por transformações políticas e sociais. Vivenciou a peste no século anterior, ainda enfrentava a Guerra dos Cem Anos (1337-1453); a heresia lollardista ameaçava a Igreja como também a monarquia; no final do mesmo século outro grande evento colocará em risco a manutenção da ordem política com a Guerra das Rosas (1455-1487).

Inicialmente vemos este contexto como uma era de grandes crises, guerras e dificuldades de superação. Mas a Inglaterra do final da Idade Média também experimentou transformações no plano cultural, que de certa forma, impactaram também as mudanças políticas e sociais do século XV. É um momento de vasta produção literária (cantos e contos; biografias e crônicas; poemas) com destaque especial a crônicas que contavam a história inglesa e o uso da língua vernácula.

O personagem que guia esta pesquisa é Henrique V, um rei comumente associado a um “grande monarca”, “guerreiro”, “bom administrador”, “verdadeiro príncipe cristão e defensor da Igreja e do *Reino*”. Muito dessa imagem permanece até os dias atuais e, chama à atenção dos historiadores que almejam entender não só as nuances da figura do rei, mas também por quais razões essas imagens foram construídas. Ou seja,

o porquê que Henrique V foi associado a uma variedade de virtudes, levando em consideração uma análise da economia, cultura e política no século XV. Mesmo a historiografia possui formas diferenciadas de observar Henrique V: uns demonstram grande admiração por suas ações em guerra e também na manutenção da ordem pública; outros demonstram um criticismo em relação principalmente à suas campanhas na França em meio a Guerra dos Cem Anos, que para estes, significava uma “ vaidade ” do monarca afim de legitimar-se num contexto de dificuldades políticas.<sup>7</sup>

Se essa imagem de Henrique V, que também se impregnou no fazer historiográfico, se mantém viva até os tempos contemporâneos, é na verdade uma demonstração de como a mesma foi produzida, modificada ou ressignificada num período de longa duração. A produção de memória sobre tal rei não se restringe apenas aos anos em que esteve ao trono, aliás, ela se multiplica em épocas seguintes, principalmente pelo contexto ainda bélico e instável no qual a Inglaterra passara. Mesmo a imagem do rei, não foi construída baseada apenas em suas ações, mas sim, através da confluência de relatos do passado: fossem eventos, lendas, narrativas bíblicas, ações dos santos. A Guerra das Rosas no final da Idade Média inglesa teve grande impacto na produção de memória sobre os reis Lancaster, porém, mesmo cronistas ligados de alguma forma aos reis da dinastia York expressavam uma admiração à figura de Henrique V: um rei exemplar, cuja imagem e virtudes deveriam ser seguidas por outros monarcas, afinal Henrique V foi “ *the most victorious king* ”<sup>8</sup>

Henrique V tornou-se rei em no dia 20 de março de 1413 após a morte de seu pai Henrique IV. Não muito tempo depois, no dia 9 de abril do mesmo ano o rei fora coroado e ungido na Abadia de Westminster com o óleo de São Thomas Becket. O dia da coroação do rei nos mostra um conjunto de elementos que fazem parte da produção de memória sobre o mesmo. Não existe um relato, diríamos “ oficial ” sobre a sagração do monarca, porém as narrativas sobre o evento encontram-se diluídas em crônicas e biografias, como também em poemas do século XV. Alguns pontos devem ser destacados, e que nos mostram também o próprio contexto inglês no século XV.

---

<sup>7</sup> ALLMAND, Christopher. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992. p. 1.

<sup>8</sup> CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*, Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858. p. 125. “ O mais vitorioso dos reis ” (Tradução Livre do Autor).

O dia da coroação foi um domingo, seguia uma tradição que se manteve viva desde os primeiros reis Plantagenetas, no qual os reis deveriam ser consagrados no primeiro dia da semana (coroação e casamento), ou pelo menos em datas especiais do calendário cristão. Henrique V não foi apenas ungido num domingo, era também Páscoa. Segundo os cronistas do período havia uma grande nevasca, um tanto incomum para a primavera. Thomas Walsingham, um monge da Abadia de St. Albans em Hertfordshire, contemporâneo a Henrique V faz um relato interessante sobre a coroação em sua *Chronica Maiora*,<sup>9</sup> que foi reproduzido por outros escritores do período. Primeiro mostra que o rei foi ungido em Westminster pelas mãos do Arcebispo de Canterbury. Quando a nevasca é observada, muitos teriam pensado que era um sinal de tempos difíceis à frente, apostavam que o rei seria um homem de “atos frios” no comando do reino.<sup>10</sup> Já outros que conheciam a gentileza e bondade do rei apostavam que o clima demonstrava como ele seria um grande guerreiro, poria fim as tempestades e congelaria o vício, fazendo nascer os frutos da virtude.<sup>11</sup> Logo à frente Thomas Walsingham utiliza o texto bíblico para justificar que o mal tempo na coroação do rei não significava presságios ruins, mas sim o aparecimento das virtudes do rei, no qual todo o povo, como bons súditos, deveriam seguir: *Winter is now past/The rains are over and gone*<sup>12</sup>. O discurso de Walsingham não é isolado das questões contextuais do período, Henrique V assume o trono num momento de busca pela ordem e manutenção da autoridade régia.

O fim da década de 1390 será marcada pelo início das instabilidades em torno do governo de Ricardo II. A nobreza do reino acusava o rei de tirania e a ausência de herdeiros ao trono ocasionou um problema de sucessão. Revoltas e rebeliões atingiram a Inglaterra, até um momento no qual o rei não tinha mais controle dos problemas que lhe afetaram. Neste contexto, Henrique de Bolingbroke, então Conde de Derby é transformado por Ricardo II em Duque de Hereford em um momento em que o rei criara outros ducados. Christopher Allmand cita um diálogo entre Hereford e o Duque de Norfolk, que afirmava que Ricardo II em breve os prejudicaria. Mesmo sendo uma conversa informal, John de Gaunt utilizando de sua rivalidade com Norfolk denuncia o

---

<sup>9</sup> WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

<sup>10</sup> WALSINGHAM. *Ibidem*, p. 390.

<sup>11</sup> WALSINGHAM. *Idem*, p. 390.

<sup>12</sup> WALSINGHAM. *Idem*. p. 390. Bíblia de Jerusalém. Ct. 2:11. Vê o inverno: já passou/Olha a chuva: já se foi.

caso ao rei, que envia Hereford e Norfolk para exílio.<sup>13</sup> Logo depois John de Gaunt falece, e o ducado de Lancaster que deveria ser repassado para Bolingbroke, ficou sobre a administração da coroa.

Em maio de 1399 Ricardo II foi para a Irlanda combater uma rebelião liderada por MacMurrough. Neste caminho, levou consigo seus primos Henrique de Monmouth (futuro Henrique V) e Humphrey de Gloucester. Há uma discordância entre historiadores sobre as razões para que Ricardo II tivesse mantido Henrique de Monmouth na corte após o exílio de seu pai. Para Christopher Allmand, o ato do rei era uma tentativa de manter o jovem sob observação. Já para Charles Kingsford, um ato de bondade do monarca para com seu primo, principalmente após a morte de John de Gaunt.<sup>14</sup> Com a ausência de Ricardo II na Inglaterra, Henrique de Bolingbroke inicia seus planos para recuperar seus títulos e tomar a coroa. Adquiriu vários aliados e em meados de 1399 usurpa o trono, tornando-se Henrique IV e instituindo uma nova dinastia.

Embora Henrique IV tenha assumido o trono e obtido vários aliados, dentro do reino, ainda haviam fiéis a Ricardo II, mesmo após sua morte. Os primeiros meses de seu reinado já eram marcados por turbulências políticas. Segundo Charles Kingsford os filhos do rei em dezembro, teriam adoecido e fontes afirmavam boatos que os mesmos foram fruto de envenenamento.<sup>15</sup> Já em 1400, um conjunto de rebeliões ocorreram em Cheshire,<sup>16</sup> região de grande lealdade ao antigo rei. Houve também turbulências com escoceses e levantes na fronteira, complementando um levante no país de Gales, pelo fim da influência inglesa na região. Entretanto este último evento nos chama a atenção, fato que teria auxiliado o Príncipe de Gales adquirir experiência militar.

Para historiadores, como Edward Powell<sup>17</sup> a era Lancaster será marcada por três contextos que se relacionam também com a questão da legitimação política: as guerras, os serviços e as finanças. A guerra foi o principal motivo de afirmação dinástica e Agincourt em 1415, consolidou a realeza ao trono. Entretanto a preocupação monárquica com o crescimento de batalhas, se relacionava com o temor de um aumento do poder administrativo da nobreza e também a dependência econômica, principalmente no que

---

<sup>13</sup> Para um relato ampliado acerca do diálogo entre Hereford e Norfolk. C.f. ALLMAND, *Henry V...Op. Cit.*, p. 11.

<sup>14</sup> CURRY, *Op. Cit.*, pp. 16-17.

<sup>15</sup> KINGSFORD, *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>16</sup> Ver anexo II, Mapa I.

<sup>17</sup> POWELL, Edward. Lancastrian England. In: ALLMAND, Christopher (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol II, c.1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 458.

tange a instituição de impostos para bancar os gastos militares. A preocupação com a questão da ordem se manteve viva desde os anos de Ricardo II e se intensificou durante o reinado de Henrique IV, e continuou presente nos anos de Henrique V ao trono. Henrique V convocou e comandou um total de quatro parlamentos durante seus anos de reinado. Em todos eles eram ainda possíveis perceber um “clamor” pela ordem.<sup>18</sup>

Entretanto entre esses quatro parlamentos, principalmente aqueles dos anos de 1414 e 1417 é quando podemos perceber, segundo Christopher Allmand, maior atenção para a questão da ordem, ressaltados pelos bispos Beaufort e Langley. Embora Henrique V tenha conseguido neutralizar as revoltas que tomaram conta do panorama político dos primeiros anos dos Lancaster no poder, um novo movimento ameaçava a ordem tanto almejada pela monarquia: a heresia lollardista. Desde os últimos anos de vida de John Wyclif havia certo temor que em algum momento os lollardos iriam atacar a estabilidade da sociedade, direcionando suas críticas para duas instancias principais da sociedade inglesa: a Coroa e a Igreja.<sup>19</sup> Uma comissão realizada em 20 de janeiro de 1414 foi montada para investigar heréticos em Londres e na região de Middlessex (principais pontos onde se acreditava que os lollardos atacariam primeiro à ordem) no qual a coroa dava poder para atuar contra traidores, insurreições, rebeliões ou quem atentasse contra a dignidade da coroa e da Igreja. Já em 21 de janeiro do mesmo ano, Allmand aponta que foi lembrado que o rei estava agindo contra os heréticos como um verdadeiro Príncipe Cristão, fundado principalmente nos seus juramentos da sagração.<sup>20</sup>

Fontes do século XV nos mostram que o problema da heresia na Inglaterra deixou de ser algo apenas do plano religioso. Debatido no parlamento em Leicester entre abril e maio de 1414, os lollardos tornaram-se uma questão de manutenção da lei e da ordem. Um dos maiores relatos sobre o processo de julgamento de John Oldcastle (um dos principais líderes da heresia no início do século XV) está presente na narrativa cronística de Thomas Walsingham. Londres era a principal região da Inglaterra que “sofria” com as ameaças lollardas. Segundo Walsingham os heréticos fixaram nas Igreja da cidade suas doutrinas “pervertidas” e ameaçavam aqueles que fossem contra seus ideais.<sup>21</sup> Liderados por Oldcastle que sendo um “grande guerreiro em batalha, mas

---

<sup>18</sup> ALLMAND. *Op. Cit.*, p. 306.

<sup>19</sup> ALLMAND. *Ibidem*, p. 307.

<sup>20</sup> ALLMAND. *Idem*, p. 307.

<sup>21</sup> C.f. WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 390.



herético”<sup>22</sup> se garantia de uma amizade que possuía para com o rei. Nesse momento o Arcebispo de Canterbury, Thomas Arundel convocou em Londres clérigos para investigar John Oldcastle. O lollardismo questionava principalmente os sacramentos da igreja e a função dos clérigos como únicos intermediários entre o mundo natural e sobrenatural. Acabou que a própria heresia também questionava os fundamentos da autoridade régia, já no século XV fontes afirmam que os heréticos pretendiam matar Henrique V no dia da Epifania.<sup>23</sup>

Ao mesmo tempo estes discursos sobre os lollardos não estão livres das ideias daqueles quem detinham o poder espiritual na Idade Média, e se sentiam ameaçados com a heresia. Como bem apontado pelo historiador Jérôme Baschet, o herético assim o é, pois, a autoridade eclesiástica o definiu como tal, organizando, assim, o poder da Igreja como instituição dominante na sociedade feudal.<sup>24</sup> E mesmo essa ideia, do qual a heresia questionava a autoridade régia, tornou-se, sobretudo, a partir do século XIII, comum nos discursos dos intelectuais, como podia ser percebido pelos autores na França daquele período.

Não haveria nenhum sentido em se perguntar, como quer um velho tema historiográfico, se as heresias constituem um fenômeno “social” ou um fato “religioso”. Seria igualmente absurdo negar que se trata de um fenômeno social sob o pretexto de que o catarismo se expandiu, finalmente, em todos os meios (mas, ao menos em sua fase crítica, ele é sobretudo característico de uma parte das elites urbanas, aristocráticas e mercantis). É necessário, com efeito, lembrar que a Igreja é, na Idade Média, a própria forma de organização social e a instituição que a domina. Atacar a Igreja e solapar os fundamentos de sua posição, como fazem as correntes heréticas, é uma questão que não é nem social, nem religiosa, por que ela é *indissociavelmente* social e religiosa.<sup>25</sup>

John Oldcastle é derrotado pelo rei durante outra insurreição da heresia em 1416. Com isto, a heresia fora praticamente esmagada, restando apenas poucos adeptos que com o tempo foram desaparecendo. A narrativa sobre o lollardismo, ocupa, aliás, um espaço

---

<sup>22</sup> WALSINGHAM. *Idem*, p. 390. “His worth as a knight made him a dear friend of the king, but he was deeply suspect because of his evil heretical opinions.” / “Sua importância como cavaleiro o fez um querido amigo do rei, mas ele era extremamente suspeito devido suas opiniões heréticas”. (**Tradução Livre do Autor**).

<sup>23</sup> C.f. CAPGRAVE. *Op. Cit.*, pp. 127-128.

<sup>24</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal – do ano mil à colonização da América*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009. p. 222.

<sup>25</sup> BASCHET. *Ibidem*, p. 227.

importante na narrativa de Henrique V para exaltar suas virtudes devocionais com relação à Igreja, suas habilidades guerreiras, no momento em que o mesmo lança campanhas militares para derrotar os hereges e também exalta suas habilidades administrativas, já que o mesmo procurava manter a ordem no reino, evitando assim a ação dos hereges.

Porém, boa parte da narrativa de Henrique V nas crônicas dedica-se muito mais ao período em que o rei se manteve fora da Inglaterra. Diferente de reis, como Ricardo II e Henrique IV, cujos cronistas dedicavam relatos sobre as revoltas camponesas e aristocráticas, e também os desafios de manutenção da autoridade régia, os autores sobre Henrique V narram na grande maioria sua ida à França em batalhas durante o evento que chamamos de Guerra dos Cem Anos. O que há em comum entre todos os autores é um destaque maior em alguns eventos, como a insurreição lollarda, a Batalha de Agincourt e as outras campanhas na França e também a visita do Imperador do Sacro-Império, junto com a questão do cisma papal do ocidente na época. Na tabela abaixo é possível observar com clareza como Thomas Walsingham estrutura a narrativa do rei, estrutura esta que era similar nos outros autores analisados nesta pesquisa.

As batalhas, do qual o rei atuou e que fazem parte da Guerra dos Cem Anos são os principais destaques dos cronistas, sobretudo pelo que elas representaram na época: a maior possibilidade dos ingleses em conquistar o reino francês, tendo em mente que com o casamento de Henrique V com Catarina de Valois em 1420, possibilitou a assinatura do Tratado de Troyes, no qual o rei francês retirava de seus herdeiros o direito ao trono francês e assim declarava a Henrique V. Para Christopher Allmand,<sup>26</sup> o momento em que Henrique V se direciona à batalhas em 1415, visto por muitos historiadores um ato de “ vaidade”, representava muito mais que isso, era a intenção de manter a coroa e seus direitos perante às elites políticas parlamentares e aristocráticas da Inglaterra, evitando assim a diminuição do poder régio.<sup>27</sup>

Mas devemos também entender quais foram, mesmo que de forma sistemática, o que foi o evento da Guerra dos Cem Anos. Período por vezes não muito conhecido no Brasil e que merece um destaque em nossa análise. Primeiro devemos ter em mente que este período, do qual chamamos de “cem anos” durou muito mais, 116 para ser exato. Segundo, é também a falta de unidade no evento, já que ao invés de uma guerra constante,

---

<sup>26</sup> ALLMAND, Christopher. *Society at war – The experience of England and France during the Hundred Years War*. Edimburgo: Oliver & Boyd, 1973.

<sup>27</sup> ALLMAND. *Ibidem*, p. 3.

foram um conjunto de batalhas intermitentes, havendo períodos sem confrontos diretos entre os reinos envolvidos: França e Inglaterra. O problema da unidade do evento, no entanto, para Christopher Allmand não parece se revelar para os homens medievais. Embora o título “Guerra dos Cem Anos” seja algo a *posteriori* à Idade Média, os indivíduos da época reconheciam plenamente que todos os eventos bélicos se tratavam de uma mesma guerra.

The unity which the name recognises is not something which has been imposed upon it by a later age, all too anxious to attach labels to movements or events, however misleading these may be: men in the fifteenth century fully recognised that the war which had broken out between the two countries in the late thirteenth century was fundamentally the same war over a century later.<sup>28</sup>

Outro ponto de debate em torno do evento se dá pelas causas da guerra. Allmand afirma que parte da historiografia enxerga os motivos, através de um confronto entre dois sistemas, ou *Estados*, que se desenvolveram no final da Idade Média, já para outros, a razão seria um conflito sobretudo feudal, no qual estava em jogo as prerrogativas senhoriais dos ingleses na França e a soberania da monarquia francesa.<sup>29</sup> Acreditamos neste trabalho que ambos os modelos de interpretação estão corretos e ao mesmo tempo envolvem um conjunto de desafios ao pesquisador. De fato, o rei inglês reivindicava terras e o trono francês, ao mesmo tempo, como no restante da Europa, a monarquia francesa buscava centralizar o poder régio. As causas da guerra se encontram no século XI, quando, após a invasão normanda na Inglaterra por William o Conquistador na Batalha de Hastings, o mesmo torna-se rei dos ingleses. Não tardaria para que as tensões entre a França e Inglaterra se iniciassem, já que o grande número de posses por parte da monarquia inglesa na França já ameaçava o poder dos reis franceses. Anos mais tarde, já no século XII com o rei Henrique II, o número de posses herdadas pelos reis ingleses na

---

<sup>28</sup> ALLMAND. *Ibidem*, p. 1. “A unidade que o nome reconhece não é algo que lhe foi imposta por uma era posterior, muito desejosos para anexar rótulos a movimentos ou eventos, por mais enganosos que sejam: homens no século quinze reconheceram plenamente que a guerra que havia estourado entre os dois países no final da década de trinta (do século XIV) foi fundamentalmente a mesma guerra ao longo de um século depois.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>29</sup> ALLMAND. *Idem*, p. 1.

França cresceu exponencialmente, fazendo com que historiadores como Robert Bartlett,<sup>30</sup> entre outros, chamassem de o grande Império Angevino.

The Norman and Angevin kings were not only kings of England but also rulers of large parts of France, while many of their barons, and indeed lesser vassals, held lands on both sides of Channel. There were corresponding links between the ecclesiastical establishments in England and northern France. There was no question that England was part of Europe and it was a Europe that was undergoing relatively rapid change in this period, as demographic and economic growth was accompanied by transformations in cultural and religious life.<sup>31</sup>

Nos séculos XII e XIII diversas batalhas ocorreram entre ambos os reinos. A Batalha de Bouvines durante o governo do rei João o Sem Terra marcou a perda das terras inglesas na França. Porém, Henrique III e Eduardo I não hesitaram em declarar conflitos contra a França, travando lutas com Luís IX e Felipe o Belo. Já no século XIV as contendas entre Inglaterra e França tomaram proporções maiores. Logo após a morte de Carlos IV instaurou-se na França um problema sucessório. Dentre os herdeiros ao trono estava Eduardo III da Inglaterra por parte de sua mãe, irmã de Carlos IV. Entretanto, com base na *lei sálica*, em que um rei não poderia herdar o trono por linhagem materna o reino fora transferido para Felipe VI de Valois. Eduardo III, assim, inicia suas reivindicações ao trono começando os conflitos em 1337.

Inicialmente os ingleses tiveram êxito nas batalhas de Crécy e Poitiers. Essas vitórias impactaram a produção de memória da monarquia inglesa, mas também aumentou o poder do Parlamento. Segundo John Watts:

The second major consequence of the war was its effect on English political and governmental arrangements. The extensive campaigning of the 1340s, 1350s and 1370s strengthened the institution of Parliament and accustomed the English to regular taxation. As in

---

<sup>30</sup> BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings – 1075-1225*. Oxford: Clarendon Press, 2000.

<sup>31</sup> BARTLETT. *Ibidem*, p. 2. “Os reis normandos e angevinos não eram apenas reis da Inglaterra, mas também os governantes de grande parte da França, enquanto muitos de seus barões, e certamente vassalos menores, obtiveram terras dos dois lados do Canal. Havia ligações correspondentes entre os estabelecimentos eclesiásticos na Inglaterra e norte da França. Não havia dúvida de que a Inglaterra era parte da Europa e foi uma Europa que estava passando relativamente por uma rápida mudança neste período, como o crescimento demográfico e econômico foi acompanhado de transformações na vida cultural e religiosa.” (Tradução Livre do Autor)

France, however, the military, fiscal and administrative developments of the period had both integrative and disruptive effects. While Edward III was an active leader, the English realm was united, and its resources tapped as never before, but the king's decline into dotage from about 1370 combined with defeat in France to produce serious political conflicts between the representatives of the political community and the nobles, courtiers and officers around the king.<sup>32</sup>

Após o êxito em Poitiers, o monarca João II da França foi aprisionado e o Tratado de Brétigny fora assinado, concedendo parte do norte francês aos ingleses e também consolidando a supremacia destes na França. Ao mesmo tempo, com o aprisionamento de João II, a aristocracia francesa entrou em colapso, fato que irá se manter até o início do século XV.

Até Henrique V entrar em cena, o mais perto que a Inglaterra chegou de seus objetivos foi o Tratado de Brétigny. Este foi elaborado em 1360, quando em consequência das vitórias espetaculares de Eduardo III nas batalhas de Crécy (1346) e Poitiers (1356), a França entrou em convulsão e seu rei João II foi feito prisioneiro pelos ingleses. (...)<sup>33</sup>

A administração dos territórios conquistados por Eduardo III ficou sob comando do príncipe herdeiro Eduardo o Príncipe Negro. Todavia, sua forma de governar, vista inclusive por alguns historiadores como “tirânica”, fez com que tais terras fossem perdidas. Eduardo III morre em 1377 e seu neto Ricardo II ascende ao trono. Com política mais pacifista o rei procurou estabelecer uma trégua entre ambos os reinos, instaurando um período que a historiadora Anne Curry chamou de uma espécie de “guerra fria”, no qual faíscas eram liberadas, mas sem derramamento de sangue.<sup>34</sup>

A “paz” encenada acabará com a chegada de Henrique V ao trono e a ocorrência de Agincourt em 1415. Já citamos antes os resultados obtidos a partir das vitórias de Henrique V na França. Porém, essas conquistas, tanto almejadas pela monarquia, foram mais tarde, durante o reinado de Henrique VI, perdidas. É após o fim da Guerra dos Cem

---

<sup>32</sup> WATTZ, *Op. Cit.* p. 183. “A segunda maior consequência da guerra foi o seu efeito sobre os arranjos políticos e governamentais da Inglaterra. A extensa campanha dos anos 1340, 1350 e 1370 fortaleceram a instituição do Parlamento e acostumados a uma tributação regular. Como na França, no entanto, os militares, os desenvolvimentos fiscais e administrativos do período tiveram efeitos tanto integradores e destrutivos. Enquanto Eduardo III era um líder ativo, o reino inglês foi unido e seus recursos aproveitados como nunca antes, mas declínio do rei de cerca de 1370 combinado com a derrota da França, produziu graves conflitos políticos entre os representantes da comunidade política e os nobres, cortesãos e oficiais ao redor do rei.” **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>33</sup> BARKER, *Op. Cit.* p. 33

<sup>34</sup> CURRY, Anne. *The Hundred Years War – 1337-1453*. Oxford: Osprey Publishing, 2002. p. 54.

Anos em meados do século XV, que se inicia outro conflito: a chamada Guerra das Rosas ou Guerra das Duas Rosas. Evento que, embora posterior à morte de Henrique V, também impactou sua produção de memória.

São muitos os trabalhos já feitos sobre as batalhas envolvendo os Lancaster e York no século XV, produzindo interpretações diversas acerca das causas do evento e a própria cronologia da guerra. De um modo geral, a historiografia mais recente ainda caracteriza a Guerra das Rosas como um evento intermitente que durou entre 1455 e 1485. Três dinastias e diversos reis ocuparam o trono durante o contexto: Lancaster/York e Tudor. Consequentemente, Henrique VI (1422-1461/1470-1471), Eduardo IV (1461-1470/1471-1483), Eduardo V (1483), Ricardo III (1483-1485) e Henrique VII (1485-1509).

A guerra, numa interpretação ampliada e generalizada é fruto das consequências do fim da Guerra dos Cem Anos em 1453, somada ao reinado ineficaz de Henrique VI, considerado por muitos um “rei fraco”. A perda do trono francês e da Normandia, aliada aos momentos de insanidade mental de Henrique VI, gerou tensões políticas entre a monarquia e a nobreza do período. As origens da Guerra das Rosas iniciada em 1455 são diversas, e embora se associe a briga pelo controle do conselho régio entre Edmundo Beaufort (Duque de Somerset) e Ricardo Plantagenet (Duque de York), há debates na historiografia sobre as reais razões de seu início. Da mesma forma, há discordâncias sobre a data do fim do evento, normalmente associada à vitória de Henrique VII em Bosworth Field em 1485 e o casamento deste com Elizabeth de York. Entretanto, para Michael Hicks,<sup>35</sup> o pesquisador que se dedica ao estudo da Guerra das Rosas, deve ter em mente um período mais ampliado, talvez até 1497: “The last serious challenge was in 1497, with the defeat and capture of the pretender Perkin Warbeck, but the potential threat supposedly posed by the White Rose of York continued at least until 1525.”<sup>36</sup>

Já a historiadora britânica Christine Carpenter, constrói uma análise da Guerra das Rosas considerando todo o contexto político e social da Inglaterra no século XV.<sup>37</sup> A autora afirma que um entendimento das causas da guerra deve levar em consideração as

---

<sup>35</sup> HICKS, Michael. *The Wars of the Roses – 1455-1487*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

<sup>36</sup> HICKS. *Ibidem*, p. 7. “O último desafio sério foi em 1497, com a derrota e captura do pretendente Perkin Warbeck, mas a ameaça potencial supostamente representada pela Rosa Branca de York continuou pelo menos até 1525.” (Tradução Livre do Autor).

<sup>37</sup> CARPENTER, Christine. *The War of the Roses: Politics and constitution in England c. 1437-1509*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

transformações políticas da Inglaterra no momento da deposição de Ricardo II e ascensão de Henrique IV em 1399. Da mesma forma, para a autora as lutas por legitimação política levada a cabo pelos Lancaster durante a primeira metade do século XV, são um conjunto de relações estabelecidas entre o poder central representado pela monarquia e as relações com a aristocracia. Entendendo este panorama político é possível ter em mente as questões que levaram às tensões no reinado de Henrique VI a partir de 1450, e que causaram ao início dos embates com os York.

A guerra é fruto das instabilidades que Henrique VI sofreu desde o momento em que assumiu o trono inglês em 1422 com apenas 9 meses de idade. Embora neste momento o poder dos Lancaster já estivesse legitimado, as batalhas pelo controle regencial levaram a uma crise política na década de 1420. Após a morte de Henrique V, o mesmo deixa seu irmão John, Duque de Bedford com o controle da França – agora conquistada – e como regente da Inglaterra até a maioridade de Henrique VI. Já Humphrey, Duque de Gloucester assume os cuidados do jovem rei, fato que o levará reivindicar os direitos de regência por suas “virtudes de posição”. As pretensões do Duque de Gloucester causaram grande desconforto no âmbito da aristocracia que contestava seus direitos como regente. Tais disputas na Inglaterra atrapalharam os planos ingleses de controle da França e, segundo Edward Powell, já em 1429, podemos observar sinais de que a Inglaterra perderia suas chances de dominação total da França.

The spring and summer of 1429 marked a turning-point in the war. The defeats at Orleans and Patay put an end to any realistic prospect that the Lancastrians could conquer France and inflict a final defeat on Charles VII. Now Bedford's energies were devoted to a military holding operation. Control over Paris and its environs was formally handed over to the duke of Burgundy, leaving Bedford free to concentrate on the defence of Normandy. (...) In November 1429 Henry VI was crowned at Westminster, and the following year, assisted by a double subsidy from parliament, he led an expedition to France. In December 1431, after much delay because of the precarious military situation, the ten-year-old Henry VI was crowned king of France at Notre Dame.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> POWELL. *Op. Cit.*, p. 465. “A primavera e o verão de 1429 marcaram a virada nos rumos da guerra. As derrotas em Orleans e Patay puseram fim a qualquer perspectiva realista de que Lancaster pudessem conquistar a França e infligir uma derrota final a Charles VII. Agora, as energias de Bedford foram dedicadas à uma operação de controle militar. O controle sobre Paris e seus arredores foi formalmente entregue ao duque de Borgonha, deixando Bedford livre para se concentrar na defesa da Normandia. (...) Em novembro de 1429, Henry VI foi coroado em Westminster, e no ano seguinte, auxiliado por um duplo subsídio do parlamento, liderou uma expedição para a França. Em dezembro de 1431, depois de muita

Diversos acordos entre borgonheses e franceses foram firmados afim de evitar novos embates com a Inglaterra, gerando a chamada “paz de Arras”. Todavia, segundo Powell, a “paz” promovida por Arras significou um colapso para a construção de uma monarquia dual inglesa. Já em 1437, com dezesseis anos, Henrique VI assume o trono com poderes de rei. Henrique VI era um monarca frágil e com poucas habilidades para governar, além de ser constantemente dominado por aqueles a seu redor. Era comum, inclusive, que houvessem comparações entre o mesmo e seu pai, Henrique V. Os maiores interesses de Henrique VI eram espirituais e educacionais.<sup>39</sup>

Na década de 1450, após as derrotas na França lideradas pelo Duque de Somerset e que pôs fim a Guerra dos Cem Anos, parte da aristocracia inglesa liderada por Ricardo Plantagenet de York, reclamava a demissão de Edmundo Beaufort do conselho régio. O Duque de York formou a chamada liga de barões em que Ricardo Neville, Barão de Warwick possuía maior influência política na Inglaterra. Neste momento, Henrique VI já apresentava momentos de insanidade, mas ainda assim tinha aliados no âmbito da aristocracia. O rei negou veemente a demissão de Beaufort o que levou ao início das tensões entre a monarquia e a aristocracia aliada aos York.<sup>40</sup>

O primeiro conflito envolvendo os aliados do rei e seus oponentes ocorreu em 1455, conhecido como a primeira Batalha de St. Albans. Ricardo de York liderou um grupo de homens contra o rei e a vitória inicial foi dos Yorkistas, mas ainda assim Henrique VI permaneceu no trono até 1460. Neste momento os exércitos de Lancaster foram derrotados em Northampton, momento em que Ricardo de York reclama para si o trono inglês. Henrique VI é aprisionado.

Embora o Duque de York tenha se consagrado o sucessor de Henrique VI, o mesmo foi assassinado em Wakefield em dezembro de 1460 combatendo os últimos aliados dos Lancaster. Doravante, seu filho fora consagrado Eduardo IV em 1461 e coroado em Westminster. Enquanto esteve no trono, inicialmente, o barão de Warwick e outros aristocratas exerciam grande influência na política do reino. Todavia, após alguns anos, o rei centraliza seu poder, entrando em contendas com a nobreza. “Warwick and

---

demora devido à situação militar precária, Henry VI, de dez anos de idade, foi coroado o rei da França em Notre Dame” (Tradução Livre do Autor)

<sup>39</sup> POWELL. *Ibidem*. P. 466.

<sup>40</sup> HICKS, *Op. Cit*, p. 11.



Neville Family dominated the early years of the dynasty, but gradually Edward IV asserted his independence. Warwick denounced the king's evil councillors and found an ally in Edward's brother George Duke of Clarence, who wanted to marry Warwick's daughter Isabel."<sup>41</sup> As conspirações do Barão de Warwick que agora tornou-se Conde de Warwick no entanto falharam e o mesmo refugiou-se nos Países Baixos. Lá reconciliou-se com os Lancaster, sob influência principalmente das ações de Margarida de Anjou, esposa de Henrique VI. Logo após o Barão retorna à Inglaterra contra Eduardo IV. Henrique VI reassume o trono, mas sem os poderes de fato, apenas simbolicamente.

Em 1471, as forças de Eduardo IV se levantam contra Henrique VI. Na batalha de Barnet, o rei Lancaster é aprisionado na Torre de Londres e morto junto com seu filho e herdeiro. Inicialmente a Guerra parecia resolvida. Após a morte de Eduardo IV, seu filho Eduardo V assume o trono em 1483 com apenas 12 anos de idade. Mas as armações políticas se mantiveram e o tio do então rei, Ricardo, Duque de Gloucester usurpa o trono, tornando-se Ricardo III.

Neste momento as disputas entre Lancaster e York retornaram. Henrique Tudor, senhor de Richmond iniciou suas pretensões ao trono da Inglaterra. Aliou-se aos Lancaster e em 1485 liderou um exército de cinco mil homens para o campo de Bosworth. O exército de York era maior em número de homens, aproximadamente 10 mil, mas Ricardo III foi morto, pondo "fim" a Guerra das Rosas e Henrique Tudor tornando-se Henrique VII. Afim de resolver os problemas relacionados a sua legitimidade ao trono, o rei Tudor casa-se com Elizabeth de York, unindo as duas famílias. A historiografia afirma que a vitória final foi Lancaster. As consequências da Guerra das Rosas foram diversas, porém a historiografia medieval aponta que as mesmas foram mais significativas para a política e os nobres do período. Segundo Hicks, a população comum da Inglaterra pouco sentiu os efeitos do evento.

The Wars of the Roses had no perceptible effect on the population or labour force. If the population of England and Wales at this time was no more than two million, the proportion of combatants even in 1461, perhaps the largest and most closely contested battle, it was estimated, probably reliably, that 28,000 people were slain, with others being

---

<sup>41</sup> HICKS. *Op. Cit.*, p. 40. "As famílias de Warwick e Neville dominaram os primeiros anos da dinastia, mas gradualmente Eduardo IV afirmou sua independência. Warwick denunciou os maus conselheiros do rei e encontrou como aliado o irmão de Eduardo, George, Duque de Clarence, que queria se casar com a filha de Warwick, Isabel." (Tradução Livre do Autor)

drowned in the River Cock and cut down in thorough mobilisation over the kingdom; heaps of bodies supposedly impeded soldiers as they fought. Casualties were likely to have been around 50 per cent overall – an astonishing proportion – rather less presumably for the Yorkists and rather more for the Lancastrians, most of whose leaders were slain.<sup>42</sup>

Todos estes eventos que tomaram conta do panorama político na Inglaterra do século XV, foram, aliás, resultado de um sistema que crescia cada vez mais, a construção política e simbólica do *Reino* ou talvez aquilo que os historiadores de várias vertentes, chamam de construção do *Estado Moderno*.

## 1.2. O PENSAMENTO POLÍTICO À ÉPOCA DE HENRIQUE V.

No final da Idade Média a Europa não era única. Embora existisse a união político-religiosa da Cristandade, ela estava rodeada de diversos reinos e culturas, também identidades. É um contexto no qual podemos chamar de “experiência política dos Reinos”. O *Reino* político, mas também o *Reino* simbólico: o *Reino de Deus*. Pois, todo *Reino Terrestre* era, ou pretendia ser, a imagem do *Reino dos Céus*. Ao longo dos séculos XIII ao XV, podemos ver um processo de centralização político-administrativa que fomentou a elaboração de novas ideias políticas.

Tratadistas, publicistas, cronistas, entre outros teóricos do poder, baseavam suas ideias influenciados pelo tomismo político e pela filosofia aristotélica resgatadas no âmbito das universidades dos séculos XII e XIII. Em meio as novas ideias e, a centralização do poder, modelos já existentes, como o feudalismo e a teocracia permaneceram vivos, interagindo ou se confrontando com as novas formas de

---

<sup>42</sup> HICKS. *Ibidem*, p. 88. “A Guerra das Rosas não teve efeito perceptível sobre a população ou a força de trabalho. Se a população da Inglaterra e do País de Gales não era mais do que dois milhões, a proporção de combatentes mesmo em 1461, talvez a maior e mais disputada batalha, foi estimado, provavelmente, de forma confiável, que 28 mil pessoas foram mortas, e outras afogadas no River Cock e reduzindo a mobilização sobre o reino; montes de corpos supostamente impediram os soldados enquanto lutavam. Os acidentes deveriam ter sido de cerca de 50 por cento em geral – uma proporção surpreendente – bem menos presumivelmente para os Yorkistas e um pouco mais para os Lancastrianos, a maioria dos quais os líderes foram mortos.” (Tradução Livre do Autor)

pensamento político. O crescimento da experiência política dos reinos na Baixa Idade Média é resultado, sobretudo, da emergência de um novo mundo, que transformou a perspectiva universalista do Império. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização e desenvolvimento comercial se uniu à decadência do feudalismo, possibilitando o desenrolar de um movimento que começou no século XII e foi concretizado nos séculos XIV e XV: a emergência dos “Estados Territoriais”.<sup>43</sup> O fim do medievo nos mostra uma Europa rodeada por uma multiplicidade de soberanos e culturas.<sup>44</sup> A construção política dos reinos é resultado da organização e união das comunidades sob à égide da soberania, permitindo aos reis a elaboração de uma equipe, que pudesse cuidar de questões jurídicas e administrativas. Os principais membros desse grupo: em sua grande maioria oriundos das universidades em crescimento. “Indeed the rapid development of higher education, itself partly the result of the quickening pace of urbanisation and economic growth, provided the background and forum for the elaboration of political ideas.”<sup>45</sup>

Vale ter em mente que historiadores como Bernard Guenée<sup>46</sup>; Walter Ullman<sup>47</sup>, Otto Gierke<sup>48</sup> e Jean-Philippe Genet<sup>49</sup> são referências para o estudo das formas de pensamento político na Idade Média. O debate em torno dos elementos que possibilitaram a formação de novas ideias políticas aparece ao historiador sob uma diversidade de desafios. Há um grande número de pesquisadores que ao longo dos anos procuraram analisar, por intermédio de uma literatura política medieval, a centralização do poder, mas também a construção e consolidação dos *Estados*. Uma parcela desses intelectuais dedicase a entender como o conceito de *status* tornou-se presente nos escritos legais e administrativos a partir da época carolíngia. Já outros, buscam analisar o termo sob uma

---

<sup>43</sup> No que tange ao uso do conceito de “Estado” para a Idade Média, há na historiografia controvérsias diversas que não é nosso objetivo discutir. De modo geral aceita-se por uns, com os devidos cuidados, a utilização do conceito, mas compreendendo que o Estado no sentido contemporâneo da palavra não existiu no medievo. Para fins técnicos e também uma forma de cuidado, utilizaremos aqui a expressão *Reino* - salvo momentos de referências a historiadores que utilizam o conceito de “Estado” - que engloba tanto os aspectos institucionais e ideológicos na política baixo-medieval.

<sup>44</sup> CANNING, J.P. Introduction: politics, institutions and ideas. In: BURNS, J.H. (Org.) *The Cambridge History of Medieval Political Thought*. c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 341.

<sup>45</sup> CANNING. *Ibidem*, p. 355. “De fato, o rápido desenvolvimento do ensino superior, em parte devido ao ritmo acelerado da urbanização e do crescimento econômico, constituiu o contexto e o fórum para a elaboração de ideias políticas.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>46</sup> GUENÉE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.

<sup>47</sup> ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia ed.: 2013.

<sup>48</sup> GIERKE, Otto. *Political Theories of the Middle Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1922.

<sup>49</sup> GENET, Jean-Philippe. *La genèse d’État moderne*. Culture et société politique en Angleterre. Edição ebook. PUF: Paris, 2015.

perspectiva contemporânea. O historiador Alan Harding aponta que o grande número de obras em torno do conceito de “Estado”, principalmente para a assimilação do processo de centralização política no final da Idade Média, formulou um “the state tradition”.<sup>50</sup> O “Estado” para o autor citado, deve ser compreendido fora das noções teleológicas que envolvem muitas vezes o estudo do conceito. Não havia, segundo Harding, nada comparado ao que conhecemos politicamente no mundo contemporâneo como Estado na Idade Média.<sup>51</sup>

Jean-Philippe Genet, por outro lado, nos mostra que as guerras envolvendo os reinos europeus devem ser vistas como algo estrutural. Os combates precisam ser visualizados sob à luz do conceito de “*guerre d’État*”,<sup>52</sup> no qual suas justificativas poderiam ser unidas às noções de identidade e as relações políticas internas e externas. Ao mesmo tempo, este contexto de grandes embates em toda a Cristandade Ocidental, desde a Península Ibérica até a Inglaterra-França e Itália, vai gerar uma literatura política que visa a paz. Tratados políticos não só almejavam a paz, como também admitem a guerra como o instrumento principal para alcançá-la.<sup>53</sup>

Assim, os séculos finais da Idade Média são vistos por uma historiografia tradicional, como uma era de crise econômica e social. De um lado, teóricos apontam a crise do feudalismo como um processo de “transição ao capitalismo”. Já para outros, representava um contexto de supercrescimento populacional, guerras e epidemias. Observando este modo de interpretação, o pesquisador John Watts<sup>54</sup> abre um debate um tanto interessante. Haveriam “três grandes narrativas”: 1 – Crise econômica e social; 2 – Guerra e desordem; 3 – A emergência do Estado Moderno. O desenvolvimento de um mundo unido pelo papado, o feudalismo, a arte gótica, junta às cruzadas e a cavalaria dos séculos X – XIII, ocupam um espaço privilegiado numa “evolução da Idade Média”. Ao mesmo tempo, há na historiografia tradicional a predominância de estudos relacionados ao processo de desintegração das estruturas supracitadas: “(...) In part, this is because of

---

<sup>50</sup> HARDING, Alan. *Medieval law and the foundations of the State*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 1.

<sup>51</sup> HARDING. *Ibidem*, p. 2.

<sup>52</sup> GENET. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>53</sup> GENET, Jean-Philippe. Politics: Theory and Practice. In: ALLMAND, Christopher. (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol. VII, c. 1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 3-4.

<sup>54</sup> WATTS, John. *The Making of Polities – Europe, 1300-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

the mixed fortunes enjoyed by what is supposed to have been the main agency and beneficiary of papal and imperial decline: the nation state.”<sup>55</sup>

Tanto John Watts, como Jean-Philippe Genet acreditam que as guerras da Baixa Idade Média provocaram consequências políticas nos reinos medievais – como o processo de centralização político-administrativa. Porém, o primeiro, se questiona se de fato os eventos dos séculos XIV e XV foram mais impactantes do que aqueles ocorridos entre os séculos X-XIII e na Idade Moderna. O fato é que, cada reino possui particularidades, e o processo de centralização política, assim como a constituição do “*Reino*” e a influência ou não dos eventos de crise, são pautados pelas características específicas de cada região do Ocidente europeu.

Afirmar ou não a existência de um *Estado* no final da Idade Média, ou talvez a construção do *Estado Moderno* é uma tarefa um tanto complicada ao historiador. Primeiro pela grande diversidade de análise em torno do conceito, também pela forma como entendemos as estruturas políticas do medievo. Se consideramos o Estado, numa perspectiva apresentada por Antônio Manuel Hespanha com base numa análise weberiana, ele é um sistema político que separou o público do privado, acabou com a pluralidade de poderes e promoveu um modelo racional de governo.<sup>56</sup> Se tomarmos esta forma de interpretação como a ideal para compreender as estruturas políticas medievais e do início dos tempos modernos, seria possível talvez afirmar a não existência de um estado. Entretanto, se considerar o Estado medieval como um modelo político, no qual a monarquia concentra para si uma responsabilidade administrativa, pautada pelo processo de centralização do poder e o manejar de um conjunto de conceitos que se tornaram característicos do período, dessa forma poderíamos dizer haver, ao menos, a emergência de um Estado. De outro modo, mesmo a questão do poder centralizado é um problema a ser questionado. Assumimos por vezes a emergência do Estado Moderno, ou o Estado Absolutista no final do medievo e sua consolidação na Idade Moderna com a decadência do poder senhorial, enriquecimento da coroa e sua interferência em decisões políticas, unificação de exércitos, economia, entre outros pontos; o que dependendo do reino no qual analisamos tais pontos podem ser questionados. Na Inglaterra, por exemplo, a

---

<sup>55</sup> WATTS. *Ibidem*, pp. 10. “(...) Em parte, isto se dá pelas misturas do acaso, pelo que seria o suposto motivo e beneficiário do declínio do Papado e do Império: O Estado Nacional.” (**Tradução Livre do Autor**).

<sup>56</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José. (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP/EDUSC, 2003. p. 122.

criação da marinha real ocorre apenas no século XVI com o reinado de Henrique VIII. As decisões e aprovações de leis por parte da coroa, como também a cobrança de impostos e recursos para financiar guerras estavam até o início do século XVII condicionados a aprovação do Parlamento e conseqüente prestígio dos monarcas com os mesmos. Não negamos aqui a existência de um processo de centralização política na Inglaterra, que, aliás, ocorre precocemente. Entretanto o nível de ação da monarquia estava acima de tudo condicionada também a outros elementos. Vejamos alguns casos.

Há uma tendência, no final do medievo, de concentração de poder nas mãos de um soberano, e para Jean-Philippe Genet, mesmo na Itália, que não era um reino unificado, pode-se destacar o papel centralizador dos reinos de Savoia e Nápoles, além de outras cidades-estados bem organizadas politicamente.<sup>57</sup> Já com relação à Inglaterra, tal reino já experimentara, ao contrário da França, um processo de centralização política desde os séculos XI e XII. Após a invasão normanda de 1066, relações concretas entre o plano político, senhorial e também eclesiástico, foram estabelecidas com o restante da Europa.<sup>58</sup> O reino inglês, a partir de então, estava inserido em meio às transformações econômica, política e religiosa da Cristandade. A elaboração do *Domesday Book* durante o reinado de William I o Conquistador (1066 -1087), já oferecia uma observação do povo inglês e da terra; estabelecia também leis e regras que vigoravam no reino.<sup>59</sup>

A grande posse de terras e títulos na França, conquistadas por Henrique II (1154-1189), formou o que a historiografia costuma chamar de Império Angevino. Embora o feudalismo tenha se desenvolvido na Inglaterra e que tenha ocorrido a assinatura da Magna Carta no reinado de João o Sem Terra (1199-1216) no início do século XIII – em que o rei deveria convocar o Parlamento em momentos de decisões importantes, principalmente no que tange à administração econômica e a convocação de exércitos para a guerra – diferente do reino francês, no qual a figura simbólica do rei era superior à sua capacidade administrativa, os soberanos ingleses conseguiram manter certo controle sobre os poderes locais.

If one operates with this limited and specifically medieval concept of the state, it appears reasonable to consider England a state from the

---

<sup>57</sup> GENET. *Politics ... Op. Cit.*, p. 5.

<sup>58</sup> BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings – 1075-1225*. Oxford: Clarendon Press, 2000, pp. 2-3.

<sup>59</sup> C.f. BRIGGS, Asa. *Historia Social de Inglaterra*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, pp. 85-86.

reign of Henry II, and because of its precocious administrative development, the twelfth-century Norman kingdom of Sicily would also seem to qualify. The case of France is more difficult because of the problems faced by Louis VI and Louis VII in maintaining royal authority. However, the achievements of Philip Augustus and the consolidation of the French monarchy in the thirteenth century certainly produced a French state, (...)<sup>60</sup>

Um estudo acerca das formas de atuação da autoridade régia no medievo, é apresentado ao historiador de forma desafiadora. No que tange ao final da Idade Média, e aqui também, em relação à Inglaterra, há um conjunto de questões complexas a serem entendidas. O historiador Michael Prestwich<sup>61</sup> nos apresenta que a política inglesa a partir do século XIII pode ser compreendida por “absolutismo” e “constitucionalismo”.<sup>62</sup> Em um contexto de tensões entre nobreza e realeza, após a assinatura da Magna Carta, o autor supracitado nos mostra uma fonte do período, intitulada *The songs of lews*, cuja intenção do escritor é apresentar dois pontos de vista acerca do poder régio: 1 – Uma realeza que possui todos os direitos de governar, sem a interferência dos nobres ou de qualquer outra instância. O rei segundo tal visão, tem o poder de comandar segundo suas vontades. 2 – O rei deve governar com o auxílio de seus nobres, seguindo a lei e a justiça como vontade divina. Em um período de relações concretas entre a Inglaterra e a Cristandade, o rei deveria administrar para a comunidade nativa inglesa e não para os estrangeiros.<sup>63</sup>

Ambas visões presentes na sociedade inglesa causaram tensões diversas entre a monarquia e os membros da nobreza. Henrique III (1216-1272), por exemplo, afirmava que seus barões não o permitiam adicionar ou dispensar membros de sua equipe real (*household*), o que era contra os princípios da autoridade régia. Neste contexto, o poder monárquico será afirmado através do discurso simbólico, no qual o rei se mostra como um vigário de Deus e guia de seu povo. A visão da realeza sagrada esteve presente como um dos principais elementos de embates entre nobreza e realeza na Inglaterra. Soma-se a

---

<sup>60</sup> CANNING. *Op. Cit.*, pp. 350-351. “Se alguém opera com este específico e limitado conceito de estado medieval, parece razoável considerar a Inglaterra um Estado desde o reinado de Henrique II, e por causa de seu precioso desenvolvimento administrativo, o reino normando da Sicília também parece se qualificar. O caso da França é mais difícil devido os problemas enfrentados por Luís VI e Luís VII em manter a autoridade real. Entretanto, os méritos de Phillipe Augusto e a consolidação da monarquia francesa no século XIII certamente produziram um Estado Francês, (...)”. **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>61</sup> PRESTWICH, Michael. *English politics in the thirteenth century*. Nova York: Macmillan Education, 1990.

<sup>62</sup> É importante dizer que embora Michael Prestwich utilize os termos “absolutismo” e “constitucionalismo”, o autor afirma que a utilização dos mesmos são meramente uma “licença poética”, não havendo no medievo nenhum conceito com características parecidas.

<sup>63</sup> PRESTWICH. *Ibidem*, pp. 11-13.

isto, o que Prestwich chama de “propaganda política” feita por Henrique III, que reformou a Abadia de Westminster, tornando-a oficialmente o local de coroação e sepultamento dos reis. Foi para o autor um claro ato de rivalidade em relação aos franceses e suas tradições políticas e devocionais com relação à Reims e Sainte Chapelle.<sup>64</sup> E no meio das tensões entre realeza e nobreza, embora as prerrogativas senhoriais permanecessem vivas no reino, o serviço feudal tornou-se obsoleto, tal fato pode ser observado, principalmente durante e após o reinado de Eduardo I (1272-1307), no qual a ideia que residia nos textos políticos, era da monarquia como principal função manter a justiça, defesa e permanência do Estado.

Já nos séculos finais da Idade Média, as tensões entre nobreza e realeza entram em coalizão, mostrando os momentos em que a autoridade régia se encontrava legitimada ou não. Podemos observar um crescimento de centralização política ocasionada, principalmente, pelas Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e a Guerra das Rosas (1455-1487). No entanto, como dito, o controle administrativo nas mãos de um rei, não necessariamente significava a existência de uma dinastia legitimada. Aliás, esta é uma das questões que mais chamam à atenção da historiografia no que tange à política inglesa do século XV.

Este é um contexto de poderes legitimados e não legitimados, estabilidades e instabilidades. A guerra foi o principal elemento que auxiliou na legitimação do poder nas mãos de um rei. Ao mesmo tempo, ela era o principal causador das instabilidades que assolaram a Inglaterra em fins da Guerra dos Cem Anos e a Guerra das Rosas no fim do século XV. Eduardo III (1327-1377), por exemplo, quando iniciou os conflitos contra França em 1337, adquiriu poder e prestígio no âmbito do Parlamento, possibilitando o financiamento dos custos com a guerra, e também o controle sobre os poderes locais. As vitórias de Eduardo em Crécy e Poitiers em 1347 e 1348 respectivamente, possibilitaram a assinatura do Tratado de Brétigny em 1360, garantindo a hegemonia do poder inglês no continente.

Ao assumir o trono inglês em 1377, Ricardo II (1377-1399), considerado por muitos como um monarca pacifista no que tange às relações diplomáticas com a França, mas ao mesmo tempo tirano quanto à convivência com a aristocracia política do período, obteve problemas em relação ao diálogo com os senhores do reino. O que levou à

---

<sup>64</sup> PRESTWICH. *Ibidem*, pp. 14-15.



usurpação do trono por Henrique de Bolingbroke em 1399. O agora Henrique IV de Lancaster (1399-1413), enfrentou diversos problemas para a legitimação do poder e o controle de revoltas feitas por aqueles que eram fiéis ao rei Ricardo II,<sup>65</sup> como também daqueles contra a dominação inglesa no País de Gales. E mesmo com tantas intempéries, Henrique IV conseguiu aliados, o que lhe permitiu a sobrevivência ao trono e a afirmação da monarquia como principal instituição administrativa.

A legitimação dos Lancaster, momentaneamente, só ocorrerá com Henrique V (1413-1422), que assim como o rei Eduardo III, adquiriu prestígio no Parlamento e o controle da aristocracia e das milícias políticas do período. O historiador Edward Powell afirma que nos primeiros anos de Henrique V, o rei teve a intenção de pôr fim às facções políticas e financeiras, restaurando a “saúde da coroa”, possibilitando, assim, a manutenção da ordem pública que fora o maior desafio dos primeiros anos dos Lancaster ao trono.<sup>66</sup> A vitória do rei em Agincourt em 1415 e a assinatura do Tratado de Troyes em 1420, garantindo o trono francês aos ingleses, marcou a completa legitimação dos Lancaster ao trono, pelo menos até 1455.<sup>67</sup> Após a morte de Henrique V em 1422 e a ascensão de seu filho Henrique VI (1422-1461/1470-1471) – considerado por muitos historiadores como um monarca “fraco” – as instabilidades políticas relacionadas à legitimação do poder foram evidentes, exemplificadas pelo início da Guerra das Rosas. Porém certo controle administrativo e econômico, de fato, a monarquia inglesa obteve. Os anos seguintes a Henrique VI, marcados por batalhas e usurpações, mostra-nos o desafio de manutenção da autoridade régia, que será garantida apenas com a ascensão dos Tudor ao trono em 1485.

A afirmação do poder dos reis administrativamente se dava pela transformação do pensamento político medieval. O poder não era exercido, na Inglaterra, apenas pelos reis, mas sim, num diálogo constante com seus ministros no Parlamento. A confirmação da ideia de ‘status regni’ no final da Idade Média, segundo Alan Harding, permitiu aos

---

<sup>65</sup> Mesmo com a deposição de Ricardo II em setembro de 1399 e sua morte em fevereiro de 1400, haviam lendas na Inglaterra, que afirmavam a possível sobrevivência do rei. Fato que alimentou as revoltas no reino contra Henrique IV.

<sup>66</sup> POWELL, Edward. Lancastrian England. In: ALLMAND, Christopher (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol II, c.1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 461.

<sup>67</sup> Ao assinar o Tratado de Troyes, o rei Carlos VI de França garantia o trono francês, após sua morte, a Henrique V e seus herdeiros com base no casamento do mesmo com a Princesa Catarina de Valois. Todavia, ambos os reis morreram em 1422, Henrique VI, com apenas 9 meses de idade torna-se rei de França e Inglaterra, mas os herdeiros diretos de Carlos VI reclamaram o trono, o que levou a perda dos ingleses do trono francês. Porém, até o século XVIII os monarcas ingleses reclamavam, simbolicamente, o título de reis de França.

reis ingleses e seus ministros a compreensão do Reino como uma entidade contínua e ao mesmo tempo reformável em meio às instabilidades do período. Para o autor, este é um contexto no qual os soberanos buscavam cada vez mais a estabilidade política.<sup>68</sup> Harding acredita que o processo de coalizão entre as condições da época (turbulências e paz), assim como a união dos grupos sociais possibilitou a formação do “Estado do Rei”. Desenvolveu-se um poder real em meio as guerras dos franceses e ingleses que fosse forte o suficiente para cobrar impostos, montar e comandar exércitos: “Rather, the monarchical state was what made taxing and military adventures possible: the administrative offices and procedures, and the very sense of the kingdom as a political entity, which had grown from the king’s exercise of his first duty to give laws and justice to his people.”<sup>69</sup> Os diálogos políticos garantiam ao Príncipe um papel importante, afirmado pela lei e o princípio romano, como também pela dimensão simbólica do poder que engloba a noção dos “dois corpos do rei”. Essas mensagens políticas eram segundo Jean-Philippe Genet<sup>70</sup>, disseminadas não apenas no campo das palavras, mas também nos símbolos considerados celestiais. Cada dinastia, por exemplo, tinha sua própria capela, igrejas e necrópoles, que confirmavam o simbolismo do poder, auxiliados pelos ritos e cerimônias litúrgicas.<sup>71</sup>

### 1.3. IMAGINÁRIO DO REINO E REALEZA SAGRADA.

A realeza inglesa conseguiu desenvolver prerrogativas que eram características do seu poder. A propósito, a historiografia britânica é clara ao afirmar a consolidação do chamado “*Kingship*” no final da Idade Média. Conceito que por vezes é traduzido por nós como “realeza”, mas que, assim como afirmou Michael Hicks<sup>72</sup> engloba as prerrogativas administrativas da monarquia (administração, governo, império, jurisdição, senhorio e as propriedades reais), como também suas prerrogativas simbólicas (a dignidade régia, a majestade, as regalias e a sacralidade).<sup>73</sup> Com relação à questão simbólica que envolve o

---

<sup>68</sup> HARDING. *Op. Cit.*, p. 252.

<sup>69</sup> HARDING. *Idem*, 252. “O estado monárquico foi o que tornava possível às atividades fiscais e militares: os ofícios e procedimentos administrativos, e o próprio sentido do reino como entidade política, que cresceu a partir do exercício do rei, no qual seu primeiro dever era oferecer leis e justiça a seu povo.” (**Tradução Livre do Autor**)

<sup>70</sup> GENET. *Politics ...Op. Cit.*

<sup>71</sup> GENET. *Ibidem*, p. 8.

<sup>72</sup> HICKS, Michael. *English political culture in the Fifteenth Century*. Londres: Routledge, 2002.

<sup>73</sup> HICKS. *Ibidem*, p. 28.

*Rei* e o *Reino*, a Inglaterra, assim como outros reinos da Cristandade, desenvolveu formas de auto-observação e valorização que eram próprias da “experiência política dos *Reinos*”. Somando-se a isto a constituição de uma identidade em torno da noção de “*ser inglês*”. Tais questões podem ser vistas na esfera das fontes do contexto aqui estudado, e que incluem também a apropriação de um discurso que envolve um passado bíblico, hagiográfico e os mitos e lendas que rodeiam a história do reino. A História Política, de forma renovada para os estudos medievais deve, como apresenta Jacques Le Goff<sup>74</sup>, levar em consideração os aspectos do conceito de “poder” através de um diálogo com a antropologia, sociologia e a psicologia social. “Este simbolismo estava profundamente radicado numa semiologia religiosa que fazia da esfera política uma província do religioso.”<sup>75</sup>

O símbolo<sup>76</sup> é um dos instrumentos mentais mais utilizados durante o medievo, como parte integrante do imaginário, fazendo-se presente na realidade. Cada objeto, acontecimento, indivíduos e figurações são símbolos de algo superior, oriundo do sobrenatural. É manifestado nas etimologias, como parte da vida intelectual e social e também da vida moral e religiosa. O rito, neste sentido, possui função simbólica essencial. A unção dos reis, por exemplo, era uma herança bíblica, comparando soberanos a Saul, Davi e Salomão. Os atos rituais, fossem as entradas régias ou o martírio, nos mostram um ato de imitação de Cristo, símbolo supremo do cristianismo medieval.

O historiador José Manuel Nieto Soria<sup>77</sup> defende o conhecimento das imagens simbólicas para chegar ao entendimento profundo da psicologia coletiva. É através do simbolismo que se expressam as ideologias que assentam a sociedade medieval. Símbolos e representações são a objetivação das relações entre indivíduos e grupos, dando significado às funções sociais. Nieto Soria salienta que a sociedade medieval utilizou o pensamento simbólico como parte expressiva da vida cotidiana e como forma de organização e observação da vida. O símbolo não apenas significava, como também oferecia significado. A sacralidade do poder é expressa pela íntima relação entre legenda e poder real/mito e poder real. O pensamento legendário formava um sistema de

---

<sup>74</sup> LE GOFF, Jacques. A política será ainda a Ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.

<sup>75</sup> LE GOFF. *Ibidem*, p. 202.

<sup>76</sup> C.f. PASTOUREAU, Michel. Símbolo. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. 2vol. Bauru: EDUSC, 2002.

<sup>77</sup> SORIA. *Op. Cit.*

interpretação das características míticas que envolviam a instituição régia, quase sempre com referências sagradas. A relação entre Deus e o milagre serão, dessa forma, os principais norteadores do pensamento legendário. O monarca como vigário de Deus adquire uma sacralidade não só sobre sua pessoa, mas também, para a função real.

A compreensão dos aspectos sagrados da monarquia inglesa do final da Idade Média, considerando o poder como uma “província do religioso”, engloba a análise de como os intelectuais do período observavam o universo e a sociedade. A Idade Média observava um mundo gerido por um único comandante: Deus em meio a sua corte celeste no *Reino dos Céus*. Otto Gierke aponta que todo o senhorio humano, precede de uma representação, que é limitada, do senhorio divino. Os reis da terra são feitos, colocados no trono e lá permanecem controlados pelo rei celeste.<sup>78</sup> “So there was, on the one hand, a tendency to exalt the person of the Ruler. “(...) He was set over and against that body whereof the leadership had been entrusted to him. He had a sphere of powers which was all his own. He was raised above and beyond the Community”.<sup>79</sup>

Bem apontado pela historiadora Vânia Leite Fróes,<sup>80</sup> o pensamento cristão medieval é pautado na ideia de pertencer a comunidade e acreditar num tempo futuro em que os homens se unem a Deus através da aliança. A Bíblia, como a principal referência da vida cristã, será responsável por desenvolver memórias, unindo os membros da comunidade e produzindo representações de inclusão ou exclusão. Os cristãos medievais são vistos como herdeiros de um passado mítico que é judaico e cristão e, por isso, as noções de *Povo Eleito* e *Terra Prometida* serão desenvolvidas no bojo da comunidade.

As noções de *Povo Eleito*, *Terra Prometida*, *Aliança e Nova Aliança*, *Reino e Rei* que a Idade Média herdou e releu são categorizações políticas que se mesclam com o imaginário religioso. O texto escrito as vezes duramente normativo, traz também a alentadora promessa da salvação diante de um Deus-Rei *sábio, justo*, misto de *carne e luz* vinda à Terra por um corpo humano, entre as bestas, os pastores e as estrelas. Que fonte maior de fantasia? Moisés, Saul, David, Salomão e Cristo são certamente os antepassados de Carlos Magno, S. Luís e o Mestre de Avis. Pois é isso que afirmam as genealogias, e as inúmeras

<sup>78</sup> GIERKE. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>79</sup> GIERKE. *Ibidem*, pp. 33-34. “Havia, por um lado, uma tendência de exaltar a pessoa do governante. (...) Ele foi sobreposto ao corpo no qual a liderança lhe foi confiada. Ele tinha uma esfera de poderes que eram todos seus. Ele foi criado acima e além da Comunidade.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>80</sup> FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

representações em forma de árvore das gerações cristãs – a árvore de Jessé, por exemplo, que abriga todos os tempos do mundo. Tempos que certamente pertencem à Plebis Christi.<sup>81</sup>

Na Inglaterra dos séculos XIV e XV, através de escritos literários e políticos, o reino criou e também estereotipou a imagem presente no âmbito da realeza e da sociedade inglesa. Formulou-se uma ideia de um povo predestinado às vitórias por Deus, concretizado pelos sucessos militares contra os escoceses e franceses. Há um processo que produz estereótipos acerca das habilidades marciais inglesas ligado com as doutrinas do cristianismo. Neste sentido, todo um discurso que envolve a liturgia, mas que é também moralístico se formou – comandantes e combatentes deveriam livrar-se de seus pecados, e assim agir de forma inteligente para cumprir os projetos divinos.<sup>82</sup>

Noções dos ingleses como um *Povo Eleito* e seus reis vistos como guias divinos tornaram-se recorrentes nos textos de cronistas e publicistas do século XV. Oriundas, principalmente, das necessidades sociais do período e das rivalidades políticas entre França e Inglaterra. Nas observações de John McKenna<sup>83</sup>, foi comum, desde o início da Idade Média, uma discussão sobre qual seria a “nacionalidade” e a “identidade” de Deus. A historiografia, principalmente de origem francesa, é clara ao fazer um mapeamento de como os pensadores medievais criaram uma “religião monárquica”. Os reis Capetíngios e Valois afirmavam uma autoimagem de “os mais cristãos”, unguídos por um óleo sagrado vindo dos céus e tendo como insígnia a Flor-de-Lis. Complementa-se a isso a capacidade miraculosa que confirmava na época, o caráter devocional do povo francês e seu status especial perante Deus.<sup>84</sup> Para o autor supracitado, em meio as tensões dos séculos XIV e XV, os ingleses, como forma de propaganda, absorvem elementos religiosos característicos da monarquia francesa, transformando-os segundo às tradições locais e construindo uma noção de povo eleito. Através desta análise, John McKenna trabalha com o conceito de “*religion of nationalism*”.<sup>85</sup> Foi comum também, para o autor, uma

---

<sup>81</sup> FRÓES. *Ibidem*, p. 56.

<sup>82</sup> C.f. LINSLEY, Christopher David. *Nation, England and the French in Thomas Walsingham's Chronica Maiora – 1376-1420*. Tese de Doutorado em História: Universidade de York, 2015.

<sup>83</sup> MCKENNA, John W. How God Became an Englishman. In: GUTH, DeLloyd J. & MCKEENA, John W.(Orgs.) *Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

<sup>84</sup> MCKENNA. *Ibidem*, p. 26.

<sup>85</sup> MCKENNA. *Ibidem*, p. 30.

exaltação da monarquia inglesa e a construção de uma imagem estereotipada dos reis que faziam a guerra com a intenção de finalizá-la e assim fazer paz.

Just as the French ‘religion of nationalism’ grew from a cult of monarchy, so the new English reputation for divine sanction sprang from wholly dynastic pretensions grounded on the tradition of exalting royalty but soon infused with the abundant elements of patriotism and xenophobia. A purloined ideology of mystical kingship underlies the first great age of vernacular English political and literary patriotism and the new language of nascent English nationalism.<sup>86</sup>

Ao lado da exaltação das habilidades militares inglesas, criou-se uma analogia cada vez mais corrente, entre Inglaterra e Israel, ou, Inglaterra e Roma. Mesmo com as turbulências dinásticas do século XV, os publicistas Lancaster e York afirmaram uma ideia do reino inglês como Terra Santa e conseqüentemente seu *Rei*, um enviado divino como guia. A exaltação da vitória de Henrique V em Agincourt em 1415, por exemplo, foi devido à vontade divina, os ingleses eram segundo os cronistas os verdadeiros mercedores da Normandia e conseqüentemente , ao trono da França. A vitória, significava não só o sucesso em batalha e a personificação do *Rei*, mas também a exaltação simbólica do *Reino*.

Essa autoimagem produzida em torno da figura do *Rei* e do próprio *Reino*, se enquadra no que uma historiografia já estabelecida costuma chamar de “arquétipos políticos”. Neste ponto alguns estudos relacionados às monarquias ibéricas nos auxiliam na compreensão do desenvolvimento desse conceito. O *Reino Celeste* tornou-se, segundo as análises de Vânia Fróes, uma das principais buscas políticas dos homens medievais e, mais que uma teoria, teria sido um desejo em meio as turbulências da época. Une-se as noções de *Realeza sagrada* e a relação com o *Reino terreno*.<sup>87</sup> Os reis são vistos como vigários de Deus, permitindo-os um conjunto de posses e poderes e, possuindo virtudes oriundas do plano sobrenatural. Nas observações do historiador espanhol José Manuel

---

<sup>86</sup> MCKENNA. *Idem*, p. 30. “Assim como a “religion of nationalism” francesa cresceu de um culto da monarquia, então a nova reputação inglesa de sanção divina surgiu de pretensões inteiramente dinásticas fundamentadas na tradição de exaltar a realeza, mas logo infundida com abundantes elementos de patriotismo e xenofobia. Uma ideologia roubada da realeza mística está subjacente à primeira grande idade do patriotismo político e literário inglês vernáculo e à nova linguagem do nascente nacionalismo inglês.”

(Tradução Livre do Autor)

<sup>87</sup> FRÓES. *Op. Cit.*, p. 68.

Nieto Soria, a imagem da monarquia como vigária de Deus era possível de observar em cerimônias e na própria literatura que utilizava alusões bíblicas.<sup>88</sup> Para Manuel Garcia Pelayo<sup>89</sup>, o arquétipo se caracterizava pela crença na existência de um “modelo” pelo qual as coisas deveriam ser organizadas, com referências, principalmente dos elementos religiosos da Cristandade. Porém, ainda segundo o autor, o arquétipo não era relacionado apenas a imagens religiosas, mas também a outras formas políticas: a busca incessante durante a Alta Idade Média pela reconstrução do Império Romano, ou na Baixa Idade Média pela comparação dos *Reinos* ao modelo imperial. Cabe também considerar que tais aspectos contribuíram para a consolidação de referências identitárias: relacionando regiões aos modelos religiosos e políticos, a santos e insígnias e símbolos regionais.

El Imperio medieval no sólo pretendía ser una imagen del Imperio romano cristiano, sino que pretendía ser, sin más, este mismo Imperio, a cuyo objeto busca una serie de fórmulas jurídicas, como la *translatio*, etc., destinadas a asegurar tal continuidad. Del mismo modo, la idea del reino terrestre como intento de realización del reino de Dios partía de la presencia ontológica de este reino en aquél, presencia que se manifestaba principalmente, pero no únicamente, en la idea de la consagración regia y en la inclusión - hasta fines del siglo XII - de la unción del rey en la serie de los sacramentos.<sup>90</sup>

Foram diversas as ideias desenvolvidas no medievo que irão criar sobre a figura do *Imperador* e do *Rei* uma ideia de um ser sacralizado e santificado, com diferença visível de indivíduos mortais. A posição quase divina do imperador romano será afirmada pelo desenvolvimento de um conjunto de cerimoniais, que o confirmarão como um indivíduo de ação num tempo litúrgico.<sup>91</sup> A Igreja e as monarquias, da mesma forma, buscavam suas bases para observação do mundo apoiadas no pensamento bíblico. Culmina-se na constituição de uma ideia dos monarcas com poderes de “rei e sacerdote”. Tais ideias vão se converter na associação do ser político à figura de Cristo. Aliás, bem

<sup>88</sup> SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos Del Poder Real En Castilla*. Madrid: Eudema, 1988. p. 58.

<sup>89</sup> PELAYO, Manuel García. *Los mitos políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

<sup>90</sup> PELAYO. *Ibidem*, p. 154-155. “O Império medieval não somente pretendia ser uma imagem do Império Romano cristão, senão também pretendia ser, sem mais, este mesmo Império, cujo objetivo busca uma série de fórmulas jurídicas, como o *translatio*, etc. destinadas a assegurar tal continuidade. Do mesmo modo, a ideia do reino terrestre como intento de realização do reino de Deus partia da presença ontológica deste reino naquele, presença que se manifestava principalmente, mas não unicamente, na ideia da consagração régia e na inclusão – dos fins do século XII – da unção do rei em uma série de sacramentos.” **(Tradução Livre do Autor).**

<sup>91</sup> ULLMAN. *Op. Cit.*, p. 37.

apontado por Pelayo acerca das bases para a compreensão dos arquétipos políticos, o medieval herda da tradição hebraica do Antigo Testamento a ideia de Deus como um rei natural que governa a terra e o céu, controlador do tempo (passado e futuro) e também que coloca e retira reis do trono. Os *Reinos* medievais formulam uma auto-comparação com o Reino de Israel, isto é, uma comunidade político-religiosa governada por Deus. As guerras e embates enfrentados são santas, inimigos de Israel são inimigos do *Deus Rei*.

É neste contexto de construção e afirmação da imagem em torno da instituição política dos *Reinos* como arquétipos políticos, que a figura régia ganhará grande importância simbólica. *Rei e Reino* tornaram-se uma mesma face, a figura da realeza se transformou na imagem do *Reino*. Vamos retornar ao trabalho de Vânia Fróes. O Ano Mil, bem aponta a autora, é o momento simbólico de transformação da sociedade medieval. Uma civilização clericalizada, de dificuldades e superações e embates entre Império e o Papado. É um contexto de afirmação da pluralidade das cidades e do comércio, que marcam a construção da imagem do *Reino e do Rei*. “A Plebis Christi era plural (e sempre foi) – as transformações do XI-XII trouxeram lentamente essa consciência e a relatividade das representações anteriores.”<sup>92</sup> É no bojo desse desenvolvimento da sociedade medieval que se concretizará a ideia da “sociedade tripartida”, no qual o *Rei* ocupa um lugar superior de unificação de todos os indivíduos: “Não há *Rei* sem *Reino*. O duplo corpo do Rei também designava essa duplicidade: o Rei e o Reino, o governante e o conjunto de que faziam parte as três ordens: ‘os que rezam, os que guerreiam e os que trabalham.’”<sup>93</sup>

Ponto já discutido pela historiografia que se dedica ao pensamento religioso e político na Idade Média, os homens desta época pensavam através de uma totalidade. A sociedade é vista como um organismo em que cada um exerce sua função para mantê-lo funcionando. Há em torno disto um conjunto de influências e alegorias do pensamento bíblico, como também a herança dos intelectuais greco-romanos. Otto Gierke cita que cada vez mais a sociedade é vista como um corpo animado. Corpo Animado, mas também um Corpo Místico em que a cabeça é Cristo e como citado antes, o Papa, Imperador ou o Rei eram vistos como os vigários que representavam o poder que vinha do plano sobrenatural.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> FRÓES. *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>93</sup> FRÓES. *Ibidem*, p. 82.

<sup>94</sup> GIERKE. *Op. Cit.*, p. 22.



Then from the fundamental idea of the Social Organism, the Middle Age deduced a series of other ideas. In the first place, the notion of Membership was developed to portray the positions filled by individual men in the various ecclesiastical and political groups. It is remarked, on the one side, that the Member is but part of a Whole, that the Whole is independent of the changes in its parts, that in case of collision the welfare of the Member must be sacrificed to that of the Body; and, on the other side, that the Whole only lives and comes to light in the Members, that every Member is of value to the Whole, and that even a justifiable amputation of a Member, however insignificant, is always a regrettable operation which gives pain to the Whole.<sup>95</sup>

É neste sentido que vários intelectuais compreenderam a sociedade medieval dividida por ordens, cada um possuindo sua função para o bem do Corpo Místico que é a sociedade de Deus. Tanto apontado por Georges Duby<sup>96</sup> quanto por Jacques Le Goff<sup>97</sup>, a difusão da ideia de uma sociedade tripartida durante a Idade Média é fruto da edificação da ideologia monárquica e a construção simbólica e institucional dos *Reinos* da Cristandade pós período Carolíngio. Os escritos do final do século IX para o rei Alfredo, o Grande da Inglaterra, como também os trabalhos de Adalbéron de Laon e Abbon de Fleury, buscavam exemplificar uma sociedade ideal dividida em três ordens, complementando a ideia de um rei ideal e a fortificação da ideologia régia. As atividades “quase sobrenaturais” da monarquia, unida ao ideal de devoção e monaquismo que se desenvolveram no âmbito da espiritualidade medieval, complementam para a elaboração da ideia do rei dos *oratores*. Rei dos *bellatores*, “ele é também, em primeiro lugar um chefe militar e mantêm, com a ordem guerreira, as mesmas relações ambivalentes de um rei ‘feudal’, simultaneamente cabeça da aristocracia militar e colocado fora e acima

---

<sup>95</sup> GIERKE. *Ibidem*, p. 27. “Então, a partir da ideia fundamental do Organismo social, a Idade Média deduziu uma série de ideias. Em primeiro lugar, a noção de Conjunto de Membros foi desenvolvida para retratar os cargos preenchidos por homens individuais em vários grupos eclesiásticos e políticos. Observa-se, por um lado, que o Membro é apenas parte de um Todo, que o Todo é independente das mudanças em suas partes, que em cada caso o bem-estar do Membro deve ser sacrificado ao do Corpo. E de outro lado o Todo só sobrevive e vem à luz nos Membros, cada membro é de valor para o Todo, e que mesmo a amputação justificável de um Membro, por mais insignificante que seja, é sempre uma operação lamentável que dá dor ao Todo.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>96</sup> DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

<sup>97</sup> LE GOFF, Jacques. Nota sobre a sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade, do séc. IX ao séc. XII. In: LE GOFF, Jacques. *Por um novo conceito de Idade Média*: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

dele.”<sup>98</sup> O Rei também é o rei dos *laboratores*, que garante a harmonia e o progresso econômico e a união de uma sociedade em que um grupo necessita do outro.<sup>99</sup>

Os reis irão ser os verdadeiros lugares-tenentes de Deus na Terra. Os deuses das antigas mitologias constituíam-se em tríades que agrupavam as três funções principais. Numa sociedade tornada monoteísta, o monarca concentra, na sua pessoa, as três funções de uma sociedade nacional trinitária.<sup>100</sup>

A imagem que se constituiu em torno da realeza no século XIII e que se afirma nos séculos seguintes, é fruto das transformações na estrutura feudal e do processo de consolidação do poder régio. No verbete “Rei” do *Dicionário temático do Ocidente Medieval*<sup>101</sup>, o historiador Jacques Le Goff afirma que a figura do rei se difere de acordo com o tempo e o espaço. O monarca medieval é uma inovação, mas também um herdeiro de um passado bíblico, da Antiguidade clássica e das influências políticas do oriente próximo.

Esse personagem evolui e muda durante aquele longo período no curso do qual se podem distinguir três momentos: a época carolíngia, quando o rei torna-se um rei ungido e um rei ministerial; entre 1150 e 1250, quando aparece um rei administrativo em face de três realidades (a Coroa, o território e a lei); e ao final do período, quando o rei encontra-se diante de um Estado sacralizado, que ele se esforça por absorver.<sup>102</sup>

Faz-se mister assinalar que boa parte dos estudos franceses e brasileiros no que tange ao simbolismo político das monarquias baixo-medieval, pautam suas interpretações em torno da obra de Marc Bloch intitulada *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*.<sup>103</sup> O trabalho deste historiador dos *Annales* representou, talvez, uma mudança na forma de análise do político, através dos elementos estruturantes que caracterizavam o poder e a utilização da interdisciplinaridade. Junta-se

<sup>98</sup> LE GOFF. *Ibidem*, p. 80.

<sup>99</sup> LE GOFF. *Ibidem*, p. 83.

<sup>100</sup> LE GOFF. *Ibidem*, pp. 83-84

<sup>101</sup> LE GOFF, Jaques. Rei. In : LE GOFF, Jacques ; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (vol. 2). São Paulo: EDUSC, 2002.

<sup>102</sup> LE GOFF. *Ibidem*, p. 395.

<sup>103</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

a isto o uso do método comparativo e da longa duração: observando o surgimento e evolução dos rituais régios desde a Alta Idade Média até o século XVIII. O objetivo do autor é compreender todo um sistema representativo no qual se insere o milagre régio, ou seja, a capacidade dos soberanos franceses e ingleses de curar os escrofulosos. Observados de forma unificada, tais questões formavam segundo o autor um “maravilhoso monárquico”.

Não se podia pensar em considerar os ritos de cura isoladamente, fora de todo esse grupo de superstições e lendas que formam o "maravilhoso" monárquico; isso teria sido condenar-se antecipadamente a vê-los apenas como uma anomalia ridícula, sem ligação com as tendências gerais da consciência coletiva. Esses ritos serviram-me de fio condutor para estudar, particularmente na França e na Inglaterra, o caráter sobrenatural que por longo tempo foi atribuído ao poder régio, aquilo que poderíamos chamar (usando um termo que os sociólogos desviaram ligeiramente de seu significado inicial) a realeza "mística".<sup>104</sup>

Os reis medievais eram oriundos de uma grande tradição de veneração originada da herança dos soberanos germânicos, por vezes considerados como divinos ou ao menos, semideuses. Para compreender as origens do caráter sagrado das monarquias ocidentais, Marc Bloch constrói sua metodologia analisando como os costumes dos reis germânicos, mas também dos monarcas da tradição vétero-testamentária, influenciaram a visão sagrada da realeza medieval, neste caso, principalmente na França e Inglaterra. A unção teria sido inserida na Inglaterra em fins do século VIII, mas apenas no século IX o monarca é ungido e coroado, nascendo assim o rito da sagração. A coroação régia era caracterizada pela entrega das insígnias – sobretudo a coroa – que atreladas a unção tornou-se numa cerimônia com função santificadora: os reis ingleses tornaram-se ungidos do Senhor. Ao mesmo tempo, fica invisível nas fontes se a capacidade curativa dos reis ocorria a partir do momento em que os mesmos ascendiam ao trono ou apenas após a sagração.

Atrelada a questão da unção e o caráter miraculoso da realeza, o autor levanta a questão sobre a possibilidade, dos reis franceses e ingleses, serem vistos como sacerdotes. Em suas interpretações, para o povo o monarca possuía um caráter “quase sacerdotal”,

---

<sup>104</sup> BLOCH. *Ibidem*, p. 44.

pois os mesmos se diferenciavam dos bispos. Não podiam professar missas e nem consagrar o pão, o rei não era de todo leigo, mas não era totalmente um sacerdote.<sup>105</sup> A unção régia se compreende neste caso um ato por excelência que garantia a sacralidade do poder. “Como vemos, aos olhos de seus súditos os reis medievais nunca deixaram de parecer participar (mais ou menos vagamente) da glória do sacerdócio. No fundo, era uma verdade reconhecida por quase todo mundo, mas não verdade que fosse conveniente dizer”<sup>106</sup>

Os reinos medievais foram capazes de formular um conjunto de ideias e símbolos em torno da realeza, por vezes confundindo e/ou separando o corpo político e natural do *Rei*. Aliás, esta foi a proposta principal de análise de Ernst Kantorowicz em *Os dois corpos do rei*<sup>107</sup>. A monarquia possuía suas capacidades curativas oriundas da unção no momento da sagração, como também era composta por uma dualidade de corpos: O corpo natural do *Rei*, como todos os homens, era composto pela cabeça, braços, pernas e outros membros, suscetíveis à imperfeições e ao erro. No entanto, o corpo político, maior e mais forte que o primeiro, era a representação do *Reino*, suprimindo as necessidades do corpo natural e apagando suas imperfeições.<sup>108</sup>

Bem apontado pelo autor, a famosa frase utilizada no momento em que um rei morre: “O rei está morto, vida longa ao rei”, é a clara representação da imortalidade régia. O corpo natural falece, mas o corpo político, a dignidade real e a lei são eternas. Os teólogos e publicistas foram claros ao declarar a *persona mixta* do rei, que assim como os bispos eram ungidos com óleos santos. Os monarcas medievais são como os reis do Antigo Testamento, os *christi* da Nova Aliança, imitadores de Cristo e a personificação de Deus na terra.<sup>109</sup> “Essa tipologia abrangia, na verdade dois aspectos do cargo real: um ontológico, e outro funcional, e ambos se refletiam nos títulos honoríficos que tantas vezes exaltavam o monarca medieval: ‘Imagem de Cristo’ e Vigário de Cristo.”<sup>110</sup>

No que tange a realeza inglesa – nosso objeto de estudo – boa parte dos trabalhos conhecidos por historiadores brasileiros sobre a sacralidade régia na Inglaterra medieval são de origem francesa. Fato este que nos oferece contribuições, mas também problemas.

---

<sup>105</sup> BLOCH. *Ibidem*, pp. 148-149.

<sup>106</sup> BLOCH. *Ibidem*, p. 161.

<sup>107</sup> KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo da teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>108</sup> KANTOROWICZ. *Ibidem*, pp. 22-25.

<sup>109</sup> KANTOROWICZ. *Ibidem*, p. 51.

<sup>110</sup> KANTOROWICZ. *Ibidem*, p. 73.

A historiografia francesa foi de fato bem importante e inovadora no que tange o estudo do simbolismo religioso não só na política, mas em todos os aspectos do cotidiano medieval. Ao mesmo tempo, ao tratar dos aspectos representativos da monarquia inglesa, seguindo talvez o exemplo de Marc Bloch, o estudo comparativo com a França possui grande domínio. A problemática disto é a generalização de características particulares à realeza francesa para a Inglaterra, mas também para outras regiões da Europa. A sagração acompanhada da unção e a taumaturgia régia tornaram-se as principais narrativas no âmbito da historiografia.

O historiador Teófilo Ruiz num artigo para a revista dos *Annales*<sup>111</sup> em 1984 expõe um problema historiográfico em torno da sacralidade régia que, de certa forma, muito incomodou historiadores sobre a Península Ibérica. O autor afirmava que não havia um sistema de representações simbólicas, que envolvem uma sacralidade, em torno da monarquia castelhana. A razão para tal fato, seria a ausência do ritual da sagração e da cura dos doentes por parte dos reis. O autor, sem dúvida, desenvolve sua hipótese se baseado num “modelo” existente na França e Inglaterra.

Jamais les rois de Castille ni plus tard, ceux Espagne ne prétendirent sérieusement avoir le pouvoir de guérir les malades. Leur naissance, leur couronnement, leur mort et leur enterrement ne jouirent pas davantage des rituels complexes associés la royauté en Angleterre et en France. A la fin du Moyen Age la royauté castillane avait ses rituels et ses symboles d'autorité pour marquer l'ascension du monarque sur le trône et son entrée en fonction politique mais les uns et les autres différaient de ceux que connaissaient l'Angleterre, la France et les autres royaumes médiévaux Occident. Le problème est de savoir pourquoi.<sup>112</sup>

Não pretendo aqui discutir todos os pontos da análise de Ruiz e muito menos a repercussão de sua hipótese na historiografia. Todavia algumas questões devem ser levantadas. O autor afirma que após o reinado de Afonso VII, os reis de Castela rejeitaram

---

<sup>111</sup> RUIZ, Teófilo. Une royauté sans sacre : La monarchie Castillane du bas Moyen Age. In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris: 39e année, N. 3, 1984.

<sup>112</sup> RUIZ, *Ibidem*, p. 430. “Jamais reis de Castela ou mais tarde, da Espanha iriam alegar ter o poder de curar os doentes. Seu nascimento, sua coroação, sua morte e sepultamento não gozavam de rituais mais complexos associados às realezas na Inglaterra e na França. No final da Idade Média a realeza castelhana tinha rituais e símbolos da autoridade para marcar a subida do monarca no trono e sua entrada em cargos políticos, mas ambos diferiram da Inglaterra, França e outros reinos medievais Ocidente. O problema é descobrir o porquê.” (Tradução Livre do Autor).

sistematicamente, salvo raras exceções, o ritual da sagração, tradição na França e Inglaterra. Para Ruiz os reis não se consideravam sagrados, mesmo considerando que suas funções reais eram provenientes de Deus. Segundo sua hipótese, tentou-se instalar o ritual da unção e símbolos teocráticos, mas que devido a tradição, foram recusados pelos monarcas desde a era visigoda. A autoridade e a posição dos reis castelhanos eram ligadas à guerra e não as representações sagradas.

O grande problema de Ruiz dar-se-á pela generalização. Ao afirmar que haveria um modelo de sacralidade, presente nas monarquias da França e Inglaterra, sob influência talvez de uma tradição historiográfica francesa que analisa a sagração e a taumaturgia; tal modelo se converteu numa única forma de analisar o poder também na Inglaterra. Da mesma forma, trabalhos recentes sobre a Espanha e Portugal e que criticam a hipótese de Ruiz, continuam afirmando a existência de tal modelo, não para as monarquias ibéricas, mas para os reinos francês e inglês.

Com base de uma historiografia sobre a Inglaterra já consolidada, tanto por historiadores britânicos quanto americanos, esta pesquisa procura se manter fora dos modelos considerados únicos para o poder. De uma maneira geral, boa parte dos trabalhos de origem britânica ou americana não trabalham a questão da taumaturgia, enquanto a sagração de fato é um elemento estudado por esses historiadores. Robert Bartlett, por exemplo, salienta a importância das tradições. Westminster era o local sagrado para a coroação, construída por Eduardo o Confessor, é lá que seu santuário está presente. É seguida pela unção que de práxis era feita pelo Arcebispo de Canterbury, apenas raras exceções o ritual era feito por outro membro importante da Igreja na Inglaterra. Une-se a isto a tradição do domingo, o dia especial para a coroação e, quando a mesma não poderia ocorrer neste dia santo, outras datas do calendário litúrgico foram usadas para a consagração régia.<sup>113</sup>

Crowned, girded with the sword, holding the rod and sceptre. the new king was presented as judge and war-leader. Similarly. the image of the king in majesty that appears on the royal seal shows him sitting enthroned with crown, orb, and drawn sword, a vigorous depiction of majestic and coercive power.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> BARTLETT. *Op. Cit.*, p. 155.

<sup>114</sup> BARTLETT. *Ibidem*, p. 156. "Coroado, envolvido com a espada, segurando uma haste e um centro. O novo rei foi apresentado como juiz e líder da guerra. Ao mesmo tempo, a imagem do rei em majestade que

O ritual da coroação, assim como apontou Marc Bloch, era responsável por elevar o rei acima de todos os indivíduos através de um conjunto de promessas, sobretudo salvaguardar o poder da Igreja. Segundo Robert Bartlett tal questão, ao mesmo tempo, foi motivo de debate no século XII no momento em que Henrique II ordena a morte de Thomas Becket, então Arcebispo de Canterbury, no qual este último, afirmava que o primeiro estava descumprindo a promessa sagrada. O historiador Michael Prestwich na obra *Plantagenet England*<sup>115</sup> argumenta que não era a sagração que marcava a sacralidade da figura régia. Ao contrário, ela apenas dotava o rei de autoridade religiosa e espiritual. O poder também era afirmado pelos juramentos e as tradições no qual os soberanos ingleses deveriam seguir. O monarca inglês, a partir do momento que se torna rei, já é considerado sagrado por um conjunto de mitos e lendas. E salvo algumas exceções, não havia pressa para o momento da coroação.

There was no questioning of the king's authority because he had not been crowned. Edward II was not crowned until February 1308, over seven months after his accession. In Edward III's case, however, there was a need to proceed fast, following the deposition of his father: Edward II was deposed on 20 January 1327, and his son was crowned on 1 February. The ceremony did not always go smoothly. There would be arguments in advance over who had the right to perform certain ceremonial roles, such as bearing the swords and sceptres.<sup>116</sup>

O autor atenta para a grande importância dos costumes, fossem eles régios ou pertencentes a comunidade, como também a exaltação da devoção régia. No momento da coroação de Eduardo II (1307-1327) em 1308, o monarca prometeu manter a lei e os costumes dos reis precedentes e principalmente, do patrono da monarquia: Eduardo o

---

aparece no selo real, mostra-lhe sentado entronizado com a coroa, o orbe e a espada desenhada, uma representação vigorosa do poder majestoso e coercivo.” **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>115</sup> PRESTWICH, Michel. *Plantagenet England: 1225-1360*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

<sup>116</sup> PRESTWICH. *Ibidem*, pp. 28-29. “Não havia nenhum questionamento da autoridade do rei porque o mesmo não havia sido coroado. Eduardo II não foi coroado até fevereiro de 1308, mais de sete meses após sua ascensão. No caso de Eduardo III, entretanto, havia uma necessidade de acelerar o evento, seguindo a deposição de seu pai: Eduardo II foi deposto no dia 20 de janeiro de 1327, e seu filho foi coroado no dia 1 de fevereiro. A cerimônia nem sempre ocorria de forma regular. Haveriam argumentos de antemão sobre quem teria o direito de performar certos papéis cerimoniais, como carregar as espadas e os cetros.” **(Tradução Livre do Autor)**

Confessor<sup>117</sup>. A devoção à Virgem exemplificada por Henrique III e Eduardo III, por exemplo, e principalmente no que tange o desenvolvimento do culto aos santos ingleses por parte da monarquia, como Thomas Becket, Edmundo de Bury e Thomas Cantilupe, eram uma demonstração da sacralidade régia inglesa, mas também uma identidade.<sup>118</sup>

A manutenção da justiça e da paz, como virtudes essencialmente divinas foram essenciais ao monarca. A comunidade escolhida por Deus deveria ser mantida com o respeito aos costumes. A autoridade do monarca vinha de Deus e por ele a justiça era feita, caso o rei assim o fizesse, honrado por Cristo ele seria. A justiça, entretanto, não deveria ser realizada apenas pelo rei, mas junto à comunidade.<sup>119</sup>

Atrela-se à autoridade régia garantida desde o momento da ascensão do rei ao trono, como também a sagração e os atos de devoção monárquica e manutenção das virtudes, os símbolos materiais e visuais da monarquia que se associam também a uma sacralidade do poder. Os reis possuíam o direito da ostentação e mesmo pensadores do período afirmavam que os grandes gestos da realeza em festas e cerimônias deveriam ser mantidos<sup>120</sup>. Os soberanos ingleses eram enfáticos em manter o esplendor visual da monarquia. Edifícios religiosos cujas construções eram patrocinadas pela realeza, faziam parte do simbolismo político, que incluíam também a importância do trono, da espada e o cetro.

It is not clear how often the king sat on his throne, but this was another important symbol. Henry III was much concerned with the visual splendour of monarchy, and wrote in 1245: 'Because we recall that you have said that it will be much grander to make the two leopards, which will be on either side of our new chair at Westminster, of bronze rather than of marble or carved, we command you that they should be made of metal as you have suggested.'<sup>121</sup>

---

<sup>117</sup> Vale considerar, para evitar confusões por vezes comuns, que São Jorge é considerado o patrono da Inglaterra e, Eduardo o Confessor o patrono da monarquia inglesa.

<sup>118</sup> PRESTWICH. *Ibidem*, p. 31.

<sup>119</sup> PRESTWICH. *English politics...* Op. Cit., p.12.

<sup>120</sup> HICKS. *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>121</sup> PRESTWICH, *Plantagenet ... Op. Cit.*, p. 40. "Não é claro qual a frequência que o rei se sentava ao trono, mas este era outro símbolo importante. Henrique III estava muito preocupado com o esplendor visual da monarquia, e escreveu em 1245: 'Porque nos lembramos do que você disse, será muito maior fazer os dois leopardos, que estarão de cada lado da nossa cadeira em Westminster, de bronze e não de mármore ou esculpido, nós mandamos que eles sejam feitos de Metal como você sugeriu.'" (Tradução Livre do Autor)



Os diversos autores que estudam o simbolismo político na monarquia inglesa são claros ao afirmar a grande variedade de fontes a serem utilizadas para tal. Textos litúrgicos e iconográficos são os exemplos claros, especialmente para a análise da sacralidade através do rito da coroação. O diálogo com a antropologia e a etnografia permite uma observação de profundidade em torno da sacralidade monárquica. As crônicas e biografias sobre reis, narram um passado e/ou um presente no qual os atos, por vezes estereotipados, dos monarcas servem de exemplo do desenvolvimento da sacralidade monárquica. A própria compreensão dos elementos que caracterizam a representação simbólica da monarquia inglesa se encontra na relação entre Igreja e Reino. A primeira, que manteve seus ideais universalistas, procurando a restauração do Império Romano, enquanto o segundo, transformou tais ideais segundo as necessidades regionais.

Não podemos negar a real importância da taumaturgia no âmbito da monarquia inglesa. Afinal, como bem apontado por Marc Bloch, são inúmeras as fontes que demonstram a importância deste fenômeno na realeza. Todavia, o problema que neste tópico tentou-se apresentar, se relaciona a possibilidade de entender que os sistemas de representação da monarquia inglesa vão para além da sagração e da taumaturgia. É importante para o pesquisador, deixar de lado uma ideia corrente, em que a monarquia inglesa se enquadra a um grande modelo de símbolos e representações ao lado da França. Ela, como instituição, possui características específicas de seu próprio tempo, espaço e noções de identidade. A coroação dotava o monarca de autoridade religiosa, mas sua autoridade política já era garantida no momento da ascensão ao trono. As virtudes divinas seguidas pelos governantes eram exemplos defendidos nos espelhos de príncipes da época: a justiça e a manutenção da paz e dos costumes. Une-se aos símbolos materiais: coroa, cetro e trono, como também na ostentação e apresentação do esplendor monárquico. As edificações religiosas, com ornamentos por vezes patrocinados pela monarquia, com destaque a importância da Abadia de Westminster, foram exemplos da importância simbólica adquirida pela realeza e que se relaciona a devoção, especialmente ao culto a santos ingleses. O passado transformou-se numa das principais representações do poder régio na Inglaterra durante todo o medievo. As crônicas do século XV são a clara narrativa dos reis e seus grandes feitos. É a história da fé e do povo inglês como eleito.

#### 1.4. AS NARRATIVAS CRONÍSTICAS DO SÉCULO XV.

O final da Idade Média foi um período profícuo na produção de uma literatura política para educar reis e príncipes e também na elaboração de crônicas e biografias. Estas últimas tinham na maioria dos casos a intenção de prover ao leitor, ou ao menos projetar, uma memória para o futuro, um conjunto de histórias que envolviam o meio social no qual a fonte fora produzida. Tratando-se da Inglaterra, as crônicas do século XV, produzidas em grande quantidade, contavam a história do reino inglês em meio as transformações religiosas e sociais da Cristandade. E o rei ocupava um lugar de importância no que tange o curso narrativo. É uma história dos heróis e seus grandes atos. É a observação do passado, como exemplar e que oferece argumentos para a interpretação do presente. A produção cronística do século XV, por vezes buscava legitimar ou deslegitimar poderes e afirmar uma identidade no qual a noção de *ser inglês* começa a ser delineada. É um momento de transformações e instabilidades, guerras e recuperações. Bem comum, aliás, vemos um mesmo cronista, em fontes distintas, apresentarem versões opostas de um mesmo fato. Questões que queremos apresentar.

Os resultados obtidos nesta pesquisa não se dão pela observação de um número extenso de crônicas ou biografias que narram a história da Inglaterra ou a figura de Henrique V. Uma seleção rígida de autores e crônicas e a relação entre tais foi necessária. A metodologia de análise de igual importância, possibilitou a observação, categórica, dos elementos do passado envolvidos na narrativa e assim permitir a tentativa de entender como os intelectuais do século XV se auto enxergavam, e seus soberanos também. Henrique V na narrativa, não é o único grande rei inglês, ele compartilha desta posição com monarcas antecessores, como também por lendas mitológicas em torno da Inglaterra, diga-se: o mito de Arthur. Henrique V de Lancaster é o presente (no momento em que as crônicas são elaboradas contemporaneamente a ele); é passado (quando após sua morte sua imagem é reproduzida e transformada); é futuro (sua imagem é perpetuada e serve de exemplo para outros soberanos).

O local de produção dos escritos aqui selecionados e que já iremos apresentar, possui igual importância. Salvo os trabalhos cujo autores são desconhecidos, boa parte da produção cronística do século XV na Inglaterra ocorre no meio eclesiástico: frades,

monges e padres, por vezes frequentadores da corte, utilizaram seus conhecimentos acerca do passado religioso no processo de produção de seus textos.

Adam de Usk é um destes exemplos. Produziu a crônica intitulada *Chronicon Adae de Usk*<sup>122</sup> provavelmente entre o fim do século XIV e início do século XV. Duas grandes edições foram feitas utilizando os manuscritos da fonte. A primeira, traduzida do latim para o inglês moderno por Sir Edward Maunde Thompson para a Royal Society of Literature em 1904. Outra grande edição foi realizada por Chris Given Wilson, pela Clarendon Press em 2008. Embora esta última seja uma edição mais recente da obra, optou-se aqui por utilizar a edição feita por Sir Edward Maunde Thompson por três razões. A primeira pela acessibilidade da mesma, de fácil acesso para todos que procuram lê-la; segundo por ser uma edição reconhecida pela historiografia e, ainda é, a mais utilizada pelos historiadores que procuram compreender o panorama político do início do século XV. A terceira razão, é pela forma como o editor organizou a obra: primeiramente encontramos toda a narrativa cronística em seu idioma original, o latim; após todo o trabalho ser apresentado, o autor oferece uma tradução bem-feita para o inglês moderno. Isto permite ao historiador, se for de sua vontade, observar a crônica das duas formas possíveis.

Sir Edward Thompson inicialmente fez duas edições do trabalho. Como o mesmo diz em sua introdução sobre a fonte, a primeira foi feita em 1878 com base no manuscrito MS 10.104 presente no Museu Britânico, que possuía uma quebra brusca na narrativa dos eventos no ano de 1404. Apenas no ano de 1885 que um conjunto de folhas dobradas teriam sido encontradas negligenciadas no Castelo de Belvoir, momento em que papéis eram analisados para a Coleção de Manuscritos Históricos. Lá, estava o manuscrito remanescente de Adam de Usk. O manuscrito de Usk utilizado nesta edição data aproximadamente de 1440-1450.

Pouco se sabe sobre os anos iniciais de Usk, muito menos as intenções exatas para sua escrita cronística no início do século XV. Segundo informações do editor da fonte, o trabalho parece ser uma espécie de continuação da obra de Ralph Hidgen *Historia Policronica*, cuja narrativa termina no reinado de Eduardo III. *Chronicon Adae de Usk* inicia seu relato com a ascensão de Ricardo II ao trono e termina em 1421 durante o

---

<sup>122</sup> USK, Adam. *Chronicon Adae de Usk*. A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.

governo de Henrique V. O manuscrito não teria sido escrito por sua própria caligrafia, mas sim por várias escritas, muitos maus escritores ou até mesmo analfabetos, acredita-se que o cronista teria deixado instruções para a elaboração da fonte.<sup>123</sup> Há diversas notas e correções e até mesmo adições no texto original, o editor afirma parecer nas margens um conjunto de informações escritas por pessoas distintas. Não há também nenhum grande anúncio na fonte que atestaria a autoria de Adam de Usk, apenas pistas e relatos pessoais de eventos no qual o autor estaria presente.

Poucos são os estudos em torno da vida do cronista, padre e canonista. Aliás, as informações, mesmo que escassas, do editor da fonte aparece ao historiador como um dos melhores relatos compilados sobre a vida de Usk. O mesmo teria nascido, como próprio nome diz, em Usk, região de Monmouthshire no País de Gales. Não há a informação sobre sua data de nascimento, porém nos cálculos de Thompson, teria ocorrido por volta de 1352.<sup>124</sup> Parece ter convivido com diversos membros da aristocracia inglesa e galesa da época, como também com membros do alto clero da Inglaterra. O primeiro patrono de Adam de Usk foi Edmund Montimer, terceiro conde de March, que possuía o senhorio de Usk sob o direito de sua esposa Philippa de Clarence. Neste período o autor já teria entrado em contato com intelectuais de Oxford, adquirindo futuramente o título de Doutor em Leis.<sup>125</sup>

Segundo o editor da obra, os detalhes sobre a vida de Adam de Usk nos anos seguintes tornaram-se cada vez mais escassos. Sabe-se que em 1387 ele residia em Oxford envolvido com o ensino universitário e como “an extraordinary in canon law, presumably as lecture for the ‘extraordinary’ lectures”.<sup>126</sup> Sabe-se também que o cronista esteve presente no meio aristocrático e de decisões políticas intensas do final do século XIV. Nota-se sua presença no Parlamento em 1397, acompanhando provavelmente o Arcebispo de Canterbury, Thomas Adurel e seu irmão Richard, conde de Arundel. Também acompanhou expedições militares comandadas pelo então Duque de Hereford, Henrique de Bolingbroke, para o norte de Chester, notável em seus relatos presentes na crônica. Durante a usurpação de Henrique IV em 1399, acredita-se que Adam de Usk auxiliou na submissão dos galeses ao rei.<sup>127</sup> Anos mais tarde o autor deixa a Inglaterra em

---

<sup>123</sup> THOMPSON, Sir Edward Maunde. Introduction. In: USK, Adam. *Chronicon Adae de Usk.*, p. VII.

<sup>124</sup> THOMPSON. *Ibidem*, p. XI.

<sup>125</sup> THOMPSON. *Ibidem*, p. XII.

<sup>126</sup> THOMPSON. *Idem*, p. XII. “um extraordinário nas leis canônicas, presumidamente como palestrante para as palestras ‘extraordinárias’” (**Tradução Livre do Autor**)

<sup>127</sup> THOMPSON. *Ibidem*, p. XIV.

direção a Roma com a intenção de promover-se a bispo, ou talvez um cargo de maior importância na Igreja. Trabalhou como capelão papal e auditor durante o período de Bonifácio IX e Inocente VII. Foi, entretanto, excomungado em 1407 por acusação de oferecer fidelidade ao Papa de Avinhão, fato que auxiliou tensões entre o rei da Inglaterra – fiel ao bispo de Roma – como também, Adam de Usk fora acusado de colaborar com as revoltas no País de Gales contra o domínio inglês. O perdão de Henrique IV seria garantido apenas com o auxílio do cronista contra os rebeldes galeses. Os últimos dias de sua vida são desconhecidos, sabe-se que viveu nove anos a mais do término da narrativa cronística.<sup>128</sup>

A crônica de Usk é importante nesta pesquisa por duas razões. É necessário ter em mente que ele foi contemporâneo a muitos dos eventos narrados, conviveu com membros da aristocracia e da alta nobreza; presenciou também as turbulências e transformações do reinado dos primeiros reis Lancaster. A segunda questão é a própria estrutura narrativa de seu trabalho: suas opiniões são fortes em torno do cenário político e social do período, Ricardo II é visto como um rei tirano e por isso a merecida usurpação de Henrique IV. A vida para o autor é marcada por profecias, mitos e lendas. Muitas das quais utilizam relatos do passado. Fatos que serão apresentados nos capítulos seguintes.

But, granting that our chronicler was a competent lawyer, he was hardly a wise man, and he was certainly of a particularly credulous disposition. The marvellous appeals to him in its most simple forms. Prophecies of Bridlington and others are solemnly vouched. Wonderful eggs, a two-headed calf, a one-eyed boy, the spontaneous ringing of bells, a stream flowing blood, are all faithfully recorded. More valuable is his story of king Richard's greyhound and the ominous incidents which attended that monarch's coronation as well as the coronation of Henry the fourth. are at least interesting, even if they are not authentic. A seer of visions and a dreamer of dreams, Adam has on every fitting occasion a dream or vision to recount, which at least does credit to his imagination.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> THOMPSON. *Ibidem*, p. VII.

<sup>129</sup> THOMPSON. *Ibidem*, pp. XIX-XX. “Mas, concedendo que nosso cronista fosse um advogado competente, ele não era um homem sábio, ele era certamente uma disposição particularmente crédula. O maravilhoso o atrai em formas simples. As profecias de Bridlington e outros são solenemente comprovadas. Ovos maravilhosos, um bezerro de duas cabeças, um menino de um único olho, o toque espontâneo de sinos, um fluxo de sangue, estão registrados. Mais valiosa é a história dele do galgo do rei Ricardo e os incidentes ameaçadores que acompanharam a coroação desse monarca, bem como a coroação de Henrique IV. São pelo menos interessantes, mesmo que não sejam autênticos. Um vidente de visões, sonhador de sonhos, Adam em cada ocasião adequada um sonho ou uma visão para contar, o que pelo menos dá crédito a sua imaginação.” (Tradução Livre do Autor)

Outro exemplo de crônica produzida no âmbito clerical e, cujo seu autor era contemporâneo aos eventos narrados da fonte, é o trabalho do monge beneditino Thomas Walsingham, conhecida pela historiografia como *Chronica Maiora*. Em torno deste trabalho considerado referencial para o estudo dos séculos XIV e XV, um grande número de edições foram realizadas. Originalmente escrita em Latim, duas grandes traduções para o inglês moderno circulam hoje no meio da historiografia. A primeira organizada por Wendy R. Childs, John Taylow e Leslie Watkiss em 2003. A segunda com introdução de James G. Clark e tradução de David Priest em 2005. Assim como a crônica de Adam de Usk, optou-se aqui pela tradução de Clark e Priest<sup>130</sup>, tanto pela facilidade de acesso, como também pelo reconhecimento da historiografia acerca da edição.

Embora as edições citadas sejam as mais utilizadas por historiadores, ao longo dos anos um interesse pelo trabalho de Walsingham foi destaque na historiografia. Diversas compilações já foram feitas, cabe a nós citar algumas. Boa parte das informações que apresentaremos, sobre a fonte e sobre o autor foram retiradas da excelente introdução de James G. Clark.

A primeira impressão da fonte produzida por Thomas Walsingham teria ocorrido em 1574 por Matthew Parker, então Arcebispo de Canterbury. Clark afirma que embora Parker tenha utilizado os manuscritos originais que estavam sobre sua posse, o trabalho não representou uma edição crítica.<sup>131</sup> No mesmo período outros intelectuais e estudiosos como John Stow iniciaram um trabalho da parte considerada escandalosa do trabalho<sup>132</sup> diretamente dos manuscritos sobreviventes. No século XIX outra grande edição do trabalho foi feita pelo mesmo editor da crônica de Adam de Usk, Sir Thomas Maunde Thompson, todavia, segundo James Clark o trabalho de Thompson apresenta confusões em sua tradução.

A edição aqui utilizada é uma tradução da obra de Walsingham que inicia sua narrativa no ano de 1376 – provavelmente o momento em que o autor dá início a sua

---

<sup>130</sup> WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

<sup>131</sup> CLARK, James G. Introduction. In: WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora of Thomas Walsingham*. Woodbridge: The Boydell Press, 2005, p. 21.

<sup>132</sup> O editor da fonte cita em diversos momentos que o momento da usurpação de Henrique IV em 1399 foi vista como um escândalo para os monges de St. Albans, monastério no qual Thomas Walsingham serviu como monge.

escrita – e a termina no ano de 1422. Os editores utilizam os mais completos manuscritos sobreviventes, com base no texto impresso por Mr. Riley como *Historia Anglicana*, transcrita pelo mesmo através dos manuscritos da Royal College of Arms. Impressa também por Galbraith como *The St. Albans Chronicle* transcrita do manuscrito de Oxford Bodl, Bodley MS 462. Segundo os editores, representa a mais completa tradução e revisão da *Chronica Maiora* de Thomas Walsingham.<sup>133</sup>

Os motivos pelo qual o cronista desenvolveu o trabalho são obscuros, acredita-se, porém, que o autor planejou uma espécie de continuação da *Chronica Maiora* de Matthew Paris, também oriundo de St. Albans em meados do século XIII. A fonte produzida por Thomas Walsingham é fruto dos anos de estudo do autor, como também os anos em que o mesmo esteve presente no monastério. Não há manuscritos originais sobreviventes que levem a existência de um prologo, dedicatória ou até mesmo uma referência à autoria. Todavia, dois pequenos manuscritos datados por volta de 1392 aparentam ter sido elaborados sob a supervisão do cronista. Boa parte dos manuscritos da fonte datam da metade do século XV, contendo revisões, derivadas provavelmente de gerações futuras de editores.

Thomas Walsingham foi um monge beneditino na Abadia de St. Albans, região de Hertfordshire. A obra é considerada pelos historiadores como uma das melhores compilações sobre o fim do reinado de Eduardo III e Henrique V. São relatos detalhados das dificuldades políticas enfrentadas pelo reino. Para Clark, o trabalho de Walsingham se destaca pela “originalidade”, não fazendo cópias de outros cronistas, embora o mesmo reconhecesse a importância da escrita e reescrita. Teria utilizado em seus trabalhos, inclusive, *actas* e outros documentos régios e papais para a elaboração do texto.<sup>134</sup> Outra característica do autor é apresentar um relato, mesmo que distante, dos eventos políticos e religiosos que ocorreram na Europa entre o século XIV e XV. Como exemplo: a crise política e as revoltas na França, as tensões entre os reinos de Portugal e Castela, o cisma da Igreja e a própria Guerra dos Cem Anos.

O autor também é considerado por muitos historiadores como uma autoridade para o estudo dos reinados de Ricardo II, Henrique IV e Henrique V, tendo destaque a contemporaneidade da escrita. Todavia, detalhes sobre a vida do autor permanecem

---

<sup>133</sup> CLARK. *Ibidem*, p. 22.

<sup>134</sup> CLARK. *Ibidem*, p. 1.

escassos. Não se sabe com certeza o momento de nascimento de Walsingham, apenas que entrou para o sacerdócio no dia 21 de setembro de 1364. O editor da obra faz alguns cálculos que mesmo incertos, nos ajudam delimitar alguns pontos da vida do autor. Seguindo padrões do período, os indivíduos só poderiam entrar no sacerdócio a partir dos 24 anos de idade, acredita-se que o cronista tenha nascido, portanto, por volta de 1340. Contemporâneo de escritores clássicos do período como Geoffrey Chaucer e presenciando inclusive as tensões religiosas causadas pelo Wyclifismo no final da Idade Média.

Os anos de 1360-1420 teriam sido de grande produção documental na Abadia de St. Albans, entretanto Walsingham foi citado em apenas poucos documentos. O editor do trabalho oferece a justificativa de que o autor teria sido suprimido deliberadamente pela Abadia devido à natureza provocadora de seus comentários políticos.<sup>135</sup> Sabe-se pouco sobre seus primeiros anos no monastério, o primeiro relato teria ocorrido apenas no ano de 1380. Tem-se o conhecimento de que nos anos seguintes foi responsável pela direção do coral e pelo *Scriptorium* do mosteiro, associando-se também a supervisão de escribas e iluminadores.<sup>136</sup>

A crônica de Walsingham permite, assim como Adam de Usk, a análise de uma visão contemporânea do período, principalmente sobre o reinado de Henrique V. A intenção desta pesquisa é associar os discursos realizados nestes trabalhos com crônicas produzidas após a morte de Henrique V, podendo assim analisar através delas como a figura do *Rei* e do *Reino* foram transformadas através dos usos do passado.

Este é, por exemplo, o caso de John Capgrave, um cronista medieval cujas fontes ainda são pouco analisadas pela historiografia se comparadas ao trabalho de Adam de Usk e Thomas Walsingham. Seus trabalhos são diferentes das crônicas citadas. Os cronistas que mencionamos anteriormente tinham a preocupação, pelo menos aparente, com a produção de memória em torno do reino Inglês, embora por vezes, suas ideias acerca do jogo político do período estavam ligadas à uma legitimação do poder. John Capgrave, pelo contrário, tinha a preocupação com o poder e as formas de educar um Príncipe. As crônicas que apresentaremos tinham o compromisso de relatar um passado e presente inglês e com ele educar os reis. Acredito que seja importante apresentar por

---

<sup>135</sup> CLARK. *Ibidem*, p. 5.

<sup>136</sup> CLARK. *Idem*, p. 5.



ordem cronológica cada obra de John Capgrave, suas características e intenções, para depois compreender o contexto social e histórico no qual o autor se inscreve.

A primeira fonte de John Capgrave que utilizamos nesta pesquisa é intitulada originalmente como *Liber de Illustribus Henricis*, porém conhecida pela historiografia por sua tradução para o inglês como *The Book of Illustrious Henries*<sup>137</sup>. A obra que no seu original fora escrita em latim possui apenas uma única edição, realizada por Rev. Francis Charles Hingeston. Sabemos também, que embora nenhum outro pesquisador tenha editado o texto ele foi reimpresso diversas vezes. A edição utilizada tem reconhecimento da historiografia, boa parte das obras que citam a fonte costumam utilizar a tradução de Hingeston. A edição utilizada é fruto do Manuscrito Tiberius A. VIII. presente no Museu Britânico, com a existência de iluminuras. Poucas são as informações sobre os motivos pelos quais John Capgrave escreveu a obra. Sabe-se, porém, que o texto tinha como caráter, ser uma espécie de *Espelho de Príncipe* para Henrique VI de Lancaster. Capgrave discursa, utilizando de analogias bíblicas, as origens do nome “Henrique” e como ele está relacionado aos grandes homens. Para isso o autor apresenta relatos de imperadores germânicos com tal nome e reis da Inglaterra. Complementa-se a isto a história de outros soberanos da Cristandade e membros do clero.

O período de escrita da crônica também é incerto. O editor não apresenta um momento de provável escrita. Entretanto seguindo algumas informações dadas por Capgrave, deduzimos uma data possível. Ao iniciar o relato sobre o reinado de Henrique VI, o cronista diz: “Henry the Sixth, king of England and of France - who yet lives, and to whose service I have wholly devoted myself - was born in the year of our Lord 1422 on the feast of the blessed Pope Nicholas.”<sup>138</sup> Logo depois o autor encerra o seu relato no ano de 1446 desejando ao rei bom reinado. Sabe-se que Capgrave morreu em 1464, momento em que Eduardo IV já ocupava o trono; e que o autor dedicou os últimos anos de sua vida com a escrita de crônicas. Acreditamos que John Capgrave escreveu seu trabalho entre fins do ano de 1440 e os anos 1450. *The Book of Illustrious Henries* é cercado de lendas e mitos que envolvem a história dos reis ingleses. Alguns pontos serão

---

<sup>137</sup> CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*, Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

<sup>138</sup> CAPGRAVE, *The Book of Illustrious Henries*, p. 144. “Henrique o sexto, rei da Inglaterra e França, que ainda vive, que cujo serviço eu tenho inteira devoção – nasceu no ano de Nosso Senhor de 1422, na festa do abençoado Papa Nicholas.” (Tradução Livre do Autor).

apresentados ao longo desta pesquisa, mas a obra de Capgrave, em características, possui relações com o outro trabalho utilizado aqui.

A fonte intitulada *The Chronicles of England*<sup>139</sup> chama a atenção, especialmente por sua estrutura narrativa. John Capgrave em seus últimos anos de vida, dedicado à arte da compilação de textos, escreve uma história da Inglaterra ligada a tradição veterotestamentária, ao passado greco-romano e as transformações que ocorrem no Ocidente cristão durante a Idade Média. Em diversos momentos o autor cita histórias e lendas relacionadas à Inglaterra durante os primeiros séculos do medievo, mas uma história inteiramente inglesa com base na narrativa dos reis ocorre apenas com o início do reinado de Henrique III. O trabalho de John Capgrave é uma clara produção de memória e o contexto da escrita nos chama bastante atenção, entretanto alguns pontos serão discutidos no próximo capítulo. Os relatos mais antigos sobre a História inglesa parecem possuir informações colhidas em crônicas de outros autores, como *Historia Policronica* de Ralph Hidgen, *The Chronica Maiora* de Thomas Walsingham e outras autoridades para tratar da história europeia, tais como Beda e Gérard de Cambrai.

Utilizamos nesta Dissertação a edição feita por Rev. Francis Charles Hingeston em 1858, que assim como *The Book of Illustrious Henries*, é a única edição existente do trabalho. Diversas reimpressões ocorreram anos seguintes, e a edição de Hingeston é reconhecida pela historiografia. O editor afirma que apenas dois manuscritos são conhecidos e ambos estão preservados e se encontram em Cambridge.<sup>140</sup> O editor ainda aponta que o manuscrito presente na Biblioteca Pública é o melhor dos dois, sobretudo por evidenciar a escrita do autor por suas próprias mãos. Seguindo a tendência de vários manuscritos do período a obra possuiu diversas notas e correções e fatos do período teriam sido anexados nas margens do texto. O outro manuscrito presente na Corpus Christi College de Cambridge segundo Hingeston parece ser uma cópia da obra de Capgrave, provado também por erros e pela ausência de um prologo, existente na outra versão.<sup>141</sup> Não se sabe a data exata da escrita da crônica, porém acredita-se que tenha ocorrido nos primeiros anos da década de 1460. O autor dedica o trabalho a Eduardo IV de York que ascendeu ao trono em 1461, mas termina sua narrativa no ano de 1417, ainda

---

<sup>139</sup> CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

<sup>140</sup> THOMPSON, Rev. Francis Charles Hingeston. Introduction. In: CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. p. XXVI.

<sup>141</sup> THOMPSON. *Ibidem*, p. XXVII.

no reinado de Henrique V. O editor da fonte acredita que a quebra brusca dos acontecimentos narrados é pelo fato da morte de John Capgrave em 1464.<sup>142</sup>

Diferente dos outros autores, cujos detalhes sobre suas vidas são escassos, no caso de John Capgrave temos um conjunto de informações. O cronista nasceu em Bishops's Lynn – cidade na região de Norfolk, que hoje é conhecida como King's Lynn – no dia 21 de abril de 1393. Acredita-se que tenha obtido o título de “Doutor em Divindades” na Universidade de Oxford, mas ao mesmo tempo há uma discordância entre intelectuais se tal fato teria ocorrido em Cambridge devido à proximidade com a região de nascimento do autor. Sabemos também que entrou para o sacerdócio no mosteiro de Santo Agostinho em Lynn por volta do ano de 1418<sup>143</sup>, tornando-se um dos membros mais importantes de sua ordem. Conviveu em meio a corte e presenciou eventos importantes do período, como a ascensão de Henrique VI, a perda do trono francês pelos ingleses e a deposição de Henrique e ascensão de Eduardo IV. É provável que por volta do início da década de 1460, John Capgrave estivesse vivendo em Lynn e dedicando-se ao estudo das Sagradas Escrituras e outros trabalhos históricos. Como destaque podemos citar uma História sobre o Mosteiro de Santo Agostinho em Lynn e uma Biografia sobre Santa Catarina de Alexandria.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> THOMPSON. *Ibidem*, p. XXIII.

<sup>143</sup> THOMPSON, Rev. Francis Charles Hingeston. Introduction. In: CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. p. X.

<sup>144</sup> THOMPSON. *Ibidem*, pp. X-XI.

## CAPÍTULO II

### *SER INGLÊS, PERTENCER A UM PASSADO*

---

---

Cronistas, tratadistas e publicistas, foram responsáveis por formular ideias em torno da imagem simbólica do *Rei e Reino*. Atrela-se a isto a figura do próprio povo, por vezes, associado como eleito. A realeza sagrada era um dos principais – mas não o único – polos ideológicos da política medieval. O tempo, transformado pelo Cristianismo, englobava um passado, por vezes mítico, que influenciava e justificava as ações e acontecimentos do presente. E a memória, tornou-se essencial para a construção cronística do período, que em muitos casos, utilizava desse passado maravilhoso. Cabe-nos agora entender os fundamentos de nossa hipótese, ou seja, assimilar como tais conceitos foram importantes para a construção da ideia de “*Ser inglês*”.

O *ser inglês* do final da Idade Média não se trata de um “nacionalismo”, observado na sociedade contemporânea. Era, na verdade, uma construção identitária dos cronistas e tratadistas do período. Eram ideologias, fundadas no seio intelectual num contexto de transformações políticas. Trata-se de como os homens daquela época se representavam em meio à comunidade, estabelecendo relações de pertencimento, que englobam os fundamentos do cristianismo, a política e a cultura. Neste último, podemos destacar o papel da língua vernácula que desenvolve importância na cultura intelectual dos séculos XIV e XV. Os textos ingleses eram claros a apresentar a história do presente ligada a um passado bíblico e a trajetória da Cristandade. *Ser inglês* é pertencer a um passado e presente, que conglomeram a vida dos reis, mas também fazer parte da comunidade cristã, cuja cabeça é o Papa. *Ser inglês* é ser *cristão*, mas também é ser *súdito*. São vários os pesquisadores que trabalham com tais noções. Muitos de seus objetivos são opostos aos nossos, o objeto, a cronologia e o espaço são por vezes distintos, porém, suas discussões teóricas são contribuintes.

Vejamos as discussões levantadas pelo historiador Marcelo Berriel<sup>145</sup>. O historiador brasileiro levanta a importância de não analisar a política medieval isoladamente, mas sim, dentro de um quadro amplo do que é a religião e a espiritualidade medieval. Neste sentido, estudar a historiografia sobre o papel da Igreja no Ocidente latino é de fundamental importância. É nela que podemos observar o que foi feito, os problemas e possibilidades de estudo. É também neste processo de pesquisa que podemos assimilar a existência de tensões entre o poder espiritual e o poder temporal. Segundo Berriel, conceber o contexto histórico em que tais instâncias se relacionam nos permitem entender como essas tensões ocorriam. Pensando as realezas baixo-medievais, que procuram afirmar seu poder com base na ideia de realeza sagrada, escritores e intelectuais do período criaram uma noção de rei eleito e povo escolhido. Visão comum em todos os reinos medievais, entretanto em Portugal (objeto de Berriel), a grande aliança entre a monarquia e franciscanos produziu uma imagem do cristão ideal, que deve ser súdito.

A realeza, formulando uma noção de *ser cristão*, idealizava a forma como cada indivíduo deve agir em sociedade. Obediência a Deus e ao rei, este último agindo sob os preceitos divinos da luta para defender o reino. “O cristão/súdito que frades menores e a casa de Avis criaram é, lembremos, imposto a gerações vindouras. Os leitores de tratados e crônicas devem seguir este modelo. Quiseram estes escritores registrar, mas sobretudo, ensinar – ou antes, imputar – um modelo de crença e de comportamento.”<sup>146</sup> A noção de obediência, formulada principalmente no âmbito da Igreja, integrava a noção de poder e, segundo Berriel, o *ser cristão* não é definido suficientemente pela comunidade a qual um indivíduo pertence, mas sim pela autoridade. Ou seja, a obediência define a comunidade.<sup>147</sup> Assim, a obediência vai delinear a identidade dos cristãos medievais, no qual todos os homens se enquadram numa hierarquia de poder: em primeiro lugar o rei espiritual que é Deus, e logo após o poder temporal, exemplificado pelos soberanos.<sup>148</sup>

O cristão é, assim, súdito de Deus, entretanto, também o é dos monarcas portugueses. Não há nada de estranho nesta dupla submissão considerando que o cristão, para os homens medievais, possui uma

---

<sup>145</sup> BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e Súdito: Representação social franciscana e poder régio em Portugal*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

<sup>146</sup> BERRIEL. *Ibidem*, p. 208.

<sup>147</sup> BERRIEL. *Ibidem*, p. 145.

<sup>148</sup> BERRIEL. *Ibidem*, p. 142.

dupla cidadania, vive entre duas realidades, a da cidade de Deus e a da cidade dos homens.<sup>149</sup>

No caso da Inglaterra a situação não era de todo diferente. Boa parte dos textos que formularam uma ideia de pertencer a uma comunidade comandada por um rei e em que todos os indivíduos a ele devem manter obediência, surgem no contexto dos séculos XIV e XV. Período das revoltas, da Guerra dos Cem Anos e da Guerra das Rosas, da busca do poder régio por se legitimar em meio as contendas com a aristocracia e das revoltas populares contra o domínio régio – sobretudo no País de Gales. É nesse momento que fica mais claro o que é o *ser inglês* dos cronistas. *Ser inglês é ser cristão*, é ser comandado por Deus e pelo rei, mas não só isto: é estar ligado, inclusive, a um passado maravilhoso que molda a identidade dos indivíduos e explica o presente.

### 2.1. THE CHRONICLES OF ENGLAND – IDENTIDADE E PASSADO.

*It is somewhat divulgid in this lond, that I have aftir my passibilite be occupied in wryting, specialy to gader eld exposiciones upon Scripture into o collecion; and thoo that were disparplied in many sundry bokis, my laboure was to bringe hem into a body, that thei which schal com aftir schal not have so mech laboure in sekynge of her processe. Now is age com, and I want ny al that schuld longe to a studier; yet it pleased me, as for a solace, to gader a schort remembrauns of elde stories, that whanne I loke upon hem, and have a schort touch of the writing, I can sone dilate the circumstaunses.<sup>150</sup>*

O trecho acima faz parte da dedicatória de John Capgrave ao rei Eduardo IV de York em seu *The Chronicles of England*. O autor escreve em meio grande instabilidade política, no qual a Guerra das Rosas já havia se iniciado. Ele apresenta diversos argumentos que pretendem atuar como um discurso legitimador do rei e, sobretudo,

<sup>149</sup> BERRIEL. *Idem*, p. 142.

<sup>150</sup> CAPGRAVE. *The Chronicles of England* ... Op. Cit., p. 1. “É algo divulgado nesta terra, da possibilidade de eu estar ocupado com a escrita, especialmente para reunir coleções e exposições de domínio sobre as Escrituras. E que foram descartados em livros diversos, meu trabalho era trazê-las para um corpo, para que não tenham grande trabalho no processo de suas buscas. Agora que a idade chegou, eu quero quase tudo que é longo para um estudante. Contudo, me agradou, como um consolo, reunir uma breve lembrança de histórias antigas, que quando eu olhar para elas e ter um curto toque na escrita, logo eu posso dilatar as circunstâncias.” (Tradução Livre do Mestrando)

considerar a importância da relação entre a monarquia e o sagrado. Apesar disso, outro ponto também nos chama à atenção ao analisar a narrativa do cronista. Primeiro, ele deixa claro que sua principal intenção é construir memória, não só para os homens do presente, mas também para as gerações vindouras, que iriam ler sua crônica. Essas informações consolidam algo já conhecido pela historiografia, de que os últimos anos de John Capgrave, o mesmo buscava reunir estudos sobre as Sagradas Escrituras e outras histórias que conglomeram toda uma tradição literária da Cristandade, mas também algumas que o mesmo afirma terem sido descartadas. *The Chronicles of England* é, segundo as próprias palavras do autor, um “corpo”, que assim pudesse auxiliar estudiosos num futuro: a pesquisa do passado sem grandes dificuldades.

Vale também ressaltar que o cronista utiliza uma cronologia baseada nos clássicos da literatura judaico-cristã, mas também em suas próprias observações e interpretações do tempo. O autor utiliza como grandes referências os Padres da Igreja, Eusébio de Cesaréia e São Jerônimo. Nos oferece também uma vasta narrativa sobre os Juízes de Israel e os reis de Judá e Pérsia. Teve um foco também em grandes personagens do mundo antigo, como Alexandre o Grande e os Imperadores romanos. Estas histórias são conjugadas com o curso da narrativa de Cristo (que segundo ele inicia uma nova era), dos papas da Cristandade e dos reis ingleses, no qual a Inglaterra é um reino por excelência herdeira de toda a glória do passado bíblico e cristão, cercada de mitos e lendas.

*To my Sovereyn Lord, Edward, be the grace of God Kyng of Ynglond and Frauns, Lord of Yrland, a pore **Frere of the Heremites of Seynt Austyn, in the Convent of Lenne**, sendith preayer, obediens, subjeccion, and al that evir, be ony deute, a prest schuld offir onto his Kyng.<sup>151</sup>*

É também na dedicatória ao rei que o cronista nos oferece alguns argumentos que possibilitam entender a questão do fenômeno da identidade e da memória. Ao iniciar seus discursos, seguindo uma tradição bem comum no final da Idade Média, ele oferece fidelidade e subjeção ao rei, segundo suas próprias explicações “os únicos deveres de um

---

<sup>151</sup> CAPGRAVE. *Idem*. p. 1. “Ao meu Soberano Senhor, Eduardo, pela graça de Deus Rei da Inglaterra e França, Lorde da Irlanda, um pobre **Frade dos Eremitas de Santo Agostinho, no Convento de Lynn**, enviando orações, obediência e sujeição, e tudo mais, sendo um dever, que um padre deve oferecer ao seu Rei.” (Tradução Livre do Autor).

padre para com seu rei”. Capgrave, sendo um inglês possui sua identidade regional, mostrada pela citação em diversos momentos da crônica, narrativas sobre Bishop’s Lynn em Norfolk. Possui também sua identidade religiosa, já que o mesmo era frade no mosteiro de Santo Agostinho. Mas também possui uma identidade que é apresentada pela obediência ao seu rei. *Ser inglês* é pertencer a uma comunidade comandada através da soberania régia.

É possível perceber em toda a narrativa de John Capgrave, não só em *The Chronicles of England*, mas também em *The Book of Illustrious Henries*, a importância que o cronista dá à sua cidade. Lynn em seus limites medievais era banhada pelo Rio Great Ouse, que desagua no estuário conhecido como *The Wash* entre Norfolk e Linconshire.<sup>152</sup> De uma forma geral, poderíamos hipotetizar que a região possuía fácil acesso ao Mar do Norte e possibilitando um comércio “internacional” e a defesa do reino através do mar. Aliás, tratando-se da questão da defesa do reino, John Capgrave cita que durante o reinado de Henrique IV, em um contexto de tensões entre escoceses e ingleses, navios da Escócia teriam a intenção de invadir o reino inglês. Sem embargo, as embarcações de Lynn que circulavam na região do Mar do Norte conseguiram evitar o ocorrido. Tal narrativa não teve o mesmo impacto em outras obras cronísticas contemporâneas à Capgrave, ou talvez, não fosse no momento um evento um tanto conhecido pelos intelectuais da época. Mas, para o nosso cronista, tal evento foi um grande marco para toda a Inglaterra e seu povo.<sup>153</sup> São, aliás, diversos os momentos em que o cronista apresenta narrativas sobre Lynn, como a visita de reis e nobres ao mosteiro de Santo Agostinho, por exemplo.

A prática utilizada pelo autor nos revela um caso específico do fenômeno da identidade e como tal se mostrava visível nos trechos cronístico medievais. Na Inglaterra, a título de exemplificação, os intelectuais costumavam com frequência citar eventos históricos ocorridos em suas regiões de nascimento. É o caso de Adam de Usk, que constantemente narra tensões e revoltas ocorridas no País de Gales contra o domínio inglês. É também em Gales que se revela muito do pensamento legendário, seguindo o

---

<sup>152</sup> Ver anexo II – Mapa II.

<sup>153</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, pp.276-277. “In that same yere the shippis of Lennes, wech fischid at Aberden, took certeyn schippis of Scotlond, and with her almyrel, Ser Robert Logon, knyte, and broute hem to Lennes.” “Neste mesmo ano, navios de Lynn que estavam ancorados em Aberdeen tomaram certos navios da Escócia, que seu almirante, Sir Robert Logon, o cavaleiro, e os trouxeram para Lynn.” **(Tradução Livre do Autor)**



fato de que o autor era oriundo desta região. O mesmo ocorre com Thomas Walsingham, que embora não saibamos sua região de nascimento, sua identidade nos é revelada pela atuação no mosteiro de St. Albans em Hertfordshire, onde o mesmo era monge. São histórias cercadas de lendas e profecias, assim como a visita e doações de membros da aristocracia na região.

O conceito de identidade serve ao historiador para a compreensão das relações sociais entre os homens, que vivem em comunidade, através do espaço e do tempo. O fenômeno da identidade é, dessa forma, intrínseco à sociedade e se relaciona às ações e relações pessoais e coletivas, está no cotidiano e em constante transformação. Da mesma forma, quando adquirimos um conhecimento novo e remodelamos nossa memória, transformamos de acordo com nossas experiências e modificamos nossa identidade. O que envolve a identidade é a auto-observação que está tanto no âmbito do privado, como no comunal. Por esta razão, para a historiadora Miri Rubin, o conceito de identidade deve ser visto como um fenômeno relacional, pautado pelas experiências sociais, pessoais e coletivas.<sup>154</sup> Rubin ressalta a importância de compreender que a identidade não é um processo de substituição de outra, mas sim de transformação e acumulação.

Segundo os apontamentos da historiadora supracitada, um dos grandes problemas que envolve o estudo do conceito de identidade está nos debates historiográficos e até mesmo de outras ciências sociais, já que por vezes, muitos acreditam que não haveria nas sociedades medievais um senso de auto-observação, em contraposição às sociedades modernas, no qual o indivíduo ocupa um lugar especial em meio a comunidade. Tais estudiosos acreditam que as sociedades medievais não poderiam formar uma identidade, pois o indivíduo estaria subordinado à comunidade e principalmente aos dogmas instituídos pela Igreja. Rubin também aponta que outra crença que envolve a identidade, é a mesma como uma espécie de “camisa de força”, trazendo aos indivíduos regras imutáveis de comportamento e estilo de vida. Haveria de fato uma noção de bem público durante o medievo e formas de comportamento ditadas para a sociedade, todavia, segundo Rubin, estes argumentos são simplórios para a afirmação da inexistência de identidade no medievo.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> RUBIN, Miri. Identities. In: HORROX, Rosemary; ORMROD, W. Mark. (Orgs.) *A social history of England, 1200-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 383.

<sup>155</sup> RUBIN. *Ibidem*, 384.

A identidade é um fenômeno complexo que se compreende de formas diversas: tanto uma identidade individual, como também coletiva, ambas relacionadas e pautadas pelas experiências que cada indivíduo possui na sociedade. Para Jean-Philippe Genet<sup>156</sup>, algumas identidades, embora complexas, são puramente técnicas, dentre quais uma identidade religiosa ou social; outras já são mais complicadas de analisar, possibilitando ao historiador a pergunta sobre a provável existência de identidades étnicas, culturais ou “nacionais” na Idade Média.<sup>157</sup> Os homens medievais possuíam relações entre uns e outros, tanto no âmbito político, econômico ou devocional. Tais relações são pautadas, muitas vezes pelas regras que regem a comunidade.

Para Miri Rubin, o estudo das identidades não é uma tarefa fácil aos historiadores, não só pelos problemas teóricos que envolvem o conceito, mas também pela amplitude de fontes possíveis de serem utilizadas. É importante, neste sentido, ter em mente que cada documento merece uma forma específica de análise, para assim chegar a fundo nas nuances da identidade. Nomes, testamentos, orações, inscrições em um túmulo, palavras ditas ou escritas são exemplos em que o historiador pode encontrar tal fenômeno. Rubin cita o momento em que Eduardo III, reivindicando o trono francês, inclui a Flor-de-lis como um símbolo da heráldica inglesa, as imagens e símbolos, muitas vezes como apropriações podem ser vistas como exemplos claros de construções identitárias.<sup>158</sup> A identidade pode ser expressa numa biografia sagrada ou na vida de um santo que mesmo sendo narrativas estereotipadas, são exemplos da experiência ideológica criada no âmbito das relações entre os grupos sociais. Soma-se também o fato de que a identidade não é única, na verdade são múltiplas. Para a autora supracitada a identidade pessoal pode ser observada na escrita de testamentos, e a forma como os bens eram alocados após a morte de um indivíduo. Ao mesmo tempo, os fatores que levam a criação de uma identidade pessoal são moldados pelo convívio em comunidade e os costumes que a geram. “Inasmuch as all aspects of identity are cultural constructs of great

---

<sup>156</sup> GENET, Jean-Philippe. Identité, espace, langue. In : *Cahiers de recherches médiévales et humanistes*. 19 | 2010, mis en ligne le 12 août 2010, consulté le 01 octobre 2016. Disponível em: <http://crm.revues.org/11978> - Acesso em Abril de 2017.

<sup>157</sup> GENET. *Ibidem*, p. 1.

<sup>158</sup> RUBIN. *Op. Cit.*, pp. 386-387.

complexity and potential richness, identity can be made particularly explicit and articulate through the provision of symbolic forms for its expression.”<sup>159</sup>

As formas de apreensão da relação entre os indivíduos e a comunidade é algo que chama a atenção dos medievalistas. Os homens da Idade Média eram vistos como um organismo ou um corpo regido por Deus, cada pessoa possui sua função. O *Reino* era de fato o espaço no qual uma identidade comunitária era formulada, ou seja, através da compreensão dos aspectos do pensamento político medieval, podemos tentar apreender como os homens se auto enxergavam e como a noção de comunidade foi importante para a construção da identidade. Miri Rubin salienta a relação íntima entre a memória compartilhada e a composição destas relações de pertencimento: “The accumulation of such memory, which is both local and broader, contributed over centuries to the making of an identity of the people of England.”<sup>160</sup>

A história de Bishop’s Lynn narrada pelo nosso cronista durante o curso dos acontecimentos na Inglaterra e também na Europa, é resultado das próprias experiências de vida do autor, como também suas atividades religiosas. A história de Lynn é a história do reino e suas conquistas e adversidades. Se enquadra num momento de afirmação da monarquia e também das diversas identidades construídas na Inglaterra. A historiografia já sabe que essa relação de pertencimento presente entre os povos das ilhas britânicas é algo que se dá muito antes do fim da Idade Média. É, por sinal, resultado das clivagens sociais entre os povos célticos e anglo-saxões, como também, mais tarde, dos nórdicos e normandos.

Já para Jean-Philippe Genet, os mitos contribuem para a formação, transformação e consolidação das identidades. Num debate acerca do conceito nas ilhas britânicas, o autor afirma que as invasões anglo-saxônicas produziram um novo mito, o que fez aparecer uma identidade que de certa forma unia os “britânicos” do período medieval. Tal fato pode ser observado no âmbito de três reinos, resultado das clivagens sociais dos reinos da época: Wessex, Mércia e Nortumbria. Porém, Genet aponta que

---

<sup>159</sup> RUBIN. *Ibidem*, p. 395. “Na medida em que todos os aspectos da identidade são construções culturais de grande complexidade e riqueza potencial, a identidade pode ser particularmente explícita e articulada através do fornecimento de formas simbólicas para a sua expressão.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>160</sup> RUBIN. *Ibidem*, p. 406. “O acúmulo de tal memória, tanto local, quanto ampla, contribuiu ao longo dos séculos para a criação de uma identidade do povo da Inglaterra.” (Tradução Livre do Autor)

embora saibamos de tais clivagens sociais, é difícil estabelecer como as identidades eram formadas na Inglaterra anglo-saxã ou até mesmo antes, devido à ausência de fontes.<sup>161</sup>

Sendo assim, compreender as razões pelas quais John Capgrave tenha escrito uma grande compilação sobre a história inglesa, é relacionar o local de produção e inclusão do autor, suas ideologias e o contexto do período. Mesmo assim, o exemplo de John Capgrave não é único na Baixa Idade Média inglesa. Já citamos no último tópico do capítulo um desta dissertação, que mesmo as *Chronicon Adae de Usk* e *The Chronica Maiora*, que narravam os reis a partir do fim do século XIV, pretendiam ser continuações de outras obras cronísticas, que interligavam a história inglesa com a narrativa bíblica e também o passado da Cristandade. Apesar, nos chama atenção também, o fato de que *The Chronicles of England* fora escrita em inglês, ao contrário de alguns cronistas da época que ainda remanesciam escrevendo em latim. É a língua vernácula, que expressa a identidade inglesa. Sem regras gramaticais, ou mesmo percepção de estilo. Não à toa, uma mesma palavra, como o próprio nome “Inglaterra”, poderia ser escrita de formas distintas. (*Ynglond/Englond*).

É analisando esses elementos, que podemos delinear um processo de composição da identidade inglesa no final do século XV. O roteiro narrativo que John Capgrave segue em sua crônica se concentra primeiro na descrição dos eventos bíblicos e a história das grandes civilizações antigas (como os egípcios, persas, gregos e romanos). Após a cristianização do Império Romano, o autor foca numa história dos Papas e do Império reconstruído com Carlos Magno. Ao chegar no século XIII, Capgrave faz uma narrativa, prioritária, da história inglesa, mas não deixando de lado a cabeça da Cristandade: o bispo de Roma.

John Capgrave nos apresenta, na verdade, uma explicação bem clara: é no passado e seus personagens, como também nos textos deste tempo histórico que estão as justificativas e explicações para o presente. Desde a invasão normanda de 1066, os textos de cunho histórico ganharam espaço nas narrativas inglesas, feitas principalmente por cronistas. Vejamos uma observação feita pelo historiador Robert Bartlett: O período conhecido como Império Angevino, sobretudo entre os anos de 1075 e 1225 foi um momento de grande produção de textos históricos. A história não era uma ciência e muito menos realizada por mestres no assunto, tratava-se aliás, de uma escrita feita por membros

---

<sup>161</sup> GENET. *Op. Cit.*, p. 3.

dos mosteiros que, por vezes, frequentavam a corte régia e o círculo de barões e bispos.<sup>162</sup> Um monge Gervase de Canterbury já distinguia no século XII um historiador de um cronista: o primeiro narra o tempo com elegância, enquanto o segundo não teria um compromisso com a verdade, oferecendo um simples relato. Tal distinção é, na verdade, resultado do clima político e social da Idade Média Central inglesa. Após a conquista de 1066, os textos cronísticos tinham a intenção de “salvar o passado”, sanando assim a falta de continuidade histórica oriunda da ascensão de William I. “Chroniclers with a wide perspective did deal with biblical, Roman, and papal history. if sometimes only in summary form, but most historians were consciously writing the history of the English.”<sup>163</sup>

No entanto, devemos ter em mente como os homens medievais representavam o passado, sobretudo simbolicamente. Para isso, podemos recorrer a um leque de “teóricos” sociais. Ponderações devem ser feitas, pois, sabemos, que por vezes seus objetivos são distintos dos nossos, ou até mesmo suas delimitações, cronologias e objetos.

O tempo é uma das questões que mais intrigam os historiadores e outros teóricos das ciências sociais. O tempo, como mostra José Carlos Reis<sup>164</sup>, aparece pelo paradoxo e contradição: é fonte de criação, de verdade e da vida, ainda como do esquecimento e morte. É algo inerente à vida humana e, é perceptível sem a necessidade da cultura: está nas concepções vitais dos homens; o tempo corrido; dia e noite, o envelhecer. “O tempo do relógio ao mesmo tempo se inspira na regularidade da natureza e a substituiu na organização da sociedade.”<sup>165</sup> O mesmo tempo pode ser cercado de simbologias que são envolvidas pelas necessidades do presente. Os homens puseram o tempo a venda e o dinheiro passava a ser administrado de acordo com o mesmo: os empréstimos garantem juros e o trabalho foi disciplinado e racionalizado segundo às percepções do tempo. Outra questão apresentada por Reis, de modo simples, o tempo é uma sequência de momentos que se excluem e que são perceptíveis a todos os homens, é psicológico e cultural.

---

<sup>162</sup> BARTLETT. *Op. Cit.*, p. 616.

<sup>163</sup> BARTLETT. *Ibidem*, p. 622. “Os cronistas com uma ampla perspectiva lidaram com a história bíblica, romana e papal. Se às vezes apenas em forma resumida, mas a maioria dos historiadores escrevia conscientemente a história dos ingleses.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>164</sup> REIS, José Carlos. *Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

<sup>165</sup> REIS. *Ibidem*, p. 26.

Para Lavelle, a melhor definição do tempo seria “alteridade”, isto é, a negação constante do atual. Como devir, o tempo é vivido, como o “terrorismo do tornar-se”: ele promete, dá, ilude e, depois, toma, não cumpre, desilude, porque não dura. O que leva o homem a sonhar com a evasão do tempo: a eternidade.<sup>166</sup>

Para Paul Ricoeur<sup>167</sup>, o tempo é dialético: é nele que podemos observar a relação da dialética do espaço geométrico, habitado e vivido, com a dialética do tempo vivido, cósmico e histórico.

Limito-me a recordar a definição que dá Benveniste do “tempo crônico”, que eu chamava terceiro tempo por conta das necessidades de meu argumento: 1) referência de todos os acontecimentos a um acontecimento fundador que define o eixo do tempo; 2) possibilidade de percorrer os intervalos de tempo segundo as duas direções opostas da anterioridade e da posteridade com relação à data zero; 3) constituição de um repertório de unidades que servem para denominar os intervalos recorrentes: dia, mês, ano, etc.<sup>168</sup>

Os homens contemporâneos possuem percepções e formas diversas de observar o tempo, que por vezes se diferem dos indivíduos de épocas passadas. Hoje, utilizamos instrumentos sofisticados, estamos na era da tecnologia e, cada vez mais o nosso tempo torna-se unificado. O tempo da Idade Média é primeiramente o tempo de Deus e da terra, após isto, é o tempo dos senhores, e dos homens sujeitos ao senhorio.<sup>169</sup> Há também, segundo Jacques Le Goff, o tempo das cidades e dos mercadores, bem como do príncipe e do indivíduo. O tempo dos deuses antigos foi substituído pelo tempo do Deus único, tal qual o calendário romano fora modificado por um novo, com novas divisões e ritmos. O tempo transformado pelo cristianismo, é agora regulado pelas novas datas, e pelas comemorações do calendário cristão. Neste processo, um conjunto de novas práticas e atividades profissionais e sociais, como também políticas e religiosas são inseridas no âmbito da sociedade medieval.

---

<sup>166</sup> REIS. *Ibidem*, p. 27.

<sup>167</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

<sup>168</sup> RICOEUR. *Ibidem*, p. 163.

<sup>169</sup> LE GOFF, Jacques. Tempo. In: LE GOFF, Jacques ; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2002, p. 531.

Na Idade Média, o tempo, principalmente o tempo feudal privilegia o passado. É segundo Le Goff: um tempo da memória, segundo as potencialidades do cristianismo como religião da memória. Que salienta a vida dos mártires, de Jesus e a lembrança dos mortos, confirmada pelas práticas do culto aos antepassados instituída por Cluny.

O tempo cristão que se impõe lentamente aos homens não é unificado. Combina três tipos de tempo. Primeiro, o tempo circular da liturgia, articulado pelo ritmo das estações. É regado pela vida de Cristo e começa por um período de espera: o Advento. Ele se conclui com a data do nascimento de Cristo, a festa da Natividade, familiarmente, o Natal. O estabelecimento do Natal esclarece o modo pelo qual o tempo cristão substitui o tempo pagão, frequentemente se instalando no mesmo leito.<sup>170</sup>

O passado, junto a noção do tempo, atrai a atenção dos historiadores. Não só por ser ele o principal objeto da historiografia, ou como aponta Marc Bloch, o estudo dos homens no tempo, mas também por suas representações em relação à vida social. José Carlos Reis aponta que é inerente aos indivíduos o conhecimento de si e do presente através do entendimento do passado. E ao mesmo tempo, o autor questiona se a memória, no momento presente pode reconstituir o passado.

A representação do passado liga-se a uma situação presente e é nessa situação que ela ilumina a ação. Portanto, nesta perspectiva, o passado não existe em si e se confunde com a reconstituição que se faz dele. Ele é a possibilidade mesma do pensamento, já que toda reflexão é retrospectiva. O ser do passado é sua representação, que está no presente, que gera alguns sentimentos específicos: pesar, lembrança, reconhecimento, remorso, saudade, lamento.<sup>171</sup>

O passado possui importância e concretude durante toda a Idade Média, ele serve como legitimador de modelos para a ordem das coisas, tal como, ele é um explicador de como as ações são feitas ou a imagem de uma sociedade ideal. Quais seriam os mecanismos de transmissão das ideias do passado e qual a extensão em que tais

---

<sup>170</sup> LE GOFF. *Ibidem*, p. 532.

<sup>171</sup> REIS. *Op. Cit.*, p. 29.

mecanismos influenciaram a cultura e a política? Esta é a pergunta que um conjunto de historiadores procuram responder na obra intitulada *Using the past in the early middle ages*,<sup>172</sup> organizada por Yitzhak Hen e Matthew Innes e cuja importância teórica e metodológica nesta pesquisa é grande. O passado na Idade Média deve ser estudado a partir da forma como o mesmo é remodelado seguindo as necessidades do presente.

Tal estudo tem um foco no ocidente europeu entre os séculos IV e XII e seus temas centrais: a relação entre o texto e os contextos cultural e social, tendo em vista as formas diversas de observação do passado. Embora o recorte cronológico dos autores seja diferente do que utilizamos nesta pesquisa, como dito, o debate teórico é o ponto que mais nos interessa. Para os autores, o interesse pelo estudo das representações sobre o passado no medievo é resultado da perspectiva de análise crítica das fontes e ao mesmo tempo, da necessidade de compreender a documentação dentro de um parâmetro cronológico, geográfico e intelectual. É perceber o próprio sentido da narrativa e seus receptores, não como algo realmente era, mas como as fontes representam um passado. “Precisely because narrating is not ‘telling things as they really were’, but involves organizing them to fit a preconceived scheme, the study of narrative takes us beyond individual authors and invites us to relate them to the wider cultural world in which they worked.”<sup>173</sup>

O estudo do passado no medievo deve também considerar a perspectiva da identidade, ou seja, como o seu uso pode modelar formas de representações de pertencer a algum grupo, considerando também o conceito de memória. A importância da memória coletiva, noção já bem estudada pelas ciências sociais, deve ser entendida como o principal no processo de reconstituição do passado. Isto é, a maneira como os indivíduos compartilham memórias distintas em contextos diversos. O objetivo e desafio do historiador é assimilar os mecanismos para transmissão das representações do passado nas fontes medievais, e assim, estabelecer uma possível relação com uma tradição oral. A utilização do conceito de memória permitiria ao pesquisador analisar um grande número de fontes e de diversos tipos, entendendo também seus significados. A memória,

---

<sup>172</sup> HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

<sup>173</sup> INNES, Matthew. Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future. In: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 5. “Precisamente porque narrar não é ‘dizer como as coisas realmente eram’, mas envolve organiza-las para caber em um esquema preconcebido, o estudo da narrativa nos leva além dos autores individuais e nos convida a relata-los para um mundo cultural mais amplo no qual eles trabalhavam.” (Tradução Livre do Autor)



que se difere da tradição, implica tanto a continuidade e transformação e heterogeneidade e maleabilidade.<sup>174</sup> “Notions of memory have proved attractive because they enable us to use a wide range of types of source material, and do not predicate a single, fixed, meaning.”<sup>175</sup>

A memória projeta ao historiador diversas possibilidades, por vezes complexas: do diálogo com a psicologia, neurologia e a própria filosofia até a análise da construção de identidades envolvendo o conceito. Compreender a memória é, de certa forma, analisar como tal atividade cognitiva e cultural se manifesta, pelo simples ato de lembrar e coletar. Da mesma forma o estudo do conceito de memória permite aos pesquisadores um conjunto de metodologias ou também o envolvimento em certas polêmicas: a memória é muitas vezes associada a História Oral, já que esta não utiliza de fontes escritas, baseando-se na memória oral.<sup>176</sup>

Ao analisar a historiografia que se utiliza da psicologia como forma de compreender o desenvolvimento do pensamento humano e, conseqüentemente as capacidades de nossa mente, normalmente pensamos no destaque da imaginação. Memória, lembrança e imaginação por vezes são noções que se confundem e são frutos de discussões variadas na historiografia e nas ciências sociais.<sup>177</sup> A memória era um dos instrumentos principais do conhecimento para os homens medievais. Por vezes, teóricos do período, seguindo influências da filosofia clássica de Platão e Aristóteles, construíam a importância da lembrança e da experiência. A produção de memória pode ser observada em civilizações diversas, com ou sem a prática cultural de leitura do livro. A memória pode ser escrita e oral e, indiferente de sua forma, ela é como um livro para ser lido no momento em que ela se compara a um discurso escrito. Para Mary Carruthers a memória aparece como uma figura mental, no qual toda experiência ou senso de percepção é capaz de construir uma memória. São como imagens mentais, capazes de categorizar e recuperar experiências do passado.<sup>178</sup>

É importante também compreender o conceito de memória (tanto no plano de estudos científicos ou como forma conceitual), assimilar como o “conhecimento” se

---

<sup>174</sup> INNES. *Ibidem*, p. 7

<sup>175</sup> INNES. *Idem*, p. 7. “As noções de memória têm se provado atrativas porque elas nos permitem o uso de uma gama de fontes materiais, e não preveja um único e fixo significado.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>176</sup> FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Social Memory*. Oxford: Blackwell Publishes, 1992.

<sup>177</sup> CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A study of memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

<sup>178</sup> CARRUTHERS. *Ibidem*, pp. 17-20.

estabelece em nossas mentes e como o mesmo influencia o que deve ser lembrado e conseqüentemente memorizado. Fentress e Wickham afirmam que nós tendemos dividir o conhecimento em três: 1 – o conhecimento proposital ou o conhecimento sobre as coisas; 2 – o conhecimento sensorial ou experimental, podendo também ser chamado de conhecimento direto às coisas; 3 – conhecimentos relacionados às coisas físicas, como exemplo dos próprios autores: andar de bicicleta.<sup>179</sup> Adquirimos o conhecimento através das experiências. O conhecimento é primeiro mental e posteriormente físico. Conseqüentemente, relacionado ao conhecimento está a lembrança, como experiência ou atividade presente em nossas mentes. “If we think of ‘knowing’ as primarily referring to knowing facts that are objectively true, then it is indeed possible, for much of what we remember is in the form of remembered emotions, feelings, and fantasies, or remembered sensory images.”<sup>180</sup> Somos, segundo os autores, capazes de lembrar conhecimento, mas também sensações, no qual a memória é oriunda das práticas cognitivas que adquirimos no dia a dia. Os autores afirmam que a primeira parte da memória é potencialmente passiva: apenas carrega o conhecimento; a segunda parte é ativa, experienciada e chamada em nossa consciência, podendo assim alimentar subjetivamente ou objetivamente nossa formação de memória. Neste sentido a memória em nossas mentes pode ser comparada a um texto escrito, possuindo conhecimento do passado, por vezes acurado.

É através de uma análise psicológica em torno da memória, ou talvez a própria observação filosófica sobre ela, que podemos nos perguntar qual a origem da informação que está em nossas mentes e como elas são codificadas, guardadas e coletadas no momento que queremos. As memórias podem possuir significados imagéticos para além dos objetos que podemos enxergar. A memória comparada como uma memória pintada num painel: é uma figura, mas também uma cópia, relacionada com a autoridade, pois se tomarmos como exemplo a escrita medieval, escrever memória é um ato de ouvir e ler histórias e autores do passado, por vezes considerados referências. A memória pode então ser modificada de acordo com as percepções que temos do presente. “Moreover, we can manipulate such information in ways that make it possible to bring it together or separate

---

<sup>179</sup> FRENTESS; WICKHAM. *Op. Cit.*, p.3.

<sup>180</sup> FENTRESS; WICKHAM. *Ibidem*, p. 4. “Se pensamos em ‘conhecer’ como se referindo principalmente a conhecer fatos que são objetivamente verdadeiros, é realmente possível, pois muito do que lembramos é na forma de emoções, sentimentos e fantasias lembrados, ou lembrou imagens sensoriais.” (Tradução Livre do Auor)

it in a variety of ways, to collate, classify, compose, and sort it in order to create new ideas or deconstruct old ones.<sup>181</sup>

O que torna a memória algo intrigante e interessante ao historiador, é o fato de que a mesma pode ser articulada em nossas mentes. Desta forma, não interessa ao pesquisador se algo lembrado é real ou irreal. A memória se insere no aspecto coletivo, expressando por vezes identidades coletivas. A capacidade humana de escrever se compreende como outro fator privilegiado para a manutenção ou congelamento da memória. A escrita não apenas congela a memória, mas também a mantém em forma textual. A memória escrita é, portanto, pautada também pelas relações sociais coletivas estabelecidas pelos indivíduos.<sup>182</sup> Tal conceito pode ser pessoal e social. Sendo ela essencialmente subjetiva, formulada através da língua, ensino e a observação das experiências partilhadas com outros indivíduos. Ao lembrarmos, representamos nós mesmos ou aqueles à nossa volta.<sup>183</sup>

Social facts evolve and change over time. If this is true of memory, then memory must have its own history. For those who regard memory as simply one of the natural parts of our cognitive apparatus, this suggestion may seem bizarre. In fact, our ways of remembering turn out to have a long history behind them.<sup>184</sup>

Os estudos mais recentes, são enfáticos ao apontar que a memória não é fruto apenas da imaginação ou de uma única informação. Há na verdade um conjunto de memórias diversas e por vezes distintas, que em certos casos são unidas e possíveis de analisar nas fontes medievais, fragmentadas ou não. Catherine Cubitt aponta que a lembrança ou o ato de lembrar é uma atividade criativa no qual o passado transformado seguindo as necessidades do presente. O ato de lembrar é parte da memória coletiva, pois os indivíduos compartilham identidades e dependem um do outro para saber o que deve

---

<sup>181</sup> CARRUTHERS. *Op. Cit.*, p. 21. “Além disso, podemos manipular essas informações de forma a tornar possível juntá-las ou separá-las de várias maneiras, coletá-las, classificá-las, compor, colocá-las em ordem para criar novas ideias ou desconstruir as antigas.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>182</sup> FENTRESS; WICKHAM. *Op. Cit.*, pp. 9-10.

<sup>183</sup> FENTRESS; WICKHAM. *Ibidem*, p. 7.

<sup>184</sup> FENTRESS; WICKHAM. *Ibidem*, pp. 7-8. “Os fatos sociais evoluem e mudam ao longo do tempo. Se isso é verdade para a memória, a memória deve ter seu próprio histórico. Para aqueles que consideram a memória como simplesmente uma das partes naturais do nosso aparelho cognitivo, essa sugestão pode parecer bizarra. Na verdade, maneiras de se lembrar demonstram ter uma longa história por trás deles.” (Tradução Livre do Autor)

ser lembrado e/ou esquecido.<sup>185</sup> A memória que é construída no ocidente medieval pode possuir diversos significados, é ligada ao cristianismo pela herança bíblica e pelos ritos da liturgia. Festas e funerais, assim como cerimoniais eram lugares de manifestação da memória. Ela permite a legitimidade de leis e instituições e era parte da filosofia de Santo Agostinho: a memória poderia ser a memória do pecado e de Deus. “Assim, pode-se estudar a memória social considerando-a como um processo que permite-se estudar a memória social considerando-a como um processo que permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente.”<sup>186</sup>

Boa parte da memória produzida na Idade Média foi feita no meio secular, o clero tinha a função de comemorar o passado, mas ao mesmo tempo selecionar o que deve ser lembrado. As missas, a santa ceia, as festas do Natal e da Páscoa, os cerimoniais de entradas régias nos reinos, a sagração, celebrações transformadas pelo novo tempo cristão, possuem a função de memória de um passado vétero e neotestamentário, mas também de presentificação: “A memória ritual, para a qual a eucaristia oferece um exemplo perfeito, não representa somente a lembrança do passado, mas também a anulação da barreira temporal separando o passado do presente.”<sup>187</sup> Da mesma forma a memória no Ocidente Medieval pode ser a memória laica ou erudita. A primeira, por vezes utilizada no plano político como forma de evocar o passado e legitimar ideias. O esquecimento também é no medievo outro aspecto fundamental da memória. Os homens tinham a possibilidade de decidir o que deveria ser lembrado ou esquecido.

Sendo a memória ativa e criativa, a dinâmica da recordação tem tendência a modificar o objeto da recordação. Os textos bíblicos e litúrgicos citados frequentemente de cor são parafraseados, abreviados e simplificados. Os dados genealógicos são condensados e, os indivíduos que possuem o mesmo nome são fundidos em formas compósitas.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> CUBITT, Catherine. Memory and narrative in the cult of early Anglo-Saxon saints. In: HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 31.

<sup>186</sup> GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques ; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2002. p. 167.

<sup>187</sup> GEARY. *Ibidem*, p. 168.

<sup>188</sup> GEARY. *Ibidem*, p. 179.

Memória e Identidade são questões que se interligam. Mas também problemas em torno do segundo conceito são aparentes. É possível afirmar a existência de uma identidade ou identidades no medievo cristão? Qual seria a relação entre a identidade e a produção de memória em torno dos *Reinos* e da própria figura do *Rei*? Como podemos assimilar a relação entre identidades e poder na Inglaterra baixo-medieval? Questões que serão discutidas à frente.

## 2.2. A HERANÇA BÍBLICA

John Capgrave não é de todo original no momento que o mesmo se propõe em narrar as histórias bíblicas como elementos constituintes da história inglesa, principalmente no que tange às narrativas do Antigo Testamento. O cronista, segue na verdade, todo um circuito de tradições de diversos intelectuais – não somente ingleses – e assim resume muitos pontos ou também tende a focar em outros que parecem se adequar mais aos seus objetivos na obra. Podemos também perceber que o cronista busca estabelecer uma cronologia baseada em autores, por ele considerados clássicos, ou também os citando diretamente ou indiretamente. Sua cronologia também é baseada em suas próprias interpretações do tempo histórico e do tempo bíblico.

A história bíblica é parte essencial da formação do presente. Ela possui materialidade no imaginário medieval e, portanto, caminha como legitimadora de ideias, ações e acontecimentos do presente ou predileções do futuro. Cada inglês durante o final da Idade Média é detentor não de apenas uma identidade, mas sim de um conjunto de identidades, por isso, o passado, seja ele bíblico ou histórico, une-se com os elementos regionais, religiosos e linguísticos dos indivíduos. Cada inglês também é súdito, por isso a identidade inglesa é expressa pela narrativa dos reis. O *Rei* pode ser visto, neste sentido, como um unificador – no imaginário medieval – das diversas identidades presentes no *Reino*. A história inglesa na obra de John Capgrave é resultado do passado bíblico. Mas também é herdeira do passado da Cristandade, da nova era instaurada pelo advento de Cristo. O Império, seja o Romano da Antiguidade, ou sua (re)apresentação durante o medievo, é parte integrante do imaginário, por isso, a história inglesa é também resultado das experiências políticas do Império e da grande cabeça da Cristandade, o Papa. Mas também a Inglaterra é fruto de um passado mitológico, cercado de lendas regionais, reis

míticos, profecias e pela ação dos santos ingleses (grande expressão da identidade). O *ser inglês* é fazer parte de uma comunidade que possui um conjunto distinto de identidades e que por vezes se unificam.

Capgrave elabora uma história que segue para um futuro e assim, em alguns momentos o autor nos mostra algumas lacunas no tempo. Vejamos algumas questões.

De todas as narrativas bíblicas apresentadas por John Capgrave, a sobre a criação do homem inicialmente não parece ter nenhuma relação com a observação do presente e, conseqüentemente com a história inglesa. Porém alguns pontos merecem ser analisados. Questões que reafirmam inclusive uma relação de pacto entre a realeza e o sagrado. Ao tratar do momento que Adão é criado, o autor estabelece que tal feito foi realizado por Deus no ano 1. Entre os anos 2 e 11 há uma lacuna temporal. O ano 12 é o momento que Eva dá à luz seus primeiros filhos e, mais uma vez, entre os anos 13 e 29 há outra lacuna temporal. Dois pontos chamam à atenção: John Capgrave se preocupou apenas em narrar a criação de Adão, o primeiro relato sobre Eva é apenas no momento do nascimento de seus herdeiros e logo depois o cronista faz um relato sobre a punição de Adão pelo pecado. Seria talvez uma recusa medieval à vida de Eva, por ser ela na tradição, quem tentou Adão. A segunda questão é a própria lacuna que se tornou recorrente não só nas narrativas bíblicas, mas na crônica como um todo.

É também na narrativa da criação do homem que algumas profecias são ressaltadas, muitas delas não presentes no texto bíblico. John Capgrave afirma a existência de uma profecia feita por Adão, que previa o dilúvio.

*Anno Mundi Centesimo. – We rede that Adam in his first beginning named alle bestis and foules upon erde, and that same name that thei have in the Hebrew tonge he gave it to hem. Eke we rede that he prohecied both of the Flood that schuld destroye the world, and eke of the fire, therefor he wrote these prohocias in too pileres, on of brasse, wech shuld not be distroyed with watir, a nothir of tyl, wech shculd not brenne with fyre.*<sup>189</sup>

---

<sup>189</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*. p. 6. “Anno Mundi Centesimo – Nós lemos que Adão em seus incios nomeou todas as criaturas sobre a terra, E o mesmo nome que eles têm na língua hebraica, ele deu a eles. **Também, nós lemos que ele profetizou ambos o Dilúvio que destruiria a terra, e também o fogo, por isso ele escreveu tais profecias em dois pilares, um de bronze, no qual não poderia ser destruído pela água, outro de tijolo, que não poderia ser queimado pelo fogo.**” (Tradução Livre do Autor)

Essa profecia de Adão ou qualquer discurso por ele feito acerca do dilúvio não está presente no texto bíblico. Mas a cronística de Capgrave não se baseia apenas na bíblia, mas também em autores clássicos. Há neste caso uma clara referência indireta à obra do historiador judeu antigo Flavius Jesephus conhecido por muitos como *Antiguidades judaicas* ou *História dos Hebreus*.<sup>190</sup> Vejamos:

*(...)And, that their inventions might not be lost before they were sufficiently known, upon Adam's prediction that the world was to be destroyed at one time by the force of fire, and at another time by the violence and quantity of water, they made two " pillars ; the one of brick, the other of stone; they inscribed their discoveries on them both, that in case the pillar of brick should be destroyed by the flood, the pillar of stone might remain, and exhibit those discoveries to mankind; and also inform them that there was another pillar of brick erected by them. Now this remains in the land of Siriad to this day.*<sup>191</sup>

A narrativa de Josephus se refere às grandes invenções que Adão fez junto a seu filho Seth, e que segundo a tradição, muitos desses inventos ainda influenciam a humanidade. No momento que o historiador judeu escreve sua obra ele também afirma que um pilar de tijolos estava presente na terra onde hoje é a Síria. Porém a narrativa de John Capgrave possui uma diferença cronológica. Quando Josephus escreve sobre tal profecia, Adão já possuía seu filho Set. Em John Capgrave, Set teria nascido por volta de 230, e a profecia de Adão teria ocorrido antes. As justificativas para as diferenças cronológicas citados antes, são apresentados por John Capgrave com base em cronistas e na “escrita de Moisés”, todavia o autor não cita quem são tais cronistas.

*Anno 130. – Of this zere, a CXXX, be dyvers opinionones amongis these Chroniculeris. Moises seith that Adam begat Seth whanne he was of age a C. wynteris. Alle other Cronicles sey that whanne Seth was bore Adam was of age CC and XXX. The cause of this dyversite is assigned be studious men, that Moises counted nowt that hundred zere in whech*

<sup>190</sup> JOSEPHUS, Flavius. *Antiquities of the Jews*. In: *Complete works of Josephus*. Volume 1. Nova York: Bigelow, Brown & Co., Inc. s/d.

<sup>191</sup> JOSEPHUS. *Ibidem*, p. 10. “(...) E suas invenções não poderiam ser perdidas antes de serem suficientemente conhecidas, com a previsão de Adão de que o mundo deveria ser destruído ao mesmo tempo pela força do fogo e, em outro momento, pela violência e quantidade de água, eles fez dois pilares: o de tijolo, o outro de pedra, eles inscreveram suas descobertas sobre eles, que no caso de o pilar de tijolos ser destruído pelo dilúvio, o pilar de pedra permaneça e exiba essas descobertas para a humanidade E também informá-los de que havia outro pilar de tijolos erguido por eles. Agora isso permanece na terra de Siriad até hoje.” (Tradução Livre do Autor)

*Adam ded his penauns. For in this secunde hundred zere Adam ded penauns for his sinne, and so ded Eve.*<sup>192</sup>

No entanto, o que mais chama à atenção na obra de John Capgrave é seu relato sobre o nascimento de Set, e é nele que podemos ver a primeira relação criada com o presente na escrita do autor. Primeiro o cronista afirma, seguindo a tradição vétero-testamentária, que Set foi um homem de vida santa e seus filhos chamados de “*Os filhos de Deus*”. Afirma também que Set foi aos portões do paraíso, sob pedido de seu pai Adão, para pedir um óleo da misericórdia. Apesar disso, o anjo Miguel afirmou que deveriam esperar até o ano cinco mil e duzentos, quando o óleo chegaria.<sup>193</sup> Logo à frente, na narrativa, foi Jesus o óleo da misericórdia. O nascimento de Cristo representa para o cronista uma nova era. O tempo de Adão ficou para traz, agora é o tempo de Cristo e de seus seguidores. A datação oferecida pelo cronista não é original, mas sim baseada em Beda, conhecido por muitos como o “pai da história inglesa”.

*Anno 5199 – Cristi 1. – This zere was Crist oure Lord born of a mayde, in Bethlem, in the nyte before the Sunday. And, as Bede seith in his Chronicle, it was fro the making of Adam onto the birth of Crist zeres V. thousand a hundred nynty and nyne, as it was conteyned in these vers:*

*“Unum tolle datis ad milia quinque ducentis,*

*Nascente Domino tot Beda dat prothoplausto.*

*This is the sentens: - ‘Take one fro V thousand and to hundred; So many zeres be fro Adam onto Crist.’*<sup>194</sup>

---

<sup>192</sup> CAPGRAVE. *The Chronicles...* Op. Cit., p. 6. “Anno 130. – Neste ano, CXXX, há várias opiniões entre os cronistas. Moisés disse que Adão gerou Set quando ele tinha a idade C invernos. Todos os outros cronistas dizem que quando Set nasceu Adão tinha a idade de CC e XXX. A causa desta diversidade é atribuída por diversos homens estudiosos, que Moisés não contou aqueles cem anos em que Adão fez sua penitência. Pois, neste segundo século, Adão fez sua penitência por seu pecado, e Eva também.” (**Tradução Livre do Autor**)

<sup>193</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 7.

<sup>194</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 59. “Anno 5199 – Cristo 1. – Este ano nosso Senhor Cristo nasceu de uma mulher em Belém, na noite antes do Domingo. E, como Beda diz em sua crônica. Foram desde a criação de Adão até o nascimento de Cristo cinco mil novecentos e noventa e nove anos, e continham estes versos. “Unum tolle datis ad milia quinque ducentis, Nascente Domino tot Beda dat prothoplausto. Esta mesma sentença: - ‘Pegue um dos cinco mil e duzentos; muitos anos desde Adão até Cristo.’” (**Tradução Livre do Autor**)



Cristo visto como um óleo miraculoso não é algo totalmente novo na Inglaterra, aliás, na Europa latina de uma forma geral. Na tradição da realeza francesa, por exemplo, essa relação se encontra primeiro no relato do batismo de Clóvis. Narrativa bem analisada pelo historiador Marc Bloch, o óleo veio junto com uma pomba trazendo para S. Remígio uma ambula.<sup>195</sup> Segundo o autor a unção, de caráter sobrenatural transformava inclusive as relações entre a monarquia e Cristo.<sup>196</sup> Já que a pomba, que descendeu do céu no batismo de Jesus também representa o Espírito Santo.<sup>197</sup> Mais tarde o mesmo óleo viria a ser o bálsamo da sagração dos reis franceses.

Com relação à Inglaterra, é no fim do século XIV o momento de refundação da lenda de Thomas Becket, antigo Arcebispo de Canterbury e um dos mais importantes santos da tradição inglesa. Breve narrativa que merece ser apresentada brevemente.

Thomas Becket inicialmente não fora preparado para ser Arcebispo, tendo como principal futuro servir o rei Henrique II administrativamente no século XII. Quando o mesmo se torna, assim, Arcebispo de Canterbury, diversos conflitos entre o mesmo e o rei se instauraram, num contexto de tensões em toda a Cristandade em relação às prerrogativas do poder régio em interferir no plano religioso, como também este era um período de constante “Reforma e Sacralização da Igreja”, utilizando aqui os termos do historiador Jérôme Baschet.<sup>198</sup> Thomas Becket entrou em exílio durante o período de seis anos na França, logo depois retornou à Inglaterra, onde fora assassinado por ordens de Henrique II. Após a morte do “santo mártir”, um culto de grandes proporções se instaurou e após três anos de sua morte Becket foi oficialmente canonizado.

O desenvolvimento do culto a Thomas Becket foi tamanho que levou à criação de outros santuários em sua homenagem, onde também podia ser venerado e milagres alcançados. Para isso, qualquer associação ao santo era válida: a posse de uma relíquia ou até mesmo o lugar por onde tivesse passado. As novas igrejas dedicadas a Becket também puderam obter indulgências, estimulando a visita dos devotos.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup> BLOCH. *Op. Cit.*, p. 170.

<sup>196</sup> BLOCH. *Ibidem*, p. 171.

<sup>197</sup> BJ. Mt. 3,16.

<sup>198</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal – do ano 1000 à colonização da América*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009. p. 184.

<sup>199</sup> JESUZ, Viviane Azevedo de. *A cidade sobre o texto: um estudo acerca da sociedade urbano inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV)*. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2012, p. 95.

Junto com o culto diversas redes de peregrinações à Canterbury foram instituídas, inclusive de peregrinos vindos de outras regiões da Cristandade, como da França. Paradoxalmente, acredita-se que as peregrinações à Thomas Becket em Canterbury foram instituídas pelo rei Henrique II. O santo ganhou importância popular devido a forma como se deu sua morte, defendendo os ideais religiosos da época. A narrativa hagiográfica sobre o mesmo afirma historietas como curas por ele feitas desde sua morte: sua túnica ensanguentada teria curado o mal de uma mulher, como também o surgimento da narrativa do óleo santo da sagração no século XIV. Para André Vauchez esses pontos da religiosidade popular na Idade Média devem considerar a importância dos gestos e ritos que colocavam os indivíduos em contato com o sagrado. “Incapaz de pensar o abstrato e, muitas vezes, de concebê-lo, o cristão do século XII vivia a sua experiência religiosa principalmente no nível dos gestos e dos ritos, que o colocavam em contato com o mundo sobrenatural”<sup>200</sup>

As primeiras narrativas sobre o tal óleo aparecem, segundo as observações de Marc Bloch, no início do século XIV, quando o então rei Eduardo II, próximo de sua sagração, envia para a França o frei Nicholas Stratton em busca da relíquia de Becket. Durante o tempo que esteve exilado Thomas Becket teria tido uma visão da Virgem que anunciou sua morte e lhe entregou um santo óleo, dentro de uma ambula em forma de águia. O quinto rei após Henrique II (neste caso era o quinto rei Eduardo II) deveria ser ungido com o mesmo e assim reconquistaria a terra santa dos mouros. Na época, Eduardo II, seguindo a tradição em ser consagrado por simples óleos recusou sua relíquia e, segundo Bloch, não seria difícil acreditar que os pensadores da época associaram as calamidades de seu reinado com a recusa do óleo. Tal relíquia teria sido perdida e reencontrada no fim do mesmo século durante a época de instabilidades de Ricardo II e usurpação de Henrique IV. Sendo o segundo o primeiro rei ungido com a mesma.

E pelo fato de Henrique IV ter sido o rei que instituiu a dinastia Lancaster no trono, e também o primeiro monarca ungido com o óleo de Thomas Becket, essa narrativa se multiplicou nas fontes do século XV. Das crônicas que utilizamos nesta pesquisa, é possível perceber a narrativa da relíquia de Becket em *The Chronica Maiora* de Thomas

---

<sup>200</sup> VAUCHEZ, André. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental – séc. VIII-XIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 165.

Walsingham e *The Chronicles of England* de John Capgrave, além de pequenas citações em outros documentos do período, como as biografias sobre o rei Henrique V. A obra de Walsingham é a que nos apresenta o melhor relato sobre a ambula.

A narrativa começa com a sacração de Henrique IV em 13 de outubro de 1399 no dia de S. Eduardo o Confessor, em Westminster pelo Arcebispo de Canterbury Thomas Arundel. O dia da unção de Henrique IV foi também o aniversário de um ano desde que o mesmo foi enviado ao exílio por Ricardo II, e seu retorno ao rei e consequente ascensão ao trono teria ocorrido através de um milagre. O óleo, para Walsingham (diferente das fontes analisadas por Marc Bloch) foi encontrado na França em uma ambula num formato de águia pelo primeiro Duque de Lancaster no século XIV, também chamado Henrique. Depois foi entregue ao então Príncipe Herdeiro, Eduardo o Príncipe Negro. A ambula em forma de águia foi enviada para os tesouros régios e lá ficou esquecida até ser encontrada por Ricardo II em 1399, quando o mesmo solicitou ao Arcebispo outra unção, por ele negada. O óleo, porém, ficou sobre a proteção do mesmo e assim utilizado apenas na unção de Henrique IV.

*(...) he was anointed with that heavenly oil, which once the blessed Mary, mother of God, entrusted to the blessed Thomas [Becket], martyr and archbishop of Canterbury, while he was in exile, prophesying to him that the kings of England who were anointed with this oil would be champions of the church and men of benevolence. (...) And the archbishop had religiously kept such precious objects under careful guard and had preserved them right up to the time of the coronation of the present king, who was the first of the kings of England to be anointed with so precious a liquid.*<sup>201</sup>

Este mesmo relato foi repetido por John Capgrave em *The Chronicles of England*, porém de forma mais sintetizada. É fato, no entanto, que a recuperação desta narrativa se enquadra em todo um sistema de manipulação de elementos simbólicos para legitimação de uma nova dinastia e também das outras subsequentes. Mesmo nos cronistas ligados aos York e mais tarde aos Tudor é possível perceber a narrativa do óleo

---

<sup>201</sup> WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 312. “(...) ele foi ungido com esse óleo celestial, que uma vez que a abençoada Maria, mãe de Deus, confiou ao abençoado Thomas (Becket), mártir e arcebispo de Canterbury, enquanto ele estava no exílio, profetizando para ele que os reis da Inglaterra que foram ungidos com este óleo seriam campeões da Igreja e homens de benevolência. (...) E o arcebispo manteve religiosamente tais objetos preciosos sob uma cuidadosa guarda e os preservou até o tempo da coroação do atual rei, que foi o primeiro dos reis da Inglaterra a ser ungido com um líquido tão precioso.”

usado na sagração, que teria se infiltrado na tradição régia até os reis Stuart no século XVII. Mas essa narrativa também se liga a própria narrativa de Capgrave sobre o óleo miraculoso solicitado por Adão e que mais tarde chegou através de Cristo, para salvar a humanidade.

Lembremos que na narrativa sobre a relíquia de Becket foi a Virgem quem lhe entregou o mesmo. Mas devemos lembrar também que a própria Virgem é um relicário de Cristo. O monarca ungido com tal relíquia entrava em contato com o sagrado não só por Becket, mas diretamente com Cristo. Soma-se a isto a importância, por parte da realeza em possuir uma relíquia sagrada pois:

As santas relíquias também foram utilizadas como objetos de construção da sacralidade régia. Segundo Edina Bozóky, elas servem para a legitimação e sacralização do poder real, tanto no império bizantino quanto no ocidente. “Dés l’epoque de la Paix de l’Eglise (313), les reliques du Christ et celles des martyrs acquièrent des fonctions spécifiques dans la vie sociale et politique.”<sup>202</sup>

Isto reafirmava também uma relação de pacto entre realeza e Cristo, mostrando que o rei, era antes de tudo um cristão e assim guiava seu povo sob um direito concedido por Deus através de uma relíquia de caráter sagrado. Era a promessa de Deus, revelada pelo anjo Miguel feita a Adão e cumprida por Cristo no momento de seu nascimento, se fazendo presente na realeza. Apresentado esta vasta narrativa sobre a relíquia, devemos ter em mente um ponto, a forma como mais de um elemento do passado poderia ser recuperado e ressignificado de acordo com questões do período.

O cronista tende priorizar histórias talvez mais “relevantes” em sua opinião. O caso do nascimento de Cristo é um exemplo. Se contarmos pela organização de páginas da edição aqui utilizada, John Capgrave dedica 5 páginas para retratar a vida de Cristo, sua crucificação e a trajetória inicial dos Apóstolos. Os anos seguintes são o relato da história do Império Romano, mas, principalmente, a história dos cristãos, das perseguições e dos mártires. Ao chegar no século III e IV o autor foca numa história dos Papas e o desenvolvimento da Igreja Cristã e sua afirmação no Império Romano.

---

<sup>202</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *As santas relíquias: tesouros espirituais e políticos*. Revista Diálogos Mediterrânicos, número 6 – Junho/2014. p. 61.

### 2.3. O PASSADO DA CRISTANDADE

John Capgrave tenta criar uma história que é bíblica, mas também das grandes civilizações. Em seu texto podemos ver narrativas em torno dos antigos reinos de Judá, Pérsia e os egípcios. O autor também procura mostrar um conhecimento acerca dos gregos e dos romanos. Mas seus relatos são breves, sem grandes detalhes, por vezes cópias resumidas de autores antigos.

A história dos gregos, por exemplo, é a história da filosofia. Há de se pensar que John Capgrave é oriundo do meio clerical e, tratando-se de erudição, os intelectuais medievais possuíam grande conhecimento de filosofia através da redescoberta dos filósofos clássicos no século XIII no âmbito das universidades. É nesse meio, da “universalidade” que o saber é transmitido através do conhecimento da filosofia clássica, mas também da revelação cristã.<sup>203</sup> Segundo Jacques Verger, esse saber era transmitido também de forma universal, através do latim, impedindo qualquer “nacionalismo”, concentrando-se num conhecimento que é transmitido igualmente em toda a Cristandade.<sup>204</sup>

Capgrave classifica o nascimento de Platão por volta de ano de 423 a.C. Embora filósofos contemporâneos saibam que tal evento possa ter ocorrido em 427 a.C., a datação de Capgrave não se afasta muito da que nós conhecemos. Platão é evocado na narrativa de John Capgrave para a firmar a doutrina cristã, baseada no texto bíblico, da encarnação de Deus e relacionada a ideia do *Logos* na filosofia grega. Não irei analisar profundamente a ideia filosófica do *Logos* pois não é este o objetivo do trabalho, a intenção é apresentar as influências presentes na narrativa de John Capgrave que culminam para o início da História inglesa, todavia um resumo da filosofia platônica é necessário. *Logos* significa palavra e na antiga Grécia, principalmente na filosofia era racionado a palavra dita e não dita, presente na mente, neste caso, a razão. Tratando-se do universo o *Logos* se relaciona ao princípio que governa todas as coisas. O pensamento judaico vai associar o *Logos* filosófico a Deus, como a razão para criação e coordenação do universo. No cristianismo,

---

<sup>203</sup> VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 2. Bauru: EDUSC, 2002. p. 580.

<sup>204</sup> VERGER. *Idem*. p. 580.

Deus que é o princípio de tudo, o verbo, se fará homem e essa é a relação estabelecida por John Capgrave.<sup>205</sup>

Aristóteles também é citado por Capgrave como um homem de grande excelência. Alguém que não apenas escrevia filosofia, mas também punha forma à mesma. Ao tratar dos gregos, o cronista aponta as conquistas de Alexandre, o associando a um grande guerreiro e valente. E assim como em outras partes do texto, Capgrave faz breves relatos, e oferecendo datações, na maioria das vezes cercadas de lacunas no tempo. Não muito depois o cronista inicia um relato sobre os Romanos. O mito da criação de Roma é deixado de lado pelo autor, o período da monarquia ou o início da república também são ignorados. Sua narrativa sobre as conquistas se inicia apenas com Júlio César no momento da conquista do Egito e depois o Império com Otávio Augustos, para depois narrar o nascimento de Cristo.

A Idade Média é o momento em que o cronista demonstra maior atenção à história inglesa. Principalmente por este ser o momento de formação do reino, mas também pelo acesso mais fácil do conhecimento do passado inglês por parte do cronista. Todavia, umas primeiras referências aos povos britânicos já podem ser vistas em meio a narrativa dos gregos. O passado britânico neste contexto foi principalmente associado a lendas mitológicas. O cronista cita que nos tempos de Eli, Brutus de Tróia – ou como conhecido por muitos como Brute of Troy – teria se dirigido à Ilha da Grã Bretanha e lá fundado um reino, e por isso a referência ao nome da ilha com o herói grego. E as referências ao presente não acabam neste momento. Logo depois John Capgrave afirma que após a morte de Brutus, o reino foi dividido entre seus três filhos: Loctrinus ficou com a região no qual seria a Inglaterra, já Albanactus com a Escócia e Kamber com o País de Gales.<sup>206</sup> Outras narrativas sobre a Grã-Bretanha ocorrem em torno da dominação romana na região e com um primeiro processo de conversão. Capgrave afirma que durante o período de Santo Eleutério, o mesmo enquanto Papa, recebeu uma carta do rei da Grã-Bretanha, Lucius pedindo o envio de padres para efetuar a conversão de seu povo, tal fato teria ocorrido por volta do ano de 165. Porém outro erro cronológico se vê em Capgrave, Eleutério atuou provavelmente a partir de 175 e no contexto citado por Capgrave, encontrava-se o Papa São Sotero.

---

<sup>205</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 50.

<sup>206</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*. p. 37.

Ao chegar na Idade Média, John Capgrave continua fazendo uma história dos Papas e dos eventos que envolvem a Europa Cristã. Carlos Magno é citado como o grande Imperador que restaurou o Império Romano e, no que se refere a região que mais tarde será o reino de Inglaterra, o autor faz um relato, relativamente expressivo, acerca do momento de formação da Heptarquia, momento da história inglesa desde o momento da incursão dos anglo-saxões e a chegada dos vikings na Grã-Bretanha. “And ye schal undirstand that this division began in the first coming of Saxones, which was in the 3ere of oure Lord 455. And here we will expresse the VII. Regions, who thei were departed in this lond.”<sup>207</sup> Não é o objetivo deste trabalho discorrer sobre o processo de formação da heptarquia, ou como o autor narra tal evento. Pois suas considerações não possuem algo novo. O objetivo é entender como a história inglesa começa a ser delineada, a partir de referências a eventos do passado. Os fatos de maior destaque até o século XIII são as narrativas do Império. Principalmente por ser ele a representação viva do Império Romano, restaurado com os Carolíngios e consolidado pelos imperadores Otonianos.

A ideia de império permaneceu viva em todo o Ocidente ao longo da Idade Média, o título de imperador foi cobiçado, mas o território do exercício de seu poder não estava claramente definido. Uma discordância incontestável manifesta-se entre, de uma parte, a ideia que os teóricos, os cronistas universais e os teólogos faziam do poder, e de outra parte a realidade verificada através da transmissão do título, as discussões eleitorais, o real exercício do poder imperial.<sup>208</sup>

O autor só dá maior importância a história inglesa a partir do momento que Canuto é feito rei e, logo depois o momento em que Eduardo o Confessor é coroado.

*Than cam Edward into this lond, but with few persone, and was crowned at Wynchester on Pas Day. In the XI 3ere of his regne deyed his modir Emme; the duke doutir of Normandie. It is the same Edward that lith at Westmester.*<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 99. “E debes entender que esta divisão começou na primeira vinda dos saxões, que foi no ano de nosso Senhor de 455. E aqui vamos expressar as VII regiões que eles partiram nesta terra.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>208</sup> PARISSÉ, Michel. Império. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. 1. Bauru: EDUSC, 2002. p. 608.

<sup>209</sup> CAPGRAVE. *The Chronicles...* Op. Cit., p. 127. “Então veio Eduardo para esta terra, mas com poucas pessoas, e foi coroado em Winchester no Dia de Páscoa. No décimo primeiro ano de seu reino, morreu sua

Embora John Capgrave cite Eduardo o Confessor, e saibamos que o mesmo ocupa até hoje grande importância em relação aos fundamentos da monarquia inglesa, o autor não cita grandes relatos sobre a história desse rei. Cita inclusive que o mesmo repousa seu corpo em Westminster, porém Capgrave não cita que as obras de construção da Abadia utilizada para a sagração dos reis ingleses foram iniciadas pelo rei Eduardo. A próxima narrativa de John Capgrave sobre o Confessor se refere apenas a sua doação do reino a William, duque da Normandia, como legítimo sucessor após sua morte.

É interessante reparar que os indícios de um pensamento legendário é exposto na narrativa de John Capgrave a partir do período que chamamos de Idade Média e, principalmente a partir do século XII, profecias, visões e mitos começam a ser exemplificados. O grande destaque inicial é a afirmação do cronista em relação a “descoberta” do corpo do legendário Rei Arthur em Glastonbury no ano de 1170.

*In these dayes was Arthures body founde in the cherch zerd at Glaskinbury in a hol hok, a crosse of led leyed to a ston, and the letteris hid betwyx the ston and the led. This was the wryting, as Giraldus seith, whech red it: - “Here lith the nobil Kyng Arthure, with his secunde wyf, Veneraca, in ylde cleped Avallone.” His bones, whan thei were founde, passed the mesure of othis men.* <sup>210</sup>

Visões e sinais são recorrentes em meio a história dos Imperadores, Papas e reis ingleses. Todavia a atenção dada pelo cronista a história dos monarcas inglesas é bem pequena se relacionarmos com o período após o início do século XIII. Culmina essa narrativa com o momento de afirmação da “experiência política dos Reinos” e o processo de centralização política. É também a partir do século XIII que o cronista nos oferece material para a comprovação de nossa hipótese: a construção de *ser inglês* baseado no passado bíblico, histórico e cristão. Vejamos um exemplo.

---

mãe Emma, filha do duque da Normandia. É o mesmo Eduardo que repousa em Westminster.” **(Tradução Livre do Autor).**

<sup>210</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*. “Nestes dias, o corpo de Arthur foi encontrado no pátio da Igreja em Glastonbury em um buraco, num cruzamento com um guincho colocado sobre uma pedra e com letras escondidas entre as letras e o chumbo. Esta foi a escrita, como disse Giraldus, que o lê: “Aqui está o nobre rei Arthur, com sua segunda esposa Veneraca, onde os homens chamavam de Avalon.” Seus ossos, quando foram encontrados passaram a medida dos outros homens.” **(Tradução Livre do Autor).**



*Anno 6410 – 6413. 1212-1215. – These IIII. 3eres be the last 3eres of the regne of Kyng Jon. And ye schal undirstand that fro this tyme forward oure annotacion schal be aftir the regne of the Kyngis of Ynglond: for the empire, in maner, sesed here; and on this maner; For aftir that tyme that Frederik was deposed, the eleccion was dyvyded, and this division lasted many 3eres. Summe of hem chose the Kyng of Castel, in Spayn: and summe chose the erl of Cornwayle, Richard, brother to the Kyng of Ynglond, whеч mad the Abbey of Hayles, and there is he byryed.<sup>211</sup>*

A autoridade Papal e a autoridade Imperial foram questões que estiverem em jogo durante a Idade Média Central e a Baixa Idade Média. Entravam em conflito as noções de unidade formadas em torno do Cristianismo no qual cada indivíduo ocupava uma função previamente definida por Deus. No final da Idade Média essa noção de unidade fora transformada no âmbito das monarquias regionais. O *Rei*, compartilhava com o Papa – autoridade religiosa máxima do Cristianismo – a percepção de unidade. O Bispo de Roma une os indivíduos sob sua imagem de intermediário entre Deus e os homens: a unificação da comunidade cristã. O Papa é como apontou Christopher Dawson, o vigário de Deus na Terra, um juiz colocado abaixo de Deus e acima dos homens, é ao mesmo tempo sacerdote e rei.<sup>212</sup> O *Rei*, dentro de seu *Reino*, une os indivíduos formando um único corpo, que por sua vez também estava imbuído de todo um simbolismo cristão. Dawson também afirma que Igreja e Estado não eram organismos independentes, porém, diferentes em ordens ou funções em uma mesma sociedade.

A história do presente narrada por John Capgrave, exposta na sua dedicatória a Eduardo IV, é fruto dos exemplos do passado bíblico e de um caminho, no qual a história dos ingleses é ligada a um passado mítico cristão, dos Papas e Imperadores e também das sociedades clássicas da História. Ao chegar no século XIII, as crises vivenciadas pelo Império iniciam uma transformação em torno do ideal universalista da sociedade

---

<sup>211</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*. p. 149. “Anno 6410 – 6413. 1212-1215. – Estes IIII anos sendo os últimos do reinado do rei João. E entenderemos que, a partir deste tempo, nossas anotações serão do reinado dos reis da Inglaterra; porque o Império, de maneira, cessou aqui; e desta maneira; pois depois daquela época que Frederico foi deposto, a eleição foi dividida e esta divisão durou anos. Alguns escolheram o Rei de Castela, na Espanha e alguns escolheram o Conde da Cornualha, Ricardo, irmão do Rei da Inglaterra, que construiu a Abadia de Hayles e lá está sepultado.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>212</sup> DAWSON, Christopher. *Medieval Essays*. Washington D.C.: The Catholic University Press, 1954, p. 76.

medieval. A narrativa da Inglaterra é agora, a história dos reis, de suas ações e virtudes, erros e acertos. *Ser inglês* no século XV é pertencer ao passado da criação do homem. É estar ligado ao pecado dos homens e a salvação proporcionada por Cristo. A Igreja cristã vai desenvolver o ideal da comunidade, e os ingleses durante o início da Idade Média, embora separados do continente, estão unidos pelo ideal do Império e pela figura do Papa. Mas principalmente, depois, a vida de seus reis, a obediência e a identidade.

#### 2.4. AS NARRATIVAS SOBRE OS REIS INGLESES

*Therefore to thy name I have consecrated this work, beseeching that, although this present labour may not be redolent of eloquence, yet that the fidelity of his soul who presents it may give thee pleasure. In order, then, to increase thy desire to follow in the steps of the best of men, I have published this little book, in which I have gathered together from the works of the ancients the praises of those who have chanced to bear thy name, so that thou, who art crowned with this name, mayest also imitate the virtue of the name.*<sup>213</sup>

O recorte apresentado acima faz parte da dedicatória de John Capgrave ao rei Henrique VI em seu *The Book of Illustrious Henries*. A intenção do autor é apresentar ao rei a história de homens grandiosos do passado que foram portadores da virtude do nome “Henrique” – neste caso, nosso objeto Henrique V também tem espaço na narrativa. O texto se propõe ser uma espécie de “espelho de príncipe”, para educar o soberano, segundo os caminhos retos da justiça e temperança régia. Para isso, seus exemplos se encontram no passado. Aqueles que observam esses homens, seguem seus modelos ou, observam seus erros e acertos, para assim melhorar seus próprios atos e lutam contra a tirania, permanecem no trono, que é antes de tudo o trono de Deus. Mas John Capgrave não termina por aí. Ele utiliza a nomenclatura em latim do nome e busca através de textos – do qual o autor não cita suas referências diretas – as justificativas para as virtudes do mesmo. *Henricus*: cujo nome teria origem do hebraico ou, para John Capgrave, “a mãe

---

<sup>213</sup> CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*, p. 3. “Por isso ao seu nome eu consagrei este trabalho, suplicando que, embora este presente trabalho não possua sugestiva eloquência, que a fidelidade de sua alma a quem apresenta, lhe dê prazer. A fim de, então, aumentar seu desejo de seguir os passos dos melhores homens, eu publiquei este pequeno livro, no qual eu reuni as ações antepassadas e louvores daqueles que tiveram a chance de possuir seu nome, então, a você, que por arte foi coroado com este nome, debes também imitar a virtude do nome.” (Tradução Livre do Autor)

de todas as línguas”. “Hen”, significava eis a fonte, ou eis a visão; “Ei” possui dois sentidos, do pastor no sentido de ministro, ou pastor no sentido de pastor de ovelhas. “Cus” teria origem na antiga língua etíope significando o negro.

A teoria de John Capgrave se insere naquilo que Michel Pastoureau pontuou pela dimensão simbólica da etimologia dos nomes: “Conhecer a origem de um nome próprio é, portanto, conhecer a natureza profunda de quem o possui.”<sup>214</sup> Ao afirmar que os reis nomeados com o virtuoso nome Henrique, John Capgrave não estaria dizendo que eles são a fonte de toda verdade e justiça, virtudes oriundas de Deus? Não seriam eles vigários do próprio Cristo, o pastor por excelência e guia das ovelhas cristãs? Mas a frente o cronista ignora a terminologia “Cus”, afirmando “(...) *Further, the Ethiopic darkness is referred alone to this, that I believe our king to be pure from the worst defilements, and therefore innocent and exempt, and not stained with the smoky hue of any dark colour.*”<sup>215</sup>

Um discurso similar é feito pelo cronista, no entanto, em sua outra obra analisada por nós anteriormente, *The Chronicles of England*. No contexto de dificuldades políticas na Inglaterra, o autor escreve seu trabalho produzindo analogias, principalmente bíblicas, que tivessem como principal objetivo legitimar simbolicamente, através do discurso o poder de Eduardo IV. O passado bíblico, que para os homens medievais não era uma simples anedota, mas sim algo real, se faz no presente cotidiano. Por isso esse passado é o mais utilizado por Capgrave para produzir discursos legitimadores.

Segundo o cronista, o rei deveria manter em sua mente o evangelho da viúva que oferece pouco a Deus, mas ajuda com a obra do Senhor. O trabalho de John Capgrave, é para ele uma obra simples, mas que com a devida leitura, poderia auxiliar o rei no seu ofício: “*O my benigne Lord, receyve this bok, thouz it be simpil; and lat that Gospel com in mynde, where the widow offere so litil, and had so mech thank.*”<sup>216</sup>

(...) e disse: ‘De fato, eu vos digo que esta pobre viúva lançou mais do que todos, pois todos aqueles deram do que lhes sobrava para as

<sup>214</sup> PASTOUREAU. *Op. Cit.*, p. 501.

<sup>215</sup> CAPGRAVE. *Op. Cit.*, p. 4. “Além disso, a escuridão etíope é encaminhada sozinha para isso, que eu acredito que nosso rei seja puro das piores impurezas e, portanto, inocente e isento, e não manchado com o tom esfumado de qualquer cor escura.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>216</sup> CAPGRAVE, Dedication. In: *The Chronicle...* *Op. Cit.*, p. 2. “Ó meu benigno Senhor, receba este livro, embora seja simples; e deixe que esse Evangelho entre em sua mente, em que a viúva oferece tão pouco e tinha muito a agradecer.” (Tradução Livre do Autor)

*ofertas; esta, porém, na sua penúria, ofereceu tudo o que possuía para viver.*<sup>217</sup>

Logo depois, tendo em vista as turbulências da Guerra que se iniciou com a ascensão de Eduardo IV, o autor tem claras intenções de oferecer um argumento de legitimação do poder. A primeira analogia bíblica que o autor faz se refere ao momento da Criação. John Capgrave afirma ter confiança em Deus de que a entrada do rei ao trono era legítima e justificada pela perfeição do momento em que ele assume o trono. Eduardo IV ascende em 1461 e para John Capgrave isto representava a perfeição da criação exemplificada pelo número seis. O cronista repete a história que Deus criou o mundo em seis dias e no sétimo descansou, para ele, se tal número for multiplicado por dez e a ele somado o número um, formando o número 61, mostraria a relação entre a ascensão do rei com a perfeição da criação. O cronista também deseja que o monarca repouse seus atos em Deus e para isso cita as duas naturezas do poder, que se relacionamos a teoria dos “Dois corpos do rei” de Kantorowicz, poderemos compreender melhor as analogias do cronista.

*(...) beleve in God – Fadir, and Son, and Holy Gost: love God in al zoure hert, al zoure soule, and al zoure mynde. **Make eke thre binaries.** As for the first, **think that ze be mad of to natures, - body and soule. Loke that zoure soule have evyr the sovereynte, and that the bestial mevyng of the body oppresse not the soule.** The secunde bynaire is to think that there be to weyes in this world, on to lyf, another to deth. That wey that ledith to evyrlastyng lyf, thouz it be streite, kepe it. Tho men that renne the large weye clepe hem ageyn be zoure power. **The third bynaire is love of God, and love of zoure neybour.** For evene as it is zoure deute to love God with drede.*<sup>218</sup>

<sup>217</sup> Lc. 21:3. Bíblia de Jerusalém. Tradução das introduções e notas de *La Bible de Jérusalem*, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8ª impressão de 2012.

<sup>218</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 3. “(...) acredite em Deus – Pai, Filho e Espírito Santo: ame a Deus de todo seu coração, toda sua alma e toda a sua mente. **Faça também os três binários.** Quanto ao primeiro, **pense que você é feito de duas naturezas, - corpo e alma. Olhe para que sua alma tenha toda a sabedoria, e que o movimento bestial do corpo não oprima a alma.** O segundo binário é pensar que **existem dois caminhos neste mundo, para a vida, outro para a morte.** Dessa forma, siga o caminho que leva a vida eterna, embora seja estreito, mantenha-o. (TRADUÇÃO IMPRECISA). **O terceiro binário é o amor a Deus e o amor ao próximo. Para sempre, como é seu dever amar a Deus com temor.**” (Tradução Livre do Autor)

Resumindo as ideias do cronista, para ele o rei tem como principal dever amar a Deus com temor, acreditar na trindade e seguir três binários: o primeiro binário seria ter em mente que a pessoa do rei é feita sobre duas naturezas (corpo e alma) sendo que a alma possuía toda a soberania necessária para acabar com a opressão do corpo. O segundo binário seria ter em mente que há dois caminhos possíveis a se seguir: o caminho da vida e da morte. O terceiro binário seria amar a Deus e depois ao próximo. O autor, é claro, segue os mandamentos divinos para educar o rei e com isso afirma uma ideia da realeza como primeiramente devota a Deus. Através dessa devoção, os milagres divinos auxiliariam os reis na boa governança. A segunda analogia bíblica feita por John Capgrave ao elaborar sua narrativa, provavelmente é relacionada com a metáfora da “pedra angular”.

A pedra angular, primeiro objeto colocado em uma construção com a intenção de manter uma casa ou edifício firme, é associada simbolicamente à figura de Jesus Cristo no Cristianismo. Em diversas passagens da Bíblia podemos observar referências a tal metáfora. No Livro de Salmos há uma alegoria acerca de construtores que rejeitaram o mais importante elemento da construção do tempo espiritual. “*A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular*”.<sup>219</sup> Não demorou para a tradição neotestamentária associar a metáfora da pedra angular à figura de Jesus Cristo, a base principal da Igreja formada pela comunidade daqueles que acreditam na verdade cristã. No livro de Mateus, Jesus diz: “*Nunca lestes nas Escrituras? A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular: pelo Senhor foi feito isso e é maravilha aos nossos olhos*”.<sup>220</sup> Já em Efésios o apóstolo Paulo diz: “*Estais edificado sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, do qual é Cristo Jesus a pedra angular. Nele bem articulado, todo o edifício se ergue como santuário santo, no Senhor, e vós, também, nele sois coedificados para serdes habitação de Deus, no Espírito.*”<sup>221</sup>

Essa é a referência principal de John Capgrave para o rei Eduardo IV. O autor afirma a existência de uma determinada pedra que assim como o número seis que representava a criação, ela era perfeita, contendo oito lados e que tinha sido inicialmente rejeitada. Essa pedra representava os juramentos de Deus para seu povo. Capgrave termina afirmando para que o rei descansa em Cristo-Deus e que nos últimos dias de sua

---

<sup>219</sup> BJ. Sl. 118:22.

<sup>220</sup> BJ. Mt. 21:48.

<sup>221</sup> BJ. Ef. 2:20.

vida ele se una a Jesus, quem uniu Judeus e Pagãos numa só fé: “*Serve o God alle the daies of youre lyve, whsch daies, as is seid, be comprehended in the noumbir sex, and there is sex sithis on*”<sup>222</sup>

As associações ao texto bíblico feitas por John Capgrave em relação à ascensão de Eduardo IV num contexto de crises políticas podem ser relacionadas com a presentificação de um passado maravilhoso na narrativa. John Capgrave também intriga ao associar a imagem de Henrique IV de Lancaster como um intruso ao trono, enquanto Eduardo IV o verdadeiro escolhido de Deus para salvar a Inglaterra das calamidades políticas do período. Inicialmente John Capgrave faz uma relação com a coincidência na numeração do nome dos dois reis. E com o fato de que ambos entraram no trono com o uso da força. Para o cronista quando Henrique IV usurpa o trono em 1399 desgraças começaram a atingir o reino. Agora com a ascensão de Eduardo IV em 1461, sua função era restaurar o reino dos erros cometidos pelo primeiro.

O que intriga é o fato de que a crônica produzida antes por John Capgrave, *The Book of Illustrious Henries*, dedicada a Henrique VI de Lancaster, faz uma exaltação das virtudes de Henrique IV e conseqüentemente de Henrique V. Em *The Chronicles of England*, embora na dedicatória Capgrave critique o primeiro rei Lancaster, na narrativa sobre este, mais uma vez o autor exalta suas virtudes, com destaque para o fato dele ter sido o primeiro rei inglês ungido com o óleo de Thomas Becket. A justificativa para tal paradoxo não temos. Como hipótese, considerando a velhice de John Capgrave no momento de escrita da crônica, é possível que ao dedicar o trabalho a Eduardo IV e assim fazer todo um discurso legitimador, o cronista buscava algum benefício régio. Entretanto, não temos materiais para a comprovação desta teoria, o que faz os motivos para tal paradoxo permanecerem obscuros aos nossos olhos.

A questão da intenção ao narrar a história dos reis se torna mais desafiadora quando nos propomos analisar as crônicas de Adam de Usk e Thomas Walsingham, pois não há nesses autores um prefácio, introdução ou qualquer dedicatória. O que acreditamos é que essas obras se inseriam numa grande tradição de compilações de histórias, que foram também herdadas por John Capgrave. Sendo assim, é possível que tais obras também iniciassem suas narrativas com a história bíblica até chegar na narrativa dos reis

---

<sup>222</sup> CAPGRAVE. *The Chronicles ...* Op. Cit., p. 3. “Sirva a Deus todos os dias de sua vida, que os dias, como é dito, sejam compreendidos como o número seis, e há seis caminhos” (Tradução Livre do Autor).

ingleses. Narrar a vida dos monarcas, num contexto em que o poder régio busca cada vez mais a centralização política e afirmação em meio aos poderes aristocratas, e também no meio das instabilidades causadas por guerras, tornou-se também um elemento de construção da identidade inglesa ligada ao poder régio. Porque nessas crônicas, *ser inglês* é ser herdeiro de um passado que é antes de tudo a vida de seus reis e suas grandes ações, como guia de um povo predestinado as grandes promessas de Deus.

E mesmo nestes trabalhos a imagem do rei como influenciador dos acontecimentos políticos e sociais do reino, fossem eles bons ou ruins, são representados na narrativa. Adam de Usk em sua crônica, afirma que no início do reinado de Ricardo II, muito se esperava deste rei, mas que sendo ele influenciado por outros, seu reinado foi acometido por problemas diversos.

*Isti Ricardo, regni sui tempore, plura vovite inclita ferebantur. Et, quia tenere etatis existerat, alii, ipsius et regni curam habentes, lascivias, extorciones, intollerabiles injurias regno irrogare non desistebant. Unde illud accidit monstruosum, ut plebei regni, et potissime Cancie et Essexie, sub misero duce Jac Straw, in regni dominos et regis officarios, hujusmodi injurias et potissime taxacionum et collectarum, ut asserruerunt, suflPerre non valentes, in multitudine onerosa insurgendo, Londoniam, in vigília Corporis Christi, (...) <sup>223</sup>*

No trecho acima o cronista galês faz referência às revoltas camponesas que acometeram o reino, contra impostos e subsídios feudais, iniciadas principalmente nos condados Essex e Kent. Mas tarde esta revolta se expandiu para Londres, e depois outras áreas do reino, como em Suffolk, Hertfordshire, Cambridgeshire e Norfolk. Cita-se ainda, que diversos desses camponeses teriam tentado incendiar um castelo na bacia do rio Tâmsa, pertencente ao Duque de Lancaster John de Gaunt. Como é possível também observar, tal causa foi vista por Usk como uma consequência do “mal” governo de Ricardo II. Anos mais tarde, quando o cronista disserta sobre as tensões entre Henrique de Bolingbroke e o rei, ele afirma que tal foi resultado das insatisfações aristocráticas

---

<sup>223</sup> USK. *Op. Cit.*, p. 1. “Durante o reinado do rei Ricardo, grandes coisas eram esperadas. Mas ele, que era de anos ternos, outros, que o cuidavam e de seu reino, não deixaram de infligir a terra atos de indignação, extorsões e erros insuportáveis. De onde surgiu aquele feito anormal, quando os comuns da terra, e especialmente os de Kent e Essex, sob seu miserável líder, Jack Straw, declarando que não podiam mais suportar tais erros e, acima de tudo, erros de impostos e subsídios, aumentaram em esmagadora números contra os senhores e os oficiais do rei e, marchando para Londres na véspera de Corpus Christi. (...)” (Tradução Livre do Autor)

devido os atos de “tirania” e “injustiça” do rei. Thomas Walsingham não se difere tanto de Adam de Usk. Quando o mesmo cita os mesmos eventos de 1381, ele também afirma que a causa dos levantes camponeses eram resultados dos “pecados dos ingleses”, cuja a mão de Deus pesava sobre o reino, no entanto, sendo ele o Deus da misericórdia, ele teria agido para manter a ordem no *Reino terrestre*, a imagem do *Reino dos céus*.

*About this time the kingdom of England experienced a sudden, great catastrophe which spread over all parts of the land. It had never been heard of before in their history and it was sent as a punishment for their sins. If God, the Lord of mercies, with his wonted regard for goodness had not quickly checked it, the government of the land would have been completely wiped out and become a tale for laughter and mockery among all nations.*<sup>224</sup>

Devemos, é claro, pensar, que estes autores possuem certa ligação com os poderes Lancaster. E sendo assim, era “natural”, diríamos desta forma, que eles utilizassem dos argumentos de um passado turbulento, como fora o reinado de Ricardo II, para tentar legitimar os discursos centralizadores e legitimadores de uma nova dinastia. Pensamos também que foi, sobretudo, após as revoltas de 1381 que o Parlamento iniciou cada vez mais seu “clamor” pela ordem, elemento que se manteve constante até o reinado de Henrique V. No entanto, embora esses autores critiquem muitas das ações de Ricardo II, e atribuem as calamidades ao seu reinado, não se exclui da parte deles a relação de soberania e dignidade régia, nessa relação entre o *rei e súdito*. Para eles, mesmo com turbulências, o rei se mantinha um elemento importante de identidade e também de sacralidade do poder e do reino.

E esta relação entre um “bom” ou “mal” reinado, se manteve inclusive durante a Era Lancaster. Já citamos o exemplo de John Capgrave, que em uma crônica exaltava as virtudes de Henrique IV e em outra criticava a usurpação do rei. Resinificando o passado de acordo com os acontecimentos da Inglaterra neste período. Porém no caso de Henrique V, a mesma fora associada a Eduardo III e suas vitórias. Pois o primeiro teria em seus “grandes feitos em guerra”, reconquistado a Normandia e dominado o porto de

---

<sup>224</sup> WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 120. “Por volta desse tempo, o reino da Inglaterra experimentou uma súbita e grande catástrofe que se espalhou por todas as partes da terra. Nunca se tinha sido ouvido antes em sua história e foi enviado como um castigo pelos seus pecados. Se Deus, o Senhor das misericórdias, com seu merecido respeito pelo bem, não o tivesse verificado rapidamente, o governo da terra teria sido completamente destruído fora e se tornou um conto de riso e zombaria entre todas as nações” (**Tradução Livre do Autor**)



Harfleur. Relação íntima com as vitórias de Eduardo III no início da Guerra dos Cem Anos e sua conquista do porto de Calais. Ambas regiões importantes para os ingleses no controle de segurança e econômico do Canal da Mancha.

No que tange a esta questão do estudo do fenômeno da identidade no reino inglês do final da Idade Média, alguns pontos complexos são revelados, e podemos observar identidades distintas, representadas pela língua e dialetos desenvolvidos em cada região e também pelas relações com outros membros não nativos do reino. Todavia, num senso comum, alguns pontos uniam as comunidades. A Inglaterra dos séculos XIV e XV era um reino, como afirma Michael Prestwich<sup>225</sup>, cosmopolita e com diversos membros da aristocracia e clero oriundos de outras áreas da Europa, especialmente do norte da França. O autor salienta que muitos nobres falavam francês, numa forma de divisão social que delimitava nobres e não nobres. Muitos clérigos eram também franceses, a própria Abadia de Westminster fora construída seguindo os modelos arquitetônicos da França, como forma de, também, delinear as rivalidades entre ambos os reinos. E embora houvesse tal multiplicidade cultural, havia segundo o autor um grande senso de “identidade nacional”<sup>226</sup>: para os estrangeiros os ingleses eram estereotipados, como possuidores de rabos, rudes e bêbados. Já para escritores ingleses as opiniões eram diversas: segundo Ralph Hidgen os mesmos eram bêbados, desonestos e irreligiosos, mas também grandes guerreiros. Haveria também grande diferença entre os ingleses do Norte e Sul, os segundos mais “educados” enquanto os primeiros vistos como rudes. Já para outros autores os ingleses eram exaltados, se destacando pelo orgulho do povo.<sup>227</sup>

É importante compreender o papel da língua na construção da identidade inglesa medieval. Rubin aponta para o fato de que durante o medievo, todo o reino era cercado por uma multiplicidade de dialetos e vocabulários. Oriundos, principalmente, das influências linguísticas da mistura entre os Celtas e Anglo-Saxões, como também dos dinamarqueses e normandos do momento das invasões.<sup>228</sup> Já Michael Prestwich, cita que a língua inglesa se tornou, mesmo no âmbito da realeza, um fator de distinção entre a identidade inglesa e a França. O autor cita que Eduardo I afirmou que o francês pretendia

---

<sup>225</sup> PRESTWICH, *Plantagenet England...* Op. Cit.

<sup>226</sup> Vale ressaltar que a utilização do termo “nacional” é uma referência a forma diretamente expressa pelo autor, mas sabemos, é claro, que não havia no medievo a noção de nacionalismo existente na sociedade contemporânea.

<sup>227</sup> PRESTWICH. *Ibidem*, pp. 554-555.

<sup>228</sup> RUBIN. *Op. Cit.*, p. 389.

extinguir o inglês da terra. E mesmo o francês falado pela aristocracia era diferente do que era pronunciado na França, possuindo, além do sotaque, dialetos emprestados da língua inglesa.<sup>229</sup>

Ordinary people might have strong views about the use of English. In 1323 Henry Lambard was asked in court how he wished to clear himself of charges of theft. He said in English that he was a cleric, and refused to make any other answer. He was asked if he knew how to speak in Latin, or in French. He replied that he was English, and English-born, and that it was proper for him to speak in his mother tongue. He utterly refused to speak anything else but English. Henry was not convincing as a cleric; he had no tonsure, and did not wear clerical dress.<sup>230</sup>

Ao mesmo tempo pertencer a terra tornou-se relativo para a construção de uma identidade inglesa. Para alguns cronistas e publicistas *ser inglês* era pertencer a um passado normando e anglo-saxão; para outros, os nobres principalmente, eram ser herdeiros da própria terra e não de “invasores”. Concomitantemente a identidade inglesa era complexa, havendo diversas comunidades que poderiam se diferenciar uma das outras do próprio reino ou também na Cristandade. A identidade, regionalmente envolvia a linguagem, direito e costumes, a política como também a história e a cultura. De fato, desde o século XIII produziu-se uma noção de “ser inglês”. A lei era um dos fatores que exemplificavam essa identidade. A lei produzida na Inglaterra medieval se diferia em alguns pontos da Lei Romana, havia também as leis canônicas desenvolvidas pela Igreja e que vigoravam em toda a Cristandade ocidental. O exemplo claro de como a lei salientava uma identidade pode ser observada no que tange as relações da Inglaterra com seus domínios: a legislação aplicada no País de Gales e na Irlanda se diferia muitas vezes da aplicada no reino, utilizada principalmente para garantir o domínio inglês.

Embora saibamos da existência de diversas comunidades e conseqüentemente de diversas identidades, alguns elementos uniam os indivíduos. A identidade ligada ao

<sup>229</sup> PRESTWICH. *Plantagenet England...* Op. Cit., pp. 556-557.

<sup>230</sup> PRESTWICH. *Ibidem*, p. 556. “Pessoas comuns poderiam ter opiniões fortes sobre o uso do inglês. Em 1323 Henry Lambard foi perguntado em um tribunal como ele queria se livrar das punições de roubo. Ele disse que era um clérigo em inglês e se recusou dar qualquer outra resposta. Ele foi perguntado se ele sabia falar em latim ou em francês. Ele respondeu que era inglês e inglês de nascimento, e que era adequado para ele falar em sua língua materna. Ele absolutamente se recusou falar alguma língua além do inglês. Henry não era convincente como um clérigo; ele não possuía nenhuma tonsura e não usava roupas clericais.” (Tradução Livre do Autor)

poder é uma delas. Durante o século XII, os indivíduos de uma determinada aldeia, vila ou cidade, ou até mesmo um condado, estavam ligados ao poder de um determinado aristocrata. Já entre os séculos XIII e XV, com o desenvolvimento da administração régia, as comunidades, embora ainda tivessem relações com senhores locais, passaram a desenvolver conexões com um poder geral e central.<sup>231</sup> Liga-se a isto a noção criada pela monarquia dos indivíduos como súditos ideais. Tais pontos se afirmam, sobretudo, durante a ascensão da dinástica Lancaster ao trono. Segundo Rubin, Igreja e Estado se unirão para formular uma ideia de *cristão e súdito*.<sup>232</sup>

Pensar a identidade e o poder régio no final do medievo, é compreender como se construiu uma imagem do rei como um unificador das comunidades do reino. A soberania e a própria noção de ser cristão contribuíram para a transformação do rei num *Topos*.<sup>233</sup> O *Rei* para a historiadora brasileira Vânia Fróes, constituiu durante o medievo uma imagem capaz de aglutinar diversos ideais e tradições. “(...)o rei constitui-se num *locus* para designar certas especificidades regionais, linguísticas e de experiência comum de tempo e espaço. Assim o rei ao mesmo tempo em que foi um lugar – de aglutinação de certas diversidades, conservou a identidade cristã e europeia.”<sup>234</sup> As monarquias medievais vão se apropriar de imagens e atributos capazes de legitimar o poder, unindo-se a categoria de cristão e súdito produzindo uma imagem simbólica que gera uma identidade. Se somarmos as experiências socioculturais vivenciadas pelos homens da Idade Média: a urbanização e crescimento do comércio, as renovações no âmbito da espiritualidade e a construção das monarquias regionais, é possível apreender como a figura do *Rei e do Reino* foram desenvolvidas.

*Rei e Reino* são por um lado a representação (re-presentação), de muitos ideais do cristianismo medieval. De certo modo, como a Cidade Ideal que é corporificada em muitas narrativas do final da Idade Média, *Rei* é também a presença viva do *Reino* consagrado nos textos vétero-testamentários (Jerusalém, Nova Jerusalém), na literatura evangélica resgatada com o advento do franciscanismo no século XIII – o *Rei* é assim também o Cristo-governante na Terra.<sup>235</sup>

---

<sup>231</sup> RUBIN. *Op. Cit.*, p. 405.

<sup>232</sup> RUBIN. *Ibidem*, p. 409.

<sup>233</sup> FRÓES. *Op. Cit.*

<sup>234</sup> FRÓES. *Ibidem*, p. 19.

<sup>235</sup> FRÓES. *Ibidem*, p. 27.

A figura da realeza inglesa, deve ser analisada como um *Topos*, lugar-tempo de aglutinação, que pode gerar sentimentos identitários; considerando a importância do sagrado, e como o tempo (o passado que interfere no presente e futuro), o espaço e as memórias e identidades eram referenciados. Contribui, então, para o entendimento profundo do imaginário político inglês. No momento em que o rei se torna um *Topos*, o modelo da figura de Cristo, de grande importância nos meios de devoção, será utilizado para consolidar a noção de pacto da realeza cristã. Anexa-se a isto também a figura dos monarcas do Antigo Testamento, que eram utilizados pelos cronistas ingleses. Além de exemplos à monarquia, através da imagem régia, se perpetuava a figura de tais personagens bíblicos na memória coletiva através dos atos reais, da liturgia e dos ritos. Em meio a realeza, se forma um conjunto de mitologias e folclore. Jacques Le Goff, por exemplo, constrói uma análise das representações da monarquia francesa que nos servem de alguma forma entender também na monarquia inglesa, o que ele chama de conceitos, que formam um campo semântico das representações do poder real. *O sagrado; O religioso; O eclesiástico ou sacerdotal; e o taumatúrgico*.<sup>236</sup> Em que “L’essentiel des aspects sacrés et religieux d’un roi capétien s’exprime dans la liturgie du sacre”.<sup>237</sup> Através do rito, que também se manifestam nas narrativas cronísticas inglesas do século XV (sagração/entradas régias/participação em eventos religiosos/recebimento de um soberano estrangeiro, acompanhado de um cerimonial), é que podemos perceber como se delimitava também uma percepção de povo.

A santidade régia foi uma das inovações que envolveu a espiritualidade medieval. Se relaciona com a concepção básica do cristianismo, no qual Cristo garante a imortalidade de cada indivíduo; e a trajetória de vida de um santo, é o que vai marcar os modelos de santidade.<sup>238</sup> A pesquisadora Sofia Gajano aponta que há diversos espaços onde a santidade se manifesta no medievo. O principal receptáculo é o corpo, que ganha importância simbólica, representando a união do homem com o divino, ou melhor, da alma com Deus. Assume também uma dimensão política, já que se estabelece na relação sacra do indivíduo durante sua vida. Da mesma forma a autora afirma que a santidade

---

<sup>236</sup> LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie Française du X<sup>e</sup> au XIII<sup>e</sup> siècle. In: BOUREU, Alain; INGERFLON, Claudio -Sergio (Orgs.). *La royauté sacrée dans le monde Chrétien*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.

<sup>237</sup> LE GOFF, *Ibidem*. p. 19. “O essencial dos aspectos sagrados e religiosos de um rei capetíngio se exprimia na liturgia do rito.” (Tradução Livre do Autor).

<sup>238</sup> GAJANO, Sofia Boesch. Santidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. 2vol. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 450-451.

atravessa uma sacralidade difusa. Sacraliza-se objetos, espaços e o tempo.<sup>239</sup> No âmbito das monarquias feudais, tornou-se comum associar o sofrimento do rei que morre em batalha, ao sofrimento de Cristo no momento da crucificação. O martírio e as virtudes régias foram importantes práticas na criação de santos monárquicos.<sup>240</sup> Para Gábor Klaniczay dois pontos podem ser considerados ao analisar a figura do rei santo da Idade Média: 1 – O rei que se abstém dos prazeres do mundo, formando uma vida de ascese, como exemplo o caso de Eduardo o Confessor da Inglaterra. 2 – O rei martirizado que morre na defesa de seu reino, o caso de Eduardo o Mártir. No processo de sacralização do poder, as atividades seculares, como o do rei guerreiro, ganharão especial importância na construção da figura dos *miles Christi*, presente na concepção de guerra justa. O rei guerreiro é aquele que luta contra os inimigos da lei ou contra o *Reino*, dado a ele por Deus. “L’image chevaleresque du saint roi devient un des points de cristallisation des mythes retrouvés ou réinventés dans la civilisation courtoise du XII<sup>e</sup> siècle ; en même temps, le saint roi, comme un bon *miles Christi*, demeure le médiateur entre les traditions séculières et ecclésiastiques de la sacralité du pouvoir royal.”<sup>241</sup>

Esse ponto da santidade régia é importante de ser entendido, pois os cronistas do século XV também apontam que os reis ingleses, deveriam seguir o exemplo de santidade de monarcas antecessores. Henrique IV quando foi coroado no dia de Eduardo o Confessor, garantia para si as bênçãos de um santo importante não só para os súditos, mas para a própria monarquia. A figura dos santos, dos reis antigos, as virtudes bíblicas, entre outras questões, se aglutinam na figura do monarca inglês. E na medida em que o rei é um *Topos* na Inglaterra, é que a imagem dos reis, influenciava na narrativa casos de calamidades, instabilidades, revoltas, ou também prosperidade, calma e vitórias sobre os inimigos. É assim que em nossas crônicas tais questões tornaram-se mais latentes.

<sup>239</sup> GAJANO. *Ibidem*, pp. 449-450.

<sup>240</sup> C.f. GORSKI, K. Le roi-saint: un problème d’idéologie féodale. In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, no. 2, 1969.

<sup>241</sup> KLANICZAY, Gábor. L’image chevaleresque du saint roi au XII<sup>e</sup> siècle. In: BOUREU, Alain; INGERFLON, Claudio -Sergio (Orgs.). *La royauté sacrée dans le monde Chrétien*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 58. “A imagem cavalheiresca do rei santo torna-se um dos pontos da cristalização dos mitos reinventados ou encontrados na civilização cortesã do século XII. Ao mesmo tempo, o rei santo como um bom guerreiro de Cristo, continua sendo um mediador entre as tradições seculares e eclesiásticas que caracteriza a sacralidade do poder real” (**Tradução Livre do Autor**)

**PARTE II – HENRIQUE V, O REI DOS  
INGLESES**

# CAPÍTULO III

## *O PASSADO COMO*

### *FORMA DE EDUCAR UM REI*

---

---

Estudar a figura de um grande homem na História, como Henrique V, não é tarefa fácil ao historiador. Como desafio principal, talvez, compreender o contexto político e social de uma época de transformações através da figura de um indivíduo. O historiador deve, portanto, se afastar das ideias tradicionais que por vezes envolvem a História política, compreendendo o todo, ou pelo menos parte do todo. Jacques Le Goff em *São Luís*<sup>242</sup> apontou para a importância de entender não apenas a simples vida de Luís IX, canonizado em 1267, mas também analisar o próprio contexto da sociedade medieval francesa e as nuances do imaginário político. O autor cita:

Tentei de várias maneiras escapar da lógica constrangedora dessa ‘ilusão biográfica’ denunciada por Pierre Bourdieu. São Luís não caminha imperturbavelmente rumo ao seu destino de rei santo, nas condições do século XIII e segundo os modelos dominantes de seu tempo. Constrói-se a si próprio e constrói a sua época, tanto quanto é construído por ela.<sup>243</sup>

A ideia principal do autor é fazer uma biografia histórica metodologicamente diferente das formas tradicionais existentes. O estudo para além da narrativa dos fatos, captando as estruturas da sociedade e a produção de memória em torno de São Luís. A discussão acerca da sacralidade régia se faz presente, assumida pela sagração, pela virtude miraculosa da monarquia, a devoção e imitação de Cristo. São Luís se faz santo num contexto de mudanças sociais da Europa do século XIII, o crescimento das cidades, as

---

<sup>242</sup> LE GOFF, Jacques. *São Luís – Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>243</sup> LE GOFF. *Ibidem*, p. 23.

mudanças nas espiritualidades e a afirmação do poder régio são elementos importantes para interpretar a história de um grande homem.

Henrique V se insere numa grande produção de memória do século XV, que envolve muito mais do que sua figura, a narrativa dos grandes reis ingleses e a produção simbólica do *Reino de Inglaterra*. No meio dessa produção, as crônicas, através de suas campanhas militares, construíram a figura de um rei herói, ou como Charles Kingsford diz: um típico herói medieval.<sup>244</sup> Ser rei na Inglaterra do século XV, em meio à crise política ocasionada pela mudança dinástica de 1399 e a Guerra dos Cem Anos e mais tarde a Guerra das Rosas, é estar inserido numa grande produção simbólica da realeza, do reino e do povo.

Henrique V é visto ainda hoje, como um grande rei. Shakespeare, sem dúvidas, foi o principal responsável pela criação de uma imagem heroica sobre o rei. Christopher Allmand cita que: “Reaction to him takes several forms. On the one hand, there is admiration for his military skills and achievements. On the other, there is criticism of what is regarded as his ambition, which, according to some, he pursued hypocritically in the name of justice (...).”<sup>245</sup> As fontes do período costumam retratar a importância das ações do rei em batalhas, Agincourt em 1415, é o evento com maior protagonismo. Consequentemente boa parte da historiografia sobre o rei, tende a analisar suas habilidades em guerra. Allmand constrói e defende uma análise em que o historiador deve “pensar fora da caixa”, compreendendo que os atos militares de Henrique V auxiliaram à unificação da nobreza inglesa em torno da monarquia. O rei foi além de um “herói”, um legislador e administrador; como também todo um simbolismo político se fez em torno de sua figura. Ao assumir o trono em 1415, Henrique V transformou a estrutura política e econômica da Inglaterra, além disso, o monarca possuía um alto senso de que seus atos eram em nome e vontade de Deus.

Há um crescente estudo em torno da imagem de Henrique V na historiografia, principalmente no que tange a questão administrativa. Christopher Allmand aponta que o historiador deve buscar o “verdadeiro Henrique V”; não no sentido literal da palavra, mas através de uma reconstrução crítica do passado, para além de suas habilidades militares.

---

<sup>244</sup> KINGSFORD, Charles Lethbridge. *Henry V, the typical mediaeval hero*. Nova York: Putnam, 1901.

<sup>245</sup> ALLMAND, Christopher. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992., p. 1. “Reações a ele tomam diversas formas. Por um lado, há uma admiração por suas habilidades militares e conquistas. Por outro, há uma crítica no que tange à sua ambição, que, segundo alguns, ele perseguiu de forma hipócrita em nome da justiça (...).” (Tradução Livre do Autor)



Mesmo que o pesquisador não queira fazer uma biografia sobre o rei, o autor antes citado, diz que devemos ter uma compreensão, pelo menos ampliada, das três fases que englobam sua vida: 1- *Do nascimento à transformação em Príncipe*; 2 – *Henrique, Príncipe de Gales*; 3- *Henrique V, rei de Inglaterra*.<sup>246</sup> O entendimento desta cronologia permite ao pesquisador apreender as demandas e dificuldades do próprio contexto em que o rei assume o trono e como esses, interferiram na produção de memória.

Esta pesquisa não é uma biografia sobre Henrique V. O objetivo aqui, é captar e analisar os elementos do passado que se encontram na narrativa sobre o rei e, principalmente a análise do imaginário político em torno do *Reino inglês*. Quer-se aqui, contribuir para esta historiografia renovada, mesmo que de forma modesta, para então podermos ter em mente as diversas possibilidades de estudar o poder régio e o imaginário político na Inglaterra medieval.

Os anos de Henrique V como príncipe são chamados pela historiografia como o momento de “aprendizado de um rei”. Ao assumir o título de Príncipe de Gales, uma transformação em sua vida pessoal e pública ocorreu, as revoltas no país de Gales e em Chester, como também as conspirações no governo de Henrique IV, no qual o príncipe teve ação de combate, foram importantes para a educação do futuro rei. Já nos últimos anos de reinado de Henrique IV, o príncipe assumira o trono como regente, possuindo experiência administrativa e ganhando prestígio em relação ao Parlamento. Ao mesmo tempo, diferente de outras monarquias europeias, ou da própria Inglaterra, no qual os príncipes por vezes também tinham uma imagem simbólica produzida, vemos uma ausência em relação ao Príncipe de Gales. Ao transformar-se rei em 1413, Henrique V absorve diversas lendas e mitos, relacionadas também como uma recuperação do passado seguindo as necessidades do presente.

Este capítulo visa apresentar ao leitor, que pode não ser familiarizado com a imagem do rei, elementos contextuais importantes. Primeiro estudaremos através da historiografia e das fontes questões relacionadas a seu nascimento e transformação em Príncipe. Logo depois analisaremos uma obra escrita para o futuro rei, que utiliza do passado para educá-lo e ao mesmo tempo também salienta as virtudes da sacralidade régia.

---

<sup>246</sup> ALLMAND, Christopher. Introduction. In: DODD, Gwilym. (Org.) *Henry V: New interpretations*. York: York Medieval Press, 2013, p. 1.

### 3.1. HENRIQUE, PRÍNCIPE DE GALES – O APRENDIZADO DE UM REI

Henrique V nasceu em Monmouth no País de Gales, provavelmente no ano de 1386. No entanto, há incertezas se tal ocorrido foi em 1387. Em torno do dia e mês de seu nascimento, a questão é mais indeterminada. Uns acreditam que foi em 9 de agosto, outros em 16 de setembro. As poucas informações sobre a data de nascimento do rei, foram obtidas pelo historiador Christopher Allmand através de documentos oficiais de Henrique VI (filho de Henrique V), e afirma também que tal ausência se justifica pelo fato de Henrique V em seus primeiros anos de vida, não possuir nenhuma expectativa de tornar-se rei, crescendo apenas como um simples nobre inglês: “The doubt, irritating as it is, hides a significant point: Henry’s birth was not recorded with greater formality because no one expected him to become king. Although a great-grandson of Edward III, others stood between him and the throne.”<sup>247</sup>

Mesmo as fontes inglesas escritas durante e após Henrique tornar-se príncipe e rei, não dão grande destaque ao nascimento do mesmo. As crônicas, comumente, destacam o papel dos reis e os homens a sua volta. A vida de Henrique como Príncipe de Gales aparece na narrativa de Henrique IV em meio às revoltas que ocorreram no reino. Já as biografias sobre Henrique V, costumam apenas dizer que seu nascimento foi em Monmouth e, sendo claras produções de memória, associam o momento com profecias. Em uma biografia produzida por volta de 1430, normalmente associada a Thomas Elmham, mas com verdadeiro autor desconhecido, afirma que uma profecia foi feita, anunciando que um jovem nasceria em Gales, e manteria a coroa do *Reino*, sendo ele um verdadeiro monarca, bom e valente, contra todas as rebeliões.<sup>248</sup> Anos mais tarde, em 1513, um autor também desconhecido, nomeado apenas como *The translator of Livius*, reafirma a ideia de que uma profecia teria emergindo, no qual um príncipe que deveria reger o “Reino

---

<sup>247</sup> ALLMAND. *Henry V...* Op. Cit., p. 8. “A dúvida, irritante como ele é, esconde um ponto significativo: o Nascimento de Henrique não foi registrado com grande formalidade porque não havia expectativa de ele se tornar-se rei. Embora bisneto de Eduardo III, outros estavam a frente entre ele e o trono.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>248</sup> ELMHAM, Thomas. *Vita et Gesta Henrici Quinti – anglorum regis*. Editado por Editado por Thomas Hearne. 1727. Fol. 1b, p.4.

Universal da Inglaterra” e comandar todos, este Príncipe nasceria em Monmouth no País de Gales.<sup>249</sup>

Profecias e sinais em relação a realza tornaram-se muito comuns durante o final da Idade Média inglesa. Boa parte disto se dá também pelo próprio contexto de instabilidades régias que ocorreram entre as décadas de 1450 e 1480. Essa produção de memória sobre Henrique V, mesmo após sua morte, mostrando ao leitor profecias que confirmavam que o mesmo estava predestinado a governar, possuía também um caráter legitimador de uma dinastia. Primeiro pelo fato de que após a morte de Henrique V em 1422, instaurou-se uma instabilidade pela regência, questão já citada no capítulo 1 desta dissertação. Segundo, pois a própria biografia do *Translator of Livius* fora escrita no século XVI durante o reinado de Henrique VIII Tudor, e no qual a sombra da Guerra das Rosas ainda pairava sobre o reino. Há também de se considerar que, aparentemente, essa segunda obra foi escrita especialmente para Henrique VIII, para que o mesmo observasse as virtudes de Henrique V.

O jovem Henrique é oriundo de uma família aristocrática bem conhecida pela historiografia, os Lancaster. Era filho de Henrique de Bolingbroke – então Conde de Darby e futuramente transformado em Duque de Hereford – com Mary Bohun. Era também neto de John de Gaunt, Duque de Lancaster. Os estudos mais recentes na historiografia buscam analisar a relação construída entre Henrique de Monmouth e Henrique de Bolingbroke. Antes de tornar-se Príncipe em 1399, embora nobre, obtinha poucos recursos financeiros e pouca independência. Henrique de Monmouth teve uma educação similar a qualquer outro nobre da alta aristocracia inglesa. Aprendeu a montar a cavalo, lutar e caçar. Estudou gramática, latim e teria desenvolvido um interesse pela música, principalmente harpa. A historiografia costuma dizer que o acesso à cultura por parte do jovem Henrique, seria oriunda, talvez da herança cultural de seu avô, John de Gaunt, ou também de seu pai, o Conde de Derby, que oferecia ao poeta Geoffrey Chaucer uma anuidade e no fim de sua vida patrocinava escritores, junto com outros membros da família real que na metade do século XV estavam envolvidos com as artes.<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> ANÔNIMO. *The First English Life of Henry V* - written in 1513 by an anonymous Author known commonly as The Translator of Livius. Editado por Charles Lethbridge Kingsford. Oxford: Clarendon Press, 1911, p. 8.

<sup>250</sup> ALLMAND. *Henry V ...Op. Cit.* pp. 10-11.

No que tange a vida financeira do jovem Henrique a historiadora Anne Curry<sup>251</sup> nos oferece uma série de contribuições. A autora concentra sua análise em duas fases: primeiro a vida financeira de Henrique antes de tornar-se príncipe; segundo as transformações ocorridas após a usurpação de Bolingbroke em 1399, percebendo como as finanças estavam envolvidas em seus deveres como príncipe e as ações militares do mesmo. Questões que foram essenciais para a administração das finanças do reino quando o mesmo se tornou rei. Curry atenta para a grande dependência financeira de Monmouth de sua família. Principalmente por ser menor de idade na época, boa parte de seus gastos eram oriundos de seu pai e avô. Tais expensas eram relacionados a hábitos comuns da aristocracia: compra de roupas, livros e mudanças constantes de propriedades da família—na grande maioria castelos. Em meados da década de 1390 já se percebe em alguns documentos, a participação do jovem Henrique em eventos importantes da nobreza, dentre quais o casamento de Ricardo II, reuniões do Parlamento (acompanhado seu pai e avô) e outras festas e encontros aristocráticos. Anne Curry atenta para o fato de que uma primeira negociação de casamento teria sido feita, para com a irmã da esposa de Ricardo II, fato que não se concretizou.

Sabe-se que neste momento Henrique não possuía nenhum bem próprio, assim como nenhuma garantia de receber algum título nobiliárquico. Tal fato teria atraído o mesmo para ingressar numa futura carreira militar. A autora cita que mesmo no meio da família real, para alguns, um título poderia não ser garantido, chamando à atenção de jovens aristocráticos diversos para o militarismo:

(...) Even in the royal family this was relevant. Henry's next brother, Thomas, was supported after the accession of Henry IV by an appointment as lieutenant in Ireland and by wages for service at sea. In 1409 it was suggested that if he did not want to go to Ireland he could nonetheless take 2,000 marks from its revenues as well as a further 1,000 marks from the king so long as the king would not have to bear any of the costs of Thomas and his household. It was useful for the crown that there were valuable military commands for younger sons.<sup>252</sup>

<sup>251</sup> CURRY, Anne. *The Making of a Prince: The Finances of 'the young lord Henry'*, 1386-1400. In: DODD, Gwilym. (Org.) *Henry V: New interpretations*. York: York Medieval Press, 2013

<sup>252</sup> CURRY. *Ibidem*, p. 14. "Mesmo na família real isso era relevante. O irmão mais próximo de Henrique, Thomas, foi apoiado após a ascensão de Henrique IV a uma nomeação de tenente na Irlanda e por um salário por serviços ao mar. Em 1409, foi sugerido que, se ele não quisesse ir para Irlanda, ele poderia, no entanto, levar 2.000 marcas em receitas, bem como mais 1.000 marcas do rei, desde que o rei não tivesse que ajudar com os custos da casa de Thomas. Era útil para a coroa que houvessem valiosos comandos militares para os filhos mais novos." **(Tradução Livre do Autor)**

Já apontamos também no capítulo 1 que o fim dos anos 1390 marcaram uma transformação política da Inglaterra, mas também influenciou a vida política e financeira do jovem Henrique. Mostramos também que em meados de 1399 Ricardo II foi para a Irlanda combater rebeliões e, assim, levou Henrique de Monmouth e também Hamphray de Gloucester, filho do Duque de Gloucester. Para o cronista Thomas Walsingham, o ato do rei em levar os dois jovens significava um temor em relação a seus pais, podendo assim “vigiar” ambos: “He also took with him boys of noble birth, the sons of the dukes of Gloucester and Hereford, whose relatives he especially feared.”<sup>253</sup>

Quando Henrique de Bolingbroke usurpa o trono em 1399, conseguindo para si aliados na aristocracia e também no Parlamento, logo após sua sagração no dia 13 de outubro do mesmo ano (dia de Eduardo o Confessor), seu filho fora considerado herdeiro do trono e assim adquiriu terras e títulos. Adam de Usk aponta que Henrique de Monmouth foi feito Príncipe de Gales, recebendo um cetro, um beijo e um cinto, assim como um anel e cartas que confirmavam sua transformação. Neste mesmo momento o Príncipe é feito Duque da Cornualha e Conde de Chester. Mais tarde, Duque da Aquitânia.<sup>254</sup> A transformação de Henrique em príncipe foi para Anne Curry: “The creations of Henry as Prince, earl and duke in parliament in October–November 1399 were deliberate efforts to confirm, as Lancastrian, not only the present but also the future.”<sup>255</sup>

É com base nestes argumentos, apresentados pela historiografia e crônicas do século XV que podemos iniciar uma observação clara das formas pelas quais o período em que Henrique foi Príncipe de Gales influenciaram sua política como rei entre 1413 e 1422. Entre os anos de 1399 e 1413 Henrique combateu revoltas, administrou suas finanças para assim evitar falência, passou a ter participação no conselho régio, até no

---

<sup>253</sup> WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 306. “Ele também levou consigo os rapazes de nobre nascimento, os filhos dos duques de Gloucester e Hereford, cujos parentes ele especialmente temia.” **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>254</sup> USK, *Chronicon Adae de Usk*, pp. 36-37 – fól. 174. “Item, die Mercurii sequenti, Henricum primogenitum suum, per quinque insignia, scilicet : per virge auree tradicionem, per osculum, per circulum, per anulum, et per sue creacionis literas, in principem erexit Walie. (...) Rexque primogenito suo principatum Wallie, ducatum Cornubie ad tune eciam cum comitatu Cestrie concessit pariterque contulit.” “Na quarta-feita, o rei promoveu seu filho mais velho, Henrique, com cinco símbolos, com a entrega de uma vara de ouro, um beijo, um cinto, um anel e com cartas de criação, para ser Príncipe de Gales. (...) E o rei também concedeu e entregou ao seu filho mais velho o principado do País de Gales, bem como o Ducado da Cornualha, juntamente com o Condado de Chester.” **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>255</sup> CURRY, *Op. Cit.*, p. 25. “A criação de Henrique em Príncipe, conde e duque no Parlamento em outubro-novembro de 1399 foi deliberadamente ações para confirmar, os Lancaster, não só no presente, mas também no futuro.” **(Tradução Livre do Autor)**

fim da primeira década do século XV ele já não só controlava o conselho, como também passou a exercer função de “quase regência” no período de adoecimento de seu pai Henrique IV (c. 1410-1412). Estes anos, conhecidos como o “aprendizado de um rei”, foram essenciais para a construção de memória de Henrique V, mas não só isto, também na forma pelas quais essa memória foi elaborada. Presentificando argumentos de acontecimentos do passado e também seus personagens, como também na construção de uma memória sobre a Inglaterra e seu povo. O primeiro caso pode ser percebido com base nas revoltas que ocorreram no País de Gales nos anos 1400. O combate e consequente supressão do evento por parte da monarquia inglesa representou nas crônicas (embora não se perceba com tal entonicidade em Adam de Usk pelo fato do mesmo ser galês) a supremacia dos ingleses e seus monarcas como um povo eleito a vitórias.

As causas para o levante em Gales são diversas. Para Christopher Allmand as razões devem ser analisadas por motivos “nacionais”.<sup>256</sup> Os habitantes do País de Gales, de um modo geral eram fiéis ao antigo rei Ricardo II pelo fato deste ser filho do falecido Príncipe de Gales – Eduardo, o Príncipe Negro. Após a usurpação de Henrique IV o futuro das relações entre ingleses e galeses tornou-se incerta e em 1400 ameaças de um levante tornaram-se latentes. Soma-se a isto a própria forma como o poder régio inglês administrava as regiões sobre o domínio da Inglaterra. Tanto no País de Gales, quanto na Irlanda, as leis e regras eram aplicadas de forma diferenciadas em relação à Inglaterra. Mesmo na forma de cobrança de impostos eram diferentes. Junto a isso há também os líderes nativos destas regiões, que volta e meia reivindicavam o poder sobre as comunidades, entrando em conflito com o poder régio inglês e seu domínio. O líder da revolta em Gales: Owain Glyn Dwr, um grande proprietário de terras na região e que, segundo alguns, era herdeiro da antiga realeza local de Gales.

National in character from its very origins, the revolt was a protest against English rule and against the lack of respect shown by the English to native Welsh leaders, as well as being an attempt to fill a ‘vacuum of lordship and loyalty’ created through the death of some leading marcher lords, in the preceding three years.<sup>257</sup>

<sup>256</sup> ALLMAND, *Henry V...* Op. Cit. p. 18.

<sup>257</sup> ALLMAND, *Ibidem*, p. 19. “De caráter nacional desde as suas origens, a revolta foi um protesto contra o domínio inglês e contra a falta de respeito demonstrada pelos ingleses para com os líderes galeses nativos, bem como sendo uma tentativa de preencher um vácuo de senhorio e lealdade, criado através da morte de alguns senhores manifestantes nos últimos três anos.” (Tradução Livre do Autor)

Em setembro de 1400, Henrique IV que estava voltando da invasão escocesa, direciona seu exército para a região de Shrewsbury pronto para invadir o País de Gales, liderou boa parte de seus exércitos para o norte da região. Ao chegar em Anglesey o monarca ataca aldeias e mosteiros e após isto se refugia com seu exército no Castelo de Beaumaris. Logo depois o rei retorna à Shrewsbury no qual consigo levava diversos prisioneiros. Já em 1401, a revolta se espalhou para outras regiões do norte do País de Gales. Ataques a cidades e castelos ingleses na fronteira com Chester foram feitas e o rei Henrique IV nomeou Henry (Hotspur) Percy, Conde de Northumberland para comandar o exército em Gales. Em 1403 a Revolta tornou-se cada vez maior, atingindo todo o País de Gales. Owain Glyn Dwr se auto proclama Príncipe de Gales, aldeias inglesas foram atacadas. Fontes da época citavam boatos nos quais afirmavam que indivíduos nascidos no País de Gales, mas que viviam na Inglaterra, largavam suas atividades para lutar contra o domínio inglês. Associa-se a isto a possível aliança entre senhores escoceses que incentivavam que homens pegassem em armas. Mas não só isto, já em meados da década de 1400 os revoltosos galeses se aliaram com membros da aristocracia francesa que auxiliaram na revolta.

Através do mapa abaixo é possível perceber como a revolta no País de Gales se expandiu e também como se encaminhou as campanhas inglesas de combate a mesma. É interessante notar que, o condado de Chester, sob administração do Príncipe herdeiro se encontra na fronteira com a região de Gales. Lá também, as comunidades eram na sua grande maioria fiéis ao rei Ricardo II. Durante todo este processo, o Príncipe de Gales teve ação, entretanto, seu destaque ocorreu a partir de 1403 quando o mesmo lidera exércitos para o Norte de Gales. O antigo aliado de Henrique IV, Henry Percy se rebela contra a monarquia e se direciona para ajudar Owain Glyn Dwr e seus planos. Percy liderou rebeldes em Chester que eram leais a Ricardo II e apenas em julho de 1403 Henrique IV toma conhecimento das ações do rebelde.



Mapa 1- Glyndwr's Revolt 1400-05, The Map Archive. Disponível em

<https://www.themaparchive.com/glyndwrs-revolt-140005.html>

Neste mesmo ano ocorreu a chamada Batalha de Shrewsbury, e sob o comando do Príncipe de Gales, Percy é derrotado e morto, as forças de Henrique IV saíram vencedoras, mas fracas e nos anos seguintes problemas com o Parlamento que se recusava financiar as batalhas tornaram-se maiores. Havia, entretanto, relatos de que o jovem Príncipe de Gales, após a batalha teria saído ferido como cita Juliet Barker:



Um ferimento daquele tamanho num local tão proeminente deveria ter deixado o príncipe amedrontado pelo resto da vida, mas nenhum de seus contemporâneos menciona isso, embora possivelmente seja esta a razão de que o único retrato que sobrou de Henrique mostra-lo de perfil, em vez de na posição diagonal, preferida por todos os reis ingleses da Idade Média.<sup>258</sup>

Embora o Príncipe de Gales tenha garantido independência financeira, o fato de boa parte das rebeliões terem ocorrido sob suas posses, fez com que o mesmo tivesse dificuldades para a administração financeira de suas terras. O mesmo foi, segundo Anne Curry, obrigado pelas circunstâncias a aprender como governar e administrar. Já nas observações de Juliet Barker, o bom controle financeiro seria a divisa entre o Príncipe e seu pai. O primeiro teria buscado em 1403 aumentar suas receitas a partir de suas posses na Cornualha e Chester, “elevando aluguéis, reassumindo o controle de terras que haviam sido alugadas e reduzindo substancialmente o número de anuidades que ele pagava a partir das rendas locais.”<sup>259</sup>

Já em meados dos anos 1400 o jovem Príncipe tem maior participação política na administração do reino. Esse período foi considerado pelos historiadores como o “aprendizado do rei”. Em 1406 o Príncipe de Gales, já tendo garantido experiência militar, participará com mais frequência do Parlamento como membro conselheiro do rei. Christopher Allmand aponta indícios de que a participação do príncipe em reuniões tornava-se cada vez mais frequente. Em 1407 sua presença era de mais ou menos dois terços dos encontros, evidenciando também que a necessidade de sua estadia no País de Gales era cada vez menor.<sup>260</sup> O autor também afirma que inicialmente, a presença constante do Príncipe no Parlamento, acionava uma preocupação dos membros aristocráticos e também comuns, de que Henrique tentasse conseguir mais dinheiro para suas necessidades militares em Gales. Após as diversas batalhas e revoltas no Reino, as finanças estavam enfraquecidas.

There was the natural anxiety of the Prince, starved of funds with which to wage the war against the Welsh, to ensure, now that he was a leading member of the king’s council, that the money in sufficient quantity to

<sup>258</sup> BARKER, Juliet. *Agincourt – o rei, a campanha, a batalha*. Rio de Janeiro, Record, 2009, p. 51.

<sup>259</sup> BARKER, *Ibidem*, p. 55.

<sup>260</sup> ALLMAND, *Henry V.... Op. Cit.*, p. 40.

meet his military needs should be delivered in his direction, all the more so as the resistance of the rebels seemed on the point of being broken by 1407.<sup>261</sup>

De maneira geral o Parlamento inglês estabelecia um limite do que poderia ser gasto. Desta forma foi possível um controle das finanças em meio as dificuldades do período. Entre o encontro do Parlamento em Gloucester em 1407 e janeiro de 1410, demonstrava que o conselho régio conseguia controlar o máximo possível as finanças. Já em 1409 o Príncipe de Gales conseguiu enfraquecer os revoltosos e possuía uma renda equivalente a mais ou menos mil e oitocentas libras oriundas apenas do País de Gales. O Príncipe também se associou a John Beaufort, Conde de Somerset, quem inclusive continuou sendo conselheiro do Príncipe quando o mesmo se tornou rei, e ainda a membros da Casa dos Comuns (*House of Commons*), o que possibilitou um relacionamento profissional com o Parlamento, diferente de seu pai, quem teve grande dificuldades e obteve várias críticas. Ao tornar-se mais influente no poder em 1411 o Príncipe de Gales procurou reduzir os gastos da coroa, dando “prioridade e objetivação das despesas, além de um metucioso trabalho de auditoria.”<sup>262</sup> Em 1412 Henrique já exercia não só influência, mas também controle sob o conselho real, o que levou em alguns casos a suspeita, por parte de Henrique IV, da lealdade de seu próprio filho.

John Capgrave em *The Book of Illustrious Henries* apresenta um relato, cercado de discursos diretos, demonstrando a possível relação de Henrique IV com seu filho, prestes a transferir a coroa:

*And when he was about to die, he sent for Henry, his son, who was soon to be king, and giving him a most holy exhortation, he spoke to him in brief as follows: —“ Consider, my son, and behold thy father, who once was strenuous in arms, but now is adorned only with bones and nerves His bodily strength is gone, but, by the gift of God, spiritual strength hath come to him. For even this sickness, which, as I certainly believe, is unto death, renders my soul braver and more devoted than before. Think my son, in the midst of the glory and prosperity of the kingdom, whither thou shalt come. Love the Lord thy God, and above all things fear Him. Let thy confessor be a man of wisdom and prudence, who may*

---

<sup>261</sup> ALLMAND, *Idem*, p. 40. “Havia uma ansiedade natural do Príncipe, que sofreu a falta de fundos para fazer a guerra contra os galeses, para assegurar, agora que ele era um dos principais membros do conselho do rei, que o dinheiro em quantidade suficiente para atender suas necessidades militares deveria ser entregue em sua direção, tanto mais como a resistência dos rebeldes pareceu estar a ponto do fim em 1407. ”

(Tradução Livre do Autor)

<sup>262</sup> BARKER, *Op. Cit.* p. 58.

*know how to give thee wholesome warnings, and may be bold to give them; and do thou not agree unto those who sow pillows under all arm-holes. Reveal all the counsel of thy heart to men distinguished for goodness, temperance, and religious character; especially to those who lead a lonely life, in study, and in prayer, and in sacred repose. Be not thyself fond of ease, but always engaged either about the things of God, or about the good of the kingdom for the sake of God, or about some of those pleasures and excellent sports, which have in them nothing of the foulness of vice. My son, pay faithfully thy father's debts, that thou mayest enjoy the blessing of the Most High; and may the God of our Fathers, the God of Abraham and Isaac and Jacob, give thee His blessing, laden with all good things, that so thou mayest live blessed for ever and ever. Amen.*"<sup>263</sup>

O relato acima, compreende-se como uma clara produção de memória. Primeiro, em *The Book of Illustrious Henries*, Henrique IV é apresentado como um monarca virtuoso, embora tenha usurpado o trono. Esta imagem se estabelece em contraposição aquela exposta pelo autor em *The Chronicles of England*. Mas também, representa uma exemplificação de quais virtudes um monarca ideal deveria seguir. Henrique IV se direciona a seu filho e lhe pede que seja devoto a Deus, tenha bondade e temperança. O dever primeiro do rei era a defesa de seu reino. Henrique, Príncipe de Gales tornou-se rei em 1413 após a morte de seu pai, Henrique IV. Juliet Barker afirma que o herdeiro, já possuía grande experiência política e capacidade de governar. Passara por um extenso aprendizado do que era a realeza: aprendeu a ser um soldado, diplomata e político.<sup>264</sup>

As virtudes apresentadas por Henrique IV a seu filho foram comuns nos reinos medievais para a educação dos príncipes e, muitas delas eram cercadas de mitos e referências ao passado. Fosse pelos homens exemplares, pelo exemplo dos reis

---

<sup>263</sup> CAPGRAVE. *The Book...Op. Cit.*, pp. 123-124. "E quando ele estava prestes a morrer, mandou chamar Henrique, seu filho, que logo seria rei, e dando-lhe uma exortação muito santa, falou-lhe brevemente como segue: "Considere, meu filho, e veja o seu Pai, que uma vez foi ardente em armas, mas agora é adornado apenas com ossos e nervos. Sua força corporal se foi, mas, pelo dom de Deus, a força espiritual veio até ele. Por essa doença, que, como certamente acredito, é para a morte, torna a minha alma mais corajosa e mais devotada do que antes. Pense meu filho, no meio da glória e da prosperidade do reino, para onde você virá. Ame o Senhor, seu Deus, e acima de tudo o tema. Deixe que seu confessor seja um homem de sabedoria e prudência, para que saiba como dar-lhe boas advertências, e seja ousado dar-lhes, e você não concorda com os que semeiam suportes sob todos os obstáculos. Revela todo o conselho do seu coração aos homens distinguidos por bondade, temperança e caráter religioso, especialmente para aqueles que levam uma vida solitária, no estudo, na oração e no repouso sagrado. Não seja aficionado, mas sempre engajado sobre as coisas de Deus, ou sobre o bem do reino por causa de Deus, ou sobre alguns desses prazeres e excelentes esportes, que não têm nada sobre a imundície do vício. Meu filho, pague com fidelidade as dívidas de seu pai, para que desfrute da benção do Altíssimo; E que o Deus de nossos pais, o deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, dê-lhe a sua benção, carregada de todas as coisas boas, para que viva abençoado pelos séculos dos séculos. Amém." (Tradução Livre do Autor)

<sup>264</sup> BARKER. *Ibidem*, p. 59.

antepassados, e principalmente pelas virtudes de Cristo e seus seguidores. É neste sentido que nos direcionamos para a compreensão de como um funcionário régio, chamado Thomas Hocceve, desenvolve sua interpretação sobre o ofício da realeza através de um *Espelho de Príncipe* para o futuro Henrique V.

### **3.2. O PAPEL DO PASSADO NA LITERATURA PEDAGÓGICA INGLESA**

Quando Henrique assumiu o trono, já possuindo experiência política no comando do conselho régio, era natural que intelectuais do período já iniciassem, para o mesmo a produção de materiais pedagógicos. Este tipo de literatura, conhecida como *Espelhos de Príncipes*, foram comuns durante toda a Idade Média, aliás, bem antes do período que chamamos de medievo. Essas obras tinham como papel principal mostrar aos governantes as principais virtudes para um monarca ou príncipe cristão. E ao mesmo tempo, como exemplo para seus argumentos, os escritores utilizavam de um conjunto de analogias e também comparações com figuras, eventos do passado e também o uso das narrativas bíblicas. Ainda a forma como esses escritos eram feitos poderiam assumir formatos variados. Em grande parte, na Inglaterra, os tratados poderiam por vezes ter o papel de *Espelhos de Príncipes*, mas também outros escritos do período, como poemas, contos ou até mesmo crônicas tinham tais características.

A produção de *espelhos de príncipes* durante a Idade Média vê seu processo de intensificação a partir do século XIII, quando do contexto de centralização política, constituição político-simbólico do *Reino* ou *Estado* iniciou uma conscientização das práticas governamentais e também a função da realeza. Boa parte destes trabalhos foram sem dúvidas influenciados pelas novas ideias, como o tomismo político e o redescobrimto de obras clássicas da literatura clássica. Na Inglaterra, no âmbito das universidades, já é possível perceber o aumento das traduções dessas obras, permitindo aos letrados que frequentavam a corte, que produzissem os tais *Espelhos de Príncipes*. Consolidando, sobretudo uma imagem virtuosa do rei e suas ações como governantes.

Os espelhos de príncipes foram produzidos ao longo de toda a história, porém na Idade Média com os carolíngios, no século IX, adquiriram a forma que lhes conferiu o *status* de gênero literário definido e independente de caráter pedagógico, com tratados de educação de príncipes, agregando no final do medievo, especialmente após o século XIII, características eminentemente políticas, convertendo-se então em verdadeiros tratados político-pedagógicos. Isto é dizer que ensinamentos veiculados nos espelhos passaram a se relacionar de forma mais veemente a aspectos pragmáticos da governança com destaque para o exercício da justiça, principal virtude régia.<sup>265</sup>

Sendo obras essencialmente pedagógicas, os Espelhos de Príncipe em suas características, “(...) nos tempos medievais do gênero, a Igreja, na grande maioria das vezes era quem delimitava as virtudes pessoais, mostrando que, acima de tudo, o príncipe deveria ser cristão antes mesmo de ser príncipe”.<sup>266</sup> Jean-Jacques Chevallier aponta muito bem que no medievo o *Estado* é antes sobrenatural, ou seja, uma entidade governada pela suprema vontade de Deus.<sup>267</sup> As ideias presentes no tomismo político, que tanto influenciaram outros pensadores a partir do século XV, consideravam a virtude da justiça como uma das mais importantes no âmbito da função régia. Realeza passava a ser sinônimo de justiça, enquanto a tirania tornava-se similar a injustiça. Nas concepções de João de Salisbury, o monarca, por exemplo, é por excelência um servo da justiça que deve antes de tudo agir contra os atos de tirania.<sup>268</sup> A justiça está presente na lei e, a lei mantém os costumes, constituindo dessa forma a comunidade. Herança também das tradições germânicas. O rei, portanto, através do juramento de sua sagração promete defender a lei, os costumes, a ordem e a justiça. Em troca, pelas relações de soberania, a comunidade promete juramentos e obediência a seus soberanos – a um processo crescente de formulação de uma noção de contrato.

O aumento das obras relacionadas à virtude da justiça, que segundo a própria tradição dos escritores medievais, originava outras virtudes como a piedade, temperança, manutenção da paz (todas elas de origem divina), fazem parte também de esforços por parte da realeza em implementar na corte régia intelectuais, muitos ligados à filosofia e

---

<sup>265</sup> HAHN, Fábio André. *Espelhos de Príncipes*. Considerações sobre o gênero. Disponível em: [www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=134](http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=134). s/p.

<sup>266</sup> HAHN. *Idem*, s/p.

<sup>267</sup> CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. Tomo I: da Cidade-Estado ao apogeu do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 205.

<sup>268</sup> CHEVALLIER. *Ibidem*, p. 206.

teologia. Associa-se a isto a crescente centralização do poder no qual a figura do rei tornou-se essencial para construção de discursos sobre sua função.

Naquele período, os tratados se apresentavam de diversas formas: havia aqueles direcionados às condutas dos homens no interior das cortes ou no trato com suas famílias; outros, em menor número, eram endereçados às mulheres a fim de ditar seus papéis dentro da sociedade da época. Dentre estes escritos pedagógicos, um dos gêneros mais relevante produzido foram os conhecidos Espelhos de Príncipe, nos quais se apresentavam modelos ideais de governança para os homens de seu tempo a partir da descrição da moral e da vida política de governantes do passado reconhecidos como virtuosos.<sup>269</sup>

É também a partir do século XIII que os modelos do aristotelismo irão se fundir com as formas do pensamento teológico cristão. Em uma sociedade que é vista como um *corpo*, herdeira, e que pretende ser a imagem do *Reino celeste*, o rei representa a cabeça de um organismo, agindo segundo as vontades de Deus. Cresce, desta forma, nos meios intelectuais as formas de conduta do rei para manutenção da ordem social feudal – unificando os indivíduos através de sua imagem – conciliando ainda os ideais centralizadores, organizando o *corpo social* e afirmando um *bem comum*.

Algumas obras escritas no contexto do final da Idade Média, na França e Itália, por exemplo, influenciaram também a escrita dos espelhos de príncipes no início do século XV, apresentando argumentos em torno das virtudes essenciais a um bom monarca. Christine de Pizan, por exemplo, salientava Carlos V de França como um rei ideal. Ela escreveu em 1404 para Felipe II de Borgonha, mas há indícios de que seus escritos influenciaram inclusive a escrita de Thomas Hoccleve para Henrique V quando o mesmo ainda era Príncipe de Gales.<sup>270</sup> Em meio a esta vasta produção literária, a construção dos *Espelhos de Príncipes* possui um conjunto de *topoi*. Quase todos eles se referem as mesmas virtudes, no entanto, em suas narrativas, é clara também a importância das tradições regionais. Mas o texto bíblico servia como o principal instrumento de argumentação desses autores.

---

<sup>269</sup> ASSIS, Ricardo Fontes dos Santos de. Os Espelhos de Príncipes e suas construções sobre a importância régia nos séculos finais do medievo francês. In: *Revista Em Tempo de Histórias*. PPGHIS – UNB, Nº24. Brasília: jan-jul de 2014. p. 155.

<sup>270</sup> BARKER. *Op. Cit.*, p. 44.

Na Inglaterra, em fins do século XIV e início do século XV, as obras que possuíam essas características de *espelhos de príncipes* eram sobretudo referências para o poder régio na sua atuação de controle da ordem social do reino. Em 1381 já havia ocorrido uma revolta camponesa contra os poderes aristocráticos que levou a corte de Ricardo II a tomar decisões para a manutenção da “paz” no reino. Anos mais tarde os problemas enfrentados pelo rei surgiram no âmbito da própria aristocracia. A usurpação de Henrique IV representava um colapso de um período de instabilidades políticas do último rei Plantageneta. E mesmo assim, os anos de Henrique IV continuaram sendo marcados por instabilidades das revoltas camponesas, aristocráticas e contra o domínio inglês. Era normal, inclusive que cronistas da época associassem tais adversidades com a “falta” de virtudes por parte dos monarcas. Já citamos no capítulo dois que Ricardo II para Adam de Usk enfrentou suas dificuldades devido a influência que os outros tiveram sobre o rei. John Capgrave que por um lado, representava Henrique IV como um soberano de inúmeras virtudes, era também, o culpado pelas crises do século XV para este mesmo autor.

Tabela I – Virtudes régias na literatura pedagógica inglesa e a imagem de Henrique V.

<b>Obra</b>	<b>Virtudes</b>	<b>Ações de Henrique V na tradição.</b>
<i>God Save the King and Keep the Crown.</i>	Justiça Paz Providência régia	Busca pela ordem no reino, mantendo a justiça.  Luta contra os lollardistas, pela justiça divina na Inglaterra.  Busca pela paz com a França e outros reinos europeus.  O rei em certos momentos não faz cobrança de

		<p>impostos, pensando no bem-estar de seu povo.</p> <p>As guerras são para a vitória e bem-estar dos ingleses.</p>
<i>The Crowned King</i>	<p>Justiça</p> <p>Devoção</p> <p>Sabedoria</p> <p>Providência</p>	<p>Henrique V se demonstra devoto a Deus e os Santos, entregando suas ações aos mesmos antes de qualquer ação. Funda também mosteiros.</p> <p>O rei procurava se rodear de sábios, poetas, músicos, além de seu apreço pela leitura e bibliotecas.</p>
<i>The Regiment of Princes</i>	<p><i>De justitia</i></p> <p><i>De pietate</i></p> <p><i>De misericordia</i></p> <p><i>De paciencia</i></p> <p><i>De castitate</i></p> <p><i>De regis magnanimitate</i></p> <p><i>De vitio avaritie</i></p> <p><i>De regis prudentia</i></p> <p><i>De pace</i></p> <p>OBS: As virtudes apresentadas por Thomas Hoccleve são reproduzidas aqui como aparecem no texto original: em latim.</p>	<p>Henrique V é piedoso e misericordioso concede perdão a antigos conspiradores e seus descendentes da época de Henrique IV.</p> <p>É piedoso com o povo francês, quando deseja evitar derramamento de sangue.</p> <p>Henrique V “teria” se mantido casto até seu casamento em 1420.</p>



No caso de Henrique V, o mesmo em seu reinado, pode até ter enfrentado adversidades menores do que seus antecessores, no entanto, dois pontos foram marcantes para a questão da ordem. O primeiro diz respeito a rumores da possível sobrevivência de Ricardo II e seus apoiadores, que “pretendiam” destronar Henrique IV e recolocar o “verdadeiro governante” ao trono. Estes rumores teriam crescido nos últimos anos do rei supracitado e se expandido inclusive nos primeiros meses de Henrique V ao trono. O plano destes foi descoberto logo após da coroação do mesmo no domingo de Páscoa de 1413. Segundo a historiografia, o único possível membro desta conspiração contra os Lancaster foi John Wighlock, oficial da *household* de Ricardo II, que teria sido condenado e preso, e mais tarde fugido. É possível ainda, que o sepultamento de Ricardo em Westminster neste mesmo ano, por empreendimento de Henrique V, fosse um instrumento para acabar com tais tensões e manter a ordem.

*And anon, the firste yeer of his regne, for the grete and tendre loue that he hadde to king Richard, he translatid his boby fro Langley vnto Westmynstre, and buried him beside quene Anne his firste wiff, as he desire was.*<sup>271</sup>

Henrique V foi alvo também da insurreição dos lollardistas, que já ameaçavam o reino em 1413, mas que em 1414 já se percebia no Parlamento a preocupação que os mesmos exerciam para a manutenção da ordem. John Oldcasle, o principal líder da heresia no contexto fora capturado apenas em 1417 e executado, sobrando no reino apenas poucos resquícios dos seguidores da heresia.

É em meio a tais tensões que as obras que podemos caracterizar como *espelhos de príncipes* cresceram e cujos objetivos não eram apenas educar o rei, mas sim, refletiam também sobre a questão da paz e ordem. Vejamos alguns poemas do século XV que se enquadram neste tipo de literatura pedagógica. O primeiro poema chama-se *God save the king and keep the crown*.<sup>272</sup> Escrito por um autor desconhecido pela historiografia, cuja obra poderia ser uma encomenda de Henrique V, ou talvez escrita para ele às vésperas de

---

<sup>271</sup> ANÔNIMO. *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI. Written before the Year of 1471*. Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856. p.40 – fol 169. “E depois, no primeiro ano de seu reinado, pela grande respeito e amor que ele tinha pelo rei Ricardo, ele transferiu seu corpo de Langley para Westminster, e o sepultou ao lado da rainha Ana, sua primeira esposa, como ele assim desejava.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>272</sup> *God save the king and keep the crown*. Editado por: George W. Tuma, Professor Emeritus of English, e Dinah Hazell, Independent Scholar Hosted by the English Department, San Francisco State University. Disponível em: [https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/king.html#\\_end5](https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/king.html#_end5).

sua coroação em Westminster em 1413. O poeta desconhecido nos mostra, aliás, sólidas teorias em torno das funções da realeza, sua dignidade e também oferece narrativas de eventos para legitimar o poder régio.

*Rejoice in God, renew your faith, increase your mirth in joy and bliss and keep God's law safe. During this holy time, let sorrow cease. May God send peace among us, to which each man be bound to stop fools' designs, stand with the king, and maintain the crown.*<sup>273</sup>

Quando o poeta desconhecido pede ao rei que o mesmo deixe sua felicidade e alegria crescer, para que no “dia santo”, referência ao momento da sagração, toda a tristeza cesse, há aqui possivelmente uma alusão aos anos de instabilidades de Henrique IV e cujo intelectuais da época, fazem crer que a ascensão de um novo rei, representaria uma mudança nos rumos do reino. Por outro lado, ao criticar as “ações dos tolos” e desejar a chegada da paz no reino, o poeta faz correspondência as conspirações para destituir o rei do trono e “recolocar” Ricardo II ao mesmo. Logo depois o poeta inicia suas explanações que muito dizem das funções da coroa, não só objeto material, mas também as referências ideológicas para a mesma.

*What does a king's crown signify, when encircled with stones and flowers? Lords, the commons and clergy to all be of one assent. To keep that crown, pay good attention in wood, field, dale and down. The lowest subject, with his body and rent, is a part of the crown.*<sup>274</sup>

A representação da coroa que o poeta formula, cria sob a figura régia a imagem de um rei aglutinador da sociedade e suas características e tradições. Mesmo os pontos naturais (florestas, vales, montanhas) representam o reino. Por esta razão, quando o rei age, ele é o próprio *Reino*. Estereótipos das características marciais inglesas também aparecem na narrativa. As pedras valiosas e circulares que compunham a coroa significavam as riquezas do reino e suas recompensas. As cidades, grandes castelos, tanto

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, s/p (primeiro verso). “Regozijar-se em Deus, renove a sua fé, aumente a sua felicidade com alegria e glória e mantenha segura a lei de Deus. Durante este tempo santo, deixe a tristeza cessar. Que Deus envie paz entre nós, a que cada um seja obrigado a impedir os projetos dos tolos, ficar com o rei e manter a coroa.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>274</sup> *Ibidem*, s/p (segundo verso). “O que significa a coroa de um rei, quando cercado de pedras e flores? Os senhores, os comuns e o clero, para todos são de um acordo. Para manter essa coroa, preste atenção nas florestas, campos, vales e montes. Os súditos mais inferiores, com seu corpo e rendas, fazem parte da coroa.” (Tradução Livre do Autor)

na Inglaterra quanto em regiões conquistadas pelos ingleses. Conquistadas, principalmente, pois os inimigos da Inglaterra não teriam sido “amigáveis” com eles, e assim, suas riquezas, por vontade divina e seu ouro era levados ao reino.

*If the encircled flowers and rich stones were separated from each other, if the crown were broken once, it would be full hard to knit together again. Consider before you suffer that blow. Amend, you who must! You who are wisest, put forth your wit! Stand with the king to keep the crown.*<sup>275</sup>

E por ser a coroa e o rei a representação de toda a sociedade, o poeta afirma no verso acima que caso a coroa seja destruída por alguma razão, concertá-la seria algo difícil de se conseguir. O autor, provavelmente se refere não só aos eventos conspiratórios que afirmavam a sobrevivência de Ricardo II, mas também outros contextos que ameaçavam a manutenção da ordem política no reino, como o lollardismo, que durante o reinado de Henrique IV cresceram seus adeptos e durante Henrique V os primeiros atos de insurreição eclodem no reino. Cria-se nesta narrativa uma profunda relação entre as ações régias e a manutenção da paz na Inglaterra. Segundo o poeta desconhecido, o rei deve agir pela lei e julgar os falsos testemunhos; agir respeitando as tradições e mantendo a justiça divina.

Ao requisitar ou aceitar tais poemas e outras narrativas, que auxiliavam na construção da imagem de um rei que busca o bem-estar de seu povo, para assim conciliar tanto a imagem pública do monarca, suas ações régias e os projetos centralizadores e de manutenção da ordem neste contexto. Já em 1415 quando se preparava para suas primeiras campanhas militares na França, e que por fim vai gerar a Batalha de Agincourt, Henrique V se direciona para Southampton e lá teria visitado a Abadia de Titchfield, como forma de demonstração da devoção régia para com Deus e os Santos e para pedir auxílio em sua jornada. É claro que este ato, através de diversos mecanismos de divulgação, propagavam uma imagem de rei ideal para todo o reino. O mesmo, nesta época, teria reunido as diversas cartas de negociação com os franceses, para evitar a guerra e as mesmas teriam sido enviadas para diversos soberanos da Cristandade, a fim

---

<sup>275</sup> *Ibidem.* s/p (sexto verso). “Se as flores cercadas e as pedras ricas fossem separadas umas das outras, se a coroa estivesse quebrada uma vez, seria completamente difícil juntar-se novamente. Considere antes de sofrer esse golpe. Altere, você que deve! Vocês que são mais sábios, apresentaram sua inteligência! Fique com o rei para manter a coroa.” (Tradução Livre do Autor)

de mostrar a “deslealdade” dos reis franceses.<sup>276</sup> Para Derek Pearsall, este evento, conciliado com outras narrativas sobre Henrique V, demonstravam uma clara intenção do monarca em propagar sua imagem pública de rei ideal. Isto aparece também na narrativa de outro poema do contexto *The Crowned King*,<sup>277</sup> poema também de autor desconhecido, mas encontrado em meio as *The Visions of Piers Plowman*. A obra que possui diversas edições, teria sido elaborada para Henrique V no momento em que o mesmo se preparava para tais campanhas na França. Contexto em que a monarquia mobilizara todo o reino, a fim de instituir impostos para bancar gastos militares e também na produção de armamentos e navios para a jornada.

O poeta recupera a narrativa de um sonho, que segundo ele mesmo teria o tido. Exalta a figura de Cristo como um “rei coroado” por excelência. Diz também que tal sonho fora “pesado” e “horrível”, mas suas revelações ocorreram de forma “maravilhosa a seus olhos. Afirma que se preparava para a festa de Corpus Christi com seus amigos, quando escureceu e o mesmo preparava-se para dormir. Quando o mesmo começa a sonhar, afirma ter visto por uma montanha pessoas estranhas e ouviu um rei coroado solicitar subsídios para seu povo com a intenção de patrocinar a guerra. Diz que o rei fez tal decreto com “sabedoria” e “bom senso”, para então tranquilizar seu povo. Neste momento um clérigo teria ajoelhado e pede ao rei para que lhe deixe professar algumas palavras de Salomão. O monarca generosamente pede que o clérigo se levante e faça seu discurso.

O clérigo lembra ao rei suas obrigações, principalmente no que tange a manutenção da lei. Lembra que o monarca deve apreciar seus servos de coração puro, principalmente aqueles que viviam na pobreza, pois as roupas e joias luxuosas da realeza são providas por eles, que presenteiam o rei com castelos e cidades muradas. O rei ainda deve ter respeito a lealdade dos nobres e aqueles de menor posição, pois este respeito é resultado da graça de Deus dada ao monarca. Este mesmo clérigo pede ao rei que governe com exemplo, para que suas virtudes possam ser copiadas por homens de bom senso.

---

<sup>276</sup> PEARSALL, Derek. “Crowned King”: war and peace in 1415. In: STRATFORD, Jenny (Org.) *The Lancastrian Court*. Lincolnshire: Harlaxton Medieval Studies (Volume XIII), 2001. p. 164.

<sup>277</sup> *The Crowned King*. Editado por: George W. Tuma, Professor Emeritus of English, e Dinah Hazell, Independent Scholar Hosted by the English Department, San Francisco State University. Disponível em: [https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/crowned\\_king.html](https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/crowned_king.html).

*All wealth is wasted if used wrongly; it is unseemly for a sovereign (so save me, our Lord), and harmful to his name, which will be hindered forever. Sir, you must be worldly wise, and wary in good time, and keep away from the flattery of beguilers' mouths who speak to you with spiritual words, mumbling with their mouths and with malice in their heart. They make a fair tale out of a defective meaning (falsehood follows flattery and fair speech), and they may mar you forever with their misleadings, and deceit hidden in their darkness—the devil drown them!*<sup>278</sup>

A visão exemplificada no poema ainda diz que o clérigo afirmou ao rei a importância da relação entre a monarquia e a Igreja. Portanto, a realeza deveria ter atenção aos clérigos, confortar os pobres e honrar seus cavaleiros. Rodear-se de homens sábios e livrar-se daqueles que oferecem apenas lisonjeiros. Por fim, o poeta defende que o rei aprenda literatura na sua juventude e que ao comandar um parlamento, que suas virtudes de sabedoria se tornem aparentes. Deve respeitar sua coroa, pois ela repousa em Cristo, que é por excelência um “rei coroado”. Pede por fim que Cristo conforte seu reino com graça.

*The Crowned King* nos oferece argumentos interessantes. Primeiro, o poeta desconhecido, como poderemos ver no trecho abaixo, compara a própria relação entre a *realeza terrestre e a realeza celeste*. Pois Cristo, que era por excelência um rei coroado, estava rodeado por sua corte celeste de Santos. O mesmo acontece com o reino terrestre, a quem as futuras palavras de um clérigo se direcionaram, pois, a realeza deve-se apoiar em Cristo, detentor de toda a graça.

*Christ, crowned King, you who died on the cross and are the comfort of all care though nature goes out of course, must be praised in heaven with your saints, and your wondrous works ever worshipped that show such sundry signs to man in dreams and nightmares so that they are aware and know clearly of the care and comfort that is coming hereafter.*<sup>279</sup>

<sup>278</sup> *Ibidem.* s/p (nono verso). “Toda a riqueza é desperdiçada se usada erroneamente; é indecoroso para um soberano (então, salve-me, nosso Senhor), e prejudicial ao seu nome, o que será dificultado para sempre. Senhor, você deve ser materialmente sábio, e cauteloso na hora certa, e se afastar da lisonja das bocas dos enganadores que falam com você com palavras espirituais, murmurando com a boca e com maldade em seus corações. Eles fazem um conto justo de um significado defeituoso (a falsidade segue lisonjas e fala justa), e eles podem te calmar para sempre com seus enganos e fraudes escondidas em suas trevas - o diabo os afogar!” (Tradução Livre do Autor)

<sup>279</sup> *Ibidem.* s/p. (primeiro verso). “Cristo, rei coroado, você que morreu na cruz e é o conforto de todos os cuidados, embora a natureza seja naturalmente, deve ser louvada no céu com seus santos, e suas maravilhosas obras já adoraram esse show de sinais tão diversos para o homem nos sonhos e pesadelos para que estejam conscientes e conheçam claramente os cuidados e o conforto que vem a seguir.” (Tradução Livre do Autor)

Segundo, o poema também recupera a tradição vétero-testamentária, no qual Salomão, como um rei sábio por excelência, sabedoria essa dada por vontade divina, deveria ser um modelo para a monarquia inglesa. Esse ideal não é de todo novo nas monarquias europeias da Idade Média. Os “pedagogos do rei” tinham desde a muito o costume de salientar como parte das virtudes régias a importância da sabedoria, da intelectualidade. Por isto que no século XIV os monarcas da França se rodearam de filósofos e teólogos, o mesmo ocorre na Inglaterra no mesmo contexto. Henrique V por exemplo, era conhecido por patrocinar escritores, construir bibliotecas e por seu apreço por música. Similar com relação a seu pai Henrique IV que patrocinou Geoffrey Chaucer. Não devemos esquecer do exemplo clássico que foi o rei Afonso X de Castela, conhecido como *o rei sábio*, por sua íntima relação com a produção literária, religiosa e intelectual do reino no século XIII.

Embora o próprio autor do poema, através das palavras do clérigo, pede ao rei para professar algumas palavras de Salomão, seria um tanto complicado perceber quais seriam exatamente as principais referências do autor, considerando que no texto bíblico, são diversos os momentos em que a virtude da sabedoria é exemplificada pelos textos de Salomão. No entanto, se compararmos com cautela as relações entre o poema e a Bíblia, veremos que as principais analogias do autor se encontram em Provérbios e Eclesiastes. O poeta afirma que Deus é todo o detentor da sabedoria e ele dá com graça tal virtude aos reis. Algo similar aparece no primeiro texto bíblico: “*É por mim que reinam os reis, e que os príncipes decretam a justiça.*”<sup>280</sup> A sabedoria régia também se relaciona com a principal justiça defendida pelas monarquias na Idade Média, a justiça. Tornou-se comum fazer tais analogias para empreender as principais funções régias, dentre quais a própria imagem providencialista da monarquia.

O rei em *The Crowned King* aparece como um “provedor” do bem-estar de seu povo, fato provado pelo cuidado, solicitado pelo clérigo, com os membros da Igreja, os nobres e os servos de menor posição. Nesta afirmação, confirma-se também um ideal de sociedade tripartida, no qual o rei representa toda a sociedade. Um discurso também similar com *God save the king and keep the crown*, no qual através da metáfora entre a coroa material e a coroa símbolo mental, o rei é um aglutinador de toda a sociedade. Por isto

---

<sup>280</sup> BJ. Pr. 8:15.

que outro intelectual do século XV, Thomas Hoccleve elabora sua teoria sobre as principais virtudes régias, no qual a justiça é a provedora de outras.

### **3.3. THOMAS HOCCLEVE E O THE REGIMENT OF PINCES**

Thomas Hoccleve era um membro, acredita-se, administrativo da corte régia. No entanto, a existência de documentos que deixam claros suas reais ações são escassas. As obras se referem ao mesmo como *clerk*, palavra que na língua inglesa significa *funcionário, escriturário, empregado, sacristão*, entre outros. Há também dúvidas se o mesmo teria feito parte do clero, principalmente por sua experiência no que tange a textos clássicos da literatura cristã. Sabemos, porém, que o mesmo tinha ampla ligação com a vida intelectual. Escreveu durante sua vida um conjunto de poemas, tinha fortes influências da escrita de Geoffrey Chaucher e também elaborou o *The Regiment of Princes*<sup>281</sup> por volta de 1410 e 1411 para o então Príncipe de Gales.

As razões pelas quais o autor escreve esta obra, em forma de poesia, mas que é na verdade uma importante literatura pedagógica do período, inicialmente aparece de forma obscura para nós. Porém, analisar o prologo da narrativa nos oferece um conjunto de argumentos. A escrita do autor é relacionada aos momentos de extrema dificuldade que a Inglaterra passou no século XV, e ao direcionar seu trabalho para o príncipe herdeiro, ele pretendia conquistar benefícios pessoais, mas também auxiliar na vida política do futuro monarca.

*Musyngge upon the restless bysynesse  
Which that this trouby world hath ay on honde,  
That other thing fruyt of bittirnesse  
Ne yildith naght, as I can undirstonde,  
At Chestres In, right faste by the Stronde,  
As I lay in my bed upon a nyght,*

---

<sup>281</sup> HOCCLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. Editado por Charles R. Blyth, Teams middle English texts series: Michigan, 1999.

*Thought me byrefte of sleep the force and might*<sup>282</sup>

As reflexões de Thomas Hoccleve sobre as conturbações do mundo, são relacionadas principalmente aos acontecimentos de instabilidade política que acometia o reinado de Henrique IV desde que o mesmo assumiu o trono em 1399. Mas o autor pensa além do reino inglês. Em suas observações, ao falar sobre as “turbulências do mundo”, ele concentra seus questionamentos para as tensões que ocorriam também no âmbito da Cristandade entre os séculos XIV e XV. A usurpação de Henrique IV teria causado a perda de terras por parte de diversos membros da alta aristocracia inglesa, o monarca se encontrava em meio a diversas conspirações contra sua autoridade. Mesmo o poder espiritual estava prejudicado com os avanços da heresia lollarda que se tornava mais radical. No que tange ao restante da Cristandade, provavelmente o autor se referia as revoltas camponesas e aristocráticas na França e principalmente ao cisma da Igreja.

Para além das instabilidades políticas e sociais, a escrita de Hoccleve é baseada por questões pessoais. Ainda no prologo de sua narrativa, ele afirma que um dia, atordoado, o mesmo andava pela cidade refletindo suas tensões.<sup>283</sup> Neste momento ele encontra um velho senhor quem lhe oferece educadamente um “bom dia”, e também deseja bênçãos divinas. Neste momento o próprio autor afirma que não teria prestado atenção nas palavras do senhor, devido suas reflexões. Passado algum tempo, este mesmo senhor repara que Hoccleve tinha uma aparência cansada, pela falta do sono.<sup>284</sup> Apenas depois, quando enfim consegue nota-lo, pede para que ele o deixe sozinho com suas magoas.

*“Voide fro me, me list no conpaignie  
Encresse nat my greef, I have ynow.”  
“My sone, hast thow good lust thy sorwe drye”*<sup>285</sup>

---

<sup>282</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Prologue, Linhas 1-7: “Meditando sobre esta preocupação/ Que este mundo conturbado tem em mãos,/ E que nada produz além de um fruto amargo, sou incapaz de compreender./ Em Chester, próximo a Strand,/ Eu deito sobre minha cama à noite,/ E a ansiedade me privou da eficácia e poder do sono.”. (Tradução Livre do Autor).

<sup>283</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Prologue, Linhas 113-119

<sup>284</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Prologue, Linhas 127-133.

<sup>285</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Prologue, Linhas 141-143. “Vá embora! Eu não desenho nenhuma companhia/ Não aumente meu sofrimento, já tenho o suficiente./ ‘Meu filho, tens um grande motivo para o seu sofrer.’” (Tradução Livre do Autor)



Este senhor que se preocupa com Hoccleve, ainda preocupado, o acalenta e lhe oferece conselhos, diz ao mesmo para confiar em Deus e nas Sagradas Escrituras. Ao longo do percurso narrativo, o autor da obra revela as razões para seu desespero, ele se encontrava inquieto com a possibilidade de tornar-se pobre, seus salários estavam atrasados. O senhor que conversava com o autor diz ao mesmo que a pobreza é boa para a alma, mas o questiona suas funções. Ao revelar que era funcionário régio, o senhor lhe aconselha endereçar algo ao Príncipe de Gales, de forma que o mesmo pudesse enviar seus ordenados em atraso, mas também educá-lo, para que o próprio pudesse ser um bom rei no futuro.

Thomas Hoccleve, assim, desenvolveu um tratado em forma de poema, no qual reuniu suas queixas e procurou ensinar ao Príncipe de Gales as melhores maneiras de governar. Em suas elucidações o bom soberano que restauraria a ordem dentro do reino inglês seria aquele que seguisse um conjunto de virtudes, formulando uma imagem, que segundo a tradição cristã, teria uma origem sagrada. O instrumento principal para o poeta era a exemplaridade. Ele cita ensinamentos de santos cristãos, dos padres da Igreja, de filósofos clássicos como Aristóteles e Platão, de personagens da história europeia ocidental, como Alexandre o Grande e imperadores romanos.

Hoccleve utiliza, é claro, o modelo dos reis vétero-testamentários para elucidar suas afirmações, mas os ensinamentos de Cristo e sua imagem tornaram-se necessárias para um bom rei. O monarca ideal, assim, deveria obedecer ao modelo da figura de Cristo, a *imitativo Christi*, elemento essencial para que o rei haja segundo a vontade divina. Esses elementos serão apresentados segundo os exemplos de outros homens vistos como virtuosos pelo autor, conjugados com a importância da virtude da justiça, piedade, prudência e castidade, as principais segundo a visão do autor. Unidos, tais pontos afirmam a imagem cristológica da realeza, já bem discutido por Kantorowicz.

A linguagem do exemplarismo cristológico era integralmente utilizada para proclamar o rei como *typus Christi*. Essa tipologia abrangia, na verdade dois aspectos do cargo real: um ontológico, e outro funcional, e ambos se refletiam nos títulos honoríficos que tantas vezes exaltavam o monarca medieval: "Imagem de Cristo" e Vigário de Cristo.<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> KANTOROWICZ. *Op. Cit.*, p. 73.

O rei deviria obedecer a superioridade celeste, e possuir a prudência necessária para tomar decisões importantes. Caso o monarca se mantivesse fiel a Deus, seu poder sobre o *Reino* seria garantido. Outra preocupação do poeta diz respeito também a legitimidade da realeza, e para isto, ele recupera atos e virtudes de homens ligados aos Lancaster no passado, para afirmar a soberania da dinastia. O primeiro caso citado era o primeiro Duque de Lancaster, também intitulado Henrique, também herdeiro dos Plantagenetas. Cita ainda o avô do príncipe, John de Gaunt, visto como um grande homem, cujas virtudes cavaleirescas deveriam servir de base para um bom governante. Thomas Hoccleve recupera as ações de homens do passado e as ressignifica para auxiliar na legitimação dos Lancaster, fosse pela herança sanguínea, como foi com o caso de John de Gaunt, ou por algum outro tipo de ligação política. Liga-se a família com os soberanos ingleses desde o século XII.

*Of Lancastre Duk John, whos soule in hevne  
I fully deeme and truste sit ful hye -  
A noble prince, I may allegge and nevene -  
Othir may no man of him testifie;  
I nevere sy a lord that cowde him  
gye Bet lyk his estat; al knyghtly  
prowesse Was to him girt - o God,  
his soule blesse!*

*His garnementes weren nat ful wyde,  
And yit they him becam wondirly wel.*<sup>287</sup>

Hoccleve também liga seus discursos com a tradição bíblica. As primeiras virtudes apresentadas pelo autor se referem a justiça e a piedade régia. Ambas possuiriam uma ligação celestial, confirmada pela Bíblia e cercada de elementos simbólicos. Deus se refletia como uma entidade justa e piedoso, faziam parte dos juramentos da sagração

---

<sup>287</sup> HOCCLEVE. *Op. Cit., Prologue*, Linhas 512-520: “O duque de Lancaster João, cuja alma se encontra no paraíso/ eu totalmente considerava de alta confiança/ Um príncipe nobre eu posso alegar o nome/ Caso contrário a isto nenhum homem pode atestar/ Eu nunca vi um senhor que governasse a si mesmo/ De acordo com todas as proezas cavaleirescas/ Foi ele como uma espada – Oh Deus, sua alma abençoe. Suas armaduras não eram muito grandes,/ mesmo assim ele as tornou em seu corpo maravilhosamente bem.”  
(Tradução Livre do Autor)

e, portanto, sendo elas um instrumento de Deus, confirmada pelos Provérbios, deveriam estar em consonância com as ações régias.

*Eu a sabedoria, moro na  
sagacidade, e possuo o  
conhecimento da reflexão. (O  
temor de Iahweh é o ódio do  
mal.) Detesto o orgulho e a  
soberba.  
Eu possuo o conselho e a prudência,  
São minhas a inteligência e a fortaleza.  
É por mim que reinam os reis,  
E que os príncipes decretam a  
justiça; por mim governam os  
governadores, e os nobres  
dão sentenças justas.<sup>288</sup>*

Ao falar sobre a justiça Thomas Hoccleve segue a tradição dos pensadores medievais em recuperação os ensinamentos de intelectuais clássicos ou ainda dos padres e santos da Igreja, de maneira a mostrar aos indivíduos a necessidade de obediência a Deus e as suas vontades. A justiça era, portanto, originadora de outras virtudes. A castidade régia deveria ser mantida, para com efeito, consolidar a justiça. Do mesmo modo, a prudência nos atos régios também seria importante para consolidação da justiça. Há também a própria relação criada pelo autor entre a magnitude real com a justiça. Pois se o rei é justo, a realeza mantém sua soberania sob a sociedade.

Em Hoccleve, o autor aponta que a justiça é liberdade da alma e dada a todos os homens de acordo com sua dignidade, independentemente de sua posição social, seja o de mais alto grau social a aquele que não possui título e posses. Essa concepção é herdada, sobretudo dos ensinamentos de Santo Anselmo em *Cur Dei Homo* traduzido pelos ingleses como *Why God Became a Man*.<sup>289</sup> O rei nesse sentido, tem nas palavras do autor, abundância e poder para governar os homens em suas terras, assim como praticar a justiça. Aqueles que querem a justiça devem antes de tudo ser tementes a Deus. Na tradição bíblica, ainda em provérbios, “o Rei que se assenta no tribunal, dissipa todo

---

<sup>288</sup> BJ. Pr. 8: 12

<sup>289</sup> HOCCLEVE, *Op. Cit.*, Linhas 2465-2471.

*mal com o seu olhar.*”<sup>290</sup> Soma-se a isto, na visão do autor, a defesa de que aqueles que desejam a justiça deveriam primeiro temer a Deus e por consequência o merecedor dessa virtude manteria em sua mente o abster de fazer o mal. Logo depois o autor parece fazer uma referência indireta aos lollardos. Diz que é obrigação de todo irmão ensinar ao outro os caminhos certos da justiça, para receber o pagamento e os prazeres de Deus.<sup>291</sup> O autor diz que aquele que não cumpre com o não fazer o mal, recebe a responsabilidade de enfrentar o julgamento divino. No século XV os lollardos tornaram-se associados a inimigos da justiça e da fé, Hoccleve, assim como outros intelectuais da época, fazia grande crítica ao movimento. Por isso, seria possível que o mesmo associasse os lollardos como indivíduos que receberam o ensinamento justo, mas o recusaram.

O autor também não hesita ao afirmar que a origem da virtude da justiça possui origem divina. Ela é: *Justice is of the kynde and the nature/ Of God, and he hath maad it and ordeyned/ On remes and on every creature.*<sup>292</sup> Da mesma forma ao discutir a virtude da piedade régia o autor aponta que o Senhor Deus é seu autor: *“But our lord God, of pitee the auctour”*<sup>293</sup> No espelho de príncipe de Thomas Hoccleve o poeta aponta que a ação do rei como juiz é afirmada na sua coroação, ele é por conveniência um juiz feito por Deus.

*A kyng is maad to keepen and maynteene  
Justice, for shee makith obeissant (...)  
A kyng is by covenant  
Of ooth maad in his coronacioun  
Bownde to justices sauvacioun.*<sup>294</sup>

A manutenção da justiça e outras virtudes se encontra na lei de Cristo, que segundo Hoccleve é a própria justiça. O rei por ser feito para manter a justiça agiria como

---

<sup>290</sup> BJ. Pr. 20: 8.

<sup>291</sup> HOCCLAVE, *Op. Cit.*, Linhas 2493-2499

<sup>292</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Linhas 2507-2509: “A justiça é algo da natureza de Deus/ E por ele feita e ordenada/ Nos reinos e a toda criatura”. **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>293</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Linha 3025: “Mas nosso senhor Deus, autor da piedade” **(Tradução Livre do Autor)**.

<sup>294</sup> HOCCLAVE. *Ibidem*, Linhas 2514-2520: “Um rei é feito para manter a justiça/ e a ela fazer reverência/. (...) O rei é por convênio/ No juramento feito em sua coroação/ Pronto para estar em meio aos juízes da salvação.” **(Tradução Livre do Autor)**.

Deus na terra. E sua manutenção se relaciona também com a escolha dos ministros por parte da monarquia.

Contemplando esta ideia a própria importância da Castidade apresentada pelo autor possui relação com os ensinamentos bíblicos e dos santos. Em nenhum momento Hoccleve diz que o rei deve se abster completamente de relações sexuais, mas sim evitar a fornicação, algo interessante de se observar, pois segundo as prerrogativas dos reis, eles têm por base principal manter a continuidade dinástica. O poeta então defende muito mais uma pureza da alma. O rei que se mantém casto, assim, possui relações diretas com Deus, mantendo o reino celeste na terra longe das adversidades do mal.

*The Scripture seith, no fonicatour  
The regne of Cryst and God shal enherite;  
It seith eek that him and the advoutour  
God deeme shal; He can hir labour qwyte.*<sup>295</sup>

Esta consideração de Thomas Hoccleve se enquadra com o que está escrito no livro de Efésios.

*Tornai-vos pois, imitadores de Deus, (...) Fornicação e qualquer impureza ou avareza nem sequer se nomeiem entre vós, como convém a santos. Nem ditos indecentes, picantes ou maliciosos, que não convêm, mas antes ações de graças. Pois é bom que saibais que nenhum fornicário ou impuro ou avarento – que é idólatra – têm herança no Reino de Cristo e de Deus. Ninguém vos engane com palavras vans, porque por essas coisas vem a ira de Deus sobre aqueles que a ele resistem.*<sup>296</sup>

Inicialmente parece estranho a nossos olhos a defesa de Hoccleve em relação a virtude da Castidade, no entanto, vejamos um exemplo citado pelo autor que exemplifica suas considerações. O poeta aponta uma história de Cipião Africano (general e cônsul durante a República Romana), reproduzida por Tito Lívio e que se propagou em outros textos. Quando o mesmo teria cerca de vinte e quatro anos de idade e já possuía poder e “masculinidade”. Teria recebido uma empregada, detentora de uma grande beleza,

<sup>295</sup> HOCCLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. p. 147. *De castitate*, Linhas 3669-3672. “A escritura diz, não fornicais/ O reino de Cristo e Deus lhes foi herdado/ E disse também que o adúltero/ Deus condenará; Ele pagará com seu trabalho” (Tradução Livre do Autor).

<sup>296</sup> BJ. Ef. 5: 1-6.

“*Moost excellent that men mighte owhere see*”.<sup>297</sup> Nesta narrativa, Cipião teria adquirido interesse nesta mulher, observando sua beleza, multiplicando-se em sua mente pensamentos tempestuosos. Perguntou, então, se esta mulher era casada, quando a mesma afirma que era noiva de um jovem comandante dos celtiberos. Percebendo que a mulher era “inviolada”, respeitou sua pureza e teria entregue a donzela para seu noivo, também como sinal de gratidão pelos diversos donativos de seus pais. Logo depois, Cipião teria conquistado o respeito dos povos por ele conquistados, pelo respeito a pureza da donzela.

Thomas Hoccleve recupera esta antiga narrativa e defende que a castidade régia, não se tratava de total abstenção sexual por parte do rei, afinal, era uma das principais prerrogativas régias a manutenção da continuidade dinástica. Ao se manter casto, o rei teria atos de “fornicação” apenas com sua esposa, com a intenção de procriar. Deveria também respeitar as mulheres e assim manter o exemplo de Cristo. A castidade era essencial também para consolidar os projetos monárquicos. Cipião Africano conseguiu o respeito de seus subordinados por ter mantido a pureza da donzela. O mesmo deveria ocorrer, segundo este modo de interpretação, em relação ao rei. A castidade significava a manutenção da justiça no reino e consequente bem-estar do povo.

Três virtudes ocupam um espaço privilegiado na narrativa de Thomas Hoccleve: a justiça, piedade e castidade. Ao mesmo tempo, tais foram presentes na produção de memória de Henrique V. A justificativa feita pela realeza e por seus apoiadores com respeito a Batalha de Agincourt, além da luta contra os heréticos, foi de uma luta pela manutenção da justiça. No caso da batalha, a luta é pela “manutenção da justiça”, contra a “injustiça” praticada pelos franceses. Soma-se a isto também um discurso de alteridade, que deslegitima o outro e suas ações. Já no século XVI, quando a imagem de Henrique V fora reproduzida, inclusive em outras obras que também eram de caráter pedagógico, as fontes defendiam Henrique V como um soberano “justo”, “casto” e “humilde”. Do mesmo modo, Juliet Barker analisou um discurso feito pelo Bispo de Courteney, amigo próximo de Henrique V, que afirmava a preservação da castidade do rei após sua coroação.<sup>298</sup> Com relação a piedade do monarca, logo após assumir o trono em 1413, o rei concedeu perdão ao filho de Henry Percy, que foi morto na batalha de Shrewsbury, entre outros herdeiros de nobres que conspiraram contra o reinado de Henrique IV.

---

<sup>297</sup> HOCCLEVE. *Op. Cit.*, Linha 3682. “Mais excelente que os homens possam ver em qualquer lugar.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>298</sup> BARKER. *Op. Cit.*, 69.

*The king took pity on young Henry Percy, who, after the death of his father, killed in battle at Shrewsbury when his son was still a little boy, had been taken to Scotland by his grandfather, Henry Percy, earl of Northumberland. The king gave orders to his kinsmen that he was troubling them for the lad's recall, as he had not only decided to honour him by recalling him from Scotland, but also to raise him to the position of earl of Northumberland.*<sup>299</sup>

Das medidas que Henrique V teve para com os filhos de conspiradores, o rei teria incorporado muitos em meio a vida militar. Outra ação, o mesmo ofereceria um ramo de oliveira na forma de perdão irrestrito a todos os crimes, rebeliões e traições cometidos durante o reinado de Henrique IV, a qualquer um que pedisse.

Tais virtudes de Henrique V, na tradição teriam origens a partir de sua sagração, cuja transformação ocorreu após a unção. Narrativa similar a tradição bíblica, mas recuperada pelos autores do período para consolidar uma imagem virtuosa de Henrique V. Salientando sua devoção e a íntima relação entre a imagem do rei e o povo.

---

<sup>299</sup> WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 397. "O rei teve piedade do jovem Henry Percy, que, após a morte de seu pai, morto em batalha em Shrewsbury, quando seu filho ainda era um menino, foi levado para a Escócia por seu avô, Henry Percy, conde de Northumberland. O rei deu ordens a seus parentes que ele estava preocupando-os pelo recall do rapaz, pois ele não só decidiu honrá-lo, lembrando-o da Escócia, mas também para levá-lo ao cargo de conde de Northumberland." (Tradução Livre do Autor)

## CAPÍTULO 4

### *HENRIQUE V – PASSADO, PRESENTE E FUTURO*

---

---

Em diversos momentos deste trabalho, citamos constantemente o quão o passado foi importante para legitimar ideias, costumes, reis, formas de agir. Citamos também que este tempo histórico foi essencial na construção da imagem de Henrique V, tornando-o uma figura que se projetava não só no presente, mas ele também se tornou passado e futuro. Resta-nos agora sintetizar essas questões, e perceber nas fontes do século XV, com maior clareza, os instrumentos de construção da imagem do rei e assimilar a relação entre esses três tempos históricos.

A relação entre passado e presente inicialmente parece ser apresentada com maior clareza nas fontes, no momento em que os cronistas contemporâneos a Henrique V constroem sua imagem de rei virtuoso e relacionam com a imagem do próprio reino. Adam de Usk e Thomas Walsingham tomaram como base diversas lendas e relatos, principalmente bíblicos e hagiográficos nesse processo. A Bíblia foi essencial para legitimar o confronto militar em Agincourt em 1415, tornou-se comum também, mesmo que indiretamente, nas batalhas futuras, entre 1417 e 1419. Essas ideias transformavam a Inglaterra numa espécie de Israel escolhida por Deus para vitórias, questões que serão apresentadas à diante. Os santos também, acima de tudo, aqueles que possuíam relação particular com a monarquia e o reino, como o Confessor, São Jorge e Thomas Becket. Mas não podemos também esquecer da importância da Virgem nesses trabalhos. Todos esses elementos culminados formularam uma imagem devocional e guerreira de Henrique V, mas também delineavam uma imagem providencialista da realeza, no qual o rei tornou-se uma figura essencial e indispensável para alcançar os propósitos do *Reino*.

Mesmo a imagem de outros reis ingleses foi importante para construir a imagem de Henrique V. Ou ao menos formatar uma lembrança de grandes reis ingleses, no qual



nosso monarca estudado se insere. É o caso de Eduardo III, que iniciou a Guerra dos Cem Anos, é visto junto com Henrique como um grande conquistador, devoto e providencialista. É natural também que a imagem de Henrique V nos mostre uma preponderância dos aspectos guerreiros. Isto se dá pelo próprio contexto inglês, em que batalhas contra as revoltas camponesas e aristocráticas ocorriam, junto com o embate para neutralizar movimentos heréticos, além de campanhas militares na França e a futura guerra entre os Lancaster e York.

E é nesse futuro de embates entre duas casas reais que a imagem de Henrique V foi reproduzida, talvez para afirmar um ideal de realeza num contexto de dificuldades. Quando John Capgrave escreve para Henrique VI na metade do século XV as virtudes de diversos Henriques, ele além de produzir memória, instigava um rei que era visto pela aristocracia e hoje pela própria historiografia como “fraco”, a seguir virtudes de grandes homens, dentre quais se encontrava seu pai, Henrique V. A virtude do rei estava presente também no nome. Significava o pastoreio das ovelhas, e sendo assim o monarca era um guia de seu povo para a glória, representava também a fonte de sabedoria e virtude. Não é estranho que talvez os cronistas da Baixa Idade Média inglesa associassem a figura dos reis com Cristo, sendo ele por excelência na tradição cristã um pastor, messias e fonte de vida e sabedoria.

É por isso também que podemos dizer que Henrique V era passado e futuro. No momento após sua morte em 1422, foram vários os autores que reproduziram sua imagem. Ela foi importante para continuar fomentando uma representação da monarquia como necessária. E ele era futuro, pois mesmo anos depois sua imagem continuou sendo reproduzida, como no caso de Shakespeare na peça teatral *Henry V*, escrita no fim do século XVI. Shakespeare, aliás, que teria utilizado provavelmente parte da tradição cronística como referências para sua escrita, ou talvez elementos de uma tradição oral, foi responsável por consolidar a figura do rei. Muito do que a própria sociedade inglesa nos dias contemporâneos tem de conhecimento a respeito de Henrique V é resultado da escrita de Shakespeare, que por sua vez é herança das crônicas do século XV. É válido recuperar a observação do historiador Christopher Allmand, já citada antes, em que a imagem de Henrique V é paradoxal na historiografia, vista por uns, como grande rei e por outros como um monarca egoísta. Todavia, não podemos negar, ao menos na memória social, a preponderância da primeira imagem, resultado de uma herança em longa duração.

Estava em curso no século XV a construção da identidade inglesa com base na imagem dos reis. Identidade esta, que é claro, com certas transformações, englobavam noções de pertencimento, língua, soberania, etnia, que permanecem até hoje na Inglaterra do século XXI. Não é estranho perceber em polos políticos britânicos, como no Parlamento, a manutenção de estátuas de “grandes monarcas britânicos”, no qual lá podemos ver uma de Henrique V.

Para tanto, a fim de compreender como a imagem de Henrique V foi construída através de elementos do passado, teremos como base compreender principalmente a importância das narrativas bíblicas e as tradições antigas, consagradas inclusive na coroação dos reis. Destacaremos a importância dos santos, que citados constantemente, transformam as ações régias e a própria escrita como elemento sagrado. Por fim, há de se pensar na relação entre as narrativas que possuem maior destaque nos escritos sobre Henrique V, como foi o caso da memória de Agincourt e outras campanhas militares. Todos esses elementos aglutinados permitem também construir uma imagem do *Reino*.

#### **4.1. AS NARRATIVAS BÍBLICAS**

O ano de 1413, poderíamos dizer, marcou uma virada, mesmo que momentânea nos rumos da Inglaterra no século XV. Após treze anos de extrema instabilidade política, que causou também dificuldades econômicas no reino, provocadas por revoltas e levantes aristocráticos, um novo rei ascendia o trono. Embora Henrique V nos últimos anos de Henrique IV, assumindo um papel de quase regência, já possuía poder sobre as decisões do reino, para os cronistas da época sua ascensão ao trono representava o início de um novo futuro, e a esperança de que o reino seguiria um caminho mais tranquilo, ou ao menos, um caminho para a glória prometida por Deus. Não tardou para que os intelectuais da época utilizassem de representações simbólicas para marcar a ascensão de Henrique V ao trono.

O ritual da sagração de Henrique V na narrativa é completa de diversos mitos e lendas que compunham toda uma liturgia régia e também englobavam tradições antigas do cristianismo e assim como da própria Inglaterra. Marc Bloch como já foi antes

apresentado no primeiro capítulo, foi um dos pioneiros a estudar a sagração dos ingleses e suas características sacralizadoras na monarquia. Porém, mesmo Bloch mostra que há um conjunto de outros elementos que auxiliam na compreensão do evento. No caso dos reis ingleses as tradições bíblicas compunham não só parte do ritual como também serviam de comparações entre personagens bíblicos e ingleses do século XV. A bíblia não era apenas um texto moralístico e que servia como base para o pensamento cristão medieval. Era também um elemento do passado, não importava, aliás, se as histórias presentes eram ou não verdadeiras, elas eram vistas como verdades e assim estruturavam inclusive o presente.

A bíblia influenciou todo o processo de construção da imagem de Henrique V, de sua sagração até o momento de sua morte. No entanto, neste tópico, pensamos ser importante nos dedicarmos sobretudo a dois pontos: a coroação do rei e sua luta contra os lollardos, e apresentar as bases para entender a própria relação entre a imagem do rei e a imagem dos reis bíblicos. Comparar Henrique V e seus atos ao texto bíblico, materializava no presente as promessas de Deus, tanto procuradas pelos homens medievais. Garantiam não só sua materialização, como ainda permitia sua permanência na memória social. É através, por exemplo, do ritual de coroação do rei que vemos as primeiras referências dos autores com base em três polos: o dia da semana, a unção e a transformação do rei. Todas com referências a relatos bíblico-sagrados. Discutiremos cada um desses três pontos isoladamente. Mas não pararemos aqui, logo depois iremos relacionar com a questão do lollardismo, que também possui relação com narrativas bíblicas, expressas pelas funções régias e o combate do rei contra a heresia. De todo modo, podemos observar na tabela abaixo as principais narrativas bíblicas que encontramos em torno de Henrique V nas crônicas, que englobam não apenas a sagração e o lollardismo, mas também o discurso simbólico em torno das campanhas de Henrique V para a França em 1415.

Tabela II – Principais narrativas bíblicas em torno de Henrique V

<b>Narrativas</b>	<b>Referência Bíblica</b>	<b>Fontes</b>
Transformação de Henrique V em outro homem após sua sagração em 1413.	Transformação de Saul após sua unção pelo profeta Samuel. (1 Sm. 10: 6-9)	<i>The Chronica Maiora</i> – p. 389. <i>The Chronicles of England</i> – p. 333.
Henrique V lutando contra os lollardistas separa o joio do trigo.	Parábola do Joio. (Mt. 13: 24)	<i>The Book of Illustrious Henries</i> – p. 128.
Henrique V solicita a paz em Harfleur e não conquistada declara a guerra.	Sobre a conquista de cidades. (Dt. 20:10)	<i>Chronicon Adae de Usk</i> – p. 331 <i>The Chronica Maiora</i> – p. 406 <i>The Book of Illustrious Henries</i> – pp. 131-132 <i>The Chronicles of England</i> – p. 310.
Discurso de Henrique V no campo de Agincourt a seus soldados, pedindo auxílio divino.	Discurso sobre a guerra e os soldados. (Dt. 20:1)	<i>An English Chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI</i> – p. 41.
A Inglaterra e Henrique V na Batalha de Agincourt, com exército menor que os franceses, são comparados a narrativa de Davi e o gigante Golias. O reino inglês é comparado a Israel.	Narrativa sobre a luta dos Fileisteus e Israelenses. (1 Sm. 17)	<i>An English Chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI</i> – p. 41.

A sagração de Henrique V possui um conjunto de elementos mítico-sagrados. Embora não haja a disposição dos historiadores um documento que fosse um relato oficial, ou talvez uma ata do dia de sua coroação. As narrativas sobre o evento encontram-se espalhadas em diversas fontes, de categorias distintas: crônicas, biografias, como também em contos. São simples relatos, sem grandes explicações. Adam de Usk, por exemplo, dedica apenas dois parágrafos curtos para relatar o evento. Já Thomas Walsingham, que possui o maior relato dentre nossos cronistas analisados, tem também dois parágrafos de médio comprimento, não ultrapassando uma página. John Capgrave em suas duas obras *The Book of Illustrious Henries* e *The Chronicles of England*, dedica apenas um parágrafo para narrar a coroação do rei. Através desta ausência poderíamos deduzir uma questão, já apontada antes pelo historiador Michael Prestwich. O ritual da coroação, embora dotasse o rei de autoridade espiritual e religiosa, não significava que era a partir desse momento que ele era sagrado. John Capgrave, mesmo em sua primeira crônica sobre os reis Henriques, afirma que o primeiro dia de Henrique V ao trono era festa de São Bento, por esta razão ele foi agraciado com as bênçãos do santo, desde que ele mantivesse lei e o poder da Igreja no reino.

*The first whole day of his reign was the feast of S. Benedict, that we may understand him to be blessed (benedictum) in all his works, inasmuch as he loved God, honoured the Church, and stedfastly observed the paths of justice.*<sup>300</sup>

Quando o autor insere essa narrativa ele afirma as ações do rei como sagradas, recuperando a ação de um santo um tanto importante para o cristianismo medieval, desde o primeiro dia do seu reinado. Isto porque a coroa, objeto simbólico e material, assim como o trono eram a representação na terra da coroa e do trono celeste. No entanto, isto não desqualifica a importância do rito. Embora as narrativas sobre a sagração de Henrique V e também de outros monarcas ingleses, possuam relatos curtos, poderíamos hipotetizar vários pontos, pois o essencial do cerimonial era a tradição. O primeiro elemento é o domingo, tradição no ritual dos monarcas da época. Desde os últimos reis anglo-saxões já era possível perceber que em muitos casos alguns desses monarcas eram ungidos no

---

<sup>300</sup> CAPGRAVE. *The Book of ...* Op. Cit., p. 125. “O primeiro dia de seu reinado foi a festa de São Bento, que podemos entender que foi abençoado (*benedictum*) em todas as suas obras, enquanto ele amasse ao senhor, honrasse a Igreja e firmemente absorvesse a paz e justiça.” (Tradução Livre do Autor)

domingo. Com a ascensão dos reis normandos e plantagenetas essa relação ficou cada vez mais clara. Inicialmente William I não fora ungido num domingo, mas no Natal de 1066. Anos mais tarde os futuros reis foram ungidos no primeiro dia da semana. Quando a coroação, por uma razão ou outra, não pudesse ser feita neste dia, outras datas do calendário cristão eram lembradas para tal: poderia ser o Natal, Páscoa, dia de santos, etc. O segundo caso se relaciona com o casamento. O próprio William I que foi coroado no Natal teve seu casamento com Matilde de Flandres no domingo de 1068.

O caso de Henrique V vê as três questões. Foi ungido rei no domingo de 9 de abril de 1413. Era também Páscoa. E muitos anos depois teve seu casamento com Catarina de Valois em um domingo de 1420. A sacralidade do domingo encontra suas origens no texto bíblico, principalmente no novo testamento. É num domingo após a coroação que o livro de João afirma que Maria Madalena se direcionou ao sepulcro e percebe ausente o corpo de Cristo. Neste mesmo dia, o momento da ressurreição, Jesus aparece a sua seguidora, como para seus discípulos.<sup>301</sup> Além da representação deste dia, há também passagens na tradição neotestamentária que confirmam que o domingo ganha lentamente importância para os cristãos. No livro de Atos, Paulo se dirige a Trôade, lá prega e faz a fração do pão em um domingo.<sup>302</sup> Ainda num domingo ele se direciona para uma Igreja em Corinto, recomendando o recolhimento de ofertas.<sup>303</sup>

A sacralidade do domingo passa também pela própria etimologia do nome do dia. Em português, como também nas outras línguas latinas, a herança vem do latim *Dominus dei*, significando “dia do Senhor”. Mesmo na língua inglesa que não possui nos dias da semana referências cristãs (*Sunday* – oriundo de *Sun day* – *dia do sol*). Devemos pensar que lá, sendo um reino cristão, as representações sagradas do dia não foram perdidas pelo simples nome. O próprio dia também é apresentado pelo autor de *God save the king and keep the crown* como um “*dia santo*”.

Quando os cronistas do século XV recuperam esses elementos da tradição, de uma monarquia ungida num dia sagrado, eles associam as bênçãos adquiridas por um reinado à sacralidade de sua coroação. O caso de Henrique V é também significativo. Na sagração, criou-se uma ideia de que o mesmo foi transformado em um novo homem após a unção. Discutiremos este ponto adiante, pois ele também possui alusões bíblicas.

---

<sup>301</sup> BJ. Jo 20,1 e 20,19.

<sup>302</sup> BJ. At 20,7

<sup>303</sup> BJ. 1 Co 16,2

Entretanto, devemos pensar que a páscoa significa “ressureição”, e o batismo na tradição cristã, que possui como correspondência uma unção sagrada do espírito santo sobre os homens, e também a ressurreição da alma, quando o rei fora ungido e transformado, sua alma fora também ressuscitada, no qual seus atos passam assim a representar as virtudes de Deus. Essa concepção entre tradição e o texto bíblico se relaciona com nossa hipótese e problema de pesquisa. Esse passado bíblico da ressurreição de Cristo e a sacralidade do domingo por ser o “dia do Senhor” se fazia presente na ressurreição da alma do monarca. Contribui também para fomentar discursos identitários, pois segundo Thomas Walsingham, todos os homens do reino inglês deveriam observar e copiar as variadas virtudes de Henrique V.<sup>304</sup>

E essa própria ideia de transformação e ressurreição da alma do rei possui íntimas relações com o ato da unção em si. Já citamos que Henrique V teria sido ungido com a relíquia de Thomas Becket. Mas também, há poucos indícios de que o mesmo de fato tenha ocorrido, podendo assim o historiador reclamar a importância da tradição. Seria extremamente difícil se não tivéssemos acesso a biografia do rei escrita pelo *pseudo-Elmham*, que aponta a unção do rei pela relíquia, dizendo: “*unccione coelica, per manus beatae virginis quondam Sancto Thomae Cantuariensi tradita.*”<sup>305</sup> E a recuperação deste discurso por parte dos autores reafirma também a influência da Virgem na unção e consolidação do culto mariano na monarquia.

Devemos pensar também na própria questão da narrativa da transformação do monarca. E assim levar em consideração a forma como os autores medievais encadeiam as narrativas bíblicas sobre o rei. Quando a monarquia integra a questão do domingo como um dia importante no costume da coroação dos reis, ela utiliza um elemento de importância da tradição cristã, que tem como base o Novo Testamento. Toda a relação criada se equipara à vida de Cristo, os apóstolos e também a ação da Virgem que passou no medievo a ser chamada de “mãe de Deus”. Já para apresentar as virtudes do monarca, principalmente aquelas relacionadas à justiça e também para salientar a importância da unção em si, os pensadores da Baixa Idade Média inglesa utilizam referências do Antigo Testamento. É o caso da transformação de Henrique, apontada por vários cronistas: desde

---

<sup>304</sup> C.f. WALGINGHAM, *Op. Cit.*, p. 390.

<sup>305</sup> ELMHAM. *Op. Cit.*, p. 21 – fol. 7<sup>a</sup>. “Entregue pelas mãos da Santíssima Virgem a Thomas da Cantuária.” (Tradução Livre do Autor)

Thomas Walsingham até John Capgrave. Citaremos, no entanto, a narrativa do segundo autor:

*In the yere of the world 6611, and of oure lord Jesu 1413, was Herry the V corowned at Westminster of Passion Sunday. And aftir his coronacion he was evene turned onto anothir man and alle his mociones inclined to vertu.*<sup>306</sup>

Em nossas fontes de análise, não encontramos qualquer referência aos atos, diríamos “mundanos” de Henrique V quando o mesmo ainda era príncipe. Nas narrativas de Henrique IV a atuação daquele aparece apenas em batalhas dentro do reino, principalmente em Gales e em diálogos com seu pai. Nem mesmo historiadores como Christopher Allmand, que se dedicou a um estudo da vida do rei, encontrou tais referências sobre sua vida pessoal antes de ser coroado. O discurso da transformação de Henrique V foi aplicado continuamente nas crônicas. E incidências desse relato foram mais tarde repetidas por William Shakespeare ao narrar a vida do monarca.

*CANTUÁRIA: O rei é bem-intencionado e cheio de boas qualidades.*

*ELY: E sincero admirador da nossa santa Igreja.*

*CANTURÁRIA: Não prometiam isso as estroinices de sua mocidade. Só parece que ao exalar seu pai o último alento, sua selvageria também nele viesse a morrer. Sim, nesse mesmo instante veio-lhe a reflexão, tal como um anjo que Adão, o pecador, dele expulsasse, transformando-lhe o corpo em paraíso reservado aos espíritos celestes.*

*Nunca um sábio se fez tão improviso, nunca a reforma veio numa enchente assim tão forte, para, em seu decurso, varrer tantos defeitos; nunca fora vencida a teima de cabeças de Hidra com tanta felicidade, como vimos com esse rei.*<sup>307</sup>

Antes inescrupuloso, agora um homem novo com a alma entregue aos espíritos celestes. A narrativa da transformação da alma do rei após a unção se manteve viva numa

---

<sup>306</sup> CAPGRAVE. *The Chronicles of England* ... Op. Cit., p. 333. “No ano do mundo 6611, e de nosso senhor Jesus 1413, foi Henrique o V coroado em Westminster no Domingo da Paixão. E após sua coroação ele foi transformado em outro homem e todas as suas ações inclinadas às virtudes.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>307</sup> SHAKESPEARE, Willian. *Henrique V*. p. 218. Disponível em: [shakespearebrasileiro.org](http://shakespearebrasileiro.org). Acesso em setembro de 2014.



perspectiva de longa duração, desde as crônicas de autores contemporâneos ao rei, ou até mesmo outros como John Capgrave, assim como na vasta produção de memória que culminou na obra teatral de Shakespeare no século XVI. Esta narrativa tem íntimas ligações com uma identidade de reino que se produziu ao longo da Baixa Idade Média, assim como nos chamados “tempos modernos”, apresentando Henrique como um monarca exemplar, cuja representação de sua imagem, ou melhor, a memória em torno de sua figura se manteve viva na longa duração. É importante ter em mente que Shakespeare era um grande formador de memória. Muito do que se pensa de Henrique V até hoje – sua figura como herói dos ingleses que lutou contra o povo inimigo e os infiéis heréticos – estão presentes na narrativa teatral do autor. A base de Shakespeare teria sido provavelmente a herança cronística que se manteve dos séculos XV-XVI ou até mesmo a tradição oral.

A imagem do rei transformado após a unção parece associa-lo à figura de outro monarca do Antigo Testamento que ganhou destaque nas narrativas de Samuel: Saul. Embora não haja na fonte de Capgrave uma referência direta a transformação de Saul após a unção, o texto cronístico parece manter íntimas relações com a tradição bíblica.

*Então o espírito de Iahweh virá sobre ti, e entrarás em transe com eles e te transformarás em outro homem.*

*Assim que voltou as costas para deixar Samuel, Deus lhe mudou o coração, e todos esses sinais se verificaram naquele mesmo dia.<sup>308</sup>*

Sinais, elementos importantes após a unção de Saul, independente dos erros que esse rei tenha feito e que geraram o rompimento dele com Deus como é apresentado na tradição bíblica, enquanto esse foi fiel ao Senhor, ele junto ao rei sempre esteve e tais sinais foram percebidos, sobretudo em batalhas contra os filisteus. Retornando à representação de Henrique V no século XV, os sinais, isto é, o simbólico teve sua manifestação em todos os momentos no que tange sua sagração e vistos após a transformação do rei. A mudança da alma de Henrique fomentou na produção cronística

---

<sup>308</sup> BJ.1 Sm 10, 6-9.

e biográfica um conjunto de imagens, tendo destaque a extrema devoção e suas atitudes guerreiras que se complementam com a primeira.

Porém outras virtudes teriam sido associadas à imagem do rei e preservada nas fontes até épocas posteriores, sobretudo a noção de “castidade” de Henrique V. Segundo as observações do historiador Peter Herman no livro *Tudor Political Culture*<sup>309</sup> no século XVI um tratado sobre a vida de Henrique V escrito por um autor ainda desconhecido afirma que das virtudes praticadas por Henrique, a castidade, justiça e humildade foram as principais. Segundo o autor, tais virtudes foram expostas nos espelhos de príncipes da época para Henrique VIII, que afirmavam o modelo de Henrique V como o melhor a ser seguido.<sup>310</sup>

Uma questão deve ser levantada, tomando como base a transformação da alma de Henrique V expressa na fonte, como isso foi possível levando em consideração o imaginário medieval? Para responder essa pergunta torna-se necessário compreender a questão do paradigma do corpo e alma no Ocidente Medieval. A alma é aprisionada ao corpo, a carne é um espaço onde os poderes malignos do diabo podem agir a qualquer momento, por esta razão o homem medieval está em constante luta contra os desejos carnisais. “A salvação do cristão passa, por conseguinte, pela salvação do corpo e da alma ao mesmo tempo”.<sup>311</sup> A sacralidade dos homens no Ocidente Medieval, é expressa pelo contato do corpo com o espiritual. Por isso a constante narrativa de santos que os corpos exalavam cheiros especiais ou como no caso de Eduardo o confessor, o receptáculo da alma manteve-se longe da putrefação após sua morte, garantindo sua santidade. A sacralidade do corpo será exposta também pelos gestos que possuem uma importância tremenda na sociedade medieval: os gestos do sagrado, que são apresentados pelo corpo, mas com a ação da alma.

A transformação da alma de Henrique V possibilitou apagar as selvagerias carnisais por ele cometidas antes da sagração. Neste sentido a unção ganha um caráter de extremo simbolismo. O óleo de Thomas Becket ou ainda o óleo da Virgem com cunho sacramental transformou a alma de um homem inescrupuloso, seu espírito mudado foi maior que seu corpo e por ele se observou a transformação do rei em outro homem. A

---

<sup>309</sup> HERMAN, Peter C. ‘O, tils a gallant king’ : Shakeapeare’s Henry V and the crisis of the 1590s. In: HOAK, Dale (Org.). *Tudor Political Culture*. Cambridge University Press, 2002.

<sup>310</sup> HERMAN. *Ibidem*. p. 220.

<sup>311</sup> LE GOFF. *O maravilhoso...* Op. Cit. p. 54.

narrativa da transformação permite observar como a coroação vai, de formas diversas, garantir uma sacralidade à figura de Henrique V, mas também como o passado bíblico é reproduzido para construir a imagem régia. Seu corpo agora não é espaço da selvageria, mas sim um local de manifestação do sagrado através dos gestos, a devoção, virtudes de justiça, castidade, etc.

E por ser um rei de inúmeras virtudes, é que Henrique V lutou contra os hereges do lollardismo. E a referência bíblica a tal questão aparece com mais clareza nas fontes posteriores a vida do rei. As primeiras ameaças do lollardismo aparecem já no primeiro ano de reinado de Henrique V. Vejamos a inteira narrativa sobre a heresia na época do nosso rei estudado, apresentada por John Capgrave. A preocupação com a ordem, como citamos no capítulo um, fez com que os membros do clero instituíssem comissões, junto da realeza para controlar o avanço da heresia. Sir John Oldcastle foi interrogado por um concílio de bispos em Londres naquela época, defendendo-se, segundo os próprios cronistas, de forma ousada.<sup>312</sup> Logo depois Capgrave afirma que o futuro de Oldcastle ficou, entretanto, nas mãos do rei que mantinha sua amizade com o mesmo, devido sua participação em batalhas que auxiliaram à monarquia. Henrique V teria tido misericórdia com Oldcastle, salvando sua vida, mas o mantendo em guarda na Torre de Londres.<sup>313</sup> Mesmo com a piedade do monarca, já próximo da festa da Epifania em 1414, John Oldcastle teria se soltado e iniciado suas conspirações para atacar a vida de Henrique V.<sup>314</sup>

O líder do lollardismo com seus seguidores, a fim de executar os seus planos teriam buscado amadurecer a ideia de matar o rei, reunindo-se no campo de Santo Egídio, próximo a Londres. As tramas dos heréticos teriam sido descobertas, segundo Capgrave, por “vontade de Deus”, e o rei reuniu seus homens para o campo de batalha. Já em ação, diversos seguidores do lollardismo teriam morrido, mas segundo os apontamentos de John Capgrave, John Oldcastle teria fugido e apenas mais tarde capturado e penalizado, mas não morto. Os resultados seriam estes: Henrique V ordenou procissões no reino inteiro e sua ação foi associada com o texto bíblico, vejamos:

---

<sup>312</sup> C.f. CAPGRAVE. *The Book of ...* Op. Cit. p. 127.

<sup>313</sup> C.f. CAPGRAVE. *Idem*, p. 127.

<sup>314</sup> C.f. CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 128

*After these events, the king commanded litanies to be performed and processions to be made throughout the kingdom, saying that it was well pleasing and grateful to God for thanks to be given to the Most High Sower after the destruction of so great a crop of evil, and the cutting off of the vilest tares from the good grain.<sup>315</sup>*

A clara relação com a parábola do joio e do trigo apresentada por Cristo no novo testamento,<sup>316</sup> utilizada pelo autor, junto com uma procissão comandada pelo rei para assim comemorar a vitória contra os “infiéis”, nos aponta duas questões. A primeira é a própria associação do povo inglês como devoto da verdadeira fé. Quando o cronista diz que o rei separou o joio e o trigo, ele afirma que o mal teria tentado profanar contra os bons atos de um povo justo. A segunda questão é a própria relação entre realeza e Igreja. Sendo a principal ação da monarquia defender a fé cristã, inclusive daqueles que de dentro da Cristandade atentam contra ela, o monarca torna-se um protetor e “verdadeiro príncipe cristão”. Há também de se pensar um conjunto de esforços que partiriam da própria monarquia para amplificar em toda a Inglaterra essa imagem. Se tais procissões, como salientadas por Capgrave, foram solicitadas por Henrique, era um ato de propagação de sua imagem devocional. Também representava as tentativas de legitimação, pois quando o monarca suprime a primeira revolta lollarda em 1414, os Lancaster ainda precisavam recorrer a um conjunto de discursos para se manter ao trono.

John Capgrave também diz que Oldcastle ainda não tinha cessado. Já nos fins de 1416 e início de 1417 já era possível ver novas tentativas dos lollardos em “atentar contra a ordem”. Agincourt já tinha ocorrido, Henrique V agora dedicava-se à preparação para outras campanhas na França, quando antes ele captura outro líder Henry Greyndore,<sup>317</sup> morto pela “espada santa do rei”.<sup>318</sup> Logo depois, por fim Oldcastle foi capturado e morto pelo rei. Capgrave se diz contra a mortes, no entanto, tendo em vista as ações “errôneas” de Sir John Oldcastle, ele diz: *“For their sakes into whose hands these writings may come*

---

<sup>315</sup> CAPGRAVE. *Ibidem.*, p. 128. “Depois destes acontecimentos o rei ordenou que fossem realizadas procissões por todo o reino, afirmando ser amável e agradecido a Deus por todas as graças dadas pelo Altíssimo Semeador, depois da destruição de tão grande colheita do mal e do corte do joio para livrar os bons grãos.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>316</sup> BJ. Mt. 13: 24.

<sup>317</sup> C.f. CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 140.

<sup>318</sup> C.f. CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 141.

*I will declare some of his errors to posterity, that they may not think he was put to so shameful a death except for a just cause.*<sup>319</sup>

Todas as narrativas bíblicas presentes diretamente ou indiretamente nos relatos sobre o reinado de Henrique V, em vários cronistas, aparecem relatados de formas diferenciadas e não apenas nas histórias de sua sagração e combate ao lollardismo. Analogias eram feitas também para marcar o ato do rei contra os franceses, que veremos adiante.

#### 4.2. A MEMÓRIA DE AGINCOURT

Compreender uma batalha ou uma guerra no período da Idade Média traz ao historiador múltiplas problemáticas. Primeiro pelo fato do período que conhecemos por *medievo* ser um momento longo da História, que se estende do século V ao XV, e por consequência os sentidos e significados de um evento militar se transformam de acordo com o tempo e o espaço. Analisar uma batalha ou guerra no final da Idade Média é compreender os elementos contextuais que levam a mesma, os sentimentos políticos e sociais, as influências econômicas e culturais. É também assimilar as táticas e técnicas militares e suas diferenciações no tempo-espaço. Compreender um evento militar no final do *medievo* é ainda analisar os envolvidos e os resultados, as perdas e vitórias, os vencedores e os vencidos.

Se estendermos nossas interpretações, será possível perceber que a história dos eventos militares no *medievo* carrega fortes componentes de um “discurso” presentes em crônicas, festas, cerimoniais, dotados de caráter simbólico, que aglutinam fundamentos do imaginário e de uma sacralidade cristã. As batalhas carregam consigo, ainda, fortes elementos identitários dos reinos, principados, ou ainda segundo muitos historiadores, dos *Estados* que estão em processo de constituição. Os discursos produzidos, dos vencedores e dos vencidos, se enchem de representações e de memórias que conjugam a

---

<sup>319</sup> CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 141. “Por causa deles, cujas as mãos destes escritos podem vir, eu vou declarar alguns erros para a posteridade, que não se pode pensar que ele foi submetido a morte, exceto por uma causa justa.” (Tradução Livre do Autor)

identidade dos envolvidos. Os eventos militares auxiliam na legitimação de grupos políticos, das ideias políticas, nas formas de pensar, nas crenças, e sendo assim são expressão do imaginário cristão medieval.

War meant different things to different people. Those who agreed with Thomas Aquinas (d. 1274) conceived of it on an elevated plane so long as it fought for the highest end, the achievement of the peace which men equated with justice. In such conditions, when war was fought openly and honourably, it was better to men to suffer hardship, if peace could thereby be achieved.<sup>320</sup>

A Batalha de Agincourt de 1415, já citamos antes, se enquadra no grande evento militar que foi a Guerra dos Cem Anos, que transformou as estruturas militares para ambos os reinos envolvidos – França e Inglaterra. Houve segundo a historiadora Anne Curry uma transformação na infantaria e na artilharia, assim como na construção de um exército permanente e na consolidação da autoridade régia. O próprio sistema de tributação mobilizou todas as finanças da guerra, assim como ocorreu o desenvolvimento de uma estrutura administrativa para a máquina de guerras. No entanto, umas das questões mais importantes que a guerra causou foi a consolidação de uma identidade e unidade em ambos os reinos.

There can be no doubt, too, that the Hundred Years' War plays a fundamental part in the formation of both England and France as nation states. (...) Although wars in this period were still basically caused by, and fought over, the rights of kings, there can be no doubt that the Hundred Years' War was waged between the peoples of both kingdoms, not least because the rulers made it so.<sup>321</sup>

---

<sup>320</sup> ALLMAND. *Society at war...* Op. Cit., p. 16. “A guerra significava tinha significados diferentes para diferentes pessoas. Aqueles que concordaram com Tomás de Aquino (d. 1274), a conceberam em um plano elevado, enquanto lutasse pelo fim mais alto, a conquista da paz, que os homens equiparavam à justiça. Em tais condições, quando a guerra foi travada abertamente e honrosamente, era melhor para os homens sofrerem dificuldades, se a paz pudesse ser alcançada.” **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>321</sup> CURRY. *The Hundred Years War ...* Op. Cit., pp. 8-9. “Não há dúvida, também, de que a Guerra dos Cem Anos desempenha um papel fundamental na formação da Inglaterra e da França como estados-nação. (...) Embora as guerras neste período ainda fossem basicamente causadas pelos direitos dos reis, e não se pudessem travar, não há dúvida de que a Guerra dos Cem Anos foi travada entre os povos de ambos os reinos, sobretudo porque os governantes o fizeram assim.” **(Tradução Livre do Autor)**

A produção de memória sobre a Batalha de Agincourt que se formou na narrativa de Henrique V guarda elementos do próprio contexto, no qual a nova casa real dos Lancaster necessitava se legitimar em meio à aristocracia. É também resultado de um imaginário cristão, presente nas crônicas, que nos mostram simbolismos, inclusive, em torno da própria viagem do rei ao campo de batalha. Quando Henrique V lança suas intenções de “reconquistar” a França, terras que segundo os intelectuais da época, pertenciam aos ingleses por direito divino, todo um discurso moralístico que envolve as questões de alteridade foi desenvolvido. Há também de se pensar que, através dos atos de devoção régia, a atuação dos santos e os sofrimentos encontrados no caminho produziram nesse caminho do rei ter um sentido peregrinatório. Resta também citar que o próprio evento também é cercado de memórias que envolvem a tradição bíblica, como ainda, Agincourt tornou-se um marco repetidamente utilizado pelos autores da época.

Se o discurso de alteridade era comum nos escritos do período, era normal, talvez, que a figura de Henrique V como governante dos ingleses fosse exaltada em toda a narrativa de Agincourt. Para enaltecer o povo inglês e suas tradições, delineando todo um processo de construção de identidade. É através do discurso feito sobre Agincourt que podemos perceber um conjunto de virtudes serem apresentadas e assim formando a imagem régia. Henrique V, segundo os cronistas, como um rei “justo” e que “busca a paz”, antes de lançar-se em conflito armado contra os franceses, pelos seus “justos direitos de sucessão” ao trono da França, teria enviado diversos embaixadores e cartas a Carlos VI, para firmar acordos diplomáticos. Uma carta do rei, apresentada pela historiadora Juliet Barker nos mostra como o próprio discurso régio estava impregnado das noções de justiça e guerra:

*“Ao sereníssimo príncipe Carlos, nosso primo e inimigo de França, Henrique, pela graça de Deus rei da Inglaterra e da França. Dar a cada um aquilo que lhe pertence é uma obra de inspiração e de sábia resolução. Pelas entranhas de Jesus Cristo, Amigo, renda-me o que me deve.”*<sup>322</sup>

---

<sup>322</sup> *Apud* BARKER, Juliet. *Agincourt: o rei, a campanha e a batalha*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 27.

Ao evocar as palavras “*dar cada um aquilo que lhe pertence é uma obra de inspiração e de sábia resolução*” Henrique V chama para uma das principais virtudes da monarquia: a sabedoria, herança bíblica, pois Salomão era um rei sábio. Henrique também evoca as habilidades marciais dos ingleses. Suas palavras soam quase como “ameaças” ao monarca francês, pois, como veremos adiante, os próprios cronistas ingleses se auto retratavam como um grande povo guerreiro ou talvez um “cão adormecido”. Não tardaria para que os cronistas da época utilizassem um conjunto de discursos deslegitimadores para caracterizar o monarca oponente aos ingleses. O cronista Adam de Usk já dizia que em 1414 Henrique V enviou para o reino inimigo o então bispo de Durham e Norwich, junto com o conde de Dorset, procurando manter a paz com o rei da França, propondo inclusive, casamento com Catarina de Valois. A resposta dos franceses foram “risadas” e “deboches”.<sup>323</sup> No entanto os maiores relatos sobre essas questões aparecem contemporaneamente em Thomas Walsingham, que acusava os franceses e seu rei de “ações traiçoeiras”

*The king was annoyed at this and decided to put a stop to their jokes and to punish his mockers in the courts of war, showing them by his deeds and actions how mad they had been to arouse a sleeping dog.*<sup>324</sup>

O rei, portanto, vendo essas ações, decide se lançar em guerra. Mas outro cronista, de anos mais tarde, John Capgrave, recupera esses discursos e também os ressignificam, colocando em sua narrativa novos elementos, muitos, é claro, influenciados pela tradição cronística do período. Segundo as crônicas de John Capgrave Henrique V teria enviado uma carta ao Delfim afim de que o mesmo lhe cedesse seus direitos.

*Here the subject of this most illustrious king's marriage was broached, and he gave way and consented, provided such a consort could be found for him as would conduce to the peace and harmony and quietness of the realm. He then wrote to the emperor,' and other catholic kings and princes, to make leagues of peace and friendship, and sent special ambassadors to the king of France,' touching his right in Normandy*

<sup>323</sup> USK. *Op. Cit.*, p. 125.

<sup>324</sup> WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 399. “O rei estava irritado com isto e decidiu colocar fim a suas brincadeiras e punir suas zombarias nas cortes da guerra, mostrando a eles pelos seus atos e ações quão louco ele foram acordando um cão adormecido.” (Tradução Livre do Autor)



*and the other territories unjustly retained by the French. But they delayed the envoys with buffoonery and mockeries; and so in the end they came home with nothing done. (...) It is said, moreover, that at that time the dauphin sent some common tennis balls to our king, and bade him exercise his young men with them; and not presume to contend with so noble a kingdom. Our king answered shortly by letter that he would send them balls which should make their cities and strong towers tremble.*<sup>325</sup>

Como aponta o trecho acima de John Capgrave, o rei buscava a paz, não só com os franceses, mas também com todos os soberanos da Cristandade. O cronista reafirma uma imagem virtuosa do rei como pacificador, providencialista de seu povo, grande diplomata. Mas o cronista também afirma que os franceses eram “injustos”, enviando bolas de tênis ao rei inglês, dizendo que o mesmo era jovem e não teria a “capacidade” de reivindicar ao reino. Responde aos ingleses com zombarias e bufonarias. No entanto, mesmo esse discurso um tanto moralizante de John Capgrave, não está isolado de referências antigas. O passado é apresentado pelo autor, se repetindo no presente, de acordo com as necessidades do mesmo. Tais relatos circularam na corte e, serviram como parte de todo um discurso legitimador da monarquia, suas ações e direitos. É possível, inclusive que a própria ideia de que o rei recebeu bolas de tênis seja uma clara referência a uma literatura da Antiguidade clássica, quando Alexandre o Grande teria recebido do rei Dario da Pérsia um jogo para crianças.<sup>326</sup>

Utilizando estes discursos deslegitimadores, não estariam os cronistas ingleses afirmando o Delfim de França como um inimigo das vontades divinas, ao negar-se cumprir a justiça e a paz, não entregando aos ingleses o que seriam segundo esta linha de interpretação seus direitos? A utilização desses discursos por autores contemporâneos a Henrique V tem a clara intenção de delinear uma imagem exemplar do rei, e os autores póstumos ao monarca reafirmam essa imagem e também contribuem para dizer que não só o rei, mas o povo inglês possuía a grande virtude de buscar a paz antes da guerra.

---

<sup>325</sup> CAPGRAVE. *The Book of ...* Op. Cit., pp. 129-130. “Aqui a questão do casamento deste mais ilustre rei foi abordada, e ele cedeu e assim concordou, que tal consorte para ele fosse encontrada, para assim garantir a paz e harmonia sobre o reino. Ele então escreveu ao Imperador, a outros reis católicos e príncipes, para fazer ligações de paz e amizade, e enviou embaixadores especiais para o rei da França, por tocar no seu direito sobre a Normandia e outros territórios injustamente retidos pelo rei. Mas ele atrasou seus enviados com bufonaria e zombarias e então voltaram para casa com nada feito. Diz-se por aí que naquela época o Delfim enviou algumas bolas de tênis para nosso rei, para que ele assim exercitasse o jogo junto com seus jovens homens, presumindo que ele não sabia lidar com um reino tão nobre. Nosso rei logo respondeu por uma carta que iria enviar tais bolas para tomar suas cidades e fazer as grandes torres tremer.” (**Tradução Livre do Autor**)

<sup>326</sup> PEARSALL. *Op. Cit.*, p. 164.

Henrique V na narrativa é um verdadeiro rei justo, enquanto o rei francês um inimigo da verdade divina. A todo momento percebemos que uma imagem devocional de Henrique será apresentada, mostrando que seu respeito pela paz era também para com Deus e os Santos, entregando suas decisões aos mesmos. *“Then the king, seeing their pride and scorn, got ready everything necessary for the conflict, intending to do battle for his right, and commit his cause to God and All Saints.”*<sup>327</sup>

Henrique V prepara-se para suas campanhas militares. Desde que assumiu o trono em 1413 o monarca procurou fortificar as instalações de proteção do reino nas fronteiras do norte com a Escócia, tendo em vista as ameaças de invasões que se deram desde o reinado de Henrique IV. Mesmo as poucas regiões na França, como Calais, que ainda residiam sobre o domínio inglês, tiveram suas muralhas e torres fortificadas, a julgar pelas ameaças de guerra cada vez mais latentes.<sup>328</sup> Essas atividades de reconstrução ou reestruturação e melhoramentos foram também realizados nas regiões de extrema importância para o controle de invasões no sul da Inglaterra. Southampton e Portsmouth tiveram seus portos reformados e suas torres fortificadas. O rei também continuou os programas de reconstrução destas regiões que foram levados a cabo desde a era de Ricardo II como rei.

Ao final do século XIV, Southampton era totalmente circundada não apenas por fossos, trincheiras e barragens, mas também por uma cortina de muros de pedra, atrás dos quais os arqueiros podiam se abrigar e disparar suas armas. Havia torres protegendo os pontos principais e, em resposta à crescente importância da artilharia, fendas para lançar flechas foram convertidas de maneira a encaixar pequenos canhões; uma nova torre tinha até o teto arqueado, de modo a proporcionar a possibilidade de suportar o peso de um canhão mais pesado sobre o telhado.<sup>329</sup>

Construir uma cidade murada e com grandes fortificações, preparada para uma guerra ou invasões era uma tarefa cara durante a Idade Média. As regiões que podemos observar essas grandes muralhas de proteção são em muitos casos cidades de importância econômica e política para o reino, como Londres e York. Mesmo Londres herdara suas

---

<sup>327</sup> CAPGRAVE. *The Book of...* Op. Cit., p. 130 - Então o rei, vendo seu orgulho e desprezo, deixou pronto tudo de necessário para o conflito, com a intenção de fazer a batalha por seus direitos, e prometendo sua causa a Deus e todos os Santos. **(Tradução Livre do Autor).**

<sup>328</sup> BARKER. *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>329</sup> BARKER. *Ibidem*, p. 111.

muralhas do período romano, mas o governo procurou ao longo dos anos manter reestruturada suas fortificações. As cidades do norte e sul inglês, altamente fortificadas, muitas sem grande proporção de ação econômica, tinham isto devido, principalmente a esforços da realeza para proteção do reino. Henrique V sabia da necessidade de proteger o sul inglês. Afinal, quando o mesmo era Príncipe de Gales, foi destas regiões que invasões francesas entraram na Inglaterra para o País de Gales no auxílio dos revoltosos desta região.

Todo esse processo de preparação para uma futura guerra mobilizou de uma forma geral todo o reino. Henrique V buscou através do Parlamento e seus oficiais cobrar impostos específicos para realização de batalhas. Ordenou a construção de novos armamentos e também navios. Juliet Barker nos mostra que quando assumiu o trono em 1413 o monarca herdará de seus reis antecessores apenas seis navios de guerra. Quando perto da batalha em 1415 já eram um total de doze navios.<sup>330</sup> O rei também mobilizou de todo o reino pedreiros, carpinteiros, serradores, marceneiros e também operários.<sup>331</sup> Há indícios ainda de que o monarca enviou intimações para todos os arrecadadores alfandegários da Inglaterra, proibindo a exportação de pólvora. “Isto foi feito ‘por determinadas razões’, a frase misteriosa que Henrique frequentemente empregava como um tipo de manto transparente para seus preparativos militares.”<sup>332</sup>

Em agosto de 1415 o monarca se direciona para Southampton. Lá é possível perceber um conjunto de instrumentos simbólicos mobilizados para narrar a ida do rei para a França. O propósito da batalha era também peregrinatório. Reconquistar a França representava recuperar aquilo que por Deus havia sido dado aos ingleses e tomado injustamente pelos franceses. Lembremos da narrativa de São Thomas Becket, o rei ungido com sua ambula sagrada recuperaria, inicialmente, Jerusalém tomada pelos mouros. Quando Henrique IV, sendo o primeiro rei ungido, ascende o trono, o movimento cruzadístico já havia sido finalizado, a lenda fora ressignificada para as posses inglesas na França. Ou seja, o rei ungido com tal relíquia sagrada, entregue pela Virgem e Cristo aos reis, reconquistaria o trono francês. Henrique IV não foi o rei que garantiu esse feito, o mesmo estava preocupado em neutralizar as revoltas do período. Mas, com a vitória de Henrique V na França, não tardaria para que os escritores da época, diretamente ou

---

<sup>330</sup> BARKER. *Ibidem*, p. 120.

<sup>331</sup> BARKER. *Ibidem*, p. 117.

<sup>332</sup> BARKER. *Idem*, p. 117.

indiretamente, associassem seus feitos com tal relíquia. O sentido peregrinatório nos é revelado também pelas provações que o exército inglês e seu rei passaram ao se direcionar para o campo de batalha. Sabemos que a peregrinações no medievo são um momento de contato do peregrino com o sobrenatural, e também onde as relações de observação do outro são exemplificadas. Bem apontado por Michel Sot, é durante a peregrinação que o peregrino passa por provações físicas, sede, fome, tensão dos músculos, mal-estar, e também o mal causado por outros homens. Todos estes fatores possuiriam uma recompensa final: o encontro com o sagrado.<sup>333</sup>

A primeira provação de Henrique V foi ainda em Southampton. Como apresentado no trecho abaixo por John Capgrave, um grupo de nobres ingleses aliados ao rei francês tentaram impedir a ida de Henrique V à França. Richard, conde de Cambridge, Henry Scrope, and Thomas Grey, os traidores, foram condenados à morte, e o rei se direcionou à Harfleur, no dia da festa de S. Tibério e Vigília de Assunção da Virgem.

*But while this was doing, some of his own subjects in whom he placed great confidence, and who were bribed by the French, endeavoured to divert him from his purpose, or, as was said, simply to murder him. Nor did the king discover their treason till he was on the very point of crossing the sea. Those who were found guilty in this matter and put to death for their open treason were Richard, earl of Cambridge, Henry Scrope, and Thomas Grey. Upon this disturbance breaking out, the other lords advised the king not to cross the sea. But he entrusted his cause to God, and put to sea on the feast of S. Tiberius the Martyr; and on the vigil of the Assumption of the Blessed Virgin, he made shore prosperously at the Pays du Caux. He then had it publicly proclaimed through the whole army that no man of his should rob a church, harm a priest, or wrong a woman; and that under pain of death.<sup>334</sup>*

<sup>333</sup> SOT, Michel. Peregrinação. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol 2. Bauru: EDUSC, 2002. p. 354.

<sup>334</sup> CAPGRAVE. *The Book of...* Op. Cit., p. 130. “Mas enquanto isto era feito, alguns de seus próprios vassallos de grande confiança, e que foram subornados pelos franceses, esforçaram-se para desviá-lo de seu propósito, ou como se dizima, simplesmente para assassiná-lo. O rei não havia descoberto sua traição até que ele mesmo estivesse a ponto de cruzar o mar. Aqueles que foram considerados culpados neste ato foram condenados à morte por sua traição, eram eles, Richard, conde de Cambridge, Henry Scrope, e Thomas Grey. Sobre esta perturbação, outros senhores aconselharam ao rei a não atravessar o mar. Mas ele confiou sua causa a Deus, e lançou-se ao mar na festa de S. Tiberius, o Mártir e na Vigília de Assunção da Virgem Santa, chegando ele na costa próspera em Pays du Caux. Ele então proclamou publicamente para seu exército que nenhum homem deveria roubar a Igreja, causar danos a um padre ou mulher, sob pena de morte.”



Mapa 2 – Caminho de Henrique V da Inglaterra, para suas campanhas na França.

Disponível em: <http://cliousey.sfasu.edu/MainArticles/HenryV%20%28Bauer%29.htm>

O mapa acima mostra o caminho de Henrique V de Southampton para a França, onde o mesmo desembarca primeiro na região de Harfleur. Esta cidade tornou-se importante de ser conquistada por parte dos ingleses, pois ela era, um ponto estratégico aos franceses de acesso ao Canal da Mancha e assim, permitia aos mesmos tentar invadir a Inglaterra. “Na Inglaterra, a cidade também conquistara a reputação de ser um ninho de piratas: muitas dos ataques aos navios mercantes no canal da Mancha haviam sido realizados por embarcações francesas e italianas que se refugiavam em sua enseada (...)”.<sup>335</sup> John Capgrave também postula uma imagem de Henrique V como um rei pacificador, quando ele propõe a seus homens o respeito a mulheres, e aos membros do clero e também às igrejas físicas.<sup>336</sup> Henrique V teria primeiro tentado um acordo de paz com os aristocratas da região, para subordinar suas ações aos ingleses. É possível que os cronistas do século XV utilizassem claras referências ao Deuteronômio quando eles projetam esse momento.

<sup>335</sup> BARKER. *Op. Cit.*, p. 207.

<sup>336</sup> C.f. CAPGRAVE. *The Book of ... Op. Cit.*, p. 130.

*Quando estiveres para combater uma cidade, primeiro propõe-lhe a paz. Se ela aceitar a paz e abrir-te as portas, todo o povo que nela se encontra ficará sujeito ao trabalho forçado e te servirá. Todavia, se ela não aceitar a paz e declarar guerra contra ti, tu a sitiáras. Iahweh teu Deus a entregará em tua mão, e passarás todos os seus homens ao fio da espada. Quanto a crianças, animais e tudo e que houver na cidade, todos os seus despojos, tu os tomarás como presa. E comerás o despojo dos inimigos que Iahweh teu Deus te entregou.*<sup>337</sup>

As principais referências sobre o ocorrido quando Henrique V tenta subordinar Harfleur não estão presentes na crônica de John Capgrave, mas sim nas fontes escritas contemporaneamente ao rei: em Adam de Usk e Thomas Walsingham. Segundo Usk, por exemplo, o rei atacou Harfleur no domingo antes da festa de São Michel no dia 29 de setembro de 1415, e “atormentou” a área, com minas, flechas e canhões, ganhando no final a rendição da cidade, junto com seus habitantes. Mas tarde o autor também afirma que ele expulsou alguns de seus habitantes nativos e colocou ingleses, escolhendo depois o Conde de Dorsert como capitão.<sup>338</sup> Isto nos permitiria hipotetizar que a paz solicitada pelo rei não fora alcançada através de trégua e não derramamento de sangue, permitindo ao mesmo o cumprimento do Deuteronômio. Thomas Walsingham, porém, vai além. Afirma que os senhores franceses que lá viviam (Gaucort, Estouteville, Anquetonville e Clère), desesperados com os ataques ingleses; pelo uso de catapultas, mostradas pelo autor através do que seriam “pedras voando pelo ar” e as armas de “grande força inglesas”,<sup>339</sup> teriam procurado contato com Thomas, Duque de Clarence e irmão de Henrique V para implorar um acordo de paz ou ao menos trégua. Neste momento o cronista afirma que o rei, por “reverência a Deus” e aos habitantes “comuns” da região, aceitaria a proposta de um acordo. Henrique V ainda teria enviado ao Delfim de França arautos e os próprios senhores de Harfleur, para que o mesmo encontrasse os ingleses na região num prazo de oito dias, libertando assim, os prisioneiros, e mais uma vez, evitar o uso da espada.<sup>340</sup>

Era comum nos textos ingleses do final da Idade Média, que os autores utilizassem de referências bíblicas da tradição vétero-testamentário, como foi o caso do Deuteronômio para Henrique V, quando os mesmos discutiam as virtudes de justiça e

---

<sup>337</sup> BJ. Dt. 20,10.

<sup>338</sup> C.f. USK. *Op. Cit.*, p. 126.

<sup>339</sup> C.f. WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 406.

<sup>340</sup> C.f. WALSINGHAM. *Ibidem*, p. 407.

guerra para a realeza. Deus aparece numa imagem de um senhor “justiceiro”, com “mãos pesadas” para aqueles opositores de Israel. Já, quando os autores narram Henrique V como uma monarca pacificador, piedoso ao se preocupar com inocentes em meio à guerra, há uma clara referência às virtudes divinas apresentadas na tradição do Novo Testamento. Cristo era piedoso, com virtudes da bondade e, ele é a própria imagem daquilo que a realeza deveria espelhar.

A segunda provação experimentada pelos ingleses, teria sido, segundo os cronistas uma calamidade, cujas únicas informações dadas por eles seria um “mal no fluxo de sangue”. Para John Capgrave, homens importantes como o Conde de Suffolk e o bispo de Norwich, Richard of Courtenay, teriam morrido desta doença, outros foram enviados de volta para a Inglaterra, mas cinco mil homens ainda teriam sobrevivido, seguindo a misericórdia divina para com os ingleses.<sup>341</sup> Após as adversidades, Henrique V caminha em direção à cidade de Arques, que teve suas pontes e fortificações reforçadas com o anúncio de uma possível guerra. Depois o rei caminhou em direção à região de Eu, onde pontes e calçadas foram destruídas para evitar sua passagem. Logo, o rei moveu-se para Bowes e Corbie, lá um ataque francês foi contido pela ação dos arqueiros ingleses. Por último o rei passou por um pântano próximo ao Rio Somme, onde o exército mais uma vez repeliu ataques franceses. Segundo a narrativa dos cronistas, Henrique V em seu caminho ao campo de batalha passa por igrejas e paróquias, pedindo auxílio a Deus e aos Santos, reclamando que seus homens fizessem o mesmo, e ainda confessassem seus pecados justificando que assim, a causa do rei e do reino poderiam ser resolvidas. Após algum tempo Henrique V chega ao campo de Agincourt em Picardia, o local da batalha. Uma das principais informações dadas por John Capgrave tanto no *The Chronicles of England* quanto no *The Book of Illustrations Henries*, é que o número de homens do exército inglês era bem menor que do povo inimigo. Sete mil homens lutavam ao lado dos ingleses contra sessenta mil dos franceses.<sup>342</sup> Após a constatação de que seu exército era menor que dos franceses, sob risco de derrota, mais uma vez Henrique V expõe sua devoção ao sagrado e chama seus homens para pedir auxílio a Deus em favor dos ingleses. O cronista do *An English Chronicle* oferece em sua narrativa diálogos “diretos” protagonizados por Henrique V: “*The kyng seyng the grete multitude and noumbre of peple of his enemyes, praide Almy3ti God of helpe and socour, and confortid his peple,*

<sup>341</sup> CAPGRAVE. *The Book of...* Op. Cit., p. 132.

<sup>342</sup> C.f. CAPGRAVE, John. *Chronicles of England*, p. 312; *The Book of Illustrations Henries*, p. 133.

*and praide euery man forto make him redy to bataille; (...)*<sup>343</sup> Mais uma provação teria acometido os ingleses: Segundo os cronistas a noite antes da batalha fora chuvosa, o exército teria se mantido debaixo da chuva, com fome e sem pão para saciá-los.

É possível que mais uma vez os cronistas ingleses estivessem recuperando narrativas bíblicas para comparar com os eventos da batalha. É perceptível, inclusive, a utilização de outra ideia de Deuteronômio:

*Quando saíres para guerrear contra teus inimigos, se vires cavalos e carros e um povo mais numeroso do que tu, não fiques com medo, pois contigo está Iahweh teu Deus, que te fez subir da terra do Egito. Quando estiverdes para começar o combate, o sacerdote se aproximará para falar ao povo, e lhe dirá: “Ouve, ó Israel! Estais hoje prestes a guerrear contra os vossos inimigos. Não vos acovardeis, nem fiquéis com medo, nem tremais ou vos aterrorizes diante deles, porque Iahweh vosso Deus marcha convosco, lutando a vosso favor contra os vossos inimigos para salvar-vos!”*<sup>344</sup>

Vejamos agora um discurso, que pretende ter sido direto de Henrique V, apresentado pelo cronista desconhecido de *An English Chronicle...*:

*Thanne saide the kyng, " Now is good tyme, for alle Engeland praieth for us, and therefore beth of good chiere, and lat us go to our iourney." (...). And thanne saide the king with an highe vois, " In the name of Almy<sub>3</sub>ti God, and of Saint George, Avaunt baner! and Saint George this day thyn helpe!" Thanne the ij bataille<sub>3</sub> mette togedir and fou<sub>3</sub>ten sore and longe tyme, but Almy<sub>3</sub>ti God and saint George fon<sub>3</sub>ten that day for us, and grauntid our kyng the victory: and this was on the Friday on saint Crispyne and Crispiniane<sub>3</sub> day, in the yeer of our Lord M'.cccc.xv. in a fold callid Agyncourt in Picardi.*<sup>345</sup>

<sup>343</sup> AEC p. 41 – fol. 170b. “O rei olhando a grande multidão e o número de pessoas de seus inimigos orou ao Deus Altíssimo por ajuda e socorro, consolou seu povo e orou para que cada homem fosse feito pronto para a batalha; (...)” (Tradução Livre do Autor).

<sup>344</sup> BJ. Dt. 20,1.

<sup>345</sup> AEC. Op. Cit., p.41- fol 171. “Então disse o rei, “Agora é um bom momento para toda a Inglaterra rezar por nós, e, portanto, apostar nessa boa campanha, e nos deixe ir a nossa jornada” (...) Então disse o rei com voz alta “Em nome do Deus Altíssimo, e de São Jorge, Levantem a bandeira! E São Jorge neste dia vos ajuda!” Então na batalha foram juntos e lutaram bravamente por um longo tempo, mas o Deus Altíssimo e São Jorge lutaram aquele dia por nós, e garantiram ao rei a vitória: e isto foi numa sexta-feira, no dia de São Crispim e Crispiano, no ano de nosso senhor M'.cccc.xv, no campo de Agincourt em Picardia” (Tradução Livre do Autor).



O discurso, um tanto similar, entre o texto bíblico e a narrativa de Agincourt não é algo de todo estranho para a Idade Média. É um discurso do passado, feito na Bíblia, para um povo considerado sagrado (o povo de Israel) e assim os cronistas relacionam a Inglaterra com as mesmas virtudes desse grupo. Henrique V, a partir desse momento, quando inclusive pede que seus homens se confessassem a clérigos, para livrar seus pecados, e também discursando para seus homens, a fim de que eles não se rendam e que não tivessem medo do exército francês que era maior, o rei age como o sacerdote que Deuterônimo pede que discursasse para Israel. A Inglaterra e seu povo, tornaram-se, dessa forma, através de todas essas analogias com o texto bíblico, ela própria Israel. A narrativa de um exército maior e mais forte por parte dos franceses, em contraposição a um exército já debilitado dos ingleses, pode ser relacionada também com a escrita de Samuel sobre Davi e Golias. Os franceses, vistos como injustos, podendo assim ser comparados aos filisteus, seriam a própria encarnação de Golias. Enquanto que, Henrique V e seu exército eram Davi. Acaba que esses escritores do século XV relacionam a figura de Henrique V com as virtudes guerreiras de Davi e a sabedoria de Salomão.

Antes do evento em Agincourt ocorrer o exército inglês passou por dificuldades (provações se seguirmos o sentido bíblico), passando inclusive por fome. Entretanto Deus, segundo a tradição, deu a vitória aos ingleses. Números são dados por John Capgrave: sete mil homens ingleses, contra sessenta mil homens franceses. Thomas Walsingham vai além, exaltando a ação dos arqueiros ingleses durante a batalha e a ação dos santos no evento, tendo destaque três: São Crispim e Crispiano, cujo o dia foi a batalha, e São Jorge, que segundo a narrativa foi visto lutando com o rei. Essas tradições serão também repetidas por autores futuros, como o já citado Capgrave:

*There fell in it on our side, the duke of York, the earl of Suffolk, and, as they say, of the common folk not more than thirty. On the French side were slain the archbishop of Sens, three dukes, seven counts, the lord de Bret, the constable of France, one hundred barons, fifteen hundred knights and seven thousand gentlemen. Two dukes, three counts, and many others of gentle birth were taken prisoners. There were some who asserted that they saw S. George fighting for the king.<sup>346</sup>*

---

<sup>346</sup> CAPGRAVE. *The Book of...* Op. Cit., pp. 133-134. “Caíram do nosso lado o duque de York e o conde de Suffolk, e como eles dizem, o povo comum não mais de trinta. No lado francês foram mortos o arcebispo de Sens, três duques, sete condes, o senhor de Bret, o condestável da França, cem barões, mil e quinhentos cavaleiros e sete mil senhores. Dois duques, três condes e muitos outros cavaleiros de nascimento foram feitos prisioneiros. Ouve alguns que afirmaram que viram S. Jorge lutando para com o rei.” (**Tradução Livre do Autor**)

Logo após o fim da campanha, o rei se direciona para o porto de Calais e de lá retorna para a Inglaterra. Segundo os cronistas o rei passou por Canterbury para agradecer pela vitória. Se observarmos o mapa abaixo, no qual mostra o norte francês e sul inglês, é possível perceber a proximidade de Calais com Canterbury. Ao ir em Canterbury, Henrique V provavelmente se direcionou ao túmulo de Thomas Becket, que além de ser um santo especial para a monarquia, era também importante para os ingleses. Para Canterbury, havia um conjunto de rotas de peregrinação que ligavam toda a Inglaterra e, inclusive outras partes da Europa. Na Catedral de Canterbury estava também sepultado Henrique IV, o único rei inglês que lá possui túmulo.



Mapa 3 – Norte francês e sul inglês, caminho de ira para a França e retorno à Inglaterra. Disponível em:

<https://hystoricus.files.wordpress.com/2012/09/azin1.jpg>

Para finalizar. A narrativa da viagem de Henrique V à Batalha de Agincourt nos apresenta todo um sentido simbólico que faz parte do maravilhoso medieval. É uma

narrativa dos santos, seus atos, do apoio divino. O caminho da viagem em si apresenta um conjunto de desafios e provações, o que torna a mesma uma espécie de peregrinação. Peregrinação para reconquista daquilo que foi prometido por Deus aos ingleses: o Reino de França. Peregrinação também à Canterbury para agradecimento a Thomas Becket pela vitória inglesa em Agincourt, resultado de suas promessas, como também da Virgem e de Cristo, firmadas no momento da Sagração. O rei e seu exército se fazem peregrinos tanto pelo contato com o sobrenatural, mas também pelas provações: fome, doenças, mortes, complôs, um exército menor, mas que no fim, Deus se manteve justo aos seus fiéis, o povo inglês. Resultado também de um discurso que é identitário acerca do *Reino* na produção de memória.

### 4.3. OS SANTOS

Já era verão de 1422 quando o rei Henrique V, após nove anos de governo, fora acometido por uma intensa febre e junto a isto uma “poderosa” disenteria.<sup>347</sup> Tendo em vista o seu fim próximo, o rei solicitou a presença de diversos aristocratas, dentre quais se encontravam seus irmãos o Duque de Gloucester e Duque de Bedford, a quem o rei deu a responsabilidade para o primeiro cuidar de seu filho recém-nascido e o segundo para o controle da França. O rei Carlos VI faleceria em seguida, e mesmo num período de convalescência, Henrique V deixou em seu testamento suas vontades para o futuro da Inglaterra, França e o ducado da Normandia.<sup>348</sup> Recebeu também clérigos para se confessar, prestar seus últimos juramentos à Igreja e realizar todos os sacramentos do cristianismo possíveis nesse momento. O rei faleceu no dia 31 de agosto, embora Thomas Walsingham nos diga que foi no dia 30 do mesmo mês.

*He did not leave his like on earth among Christian kings or princes, so that not only the people of England and France but all Christendom mourned his death as he deserved. He had a pious mind and his words were few and well-judged. Far-sighted in his planning and shrewd in judgement, he showed modesty in his bearing and magnanimity in his*

<sup>347</sup> C.f. WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 445

<sup>348</sup> C.f. WALSINGHAM. *Idem*, p. 445.

*actions. He worked unceasingly, frequently went on pilgrimage and was a generous alms-giver. He was a devout Christian and supported and honoured the ministers and servants of the church. He was also a distinguished and fortunate leader in war, who in all his battles always came off the victor. His construction of new buildings and his foundation of monasteries were on a magnificent scale. He was a munificent giver of presents, and in all matters he hunted down and fought against the enemies of the faith and the church.*<sup>349</sup>

Thomas Walsingham ainda diz, que após os súditos do rei descobrirem sua morte, o reino caiu em tristeza. Agradeceram pelo fato de Deus ter posto sua mão direita sobre o reino, mas também temeram o futuro. Temiam pelo fato de que o novo rei, era apenas uma criança de nove meses de idade. Temiam pela extensão de terras e posses que os ingleses conquistaram com o governo de Henrique V. Temiam, segundo o cronista, pela palavra de Salomão em Eclesiastes: “*Ai de tí, país governado por um jovem*”.<sup>350</sup> No entanto, este mesmo povo, acreditava que se fossem humildes com Deus e os Santos, eles receberiam o auxílio celeste para o bem-estar da Inglaterra.<sup>351</sup>

Algum tempo depois os serviços funerários do rei foram feitos, como de costume para um rei ou um príncipe inglês, na Catedral de Canterbury, Catedral de São Paulo e também na Abadia de Westminster. O cronista atesta que um parlamento que tinha sido convocado antes da morte de Henrique V foi tomado em Londres, sob o controle do Duque de Gloucester, em nome do novo rei Henrique VI. É possível que Walsingham estivesse presente neste momento, pois o mesmo nos mostra características do funeral e do túmulo do rei. Segundo ele, o caixão do monarca morto continha uma figura um tanto similar com sua pessoa em altura e aparência, vestido com um manto roxo e longo.<sup>352</sup> Nas mãos desta figura haviam um globo dourado com uma cruz, símbolo material do mundo cristão e ação do poder régio na terra. Havia sido ornado com uma coroa de ouro e sapatos

---

<sup>349</sup> WALSINGHAM. *Ibidem.*, pp. 445-446. “Ele não deixou esta terra como outros reis ou príncipes cristãos, de modo que não só o povo da Inglaterra e França, mas toda a Cristandade lamentou sua morte, como ele merecia. Ele tinha uma mente piedosa e suas palavras eram poucas e bem julgadas. Vislumbrava em seu planejamento e perspicaz em julgamento, ele mostrou modéstia em seu porte e magnanimidade em suas ações. Ele trabalhou incessantemente, frequentemente foi em peregrinação, e foi um generoso doador de esmolas. Ele era um devoto cristão e apoiou e honrou os ministros e servos da igreja. Ele também foi um líder distinto e afortunado na guerra, em que todas as suas batalhas sempre se saiu vencedor. Sua construção de novos edifícios e sua fundação de mosteiros eram de uma escala magnífica. Ele era um generoso dador de presentes, e em todos os assuntos ele perseguiu e lutou contra os inimigos da fé e da igreja.” **(Tradução Livre do Autor)**

<sup>350</sup> BJ. Ecl. 10,16.

<sup>351</sup> C.f. WALSINGHAM. *Op. Cit.*, p. 446.

<sup>352</sup> C.f. WALSINGHAM. *Ibidem.*, p. 447.

em seus pés. Teria sido carregado por Londres bem alto por cavaleiros, a fim de que seus súditos pudessem aumentar seu sofrimento com o falecimento do rei.<sup>353</sup> Thomas Walsingham ainda diz que tochas estavam em volta do caixão, o corpo foi colocado por cavaleiros no alto do altar em Westminster, quando os mesmos se dispuseram de suas armaduras e armas. Em volta do corpo haviam bandeiras, que representavam a cruz de São Jorge, a Trindade e a Virgem. Por fim, o corpo foi levado para a necrópole de Westminster, e sepultado próximo ao santuário de Eduardo o Confessor e também na capela dedicada à Virgem.<sup>354</sup>

Essa narrativa sobre o momento da morte de Henrique V, feita por Thomas Walsingham, inicialmente não parece ter relação com o objetivo proposto deste tópico. Doravante, três pontos desse relato devem ser demarcados. Primeiro o momento em que o Cronista salienta as “grandes ações do rei”, principalmente aquelas em batalha e no que tange a conquista da França. O segundo ponto se refere ao momento em que o autor enumera as diversas virtudes de devoção e cristãs do rei: um soberano que sempre honrava com as obras da Igreja, lutava contra a infidelidade, se mantinha fiel e grato aos Santos e também aos momentos em que doava esmolas e mantinha sua humildade. Por fim, o terceiro ponto que julgamos ser apropriado apontar, se refere ao momento em que o túmulo do rei fora posto no altar mais alto de Westminster, contendo as bandeiras que representavam São Jorge, a Trindade e a Virgem; e mais tarde o monarca é sepultado próximo ao santuário de São Eduardo o confessor e a Capela para a Virgem.

Quando o cronista enumera esses pontos ele nos mostra, sobretudo, aqueles santos que tiveram uma grande ação em torno da narrativa e que expressam os atos de devoção do rei. Enumeradas, as narrativas sobre tais santos e outros, tornam-se também um uso do passado no percurso do reinado de Henrique V. Os autores narram seus milagres para com os ingleses e seu rei, afirmam uma relação especial desse povo com o sagrado, e perpetuam essa memória virtuosa. O texto dessa forma, vai se adequar as particularidades das representações do tempo e do espaço na Idade Média. A escrita, possui dessa forma, um caráter místico, podendo ser para aquele que lê, ou aquele quem registra, a pontuação de uma verdade sagrada. Ao mesmo tempo, o texto vai se inserir no campo das identidades, no qual a tradição oral é passada pela leitura e pela escrita das crônicas e outras narrativas. Como afirma Jean Batany, durante o medievo, o texto

---

<sup>353</sup> WALSINGHAM. *Idem*, p. 447.

<sup>354</sup> WALSINGHAM. *Idem*, p. 447.

poderia ser marcado pela identidade do “autor”.<sup>355</sup> A escrita representa o milagre, a manifestação do maravilhoso, a ocorrência das promessas sagradas para o povo inglês através dos santos. E mesmo esses santos são importantes aos ingleses pois eles possuem relação particular com os aspectos locais de devoção e a própria identidade. São Jorge como um santo guerreiro, representa um padroeiro do reino inglês. Tratar da Trindade e da Virgem se enquadra nos aspectos devocionais de toda a Cristandade, no entanto, são vários os momentos que os cronistas citam milagres da Virgem para com os ingleses e não seus inimigos. Por fim há de pensar Eduardo o Confessor, que além de santo, foi rei inglês e era a base para as representações desta monarquia. Por isso os vários atos de devoção de Henrique V. Mas alguns exemplos devem ser mostrados ao leitor.

O primeiro caso que aparece na narrativa, já citamos antes, é a associação de John Capgrave a respeito do primeiro dia de reinado de Henrique V, festa de São Bento, representando as bênçãos que iriam acompanhar o rei no futuro. Esta narrativa, porém, aparece apenas no cronista supracitado, e sendo uma clara produção de memória realizada no futuro pós-morte de Henrique, fica claro a intenção do autor em reafirmar a imagem guerreira e devota do rei. Por outro lado, parece ter mais impacto, sobretudo no que tange a tradição, a lenda do óleo santo de Thomas Becket, refletindo também a importância do santo para a monarquia e também para a construção da identidade inglesa. As diversas peregrinações que Thomas Walsingham cita terem sido executadas pelo rei, a despeito da narrativa de sua morte, provavelmente se referem aos vários momentos que Henrique V se direcionou à Canterbury, para agradecer a Becket as bênçãos e vitórias conquistadas pelos ingleses.

No entanto, parece ser mais claro a atuação da Virgem, citada exaustivamente pelos cronistas. Tanto pelas festas dedicadas a ela, presentes no calendário litúrgico cristão, ou para procissões promovidas pela realeza. Embora muito das referências a conquistas inglesas tendo ocorrido em dias como a véspera da vigília de assunção da Virgem, fica claro também que os intelectuais da época associavam essas conquistas inglesas com uma atuação direta da santa. A primeira grande referência nos é revelada ao momento que o rei se direciona para Harfleur e ainda em Southampton enfrenta uma conspiração por parte de alguns nobres. Quando o monarca descobre tal questão e assim

---

<sup>355</sup> BATANY, Jean. Escrito/Oral. In: LE GOFF, Jacques ; SCHIMITT, Jean-Claude. (Orgs.) *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol 1. Bauru: EDUSC, 2002. p. 383.

pode neutralizar os conspiradores, a gratidão é direcionada a Virgem, pois isto teria acontecido às vésperas da vigília de Assunção da santa.

*The Kyng, with his nave, took the se, and londid at Kidkaus, with a thousand schippis and five hundred. He entered the lond on a Wednesday, wech was the vigil of Assumpcione of oure Lady; and on the Satirday aftir he leyde serge to the town of Hareflw.*<sup>356</sup>

Outro momento, também relacionado às batalhas diz respeito ao momento em que em 1416 os franceses teriam tentado reconquistar Harfleur e por consequência, suas ações foram barradas pelo Duque de Bedford. Após saber deste fato, o rei teria se direcionado para Canterbury junto com o Imperador Sigismundo que estava de visita à Inglaterra, em peregrinação para agradecer. Poderíamos mais uma vez supor que sua gratidão se direcionava a Thomas Becket. Henrique V ainda teria estabelecido novas tradições, mas sem deixar de lado outras. Em sua capela, deveriam ser feitos a leitura e orações para a Trindade e a Virgem e também outros santos que ajudavam a causa inglesa. John Capgrave vai além, e diz que esse grande ato de devoção incentivou a devoção de outros.<sup>357</sup> Mas o autor desconhecido de *An English Chronicle* afirmou que o monarca comandou seus capelães, que enquanto o mesmo vivesse, prestassem homenagens à Virgem, pois ao ser vigília de Assunção, esta era a razão da vitória.

*Whanne this was don, the said duke with his prise<sub>3</sub> and prisoners returned into Engelond agayne : and forasmoche as this was don in the Vigilie of Assumpcioun of our Lady, the kyng commaunded that his chapeleyne<sub>3</sub> sholde say euery day while<sub>3</sub> he livid, an anteem with the versicle and collect in remembrance of our lady.*<sup>358</sup>

---

<sup>356</sup> CAPGRAVE. *The Chronicles...* Op. Cit., p. 310. “O Rei, com sua guarda, lançou-se ao mar e desembarcou em Kidkaus com mil e quinhentos navios. Ele entrou na terra numa quarta-feira, que era vigília de Assunção de Nossa Senhora, e no sábado depois ele se direcionou para cercar a cidade de Harfleur.” (Tradução Livre do Autor)

<sup>357</sup> C.f. CAPGRAVE. *The Book of ...* Op. Cit., p. 138.

<sup>358</sup> AEC. Op. Cit., p. 43 – fol. 172. “Quando isto foi feito, o dito duque com suas recompensas e prisioneiros retornou à Inglaterra novamente; portanto, por isso ter ocorrido na Vigília de Assunção de Nossa Senhora, o rei comandou que seus capelães deveriam dizer todos os dias, enquanto ele vivesse, hinos com versículos e reunissem lembranças de Nossa Senhora.” (Tradução Livre do Autor)

A representação da Virgem em diversos momentos significava também a construção da identidade inglesa. Para a historiadora Miri Rubin.<sup>359</sup> As representações de Maria tornaram-se essenciais para os sistemas de identificação e também na vida dos homens. A Virgem se torna um elemento importante na tradição cristã, ela não só possui relações diretas com a figura de Cristo, mas também no próprio significado que a Igreja obterá a partir da Idade Média Central. Maria é “mãe de Deus” por consequência da encanação ao mesmo tempo em que ela é filha dele. Aponta que o culto à Virgem tomará grandes proporções no século XII quando ela é coroada ao lado Cristo afirmando uma quase divinização de sua imagem. Maria então é mãe, filha e esposa de Deus, casamento esse afirmado pela relação Cristo-Virgem-Igreja, fato possível de se observar em torno das representações iconográficas da época.

Enfim, uma relação matrimonial liga Cristo à Virgem-Igreja. Apresentada por São Paulo como referencial do casamento humano (Ef 5,21-32), a união de Cristo com a Igreja é igualmente desenvolvida na exegese do Cântico dos Cânticos, na qual a Igreja é a esposa de Cristo (*sponsa Christi*).<sup>360</sup>

E não só com relação a Maria que a devoção de Henrique V e constante ação dos santos são representados na narrativa. Quando Thomas Walsingham citou que Henrique V construiu edifícios magníficos, é relacionado com a fundação dos últimos mosteiros medievais na Inglaterra, empreendidos pelo rei. Dentre tais encontrava-se o mosteiro de Santa Brígide da Suécia. A Ordem dos Brigitinianos surgiu na Suécia no início do século XV, fruto da recente canonização de Brígide da Suécia, uma mística cuja devoção representada pelas peregrinações aos santuários sagrados ganhou importância no estabelecimento de seu culto. A ordem parece obter uma importância dentro da Inglaterra, já que das três ordens citadas por John Capgrave em seu *The Chronicles of England*, o autor aponta apenas para esta o número de membros do monastério. Sendo segundo ele 60 irmãs; 13 padres; 4 diáconos; 13 apóstolos e 72 discípulos. A chegada da ordem no reino inglês é ainda alvo de discussões na historiografia, porém, segundo David

---

<sup>359</sup> RUBIN, Miri. *Emotion and Devotion*. The meaning of Mary in Medieval Religious Cultures. Budapeste e Nova York: Central European University Press, 2009.

<sup>360</sup> BASCHET. *Op. Cit.*, pp. 473-474.



Knowles<sup>361</sup> as causas possíveis poderiam ser as estreitas relações entre o reino da Suécia e Inglaterra, afirmada pelo casamento da filha de Henrique IV e irmã de Henrique V Felipa, com o rei da Dinamarca e Suécia. Esta relação possibilitou assim o conhecimento da importância que a ordem adquiriu na Escandinávia, desta forma o mosteiro dos Brigitinianos vai possuir um destaque tanto religioso quanto político no século XV. Ao fundar o mosteiro, muito mais uma ação política, confirmava mais uma vez a estreita relação entre o plano sobrenatural e a Inglaterra como um povo devoto.

Além desses santos comumente recuperados na narrativa, há também de se pensar a fundo os momentos do monarca em batalha. Como foi o caso de Agincourt, que muito impactou a produção sobre o rei. Lá, segundo os cronistas, São Jorge lutou com o rei. Era dia de São Crispim e Crispiano, quem ajudaram também o rei em ação.

#### **4.4. A IMAGEM DE HENRIQUE V E A IMAGEM DO REINO INGLÊS**

Em 1415 após a vitória de Henrique V na Batalha de Agincourt, o dito rei teria, segundo vários historiadores, solicitado escritos, músicas e poemas para marcar a lembrança de tal ocorrido. Não tardou para que inclusive cronistas enchessem essas narrativas com imagens sobre o rei, mas também sobre o povo. Neste mesmo ano, um canto fora escrito e muito reproduzido, o chamado *The Agincourt Carol*.<sup>362</sup>

Owre kynge went forth to Normandy,  
With grace and myght of chyvalry;  
Ther God for hym wrought mervlusly,  
Wherfore Englonde may calle and cry,  
*Deo gratias, Deo gratias anglia, redde pro victoria.*<sup>363</sup>

<sup>361</sup> KNOWES, David. *The Religious Orders in England: Volume II – The End of The Middle Ages*. Cambridge University Press, 1995, p. 176.

<sup>362</sup> *The Agincourt Carol*. Disponível em: <http://www.luminarium.org/medlit/medlyric/agincourt.php>. Acesso em 22/06/2016. Manuscrito em: Bodleian Library MS Arch. Selden B. 26.

<sup>363</sup> *The Agincourt...* *Ibidem*, linhas 2-6. “Nosso rei foi em direção a Normandia/ Com a graça e força da cavalaria/ Lá Deus trabalhou por ele maravilhosamente/ Por isso a Inglaterra deve clamar e chorar/ Agradeça a Deus ó Inglaterra, pela vitória.” (Tradução Livre do Autor)

A primeira parte da canção nos oferece vários argumentos em torno da representação da imagem do reino inglês e a própria imagem de Henrique V. Primeiro a própria utilização do pronome “owre” (nosso), o que já insere a questão da identidade inglesa, pois Henrique V não é rei dos portugueses, espanhóis ou franceses (embora a monarquia reivindicasse esse direito com os últimos), ele é acima de tudo “rei dos ingleses”. Quando a canção afirma a força e graça da cavalaria e que Deus lutou pelos ingleses, demonstra também um discurso que confirma a relação especial dos ingleses com Deus. Podemos ainda avançar nossa interpretação para os repetidos momentos em que a palavra “Inglaterra” (*Englond/ anglia*) aparece na canção. O que significa que cada vez mais o próprio nome do reino era utilizado em diversas situações para afirmar, ou ao menos, forjar uma unidade, demonstrada sobretudo pela vitória do rei.

*Now gracious God he save owre kynge,  
His peple and all his welwyllynge,  
Gef him gode lyfe and gode endyng,  
That we with merth mowe savely synge;  
Deo gratias, Deo gratias anglia, redde pro victoria.<sup>364</sup>*

A própria vitória de Henrique V representava também a manutenção do bem-estar do reino, confirmava os ideais legitimadores da realeza em meio as tensões sociais e políticas. Confirma também a relação íntima entre o rei e a sociedade. Se a batalha não era apenas a batalha do rei, mas sim do povo, isto permitia inclusive a realeza mobilizar recursos (impostos, prestação de serviços, como construção de navios, armamentos, etc.) para campanhas militares. Este discurso tornou-se recorrente nas crônicas contemporâneas e posteriores ao rei, que justificavam os eventos armados não pelos anseios monárquicos, mas sim para cumprir as vontades do povo e também as vontades de Deus e dos Santos. O discurso da canção de Agincourt também projeta uma memória, para que tal batalha e a imagem do rei como grande guerreiro, e dos ingleses como um povo habilidoso em guerra, inclusive seus senhores. A canção não tem indícios, ao menos

---

<sup>364</sup> *The Agincourt... Ibidem*, linhas 28-31. “Agora graças a Deus, ele salvou nosso rei,/ Seu povo e todo seu bem-estar,/ De a ele uma boa vida e bom fim,/ Que com alegria possamos seguramente cantar;/ Agradeça a Deus ó Inglaterra, pela vitória.” (Tradução Livre do Autor)

claros, da utilização de elementos de um passado para sua escrita. No entanto, mesmo ela se torna esse elemento quando mais tarde ela poderia ser lida.

Não é estranho notar que as fontes do século XV utilizam a imagem virtuosa de Henrique V para retratar o reino através dos empreendimentos militares feitos pela monarquia. Isto foi um instrumento dos cronistas para formular uma identidade e relações de pertencimento das comunidades. Henrique V vai ocupar, principalmente com Eduardo III um espaço privilegiado na memória dos ingleses. John Capgrave em *The Book of Illustrious Henries* afirma que no parlamento regido pelo rei em 1416 o Bispo de Winchester havia lembrado as ações de Henrique V em batalha, como também de Eduardo III durante o início da Guerra dos Cem Anos. Dizia também que o bispo recomendava ao povo inglês que sempre lembrassem esses reis e que dessem graças a Deus pelas suas grandes obras. Eduardo conquistou o porto de Calais e Henrique o porto de Harfleur,<sup>365</sup> ambos pontos estratégicos para os ingleses para se defender de ataques provenientes do continente e também de piratas que poderiam se aproveitar atravessando o canal da Mancha. Essas guerras para Capgrave significavam a glória do reino inglês.

E na conclusão de sua fala o mesmo chanceler desejou que as pessoas dessem graças a Deus, pois seus reis tinham ganhado fortes portos, a saber, Eduardo o porto de Calais, e Henrique o porto de Harfleur: e que o seu rei tinha atingido terror e consternação nos corações dos franceses nesta última guerra, a grande glória do reino. E nesse processo também de estereotipação das funções guerreiras inglesas, por ser Deus quem garantia a vitória aos reis, a Inglaterra era como uma nova terra santa, a Israel protegida por Deus. Era também como uma nova Roma, pois era de lá que as grandes virtudes que “se propagavam por toda a Cristandade” eram oriundas.

Os discursos bíblicos de Deuterônimo foram recuperados também no momento em que os cronistas apresentavam as vitórias inglesas contra membros da aristocracia francesa. Agincourt também poderia ser um parâmetro para suas comparações. Ainda em 1416, o rei que havia comandado seu irmão Duque de Bedford o controle das regiões conquistadas na Normandia. Um mensageiro teria se destinado da França para a Inglaterra afim de informar o rei que os esforços do Conde D’Armagnac e seus homens em açoitar os ingleses na Normandia foram fracassados pelas ações do Conde de Dorset, que mais tarde fora transformado em Duque de Exeter, teriam sido quinze mil homens franceses

---

<sup>365</sup> C.f CAPGRAVE. *The Book of ...* Op. Cit., p. 135.

contra apenas novecentos dos ingleses.<sup>366</sup> Os cronistas repetiram a mesma narrativa de Agincourt ao afirmar que o exército inglês era menor que dos franceses, no entanto, ainda assim os ingleses receberam a vitória. E também neste mesmo ano Sigismundo, Imperador do Sacro-Império se destinou ao reino inglês para tratar das questões relacionadas ao Concílio de Constança, resolvendo então os problemas do cisma da Igreja. Neste encontro ele se encontra com o rei próximo a Londres, porém entre os próprios cronistas há uma divergência se ele teria se encontrado com o Imperador em Canterbury. O Parlamento ainda estava ativo naquele ano, e lá o rei teria reafirmado a boa relação dos ingleses com o Império, consagrando uma relação que era antes de tudo sagrada. Um dos objetivos desta viagem do Imperador para a Inglaterra, era também firmar um projeto de paz em meio a Cristandade.

Os cronistas do período afirmavam que Henrique V, sendo extremamente piedoso e pacificador, aceitou receber emissários da França para dialogar uma proposta de paz. No momento em que um tratado de paz era discutido, os franceses com suas “artimanhas” seguindo a própria representação dos cronistas, atentaram contra os ingleses. “*Dirum sub duce Bedfordie, regis fratre, cum Francis navale committitur bellum: quorum plures captivantur cum eorum navibus in Angliam (...)*.”<sup>367</sup> E a associação dos ingleses como um povo que procura a paz antes da guerra continuou nos escritos do período. Inicialmente, após esgotadas todas as tentativas de conseguir alcançar a paz, Henrique V teria convocado um Parlamento, lá teria se decidido que a guerra deveria ser feita, para atingir a justiça.

Após as vitórias dos ingleses contra os franceses, antes das campanhas de 1417-1419, o rei teria se direcionado para Canterbury em peregrinação, junto com o Imperador do Sacro-Império que ainda estava na Inglaterra, para agradecer a Deus e os Santos. Logo após o Imperador retorna para o continente, segundo diversos cronistas, o mesmo teria dito palavras que exemplificavam as características virtuosas não apenas do rei, mas também do reino inglês:

*Farewel, with glorious victory,*

---

<sup>366</sup> C.f. CAPGRAVE. *Ibidem*, p. 135.

<sup>367</sup> USK. *Op. Cit.*, p. 130. “Uma batalha terrível foi lutada no mar sobre comando do Duque de Bedford, irmão do rei, contra os franceses, no qual muitos foram capturados com seus navios para a Inglaterra. (...)” (Tradução Livre do Autor)

*Blessid Inglond, ful of melody !  
Thou may be cleped of Angel nature;  
Thou servist God so with bysy cure.  
We leve with the this praising,  
Whech we schul evir sey and sing.<sup>368</sup>*

Este discurso recuperado por John Capgrave está presente também na narrativa de Adam de Usk, com pequenas diferenças. Em ambos continua-se afirmando que as vitórias obtidas pelo rei, ou melhor, pelo povo inglês, era resultado da ação de um reino justo, fiel e devoto a Deus e aos Santos. O discurso do Imperador, ao afirmar que os ingleses possuíam natureza angélica, também confirmam a ideia da relação especial da Inglaterra com o sagrado. Podemos assim dizer, que a imagem do rei inglês é a imagem do reino inglês.

---

<sup>368</sup> CAPGRAVE. *The Book of ...* Op. Cit., p. 138. “Adeus, com grande vitória/Abençoada seja a Inglaterra, com inteira melodia! /Vocês devem ser chamados pela natureza angélica/Serves a Deus com muito clamor/Deixamos aqui com louvor/Que devemos sempre dizer e cantar” (Tradução Livre do Autor)

## CONCLUSÃO

---

---

Na sociedade como aquela que se consensuou chamar de Idade Média, o maravilhoso e o simbólico aparecem de diversas formas. Ditando por vezes as regras da vida espiritual e da vida material. O simbólico se revela inclusive nas formas de pertencimento e observação do outro. Na maneira como esses indivíduos representavam seus governantes e se auto observavam. Procuramos apresentar alguns argumentos que culminam no entendimento da construção de um *ser inglês* no final da Idade Média, e sua principal relação com o poder régio. Sabemos que este objetivo é algo árduo de ser alcançado, mas nos propomos aqui abrir espaço para um conjunto de interpretações sobre o fenômeno da identidade (bem consolidado na historiografia) e a construção da imagem régia. Henrique V, portanto, foi nosso parâmetro para estudo, no qual as crônicas e biografias o apresentam como um monarca ideal, de inúmeras virtudes. O passado também, pelas suas múltiplas facetas, foi um elemento necessário para consolidar as ideologias e ações de um presente cercado de turbulências políticas, religiosas e sociais do século XV. Resta-nos agora sintetizar alguns destes argumentos e objetivos.

Assim como outros reinos do cenário da Cristandade no final da Idade Média, a Inglaterra passou por transformações políticas, oriundas dos esforços da monarquia para concretizar suas medidas centralizadoras. Henrique V assume o trono em meio a essas mudanças, que impregnaram todo o plano intelectual inglês baixo-medieval. Este rei, assume em 1413 uma monarquia debilitada por revoltas, guerras, insurreições, dificuldades financeiras e também complôs, em sua grande maioria, resultado da usurpação por parte de Henrique IV, que instituiu os Lancaster como uma nova dinastia. Soma-se a essas questões, uma grande guerra, que normalmente chamamos de Cem Anos, mas que não possui total unidade em seu nome e eventos, no entanto, seus objetivos (conquistar ou reconquistar a França), permaneceram inteiros em meio a essa falta de unidade, principalmente cronológica. Todas essas mudanças culminaram para a construção de uma imagem virtuosa sobre Henrique V, que já garantia experiência administrativa quando era Príncipe de Gales e procurou aplicar seus conhecimentos,

especialmente militares, nas campanhas do reino. A vitória do rei em Agincourt, batalha que no século XV representou a chance dos ingleses em recuperar seus objetivos, impregnou a produção de memória do rei, que foi construída e ressignificada em meio aos acontecimentos de uma outra grande guerra: A Guerra das Rosas.

Os esforços de Henrique V por centralização política, no qual foi importante toda a mobilização do reino e boa relação com o Parlamento, faz parte de um processo de transformações no pensamento político, que ganhava novos sentidos. Os pensadores medievais no âmbito dos reinos transformaram os ideais universalistas do “Império”, trazendo para as localidades – o *Reino*, esses ideais, no qual a figura do *Rei* tornou-se cada vez mais importante. A imagem do rei foi eficaz como unificadora de uma sociedade ainda extremamente feudal. Nesse processo que envolve a centralização política, cujas teorias do aristotelismo e tomismo político, reproduzidas no âmbito das universidades representaram parte de um sistema político em crescimento, no qual alguns historiadores chamam de *Estados*.

Esse *Reino*, muito mais que uma entidade política era também uma instituição simbólica, de uma sociedade observada como um corpo, e no qual o rei se tornou a cabeça desse corpo e unificador de uma civilização tripartida. Acabou que, essas teorias afirmaram um ideal antigo das realezas medievais: sua sacralidade. Através dessa sacralização é possível perceber como os reinos desenvolveram ideais, de um *povo eleito*, produzindo relações de inclusão e exclusão, estereotipando características virtuosas e marciais do povo inglês e da monarquia, delineando assim uma identidade. A historiografia, bem avançada sobre os estudos dos arquétipos políticos e da sacralização do poder, aponta que os reinos eram comparados sobretudo com o *Reino dos Céus*, seus monarcas, a representação da majestade celeste na terra, eram lugares tenentes de Deus. Ao mesmo tempo, essa historiografia apresenta problemas diversos no que tange a temática para a Inglaterra. Influenciados por uma corrente, de origem, acima de tudo francesa, parte dos estudos dedicou-se numa análise, de um possível “modelo”, que era característico apenas na França e Inglaterra. Embora haja trabalhos que são verdadeiras contribuições, muitos desses estudos produziram generalizações inclusive para a realeza medieval inglesa. Por esta razão, foi-nos importante criticar o modelo da sagração-taumaturgia, não negando sua importância, mas assimilando que o estudo das representações sagradas da monarquia passa por outros circuitos: como a devoção, exemplificação das virtudes régias, lendas e mitos de origem sobrenatural. Mesmo o

passado, através de comparações, analogias e representações foi um importante sacralizador do reino e da monarquia.

É através dos escritos do século XV, principalmente aqueles trabalhos que se caracterizam como crônicas, que podemos compreender esse quadro da identidade inglesa que é formulada no meio intelectual da época. A escrita cronística desse momento tinha em comum a narrativa dos reis, suas ações e virtudes. Suas vitórias ou até mesmo fracassos representavam as vitórias e fracassos de um povo. A imagem dos reis tornou-se cara vez mais na Inglaterra a imagem de toda a sociedade inglesa. Grande parte destes trabalhos tinham por objetivo interligar o reino inglês com um passado bíblico e cristão. Ligavam-se também a uma vasta rede intertextual de referências de clássicos da literatura judaico-cristã, filósofos e historiadores antigos.

Por traz desta rede, os cronistas buscavam construir uma memória que visava o futuro, e assim, empreendiam uma imagem dos reis tanto no momento em que eles atuavam, ou posterior a seus reinados – como foi também o caso de Henrique V – projetando também um futuro. O passado inglês se fazia no presente, mas ao mesmo tempo ele se mantinha imortal no futuro. Influenciava os acontecimentos, os justificavam e legitimava ideais e formas de agir. Produzia um ideal de povo que pertencia a uma comunidade regida por um rei.

Por traz dessa observação se insere um conjunto de questões conceituais. Construiu-se uma identidade inglesa utilizando a imagem dos reis e suas virtudes. Junta-se a isto a utilização da língua vernácula nas narrativas sobre os monarcas ingleses e também a representação das tradições. O processo de construção do *ser inglês* envolve um discurso que vem “de cima para baixo”, isto é, um conjunto de autores, na sua grande maioria, oriundos das camadas religiosas da Inglaterra (membros do clero), narravam as características não só étnicas dos ingleses, mas também culturais, produzindo representações que incluíam ou não tais indivíduos dentro da sociedade. O culto priorizado a santos ingleses, como foi o caso de Eduardo o confessor, importante à monarquia determinava esse processo de construção da identidade. Não só santos nativos ingleses, como ainda aqueles que eram importantes na tradição devocional inglesa: como o caso de São Jorge, que aparecia em batalhas e no socorro ao exército régio no momento solicitado pelos reis. Thomas Becket também ganha importância em meio a esse discurso identitário, pois não só a devoção régia a ele, mas também a própria lenda do óleo santo ditava uma relação especial da sociedade inglesa com o sagrado. Este processo de



construção da identidade em torno da noção de *ser inglês*, nos mostra como tal conceito, segundo Miri Rubin é relacional e acumulativo. Podendo ele se modificar segundo as tradições e costumes transformados e forjados em meio a comunidade. A figura do rei como um *Topos*, nos mostra que, ele aglutina estes elementos identitários e, por isso, a figura régia é a (re)apresentação do próprio povo.

Ao mesmo tempo essa identidade inglesa foi forjada por um conjunto de discursos oriundos do que é um “passado”. Esse “tempo histórico” era muito mais que a observação do fenômeno temporal por parte dos homens. Era um espaço imaginário, contendo exemplos, justificativas e também mexia com o presente e o futuro. Esse passado, também projetava uma memória, no qual os autores definiam, segundo os seus objetivos o que merecia ser lembrado ou não. Essa memória poderia também ser modificada, remodelada, para atender a ideais e objetivos dessa sociedade em constante transformação.

A imagem de Henrique V como “grande guerreiro”, “pacificador”, “justiceiro”, “devoto”, “protetor” e “piedoso”, trata-se de um conjunto de modelos que fazem parte do imaginário da realeza baixo-medieval. Através do diálogo com a história política renovada, tomando em consideração o simbólico e as representações, pensando ainda na noção de “poder” proposta pelo historiador francês Jacques Le Goff, foi possível entender as variadas facetas dessas imagens em torno da monarquia inglesa. Junto com os cerimoniais, como é o caso da sagração de Henrique V, que se associa a diversas virtudes que o rei teria seguido após sua transformação, é que podemos entender o discurso legitimador de uma nova dinastia, de superação em um momento de guerras e de construção da imagem régia, que também utiliza de outros parâmetros e elementos do passado para sua consolidação. Nesse processo de construção da identidade do reino, Henrique V torna-se uma espécie de “herói” do povo inglês. Sua imagem virtuosa se perpetuou na longa duração, por esta razão, além do passado influenciar a narrativa do monarca, ele também é parte do passado, pois sua imagem foi reproduzida e perpetuada por autores como William Shakespeare.

A sagração do rei, embora com relatos escassos nas crônicas e mesmo biografias, com ausência de um *ordo* ou até mesmo uma ata que narrasse tal evento, mesmo simples possuía um conjunto de lendas e mitos, como também associações do passado. A monarquia inglesa herdou da tradição cristã a importância do domingo para o dia especial da unção. Associava o texto bíblico para justificar essa santidade. Henrique V ainda foi

coroado em um dia de Páscoa, confirmando sua relação importante com Cristo. As associações bíblicas com a imagem do rei eram representadas também por sua possível transformação, comparada à Saul. A vitória do monarca, para manter a ordem contra as insurreições lollardas também transformou a imagem do rei, dizendo que o mesmo cumpria os projetos de Cristo separando o joio do trigo. A imagem cavalheiresca de Henrique V está atrelada a extrema devoção desse soberano, pois antes de decisões ou batalhas este pedia auxílio ao Deus Altíssimo e aos Santos. E após o êxito em suas campanhas o mesmo soberano reconhecia que suas vitórias só foram possíveis graças à ajuda celeste. Antes de tudo a devoção de Henrique é um gesto de manifestação do sagrado na monarquia.

Agincourt também contribuiu para reafirmar os discursos devotos sobre Henrique V, mas ainda, as narrativas sobre o evento a associavam com discursos bíblicos. Em todo o momento, para criar uma imagem justiceira de Henrique V os cronistas utilizavam claramente relatos vétero-testamentários. Por outro lado, a fim de formular uma noção de realeza com virtudes de calma, castidade, temperança, piedade e pacificação tais intelectuais utilizaram referências bíblicas do novo testamento. A Inglaterra tornou-se uma espécie de Israel, e Henrique era Davi por suas habilidades guerreiras e Salomão por suas virtudes de sabedoria.

Ao lado dessas virtudes estavam também aquelas apresentadas pela literatura pedagógica que tanto cresceu durante o século XV. O *Espelho de Príncipe* de Thomas Hoccleve apresenta um conjunto de ações e obrigações régias surgidas a partir da sagração. Mas quais seriam os objetivos do autor ao elaborar essas ideias? Não só alcançar objetivos próprios, requerendo salários atrasados, mas também é uma apresentação de um contexto de dificuldades para o fortalecimento da autoridade régia. O poeta quando desenha as virtudes de um rei, representa o próprio povo e sua forma de agir. A justiça régia, por exemplo, deveria ser feita para um povo justo. Se o rei não era justo, sua sociedade estava vedada aos frutos do mal.

As representações do povo e sua relação com a realeza aparecem também nos poemas do século XV. Acredita-se, que alguns deles eram solicitações feitas por Henrique V, escritas próximo de sua ascensão ao trono, como ainda nas vésperas de suas campanhas na França. Qual seria a intenção da monarquia? Além de se legitimar em meio as elites aristocráticas, projetar para a sociedade uma noção de unidade em que a coroa representa toda a sociedade.

Se analisarmos as representações em torno do rei em conjunto, não estaria o discurso das fontes de alguma forma aproximando a imagem do rei à representação de Cristo? A historiografia bem sabe que a *imitatio Christi* tornou-se um elemento fundamental dentro do campo simbólico das monarquias medievais. A sacração de Henrique V num domingo de Páscoa, que marca a ressurreição de Cristo está repleta de um simbolismo complexo, onde o rei se transformou num outro homem, inclusive casto. Portanto a imagem do rei espelha a imagem do próprio Cristo. A exemplaridade disto dar-se-á nos momentos virtuosos do soberano, que ao se tornar guerreiro expõe sua grande devoção. Este gesto torna-se uma máxima de ação do sagrado sobre a monarquia. Entramos em acordo com a proposição de Marc Bloch ao tratar da “realeza maravilhosa”. Não nos importa se realmente o rei se transformou em outro homem, se o óleo de Thomas Becket era real ou se de fato Henrique V possuía uma extrema devoção e tornou-se casto. Ou se São Jorge auxiliou o exército inglês em Agincourt, demonstrando uma boa relação dos ingleses com o sagrado. O que nos interessa é que dentro da memória coletiva da época afirmada pela produção cronística e biográfica, estes fatos eram vistos como reais e não simples anedotas.

Por fim, resta-nos questionar as funções da memória no âmbito das crônicas e da construção da imagem régia. Pesquisadores das ciências sociais tem avançado neste ponto nas últimas décadas, percebendo que nossas mentes são capazes, inclusive, de selecionar o que deve ou não ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido. A memória omite, se apropria de elementos diversos de uma determinada tradição. Ela também manipula, controla, pode ainda obstruir, abstrair e se superpor. Os cronistas do século XV eram capazes de efetuar tais questões. Quando John Capgrave escreveu sobre os ilustres Henriques para o então rei Henrique VI de Lancaster, o cronista exibia as virtudes de seu avô Henrique IV, como um grande rei, que lutou até seus últimos dias contra a iniquidades e a falta de ordem no reino. O mesmo autor em seu *The Chronicles of England*, para o rei Eduardo IV de York, critica Henrique IV, acusando-o como o responsável pelas tensões que afligiram a Inglaterra no século XV. A memória em John Capgrave foi, dessa forma, remodelada, seguindo os próprios parâmetros do contexto político em que o mesmo escreveu sua obra. Este contexto de guerras e adversidades, das revoltas que tomaram conta do reino e suas possessões no País de Gales, marcaram a produção de memória sobre a Inglaterra e a monarquia, ressignificando tradições, formas de pensar e ditando não só o que deveria ser lembrado, mas também como ser lembrado.

Com relação as lacunas que afirmamos ter consciência, devemos pontuar algumas. Citamos que muitos dos cronistas que estudamos eram oriundos de camadas religiosas da sociedade inglesa da Baixa Idade Média. Faltou-nos, no entanto, compreender com maior clareza o local de produção desses indivíduos. Como, por exemplo, a relação entre as ordens religiosas e a monarquia. A influência dos franciscanos e dominicanos na construção também dos ideais de reino, povo e monarquia e também perceber a recepção das fontes analisadas no âmbito mais amplo da sociedade inglesa. Há fontes que podem, de fato, nos permitir acessar como os membros de certas comunidades se auto enxergavam e a própria relação com o poder régio. No entanto, tais fontes são raras, tornando-se difícil para uma Dissertação empreender tal questão. Faltou-nos também compreender com maior clareza como tais ideais de monarquia e povo circulavam através do meio intelectual, em meio a esta rede intertextual de tradições e influências de outros autores, permanecendo na longa duração. A imagem de Henrique V, mas também de outros soberanos da Inglaterra do século XV foi perpetuada, acima de tudo, por William Shakespeare em suas obras sobre os reis. O Henrique V visto pelos ingleses do século XXI é sobretudo aquele narrado pelo escritor do século XVI. Mas mesmo sua escrita é resultada da transmissão em longa duração de uma imagem virtuosa da monarquia, que se encontra na crônica do século XV.

O passado se direciona para a construção da imagem régia no momento em que os autores do período recuperam elementos da tradição bíblica, os reis ingleses são comparados com reis bíblicos. Quando suas ações rememoram os atos de Cristo, quando as hagiografias de santos, eventos e narrativas do passado são recuperados para legitimar o poder régio através, sobretudo, do discurso simbólico.

## BIBLIOGRAFIA

---

### FONTES.

ANÔNIMO. *An English chronicle of the reigns of Richard II, Henry IV, Henry V and Henry VI. Written before the Year of 1471.* Editado por Rev. John Silvester Davies: Camden Society, 1856.

ANÔNIMO. *The First English Life of Henry V* - written in 1513 by an anonymous Author known commonly as The Translator of Livius. Editado por Charles Lethbridge Kingsford. Oxford: Clarendon Press, 1911.

Bíblia de Jerusalém. Tradução das introduções e notas de *La Bible de Jérusalem*, edição de 1998, publicada sob a direção da “École biblique de Jérusalem”. São Paulo: Paulus, 8º impressão de 2012.

CAPGRAVE, John. *The Book of Illustrious Henries*, Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.

CAPGRAVE, John. *The Chronicle of England*. Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858

ELMHAM, Thomas. *Vita et Gesta Henrici Quinti* – anglorum regis. Editado por Editado por Thomas Hearne. 1727.

*God save the king and keep the crown*. Editado por: George W. Tuma, Professor Emeritus of English, e Dinah Hazell, Independent Scholar Hosted by the English Department, San Francisco State University. Disponível em: [https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/king.html#\\_end5](https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/king.html#_end5). Acesso em setembro de 2017.

HOCCLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. Editado por Charles R. Blyth, Teams middle English texts series: Michigan, 1999.

*The Agincourt Carol*. Disponível em: <http://www.luminarium.org/medlit/medlyric/agincourt.php>. Acesso em 22/06/2016.  
Manuscrito em: Bodleian Library MS Arch. Selden B. 26.

*The Crowned King*. Editado por: George W. Tuma, Professor Emeritus of English, e Dinah Hazell, Independent Scholar Hosted by the English Department, San Francisco State University. Disponível em: [https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/crowned\\_king.html](https://www.sfsu.edu/~medieval/complaintlit/crowned_king.html). Acesso em setembro de 2017.

USK, Adam. *Chronicon Adae de Usk*. A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.

WALSINGHAM, Thomas. *The Chronica Maiora* (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

### **Bibliografia referenciada e consultada.**

ALLMAND, Christopher. (Org.) *War, Government and Power in Late Medieval France*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

ALLMAND, Christopher. (Org.). *The New Cambridge Medieval History*. Vol. VII, c. 1415-1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ALLMAND, Christopher. *Henry V*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

ALLMAND, Christopher. *Society at War: The experience of England and France during The Hundred Years War*. The Boydell Press, 1998.

ASSIS, Ricardo Fontes dos Santos de. Os Espelhos de Príncipes e suas construções sobre a importância régia nos séculos finais do medievo francês. In: *Revista Em Tempo de Histórias*. PPGHIS – UNB, Nº24. Brasília: jan-jul de 2014

BAK, J. M. (Org.). *Coronations: medieval and early modern monarchic ritual*. Los Angeles: University of California Press, 1990.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

- BARKER, Juliet. *Agincourt – o rei, a campanha, a batalha*. Rio de Janeiro, Record, 2009.
- BARKER, Juliet. *Conquest: The English Kingdom of France – 1417-1450*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012.
- BARLOW, Frank. *The Feudal Kingdom of England: 1042-1216*. Londres: Longmans Editora, 1961.
- BARROS, José D'Assunção. "História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço". In: *Revista Mouseion*, volume 3, n. 5, jan.-jul. 2009, p. 35 – 67.
- BARROS, José D'Assunção. *A História Cultural Francesa – caminhos de investigação*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 2005, Vol. 2, Ano II, nº4.
- BARTLETT, Robert. *England Under the Norman and Angevin Kings – 1075-1225*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- BARTLETT, Robert. *The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change, 950-1350*. Princeton University Press, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERMAN, Constance Hoffman. (Org.). *Medieval religion*. Nova York: Routledge, 2005.
- BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e Súdito: Representação social franciscana e poder régio em Portugal*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOUREU, Alain ; INGERFLON, Claudio -Sergio (Orgs.). *La royauté sacrée dans le monde Chrétien*. Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- BRIGGS, Asa. *Historia Social de Inglaterra*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *Varieties of cultural history*. Reino Unido: Cornell University Press, 1997.

- BURNS, J.H. (Org.) *The Cambridge History of Medieval Political Thought*. c. 350 – c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CARDOSO, Ciro; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARPENTER, Christine. *The War of the Roses: Politics and constitution in England c. 1437-1509*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CARPENTER, Christine; CLARK, Linda. (Orgs.) *Political culture in Late Medieval Britain*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.
- CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A study of memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CASSIER, Ernst. *Filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CASSIER, Ernst. *O mito do estado*. São Paulo: Códex, 2003.
- CASSIRER, Ernst. "Mito e Religião". In: *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.
- CURRY, Anne. CURRY, Anne. *The Hundred Years War – 1337-1453*. Oxford: Osprey Publishing, 2002.
- DAWSON, Christopher. *Medieval Essays*. Washington D.C.: The Catholic University Press, 1954.
- DODD, Gwilym. (Org.) *Henry V: New interpretations*. York: York Medieval Press, 2013.
- DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Social Memory*. Oxford: Blackwell Publishes, 1992.



FRÓES, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei: estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para concurso de professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

GENET, Jean-Philippe. Identité, espace, langue. In : *Cahiers de recherches médiévales et humanistes*. 19 | 2010, mis en ligne le 12 août 2010, consulté le 01 octobre 2016. Disponível em: <http://crm.revues.org/11978> - Acesso em Abril de 2017.

GENET, Jean-Philippe. *La genèse d'État moderne*. Culture et société politique en Angleterre. Edição ebook. PUF: Paris, 2015.

GIERKE, Otto. *Political Theories of the Middle Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1922.

GOMES, R. C. *A reflexão antropológica na história da realeza medieval*. Portugal: Etnográfica, vol. II, no. 1, 1998.

GORSKI, K. Le roi-saint: un problème d'idéologie féodale. In: *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, no. 2, 1969.

GUENÉE, Bernard. *O ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.

GUTH, DeLloyd J. & MCKENNA, John W.(Orgs.) *Tudor Rule and Revolution: Essays for Grelton from his Americans friends*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HAHN, Fábio André. Reflexos da perfeição: alguns elementos do gênero Espelhos de Príncipe na Idade Moderna. In: *Revista Varia Scientia*, vol. 06, nº 12, Dezembro de 2006.

HARDING, Alan. *Medieval law and the foundations of the State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HEN, Yitzhak; INNES, Matthew. (Orgs). *Using the past in the early middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HICKS, Michael. *English political culture in the Fifteenth Century*. Londres: Routledge, 2002.

HICKS, Michael. *The Wars of the Roses – 1455-1487*. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

HOAK, Dale (Org.). *Tudor Political Culture*. Cambridge University Press, 2002.

HORROX, Rosemary; ORMROD, W. Mark. (Orgs.) *A social history of England, 1200-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JESUS, Viviane Azevedo de. *A cidade sob o texto: um estudo acerca da sociedade urbana inglesa a partir da narrativa de Geoffrey Chaucer (segunda metade do século XIV)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF: Niterói, 2012.

JOSEPHUS, Flavius. Antiquities of the Jews. In: *Complete works of Josephus*. Volume 1. Nova York: Bigelow, Brown & Co., Inc. s/d.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo da teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KINGSFORD, Charles Lethbridge. *Henry V, the typical mediaeval hero*. Nova York: Putnam, 1901.

KNOWES, David. *The Religious Orders in England: Volume II – The End of The Middle Ages*. Cambridge University Press, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.

LE GOFF, Jacques. *Por um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

LE GOFF, Jacques. *São Luís – Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves Ed., 1988.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. 2vols. Bauru: EDUSC, 2002.

LINSLEY, Christopher David. *Nation, England and the French in Thomas Walsingham's Chronica Maiora – 1376-1420*. Tese de Doutorado em História: Universidade de York, 2015.

MCLOUGHLIN, Kate. *The Cambridge Companion of War Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *As santas relíquias: tesouros espirituais e políticos*. Revista Diálogos Mediterrânicos, número 6 – Junho/2014.

PACAUT, Marcel. *Les Structures Politiques de l'Occident Médiéval*. Paris: Librairie Armand Colin, 1969.

PELAYO, Manuel Garcia. *Los mitos políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

PRESTWICH, Michael. *English politics in the thirteenth century*. Nova York: Macmillan Education, 1990.

PRESTWICH, Michel. *Plantagenet England: 1225-1360*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RUBIN, Miri. *Emotion and Devotion. The meaning of Mary in Medieval Religious Cultures*. Budapeste e Nova York: Central European University Press, 2009.

RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. In: *Revista Relaciones*, México: 1992.

RUIZ, Teófilo. Une royauté sans sacre : La monarchie Castellane du bas Moyen Age. In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris: 39e année, N. 3, 1984.

SORIA, José Manuel Nieto. *Ceremonias de la realeza*. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara. Editorial Nerea, 1993.

SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos Ideológicos Del Poder Real En Castilla*. Madrid: Eudema, 1988.

STRATFORD, Jenny (Org.) *The Lancastrian Court*. Lincolnshire: Harlaxton Medieval Studies (Volume XIII), 2001.

TOUREILLE, Valérie. *Le Drame d'Azincourt: histoire d'une étrange défaite*. Paris : Albin Michel, 2015.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Ariel Historia ed.: 2013.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental – séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WATTS, John. *The Making of Polities – Europe, 1300-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

## ANEXO I – CRONOLOGIA

<b>1340?</b>	Nascimento de Thomas Walsingham.
<b>1353?</b>	Nascimento de Adam de Usk.
<b>c.1377-c.1421?</b>	Escrita de <i>Chronicon Adae de Usk</i> .
<b>1393</b>	Nascimento de John Capgrave.
<b>1399</b>	Deposição de Ricardo II e ascensão de Henrique IV.
<b>1400</b>	Início da revolta no País de Gales.
<b>1405</b>	O Príncipe de Gales torna-se conselheiro do rei.
<b>1410-1411</b>	Escrita de <i>The Regiment of Princes</i> .
<b>1413</b>	Henrique V ascende ao trono.
<b>1413</b>	Primeiro levante lollardo.
<b>1414</b>	Henrique V envia cartas ao rei de França, Carlos VI.
<b>1415</b>	Ataques à Harfleur e Batalha de Agincourt.
<b>1416</b>	Segundo levante lollardo.
<b>1416</b>	Henrique V recebe o Imperador do Sacro-Império na Inglaterra.
<b>1417</b>	Henrique V envia clérigos para o Concílio de Constança.
<b>1418</b>	Início de novas campanhas na França.
<b>1420</b>	Assinatura do Tratado de Troyers.
<b>1422</b>	Nascimento de Henrique VI.
<b>1422</b>	Morte de Henrique V.
<b>1422</b>	Henrique VI ascende ao trono.
<b>c.1440-c.1450?</b>	John Capgrave escreve <i>The Book of Illustrious Henries</i> .
<b>1453</b>	Fim da Guerra dos Cem Anos.
<b>1455</b>	Início da Guerra das Rosas.
<b>1461</b>	Eduardo IV ascende ao trono.
<b>1464?</b>	John Capgrave escreve <i>The Chronicles of England</i> .
<b>1470</b>	Retorno de Henrique VI ao trono.
<b>1471</b>	Retorno de Eduardo IV ao trono.
<b>1483</b>	Ascensão de Eduardo V.
<b>1483</b>	Eduardo V é deposto, ascensão de Ricardo III.
<b>1485</b>	Fim da Guerra das Rosas (Consenso Historiográfico).
<b>1485</b>	Henrique Tudor, se torna rei, chamado agora Henrique VII.

## ANEXO II – MAPAS

Mapa I



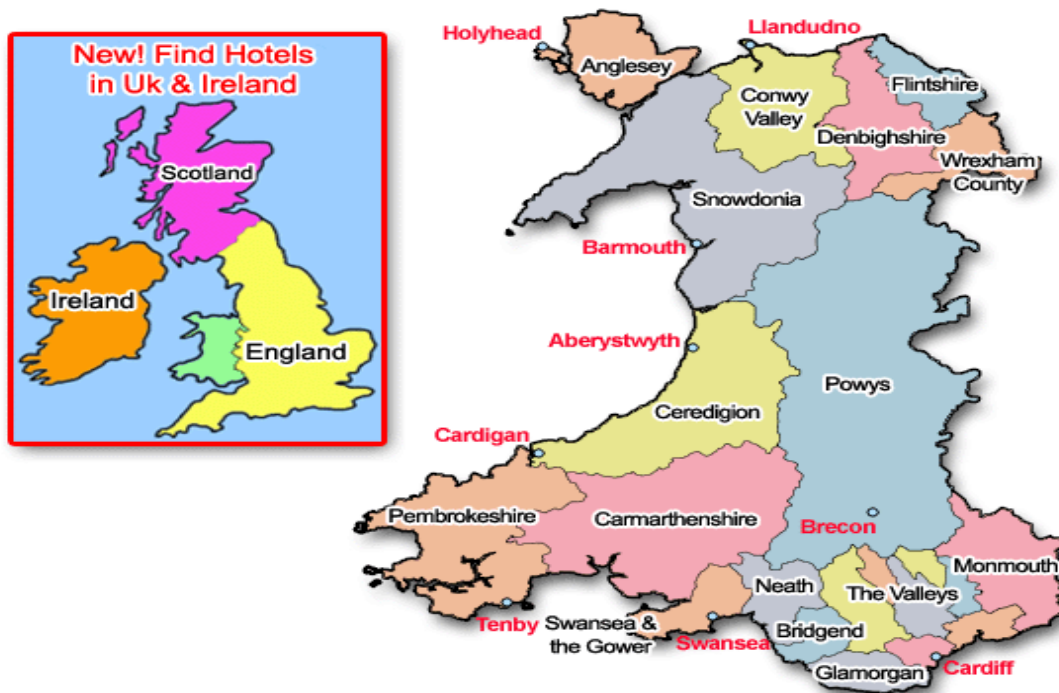
(Mapa da Inglaterra e seus condados no século XXI. Embora haja diferenças com o mapa medieval, as fronteiras permanecem parecidas. Disponível em: <http://gwydir.demon.co.uk/jo/maps/uktowns.htm>)

Mapa II



(Mapa da Grã-Bretanha e Irlanda entre os séculos XIII e XV. Disponível em: <http://www.medart.pitt.edu/image/England/maps/Br1485.jpg>)

### Mapa III



(Mapa do País de Gales e seus condados atualmente, assim como o Mapa I, embora haja diferenças entre o mapa contemporâneo e a Idade Média, o mesmo possibilita ao leitor uma análise ampliada das fronteiras. Disponível em: <http://www.walesdirectory.co.uk/maps/>)

### Mapa IV



(Mapa de Norfolk no sudeste da Inglaterra, mostrando a cidade de King's Lynn que na Idade Média era Bishop's Lynn. Disponível em: <http://www.tournorfolk.co.uk/norfolk.html>)



## ANEXO III – TABELA INFORMATIVA DAS FONTES

Tabela 1 – Informações sobre a Crônica de Adam de Usk.

Autor:	Adam de Usk
Título da obra:	<i>Chronicon Adae de Usk</i>
Data de provável escrita:	Fim do século XIV e início do século XV.
Número de edições principais:	2 edições principais:  Sir Edward Maunde Thompson para a Royal Society of Literature em 1904.  Chris Given Wilson para Clarendon Press, 2008.
Edição utilizada:	USK, Adam. <i>Chronicon Adae de Usk</i> . A.D. 1377-1421 Editado por Sir Edward Maunde Thompson. Royal Society of Literature. Londres: Oxford University Press, 1904.
Manuscrito:	MS 10.104 (Museu Britânico)

Tabela 2 – Informações sobre a Crônica de Thomas Walsingham.

Autor:	Thomas Walsingham
Título da obra:	<i>Chronica Maiora</i>
Data de provável escrita:	Fim do século XIV e início do século XV.
Número de edições principais:	2 edições principais e traduções:  Wendy R. Childs, John Taylow e Leslie Watkiss em 2003  James G. Clark e tradução de David Priest em 2005
Edição utilizada:	WALSINGHAM, Thomas. <i>The Chronica Maiora</i> (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.
Manuscrito:	Bodley MS 462 (Oxford)

Tabela 3 – Informações sobre *The Book of Illustrious Henries* de John Capgrave.

Autor:	John Capgrave
Título da obra:	<i>Liber de Illustribus Henricis (The Book of Illustrious Henries)</i> .
Data de provável escrita:	c. das décadas de 1440-1450.
Número de edições principais:	1 edição:  Rev. Francis Charles Hingeston, 1858.
Edição utilizada:	CAPGRAVE, John. <i>The Book of Illustrious Henries</i> , Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.
Manuscrito:	MS. Tiberius A. VIII (British Library)

Tabela 3 – Informações sobre *The Book of Illustrious Henries* de John Capgrave.

Autor:	John Capgrave
Título da obra:	<i>The Chronicles of England.</i>
Data de provável escrita:	c. 1460.
Número de edições principais:	1 edição:  Rev. Francis Charles Hingeston, 1858. Para a coleção de crônicas sobre a memória da Grã-Bretanha e Irlanda.
Edição utilizada:	CAPGRAVE, John. <i>The Chronicle of England.</i> Editado por Rev. Francis Charles Hingeston. The chronicles and memorials of Great Britain and Ireland during The Middle Ages. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858.
Manuscrito:	Dois manuscritos, presentes na Biblioteca Pública de Cambridge e na Corpus Christi College.

## ANEXO IV – EXTRATO DAS FONTES

### Extrato 1

Título: O óleo sagrado de Thomas Becket na coroação de Henrique IV
Referência: WALSINGHAM, Thomas. <i>The Chronica Maiora</i> (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005. p. 12.
Resumo do conteúdo: Narrativa sobre o encontro do óleo de Thomas Becket no início do século XIV. Narra-se a importância da relíquia e também o fato de que o rei Henrique IV foi o primeiro monarca ungido com a mesma.
<p>On the feast of the translation of St Edward, king and confessor [13 October], King Henry IV was crowned at Westminster by the hands of Thomas [Arundel], archbishop of Canterbury, this being the very day on which a year ago he had been banished into exile. This, so men thought, could not have happened without a divine miracle. And as an auspice of what was believed would be a richer grace for him in the future, he was anointed with that heavenly oil, which once the blessed Mary, mother of God, entrusted to the blessed Thomas [Becket], martyr and archbishop of Canterbury, while he was in exile, prophesying to him that the kings of England who were anointed with this oil would be champions of the church and men of benevolence. For long ages it had lain hid, preserved in a golden eagle with its stone flask, but at last it had been miraculously brought into the light of day, when Lord Henry, first duke of Lancaster, was fighting the wars of his king in lands across the sea. For the eagle had been given to him personally by a holy man, who had found it by divine revelation. The duke gave it to the noble Prince Edward [the Black Prince], the eldest son of the illustrious Edward [III], king of England, so that after the death of his father he might be anointed as king with this oil. The prince put the oil in the Tower of London, storing it in a chest secured by many padlocks. And there it remained hidden, either through forgetfulness or through neglect, right until the time of King Richard, son of the noble Prince Edward.</p> <p>In 1399 King Richard had been curiously examining the objects left to him by his ancestors, and had unexpectedly come across the eagle with its flask, together with a writing or prophecy of the blessed martyr Thomas, and learning of the great virtue</p>

possessed by the oil, he asked Thomas [Arundel], archbishop of Canterbury, to anoint him a second time with this oil. But the archbishop absolutely refused to do this, saying that it was sufficient for the king that at his original coronation he had received the holy oil at his hands, and that it was not right to repeat the anointing. King Richard took the eagle and the flask with him when setting out for Ireland and also when returning again to this land. At the archbishop's request he had handed the eagle and the flask to him at Chester, saying that it was now patently clear to him that it was not the divine will that he should be anointed with this oil, but that such a noble sacrament was destined for another. And the archbishop had religiously kept such precious objects under careful guard and had preserved them right up to the time of the coronation of the present king, who was the first of the kings of England to be anointed with so precious a liquid.

### *Tradução Livre*

Na festa da translado de São Eduardo, rei e confessor (13 de outubro), o rei Henrique IV foi coroado em Westminster pelas mãos de Thomas (Arundel), arcebispo de Canterbury, sendo este o próprio dia em que havia um ano atrás sido banido para o exílio. Isso, pensou o homem, não poderia ter acontecido sem um milagre divino. E como um auspício do que se acreditava seria uma graça mais rica para ele no futuro, ele foi ungido com esse óleo celestial, que uma vez que a abençoada Maria, mãe de Deus, confiou ao abençoado Thomas (Becket), mártir e arcebispo de Canterbury, enquanto ele estava no exílio, profetizando para ele que os reis da Inglaterra que estavam ungidos com este óleo seriam campeões da igreja e homens de benevolência. Durante longas eras, ficou escondido, preservado em uma águia dourada com seu frasco de pedra, mas finalmente foi trazido milagrosamente à luz do dia, quando Lorde Henrique, primeiro duque de Lancaster, estava lutando contra as guerras de seu rei em terras do outro lado do mar. Pois a águia tinha sido dada a ele pessoalmente por um homem santo, que a achou pela revelação divina. O duque deu ao nobre Príncipe Eduardo (o Príncipe Negro), o filho mais velho do ilustre Eduardo (III), rei da Inglaterra, para que depois da morte de seu pai ele possa ser ungido como rei com este óleo. O príncipe colocou o óleo na Torre de Londres, armazenando-o em um cofre protegido por muitos cadeados. E ali permaneceu escondido, seja através do

esquecimento ou negligência, até o tempo do rei Ricardo, filho do nobre Príncipe Eduardo.

Em 1399, o rei Ricardo havia examinado com curiosidade os objetos que lhe restavam de seus antepassados e, de forma inesperada, encontrou a águia com sua garrafa, juntamente com uma escrita ou profecia do abençoado mártir Thomas e aprendendo da grande virtude possuída pelo óleo, perguntou a Thomas (Arundel), arcebispo de Canterbury, para o ungir uma segunda vez com este óleo. Mas o arcebispo absolutamente se recusou a fazer isso, dizendo que era suficiente para o rei que, em sua coroação original, ele tivesse recebido o óleo sagrado em suas mãos, e que não era correto repetir a unção. O rei Ricardo tomou a águia e o frasco com ele quando partiu para a Irlanda e quando voltou para essa terra. A pedido do arcebispo, ele lhe entregou a águia e o frasco em Chester, dizendo que agora era claramente claro para ele que não era a vontade divina que ele fosse ungido com este óleo, mas que um sacramento tão nobre estava destinado para outro. E o arcebispo manteve religiosamente tais objetos preciosos sob uma cuidadosa guarda e os preservou até o momento da coroação do atual rei, que foi o primeiro dos reis da Inglaterra a ser ungido com um líquido tão precioso.

Extrato 2

Título: Coroação de Henrique V em Thomas Walsingham
Referência: WALSINGHAM, Thomas. <i>The Chronica Maiora</i> (1376-1422). Editado por James G. Clark. Traduzido por David Priest. Woodbridge: The Boydell Press, 2005. p. 390
Resumo do conteúdo: Henrique V é coroado no dia 9 de abril de 1413 num domingo de páscoa, no qual ocorria uma grande tempestade de tempo visto pelos presentes como sinais do futuro das ações do rei. Para Thomas Walsingham, a severidade representava um futuro de glória.
<p>In the same year Henry [of Monmouth], the eldest son of the dead king, was crowned in London at Westminster by the hands of Thomas Arundel, archbishop of Canterbury, on 9 April, Passion Sunday. There was a great fall of snow on this day. Everybody was surprised by the severity of the weather. Some people connected the climatic harshness with the fate that awaited them at the hands of the new king, suggesting that he too would be a man of cold deeds and severe in his management of the kingdom, while others who knew of a gentler side to the king took the unseasonable weather as the best of omens, suggesting that he would cause to fall upon the land snowstorms which would freeze vice and allow the fair fruits of virtue to spring up, so that his subjects would truthfully be able to say of him:</p> <p>Winter is now past The rains are over and gone [Song of Songs 2: 11]</p> <p style="text-align: center;"><b><i>Tradução Livre</i></b></p> <p>No mesmo ano Henrique (de Monmouth), o filho mais velho do falecido rei, foi coroado em Londres em Westminster pelas mãos de Thomas Arundel, Arcebispo de Canterbury, no dia 9 de abril, domingo da páscoa. Havia grande nevasca no dia. Todos ficaram surpresos pela severidade do clima. Alguns conectaram a dureza do clima com o destino que os esperava nas mãos do novo rei, surgindo que ele seria um homem de frios atos e severo em sua gestão do reino, enquanto outros que conheciam um lado mais gentil do rei, tomaram o clima intempestivo como o melhor dos presságios, sugerindo que ele faria cair tempestades de neve sobre a terra, que</p>

congelariam o vício e permitiriam surgir os frutos justos da virtude, de modo que seus súditos pudessem dizer com sinceridade dele:

O inverno passou

As chuvas acabaram e se foram (Canticos dos Canticos 2:11)



Extrato 3

Título: John Capgrave enumera as crenças de Sir John Oldcastle
Referência: CAPGRAVE, John. <i>The Book of Illustrious Henries</i> , Editado e traduzido do latim por Rev. Francis Charles Hingeston. Londres: Longman, Brown, Green, Longmans and Roberts, 1858. pp. 141-142.
Resumo do conteúdo: Ao narrar os movimentos lollardos durante o reinado de Henrique V, John Capgrave enumera as principais críticas de Sir John Oldcastle aos sacramentos da Igreja durante seu tribunal de acusação.
<p>It was in this fifth year of the glorious king Henry that Oldcastle, that satellite of the devil, was taken by the servants of lord Powis, and adjudged to death.</p> <p>For their sakes into whose hands these writings may come I will declare some of his errors to posterity, that they may not think he was put to so shameful a death except for a just cause.</p> <p>First, he declared that none ought to worship the Mother of Christ; or the other Saints.</p> <p>Also, that confession ought to be made to God alone, and not to man.</p> <p>Also, that in the Sacrament of the Altar, after consecration, the bread remains unchanged.</p> <p>He condemned civil property; and hated priests and churches as abominations.</p> <p>He also was for destroying marriage, as far as in him lay.</p> <p>He is said to have inflicted severe injuries on his captors when they took him, for he was very strong. But a certain woman struck him on the shin with a footstool, and he presently fell to the ground. He was brought to London, hung, and burnt. He had pretended that he was Elias, sent for the conversion of the; whole world; and his prophecy was fulfilled, as some say, while he was being taken to the fire sitting in the cart, since the one was borne off in a chariot to Heaven, the other to hell. The duke of Bedford and those who were present at his death, urged him to make faithful and lowly confession of his sins, offering him time, and his choice from among many priests. But he said that though Peter and Paul were present he would not confess to them; and so as a blasphemer, and abandoned abetter of heretics, he suffered the disgrace of death as he deserved. He was first dragged to the place of execution and hung; then he was dismembered and disembowelled, and lastly his body was burned to ashes in the flames.</p>

*Tradução Livre*

Era o quinto ano do reinado do glorioso Henrique quando Oldcaslte o satélite do diabo foi levado pelos servos do lorde de Powis, e julgado a morte.

Por causa deles, cujas as mãos destes escritos podem vir, eu vou declarar alguns erros para a posteridade, que não pode-se pensar que ele foi submetido a morte, exceto por uma causa justa.

Primeiro ele declarou que ninguém deveria adorar a mãe de Cristo e outros Santos.

Também que a confissão deveria ser feita a Deus somente, e não ao homem.

Além disso, afirmou que no Sacramento do Altar, após a consagração do pão, o mesmo permanece inalterado.

Ele também condenava a propriedade civil; e odiava os padres com abominações.

Ele também estava destruindo o casamento, na medida em que ele se colocou.

Ele disse ter infligido ferimentos graves em seus captores quando o levava, pois ele era muito forte, mas uma certa mulher o atingiu na canela e ele caiu ao chão. Ele foi levado para Londres, perdurando e queimado. Ele fingiu que era Elias, enviado para a conversão de todo o mundo, e sua profecia havia sido cumprida, como dizem alguns, enquanto ele era levado para a fogueira sentado em um carrinho, dizendo que uns nascem para ir ao céu e outros para o inferno. O duque de Bedford e aqueles que estavam presentes para sua morte pediram-lhe para realizar uma confissão fiel e humilde de seus pedados, oferecendo-lhe tempo, e sua escolha entre os muitos sacerdotes. Mas ele disse que, apesar de Pedro e Paulo que estavam se apresentando ele não iria se confessar a eles; e assim como blasfemo e abandonado pelos heréticos, ele sofreu a desgraça da morte como ele merecia. Ele primeiro foi arrastado para o local de execução e enforcado; então ele foi desmembrado e estripado, e finalmente, seu corpo foi queimado em chamas.